

ELIAS JOSÉ MEDIOTTE

**AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA EM INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS
COLETIVAS E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO
MUNICÍPIO DE TIRADENTES (MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer

Coorientadores: Hugo Marco C. Silvestre
Fábia Trentin

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

Mediotte, Elias José, 1978-

M491a
2020

Avaliação da governança em instâncias deliberativas coletivas e sua relação com o planejamento turístico no município de Tiradentes (MG) / Elias José Mediotte. – Viçosa, MG, 2020.

238 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.138-152.

1. Governança pública. 2. Turismo - Planejamento.
3. Desenvolvimento sustentável. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração e Contabilidade. Mestrado em Administração. II. Título.

CDD 22 ed. 354.73

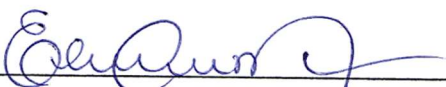
ELIAS JOSÉ MEDIOTTE

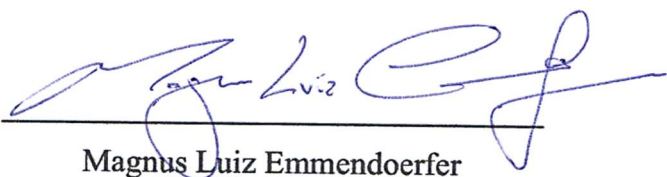
**AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA EM INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS
COLETIVAS E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO
MUNICÍPIO DE TIRADENTES (MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 17 de fevereiro de 2020.

Assentimento:



Elias José Mediotte
Autor

Magnus Luiz Emmendoerfer
Orientador

Ao Rafael, meu porto seguro...

AGRADECIMENTOS

Ao Rafael, por sempre estar ao meu lado e por me fazer descobrir o amor verdadeiro.

Aos meus pais, Vera e José Elias, por me ensinarem desde cedo a nunca desistir.

À minha irmã, Larissa, e aos meus sobrinhos Guilherme e Gabriel, por me fazerem ter orgulho de ser quem eu sou.

Ao meu orientador, Magnus, por todas as oportunidades, pela amizade e parceria, por me ajudar a romper desafios, por confiar e acreditar no meu trabalho.

À professora Suely, pelos ensinamentos e palavras de afeto, por fazer parte de todo o meu percurso acadêmico na UFV e por suas valiosas contribuições.

Ao meu coorientador Hugo, pelas palavras de estímulo e motivação com a realização deste trabalho.

À minha coorientadora, Fábia, por ter possibilitado a idealização deste trabalho, pelo carinho e auxílio durante a pesquisa.

À professora Mariana, por ter aceitado fazer parte da efetivação desse sonho.

À Samara, por me inspirar e incentivar a trilhar o caminho acadêmico, pela amizade e por me fazer acreditar que estou no lugar certo.

Ao Brendow, meu amigo e irmão que a UFV me deu e que vou levar para a vida toda, pelo apoio, por sua preocupação e zelo com a nossa amizade.

Ao Venâncio, amigo sincero, por estar sempre presente e por ter me dado tanta força para que este sonho se concretizasse.

À Jéssica, por toda palavra de incentivo e conforto, pelo sorriso espontâneo, pela alegria e amizade que me fizeram tão bem nesses dois anos. Uma vida!

À Mari, pela companhia tão preciosa e pela ajuda com a realização deste trabalho.

Ao Guilherme, pela amizade e ajuda inestimável com esta pesquisa.

Aos demais amigos do Mestrado, em especial à Maiara, à Nayara e à Carolina. Obrigado por tornarem o caminho mais brando.

Aos amigos do GDTec, em especial à Waléria, ao Antônio Vagner, ao Alessandro, à Tamiris, à Melina e à Cecília, que tanto contribuíram com a minha trajetória acadêmica.

A todos os professores e servidores do DAD, em especial à Luiza, que sempre se dedicou e torceu para o nosso sucesso.

Ao Yuri, pela paciência e pela dedicação com o trabalho de Iniciação Científica.

À CAPES, pelo aporte financeiro e à Sociedade Brasileira de Administração Pública.

Muito obrigado!

RESUMO

MEDIOTTE, Elias José, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2020. **Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua relação com o Planejamento Turístico no município de Tiradentes (MG)**. Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer. Coorientadores: Hugo Marco Consciência Silvestre e Fábila Trentin.

O presente estudo tem como objetivo central avaliar a governança das Instâncias Deliberativas Coletivas que atuam no planejamento turístico do município de Tiradentes, MG, Brasil. Os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho correspondem às abordagens quantitativa e qualitativa, sendo que na abordagem quantitativa, recorreu-se à Análise Estatística Descritiva a partir do Instrumento de Coleta de Dados, elaborado com reforço da pesquisa bibliográfica existente na Revisão de Literatura do presente estudo. Na abordagem qualitativa, buscou-se a investigação documental e de campo, a partir da observação não participante e a técnica de *snowball*. Também adotou-se a análise de conteúdo por meio da análise temática, a fim de desvendar os núcleos existentes no processo de comunicação, teórico e empírico. Como resultados, identificou-se que as Instâncias mapeadas revelaram um alto grau de governança. No entanto, percebeu-se disparidades no que concerne às ações voltadas para o desenvolvimento do turismo no município. Além disso, observou-se que a governança caracterizada a partir dos resultados do presente estudo, está centrada em um núcleo restrito de atores, os quais determinam o desenvolvimento do turismo em Tiradentes (MG), possibilitando a este estudo, a concepção do termo *Core Governance* para se explicar a governança a partir das Instâncias mapeadas. Ao relacionar essa governança com os preceitos de planejamento, com enfoque nos indicadores de desenvolvimento cunhados pelo presente estudo, identificou-se um ordenamento do turismo, com perspectivas conflitantes aos apregoados nesta dissertação, o que permitiu concluir que o turismo em Tiradentes (MG) ainda é visto como a ‘galinha dos ovos de ouro’ para o desenvolvimento local, cujas percepções apontam para uma operacionalização com base no crescimento econômico de curto prazo, em detrimento de ações essenciais para a coesão social, a conservação da cultura e das tradições autóctones e, a preservação dos bens materiais e imateriais, que fazem parte do acervo turístico do município, ainda que se manifestem intenções sobre tal desenvolvimento.

Palavras-chave: Governança. Planejamento Turístico. Desenvolvimento. Instâncias Deliberativas Coletivas. Tiradentes (MG).

ABSTRACT

MEDIOTTE, Elias José, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2020. **Governance Assessment in Collective Deliberative Instances and its relationship with Tourism Planning in the municipality of Tiradentes (MG)**. Adviser: Magnus Luiz Emmendoerfer. Co-advisers: Hugo Marco Consciência Silvestre and Fábila Trentin.

The main objective of this study is to evaluate the governance of Collective Deliberative Instances that work in tourism planning in the municipality of Tiradentes, MG, Brazil. The methodological procedures used in the study correspond to the quantitative and qualitative approaches, and in the quantitative approach, we used the Descriptive Statistical Analysis from the Data Collection Instrument, elaborated with the reinforcement of the bibliographic research existing in the Literature Review of the present study. In the qualitative approach, documentary and field research was sought, based on non-participant observation and the snowball technique. Content analysis was also adopted through thematic analysis, in order to unveil the existing nuclei in the communication process, theoretical and empirical. As a result, it was identified that the mapped Instances revealed a high degree of governance. However, disparities were perceived with regard to actions aimed at the development of tourism in the municipality. In addition, it was observed that the governance characterized from the results of the present study, is centered on a restricted group of actors, who determine the development of tourism in Tiradentes (MG), enabling this study to conceive the term Core Governance to explain governance from the mapped Instances. When relating this governance to the planning precepts, focusing on the development indicators coined by the present study, a tourism order was identified, with conflicting perspectives to those proclaimed in this dissertation, which allowed us to conclude that tourism in Tiradentes (MG) is still seen as the 'goose that lays golden eggs' for local development, whose perceptions point to an operationalization based on short-term economic growth, to the detriment of essential actions for social cohesion, the conservation of indigenous culture and traditions and , the preservation of material and immaterial goods, which are part of the municipality's tourist collection, even if intentions about such development are manifested.

Keywords: Governance. Tourism Planning. Development. Collective Deliberative Instances. Tiradentes (MG).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Interação entre as dimensões de desenvolvimento sustentável.....	42
Figura 2	Localização Geográfica de Tiradentes (MG).....	49
Figura 3	Estrutura Organizacional da Prefeitura de Tiradentes (MG) – Plano Diretor...	50
Figura 4	Cálculo utilizado para medir a Cooperação.....	64
Figura 5	Cálculo utilizado para medir a Coordenação.....	65
Figura 6	Cálculo utilizado para medir a Colaboração.....	67
Figura 7	Grau de Governança do Indicador Cooperação do COMTUR.....	84
Figura 8	Grau de Governança do Indicador Coordenação do COMTUR.....	86
Figura 9	Grau de Governança do Indicador Colaboração do COMTUR.....	89
Figura 10	Grau de Governança do COMTUR.....	93
Figura 11	Grau de Governança do Indicador Cooperação do COMDUR.....	94
Figura 12	Grau de Governança do Indicador Coordenação do COMDUR.....	97
Figura 13	Grau de Governança do Indicador Colaboração do COMDUR.....	99
Figura 14	Grau de Governança do COMDUR.....	102
Figura 15	Contextualização da Governança do Turismo.....	104
Figura 16	Rede do Turismo em Tiradentes (MG).....	107
Figura 17	Governança do Turismo em Tiradentes (MG).....	111
Figura 18	Problemas públicos emergenciais em Tiradentes (MG).....	114
Figura 19	Fechamento da Rua do Chafariz – Centro Histórico de Tiradentes (MG).....	118
Figura 20	Esgoto a céu aberto no Centro Histórico de Tiradentes (MG).....	119
Figura 21	Lixo exposto em rua de Tiradentes (MG).....	120
Figura 22	Índice de Evasão Escolar de Tiradentes (MG) – 2016/2019.....	121
Figura 23	Projeto Educacional de Conscientização Infantil “Desafio Tiradentes”	123
Figura 24	Contextualização das Entrevistas em Tiradentes (MG).....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estruturas de Governança.....	23
Quadro 2	Definições sobre Governança.....	25
Quadro 3	Características da Cooperação, Coordenação e Colaboração.....	31
Quadro 4	Indicadores de Governança.....	32
Quadro 5	Efeitos do Turismo em nível local.....	33
Quadro 6	Fatores relevantes para o planejamento turístico.....	37
Quadro 7	Discussões sobre Desenvolvimento Sustentável.....	40
Quadro 8	Desenvolvimento Sustentável e Planejamento Turístico Sustentável.....	44
Quadro 9	Indicadores de Desenvolvimento no Turismo.....	46
Quadro 10	Síntese da estrutura de Coleta e Análise dos Dados por Objetivos.....	54
Quadro 11	Codificação dos Participantes da Pesquisa.....	59
Quadro 12	Classificação do Grau de Governança.....	63
Quadro 13	Síntese das Atas de Reuniões COMTUR 2016 - 2018.....	76
Quadro 14	Síntese das Atas de Reuniões COMDUR 2016 - 2019.....	78
Quadro 15	Grau de Governança no COMTUR x COMDUR.....	102
Quadro 16	Mapeamento da Rede de Turismo em Tiradentes (MG).....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030	41
Tabela 2	Síntese dos Percentuais dos Indicadores de Governança	69
Tabela 3	Caracterização Sociodemográfica PP: Representantes das IDCs Mapeadas.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AART	Associação dos Artesãos de Tiradentes
AFAT	Associação Feira de Artesanatos de Tiradentes
AMAT	Associação dos Moradores do Bairro da Torre
ASSET	Associação Empresarial de Tiradentes
CADASTUR	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CAT	Associação dos Artesãos
CCSYA	Centro Cultural Sesiminas Yves Alves
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Direitos da Criança e Adolescente
CML	Conselho do Museu da Liturgia
CMPCP	Conselho Políticas Culturais e Patrimônio
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CODEMA	Conselho do Meio Ambiente
COMDUR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CTTI	Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes
DC	Defesa Civil
DMOs	<i>Destination Management Organizations</i>
DT	Destinos Turísticos
FIRJAN	Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICD	Instrumento de Coleta de Dados
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDC	Instância Deliberativa Coletiva
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IHGT	Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTur	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Participante da Pesquisa
PPPs	Parcerias Público-Privadas
SCBVT	Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes
SMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMTCEL	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1. A PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA	20
2.1.1. Definindo a Governança.....	21
2.1.2. Panorama bibliográfico da Governança	24
2.1.3. Indicadores de Governança	27
2.2. O PLANEJAMENTO TURÍSTICO E O DESENVOLVIMENTO	33
2.2.1. Concepções do planejamento turístico em nível local	33
2.2.2. Aspectos evolutivos e conceituais de desenvolvimento.....	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.1. Unidade de Análise	48
3.2. Sistematização do Estudo.....	52
3.3. Coleta dos Dados.....	55
3.4. Análise dos Dados.....	60
3.5. Limitações da Pesquisa	71
4 INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS COLETIVAS DO TURISMO EM TIRADENTES.....	72
4.1. O Conselho Municipal de Turismo de Tiradentes - COMTUR.....	74
4.2. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Tiradentes - COMDUR.....	75
5 A GOVERNANÇA DO TURISMO EM TIRADENTES	82
5.1. A Governança no COMTUR.....	83
5.2. A Governança no COMDUR.....	94
6 O PLANEJAMENTO TURÍSTICO E A GOVERNANÇA EM TIRADENTES.....	104
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
8 REFERÊNCIAS	138
APÊNDICE A. Instrumento de Coleta de Dados – OE2 (Identificar o grau de governança nas IDCs mapeadas).....	153
APÊNDICE B. Modelo de Entrevista roteiro semiestruturado aplicado no COMTUR	163
APÊNDICE C. Modelo de Entrevista roteiro semiestruturado aplicado no COMDUR.....	166
APÊNDICE D. Modelo de Entrevista com roteiro semiestruturado aplicado AFAT.....	169
APÊNDICE E. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	172
APÊNDICE F.: Cálculo de Mensuração do Grau de Governança – COMTUR.....	173
APÊNDICE G.: Cálculo de Mensuração do Grau de Governança – COMDUR.....	177

ANEXO A.: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Brasil – IBGE	181
ANEXO B.: Modelo Internacional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Turismo	183
ANEXO C.: Autorizações da Pesquisa	186
ANEXO D.: Protocolo 2019/000000496-P.....	189
ANEXO E.: Ato de Posse COMTUR – Biênio 2018/2019	191
ANEXO F.: Nomeação Membros COMDUR – Portaria nº 11 de 28 março de 2019	193
ANEXO G.: Relação Contribuintes Atividade econômica: Pousadas e Lanchonetes	195
ANEXO H.: Calendário Oficial de Tiradentes – Ano 2019.....	199
ANEXO I.: Análise das Atas de Reuniões do COMTUR (2016 a 2018)	200
ANEXO J.: Análise das Atas de Reuniões do COMDUR (2016 a 2019).....	223

1 INTRODUÇÃO

Os municípios no Brasil são entes federativos com autonomia para governar seu território com base em dimensões políticas, administrativas e financeiras, regidos por Lei Orgânica específica. Compete aos municípios, entre outras atribuições, “legislar sobre assuntos de interesse local” e “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (BRASIL, 1988/2017, Art. 30, p. 34). Quanto ao turismo, é também de responsabilidade dos municípios promovê-lo e incentivá-lo, visando ao desenvolvimento social e econômico, segundo o artigo 180 da CF/88 (BRASIL, 1988/2017).

É esperado que os municípios sigam orientações definidas em políticas e agendas públicas de entes nacionais (Governo Federal – Plano Nacional de Turismo¹) ou supranacionais como a Organização das Nações Unidas - ONU² para resolver problemas públicos em nível local. Portanto, para implementar essas agendas e políticas os municípios que são considerados destinos turísticos têm criado unidades organizacionais específicas para desenvolver o turismo.

Os municípios turísticos, principalmente aqueles em destaque nos estudos de categorização do Mapa do Turismo³, contam com Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) que fomentam as cooperações intermunicipais e intramunicipais, objetivando promover o desenvolvimento a partir do planejamento turístico. Entre as IDCs, coordenadas pelo governo local, destaca-se o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. Este espaço, que pode ser consultivo e/ou deliberativo, geralmente é responsável pelas discussões sobre planejamento e implementação de políticas públicas de turismo, em nível municipal.

Além do COMTUR, as instâncias deliberativas para o turismo podem ser não estatais, cujos compromissos também constituem o planejamento turístico visando o desenvolvimento local, e à cooperação inter ou intramunicipais. Especificamente, em destinos turísticos as instâncias podem ser, quando estatais, em forma de conselho, fórum ou consórcio regional de municípios (BRASIL, 2013), e quando privadas, normalmente, sob a forma de associações.

¹ Após a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, o turismo se legitima no Brasil com a sanção da Lei Geral do Turismo 11.771/2008 (BRASIL, 2016), na qual se dispõe o principal instrumento estratégico de implementação da Política Nacional de Turismo, denominado Plano Nacional de Turismo (PNT) tendo entre as suas diretrizes planejar, desenvolver e estimular o turismo a nível local, regional, nacional e internacional (BRASIL, 2018a).

² A ONU desenvolveu juntamente com 193 países, em 2015, diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável, contidos na Agenda 2030 baseados em 17 objetivos e suas 169 metas (ONU, 2016a).

³ O Mapa do Turismo é um instrumento que delimita o espaço territorial no qual o Ministério do Turismo (MTur) deverá atuar. Para que o município faça parte do Mapa, é preciso que possua pelo menos “um órgão responsável pela pasta de turismo” e que “tenha orçamento para investir no turismo”, ambos previstos em termo de compromisso assinado com o MTur (BRASIL, 2017, p. 7).

Além disso, pressupõe-se que as IDCs possuam evidências⁴ de governança, já que contam com a participação de representantes da sociedade e das relações intra e interorganizacionais públicas e privadas.

Governança é um “paradigma político que diferencia redes, hierarquias e mercados e adota modos mais plurais para governar” (TRENTIN, 2016, p. 652). Envolve não só a cooperação entre parcerias público-públicas via agências governamentais e setor público, mas também os *stakeholders*, compostos pelos atores não públicos: agentes privados (associações de classe, empresa-líder), sociedade civil e entidades do terceiro setor (TRENTIN, 2016; SECCHI, 2013; KISSLER; HEIDEMANN, 2006). Como a governança é um termo cercado por vários formatos, interpretações, visões e enfoques (GONZÁLES, 2014), muitas vezes, sua concepção se confunde com Co-concessão da gestão pública à iniciativa privada para fornecer serviços públicos aos cidadãos (ROSENBLOOM; HAHM, 2010; OSBORNE, 2006; SOWA; LU, 2017; BEL *et al.*, 2018; IMASATO *et al.*, 2010; DIEFENBACH, 2009; COSSALTER, 2004). No entanto, este conceito perpassa os critérios de Co-concessão para a Cocriação e Coprodução de ações coletivas, geralmente deliberadas nas instâncias de governança (FERNANDES, 2017; POLLITT; BOUCKAERT, 2011), às quais concentram o poder local e onde o turismo é planejado.

A partir de um arcabouço proveniente de estudos bibliográficos, os quais poderão ser contemplados adiante, especificamente na revisão de literatura do presente estudo, definiu-se a governança como uma construção sociopolítica dotada de valor, a qual depende dos atores e grupos envolvidos em uma rede, suas aspirações e valores, e as decisões que eles tomam sobre questões como responsabilidade, transparência, participação, comunicação, compartilhamento de conhecimento, eficiência e equidade. Tal definição subsidiará todo o percurso epistemológico e suas proposições relativas ao tema deste trabalho.

Com base na governança, o planejamento turístico representa uma ação fundamentada a um processo dirigido à participação e à integração efetiva entre instituições e cidadãos, cujas ações estratégicas contemplem o desenvolvimento local. Portanto, o planejamento é um importante elemento regulador da racionalidade humana possibilitando que a tomada de decisão influencie positivamente a definição de objetivos, metas e métodos, prazos, recursos disponíveis e prováveis para o desenvolvimento sustentável nos destinos turísticos (ALMEIDA, 2006). As questões sobre o desenvolvimento local demandam estratégias que envolvem a

⁴ As evidências de governança serão constituídas e referidas no presente estudo através da sua classificação de mensuração por meio dos graus contidos nos intervalos predefinidos, sendo Ausentes, Incipientes, Moderadas, Avançadas e Plenas, assim descritas no Quadro 12 desta pesquisa.

governança através de ações coparticipativas, propostas a partir de um planejamento como processo negocial, com o qual as decisões são coordenadas através de formalizações consensuais entre todos os atores integrantes da rede⁵ de governança (ALVES, 2001). Com enfoque no turismo, essas questões carecem de planejamento que permita o desenvolvimento econômico, a preservação da biodiversidade e o aumento da qualidade de vida e do bem-estar da população.

Em síntese, segundo Alker e McDonald (2003), os objetivos do planejamento do turismo devem abarcar o progresso social, a proteção e conservação do meio ambiente e das tradições culturais, o uso sustentável dos recursos naturais, a manutenção e a promoção de altos níveis de crescimento econômico, emprego e renda, de forma estável. Neste caso, considera-se que o planejamento, promovido pela governança a partir das IDCs sugere o conceito de integração e sustentabilidade, e visa alcançar de forma induzida o desenvolvimento sustentável, no contexto do turismo.

Diante do exposto e a partir da proposição de que as instâncias deliberativas são espaços coletivos de decisão e que são constituídas por uma rede interorganizacional, composta por atores públicos e *stakeholders* para desenvolver o turismo, algumas inquietudes emergentes precisam ser consideradas, quais sejam: questiona-se se a noção de governança tem sido tratada de forma atomizada e dedutiva no turismo. Isto posto, se essa noção tem sido constituída como algo *taken for granted*, ou seja, dado como pronto e inerente às IDCs.

Neste sentido, parte-se do pressuposto que cada IDC revele a governança de forma variável, em graus que possam diferenciá-las quanto às suas atuações no turismo. Somado a isso, também pressupõe-se que elementos relacionados ao desenvolvimento estão sendo operacionalizados no planejamento turístico. Neste caso, torna-se fulcral compreender de que forma e quais conteúdos têm sido introduzidos no planejamento para o turismo.

Tais inquietudes, chamam a atenção de que é possível que nem toda IDC considera em seu planejamento elementos concretos de desenvolvimento. Além disso, também presume-se que a efetividade da IDC pode se resumir ou limitar ao formalismo; ao atendimento de uma lei ou necessidade de captação de recursos de outros entes federativos como por exemplo, o ICMS turístico. Isto pode sinalizar dificuldades para que a democracia e o exercício da cidadania se consolidem no setor turístico, bem como se desenvolvam problemas mais abrangentes, para além da dimensão econômica centrada no crescimento, e na forma limitada de enfrentar os

⁵ Não se propõe neste estudo explorar a sistematização do conceito de redes, mas limitar-se a compreender que existem atores e organizações formando uma interdependência, interrelação e interligação, na qual pressupõe-se que exista uma reciprocidade no que concerne o desenvolvimento do turismo local.

clássicos e contemporâneos impactos negativos do turismo. Destarte, supõe-se também que essas IDCs estejam mais concentradas na promoção do destino turístico “e os retornos de curto prazo do que com investimento estratégico e sustentabilidade” (HALL, 2004, p. 41). Eis, portanto, o problema a ser investigado e melhor compreendido nesta pesquisa, constituindo-se como pergunta norteadora: **De que forma a governança ocorre nas Instâncias Deliberativas Coletivas e se relaciona com o planejamento do turismo em destinos turísticos no Brasil?**

Para responder a esta pergunta, escolheu-se como *locus* da pesquisa o município de Tiradentes, Minas Gerais. Os critérios que motivaram e justificam tal escolha foram:

- Decidiu-se trabalhar com um município de MG, pois este estado apresenta o maior número de destinos potenciais de turismo, categorizados no Mapa do Turismo e por ter o maior acervo cultural e histórico do país, declarado pela Unesco (2018).
- Somado a isso, o município faz parte do projeto “**Governança e Desenvolvimento Turístico**: Uma análise de destinos turísticos nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais” com fomento e financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Processo **429443/2016-1 (36 meses)**, de 01 de agosto de 2016 **até 31 julho de 2019**, no qual são pesquisados os seguintes destinos turísticos: Paraty (RJ), Angra dos Reis (RJ), Petrópolis (RJ), Búzios (RJ), Tiradentes (MG), Ouro Preto (MG) e Diamantina (MG). Dentre os municípios mineiros, **Tiradentes (MG)** se destacou por apresentar o turismo como principal atividade econômica (IBGE, 2016) e pelo resultado da Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2018b), cujo estudo o elevou à Categoria A.

Argumenta-se, ainda, que a partir de buscas realizadas em bases científicas como *Spell*, *Scielo*, *Web of Science* entre outras, não foram identificadas pesquisas publicadas na comunidade científica internacional e nacional, que focalizem a avaliação da governança em sentido amplo ou específico, como se propõe o presente estudo, bem como, relacionando-a ao processo de planejamento turístico sob a lente do desenvolvimento em nível local, no contexto de destinos turísticos, o que acentua o ineditismo deste trabalho tornando a presente dissertação original ao se estudar tal tema.

Desta forma, considerando o município de Tiradentes (MG) como *locus* empírico para se obter dados para responder à questão de pesquisa, traçou-se os seguintes objetivos, que auxiliarão no direcionamento das atividades que serão realizadas e descritas posteriormente nos procedimentos metodológicos.

Objetivo Geral

Avaliar a governança das Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) que atuam no planejamento turístico do município de Tiradentes, MG, Brasil.

Objetivos Específicos

- Mapear as IDCs que atuam no setor turístico no município em estudo;
- Identificar o grau de governança nas IDCs mapeadas;
- Analisar a relação do planejamento turístico com a governança identificada nas IDCs do município em estudo.

A presente dissertação está estruturada em sete capítulos, sendo o primeiro, este, a Introdução, na qual contextualiza o tema proposto. No segundo capítulo, constituído pela Revisão de Literatura, onde são apresentadas através de uma ampla pesquisa bibliográfica, a perspectiva e a definição sobre governança, bem como apresentando um panorama bibliográfico da governança e seus indicadores, os quais foram criados a partir de tal arcabouço e que foram de suma importância para a construção do Instrumento de Coleta de Dados (ICD) (APÊNDICE A), utilizado para identificar o grau de governança nas IDCs mapeadas.

O segundo capítulo também perpassa a contextualização do Planejamento e do Desenvolvimento, cuja concepção está compreendida no presente trabalho como Sustentável, pois acredita-se que na atualidade, o termo desenvolvimento está inevitavelmente correlacionado à sustentabilidade, abrangendo aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, para além do viés estritamente economicista. Indicadores de desenvolvimento foram criados, também por uma ampla pesquisa bibliográfica, os quais foram determinantes para a elaboração do roteiro semiestruturado (APÊNDICES B, C e D) utilizado nas entrevistas com os representantes das IDCs mapeadas, durante a pesquisa de campo.

O terceiro capítulo consta com os Procedimentos Metodológicos, apresentando a unidade de análise, a sistematização do estudo e as técnicas utilizadas para o alcance dos objetivos propostos, bem como o percurso realizado na coleta de dados, a codificação dos participantes da pesquisa, a análise dos dados e as limitações da pesquisa. Os capítulos seguintes correspondem aos resultados:

O quarto capítulo refere-se ao Mapeamento das IDCs em Tiradentes (MG), às quais foram o objeto de pesquisa do presente estudo, no qual utilizou-se do método qualitativo, em especial, a técnica de *snowball*. O quinto capítulo aborda a Mensuração do Grau de Governança

das IDCs mapeadas, através da pesquisa quantitativa, por meio da análise estatística descritiva a partir das respostas obtidas pelos participantes da pesquisa, mediante o ICD.

O sexto capítulo aborda a atuação dos atores responsáveis pelas IDCs mapeadas, relacionando o Planejamento Turístico em Tiradentes (MG) com a Governança institucionalizada nessas IDCs, no qual foi possível criar um fluxo da governança, a partir do referencial bibliográfico utilizado e apresentado no presente estudo, bem como criar um fluxo da governança local, segundo os construtos adquiridos por este trabalho. Ressalta-se que tais fluxos foram originalmente cunhados a partir dos resultados obtidos por esta dissertação, bem como o termo *Core Governance*⁶ no turismo, que também é uma constituição original proveniente dos resultados desta pesquisa, o que evidencia o ineditismo do presente trabalho.

O capítulo sete apresenta as Considerações Finais da pesquisa, seguido pelas referências bibliográficas empregadas nesta dissertação.

⁶ *Core Governance* é um termo originalmente criado pelo presente estudo referindo-se a uma governança centrada em um núcleo de atores, os quais determinam o desenvolvimento do turismo no destino turístico. Este termo será evidentemente discutido no capítulo seis, do presente estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA

A governança surgiu a partir do momento em que a Administração buscava por respostas, com base em inúmeras teorias que apresentassem a resolução quanto aos dilemas entre governo, serviços públicos, transparência, *accountability*, interação, cooperação e cidadãos. Após a introdução de modelos e técnicas do setor privado na gestão pública, além das formações de redes interorganizacionais, a Administração Pública pretende através da coordenação, cooperação e colaboração obter a participação na coprodução de políticas públicas, não só dos atores da iniciativa privada, mas também de todos os *stakeholders*, e com isso tornar-se mais inclusiva, eficiente e atraente aos cidadãos (FONTES FILHO, 2014).

[...] a perspectiva de integração dos *stakeholders* com vistas ao atendimento de múltiplas demandas da sociedade é muito importante, sobretudo quando se trata das novas formas de governança que se desenvolveram a partir da ciência política. [...] A elevação das expectativas dos cidadãos e o crescente acesso à educação e informação, evidenciam a necessidade dos governos criarem possibilidades para que os diversos *stakeholders* participem efetivamente dos assuntos públicos (COSTA, 2014, p. 41 e 47).

Encontra-se na literatura que a governança possa ser promotora de confiabilidade e legitimidade no processo de formulação de políticas públicas e resolução de problemas sociais (TRENTIN, 2016; KLIJN, 2012), e que a partir desse processo o desenvolvimento seja mais promissor, tendo em vista o envolvimento das parceiras público-privadas (FERNANDES, 2017; SILVA *et al.*, 2013) e de forma institucionalizada, a participação e a cooperação da comunidade civil, visando, inclusive, a melhoria nos serviços públicos (PROVAN; MILWARD, 2001; OSBORNE, 2006; POLLITT; BOUCKAERT, 2011; BLAIR, 1999).

A noção de governança como teoria também tem sido extremamente significativa (ANSELL; GASH, 2008; KOOIMAN, 2003; PIERRE, 2000; PIERRE; PETERS, 2005), ao mesmo tempo em que sugere que o próprio termo governança ainda carece de uma definição mais precisa na literatura, reiterando assim o seu caráter polissêmico e multidimensional (BARRET, 2002), com o qual é aplicado nos estudos acadêmicos.

Para que uma governança possa ser eficaz e abranger os objetivos coletivos através de ações colaborativas, dependerá de estruturas e processos institucionais, de recursos relacionais e de um conjunto de habilidades disponíveis. As estruturas institucionais podem ser formais, informais e colaborativas, às quais constituem as organizações e moldam a sua base, concedendo-lhes autonomia, autoridade, coerência interna e disciplina organizacionais.

A literatura de governança demonstra que desde a década de 1970 houve um enfoque nas formas de organização do mercado, as quais tiveram uma série de implicações quanto a capacidade do governo para governar (MEZA *et al.*, 2016). O crescimento econômico, a competitividade entre organizações e a disseminação dos poderes locais favoreceram as formações de estruturas de governança, como redes, parcerias público-privadas (PPPs), terceirizações e criações de corporações estatutárias (JENKINS; DREDGE, 2007; BEAUMONT; DREDGE, 2010).

No contexto do turismo, a partir da década de 1990, a literatura sobre política pública de turismo começou a se modificar, abordando a noção de governo para governança (GREENWOOD, 1993; HALL, 1999). Tal mudança tem implicações significativas para o desenvolvimento do turismo sustentável, uma vez que influencia fatores como as relações entre os atores políticos, a capacidade do Estado de agir, a seleção de instrumentos e indicadores de políticas e, potencialmente, até mesmo a definição de problemas políticos (HALL, 2011).

Os debates sobre políticas de turismo podem refletir várias questões que abarcam desde a sustentabilidade, o bem-estar da comunidade, a coesão social e a redução da pobreza. No momento em que essas questões são incorporadas à política, pode-se dizer que elas representam a forma que os atores públicos e *stakeholders* trabalham juntos (JENKINS; DREDGE, 2007; HALL, 2008), e como diferentes interesses, ideias, valores e conhecimento são contestados, negociados e introduzidos, ou descartados (BEAUMONT; DREDGE, 2010).

2.1.1. Definindo a Governança

Governança é um ideal relacionado a um paradigma político quanto à mudança na forma de governar, e não um governo (TRENTIN, 2016). As formas de governança são definidas com base na capacidade de governar e administrar uma rede de atores e organizações.

Os elementos-chave de governança são compreendidos como “novas atividades governamentais que não ocorrem exclusivamente através de governos” (YEE, 2004, p. 487). Além disso, a governança é empregada para “denotar uma representação conceitual e teórica do papel do Estado na coordenação dos sistemas socioeconômicos” (HALL, 2011, p. 7), através da construção de relações de redes e PPPs (RHODES, 1997) e entre o Estado, representado pela gestão pública, e os *stakeholders* (PIERRE; PETERS, 2000).

As redes têm sido propostas como uma forma de integrar diferentes perspectivas políticas, embora a capacidade de integração possa depender da inclusão do processo de planejamento, das condições e expectativas que influenciam as decisões dos atores, e da

construção de relações de corporativismo (HOVIL; STOKKE, 2007). Essa abordagem é muito influenciada pelo comunitarismo e pelas demandas que visam um envolvimento mais direto dos cidadãos (PIERRE; PETERS, 2000; PUTNAM, 2001; ETZIONI, 1993; DOHERTY; ETZIONI, 2003; HALL, 2011).

No contexto da governança baseada em redes, Rhodes (1997) explica que existem arranjos constituídos por redes de atores e interorganizacionais. A primeira se refere a interrelação pessoal e auto-organização, enquanto a segunda sugere a formação de vínculos interorganizacionais, constituídos por autoridades organizacionais autônomas ou pelo conjunto de instituições e transações institucionais (BEVIR; RHODES, 2001), as quais se organizam para prestar serviços públicos.

As redes de atores são feitas de fios e nós. Assim, os fios representam as expectativas, objetivos e demandas em relação à atuação dos atores, e os nós representam os próprios atores e suas ações conjuntas. Juntos, eles constituem a estrutura de uma rede. A rede tem a função de reunir atores com interesses parcialmente diferenciados e parcialmente conflitantes, viabilizando seu trabalho conjunto. Os atores estão presos à rede, ou seja, não podem agir de acordo com seus interesses particulares tanto quanto talvez gostariam. Devem sujeitar-se aos processos de negociação, aceitar os resultados negociados e ajustar-se uns aos outros (KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p. 483).

Em âmbito local, as organizações denominadas Instâncias Deliberativas Coletivas (BRASIL, 2013) são responsáveis por fomentar as cooperações intra e intermunicipais, objetivando promover o desenvolvimento sustentável. Estes espaços, que podem ser consultivos e/ou deliberativos e geralmente são responsáveis pelas discussões sobre planejamento e implementação de políticas públicas, e que segundo Teles (2011) são constituídas por conselhos, fóruns, associações, agências, entre outras, bem como demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1: Estruturas de Governança

Tipo	Descrição
Conselho	Órgão ou instância colegiada de caráter permanente, deliberativo e/ou consultivo, que por vezes integra a estrutura básica da secretaria ou órgão equivalente e tem sua composição, na organização e competência fixados em lei. Os Conselhos têm o papel de estabelecer a mediação das relações sociedade/Estado. A partir da Constituição de 1988, leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito constitucional à participação, por meio de Conselhos com composição paritária entre representantes do Poder Executivo e da sociedade civil.
Fórum	Compreendido como reunião, congresso, conferência que envolve debate de um tema. É um espaço democrático que serve como instrumento de comunicação, reflexão, debate, intercâmbio, articulação, ajuda mútua na solução de dúvidas e problemas, exposição de ideias, opiniões e sugestões sobre um determinado tema. No fórum as pessoas podem se reunir para discutir sobre um determinado assunto por meio de debates temáticos, criação de agendas e pautas de discussão, articulação política, social, cultural e econômica, proposição e organização de atividades coletivas, sempre com um propósito determinado.
Associação	Pessoa jurídica, formada por vários indivíduos que se organizam de forma democrática para realização de atividades sem fins lucrativos, em defesa de seus interesses. Distingue-se de outras entidades pela dupla identidade dos associados, que serão, ao mesmo tempo gestores e usuários. Suas principais características são: - Entidades de direito privado e não público; - Constituídas pela reunião de duas ou mais pessoas físicas e/ou jurídicas para realização de objetivos comuns; - Tem patrimônio formado pela contribuição dos participantes por doações, subvenções, etc.; - Podem ter finalidades alteradas pelos associados, em assembleia geral; - Deliberam livremente, em assembleia geral, por meio do direito de voto de cada associado.
Agência	Organização técnico-institucional de caráter executivo que atua na identificação, elaboração, implementação e monitoramento de projetos de desenvolvimento setorial ou territorial. Os aspectos mais relevantes de uma agência são: - Ser aceita e entendida pelas estruturas políticas e institucionais; - Traduzir todos os seus objetivos em projetos e atividades concretas; - Coordenar esforços com outras organizações regionais já existentes; - Mobilizar os recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à sua estrutura básica e necessários à implementação de novos projetos; - Ter autonomia e independência institucional necessárias para tomar suas próprias decisões no contexto regional; - Revelar forte desempenho do pessoal técnico, de modo a obter resultados concretos.

Fonte: Extraído e Adaptado de Teles (2011, p. 49).

Pressupõe-se nesta pesquisa que as Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) possibilitam a institucionalização de espaços para discussões a respeito de temas relevantes às necessidades de determinada comunidade, de forma consensual, considerando que durante esse processo conflitos de interesse poderão surgir. Importante salientar que o quanto maior o grau de governança nas IDCs, mais democráticas elas se tornam, e conseqüentemente a realização do planejamento de ações viabiliza as tomadas de decisão. Portanto, entende-se que nas IDCs,

o planejamento do turismo envolve uma multiplicidade de atores e ideias que vão além da definição de “um plano, projeto ou programa” (SOARES, 2012, p. 12).

Apesar de compreender que as IDCs sejam espaços ideais para a governança, seja pública ou privada, é possível também identificar certos desacertos em relação ao planejamento, quando os atores presentes nestes espaços não possuem clareza sobre as atividades a serem planejadas e ao que deverá ser feito em seguida, quando não possuem capacidades e gestão administrativas, e quando as interferências de muitos atores dificulta o processo de tomadas de decisão (SOARES, 2012; ACERENZA, 2003).

2.1.2. Panorama bibliográfico da Governança

A governança tem recebido atenção considerável no planejamento do turismo devido às maneiras pelas quais podem facilitar a coordenação de interesses e recursos públicos e/ou privados (BEAUMONT; DREDGE, 2010; HALL, 2008; SCOTT *et al.*, 2008).

Na visão de Costa (2014), os estudos sobre a governança tiveram suas raízes nos países anglo-saxões, como o Reino Unido, a Nova Zelândia e a Austrália, além das contribuições acadêmicas advindas da Alemanha, Dinamarca e Holanda (SORENSEN; TORFING, 2005). Importante ressaltar que “foi a longa tradição de envolvimento da sociedade na defesa de seus interesses junto ao Estado que abriu caminho para as novas formas de governança na Europa, cujas bases principais são as redes e parcerias” (COSTA, 2014, p. 47).

Para auxiliar na compreensão sobre o conceito de governança, são apresentadas no Quadro 2, definições sobre o termo de acordo com a perspectiva presente nas literaturas internacional e nacional.

Quadro 2: Definições sobre Governança

Literatura Internacional	Autor (es)	Definição de Governança
	World Bank (1992, p. 3)	Em nível macro, a governança é definida como “a maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país, visando o seu desenvolvimento.”
	Kickert (1997, p. 6)	Ultrapassa os limites da eficiência e da eficácia para a gestão de redes complexas, constituídas por diferentes atores com interesses conflitantes. Deste modo, pode ser definida como " padrões (mais ou menos) estáveis de relações sociais entre atores interdependentes, que tomam forma em torno de problemas políticos e/ou programas de política."
	Rhodes (1997, p.15)	“... auto-organização, redes interorganizacionais caracterizadas pela interdependência, troca de recursos, as regras do jogo e uma autonomia significativa do Estado.”
	O’Toole (1997)	Estruturas de interdependência envolvendo múltiplas organizações públicas e privadas, em que uma unidade não é mera subordinada das outras em arranjos hierárquicos.
	Pierre e Peters (2000)	Capacidade de coordenar e tornar coerentes as ações e comportamentos de uma multiplicidade de atores – instituições políticas, empresas privadas, sociedade civil, instituições internacionais – que perseguem objetivos diferenciados.
	Löffler (2001, p. 212)	“... têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.”
	Lynn, Heinrich e Hill (2001)	Combinação de mecanismos verticais e horizontais que possibilitam a coordenação de diferentes atores em direção ao atingimento de objetivos comuns.
	Knill e Lehmkuhl (2002, p. 43)	“... modos de coordenação de ações individuais, como hierarquias, redes, associações ou mercados.”
	Atkinson (2003, p. 103)	“... envolve processos em que determinada ordem social é alcançada, as metas são decididas, as políticas elaboradas e os serviços são prestados.”
	Bovaird e Löffler (2003)	Conjunto de regras, estruturas e processos formais e informais que definem a maneira que indivíduos e organizações podem exercer poder sobre as decisões que lhes afetam.
	Kooiman (2003)	Conjunto de interações utilizadas para solucionar problemas públicos e criar oportunidades sociais, incluindo a formulação e aplicação de guias de orientação para estas interações e as providências relacionadas às instituições para viabilizá-las e controlá-las.
	Sorensen e Torfing (2005)	Articulações horizontais relativamente estáveis de atores interdependentes, porém autônomos que interagem através de negociações que ocorrem em um quadro regulatório, normativo, cognitivo e imaginário que é autorregulado dentro dos limites estabelecidos pelas forças externas e contribui para o alcance dos propósitos públicos.
	United Nations (2007, p. 4)	“... participativa, transparente e responsável. Abrange as instituições do Estado e suas operações e inclui organizações do setor privado e da sociedade civil.”
	Borzel (2010)	Conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e independente, que vincula uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em referência a uma política e intercambiam recursos, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar as metas comuns.
	Didehvar e Danaeefard (2010)	Envolve técnicas e reconfigurações das redes interorganizacionais, através da interação entre atores distintos, com objetivos, ideologias e percepções distintas. Sua finalidade é a cooperação e a ação coletiva tendo como principal desafio a gestão de conflitos.

continua...

conclusão.

	Skelcher (2010)	Considera a institucionalização das formas de colaboração através da formalização e informalização, tendo como principais desafios garantir a legitimidade, o consenso e a <i>accountability</i> .
	Hall (2011)	Conjunto de modelos políticos, os quais auxiliam a tomada de decisão para ações coletivas através de um processo democrático envolvendo atores públicos, privados e terceiro setor.
Literatura Nacional	Autor (es)	Definição de Governança
	Ramos (1983, p. 201)	“... um sistema de prestar serviços que funciona com alguma coordenação centralizada de atividades e com a vigência de alguma impessoalidade nas relações humanas.”
	Santos (1997, p. 342)	“... padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, representados não apenas através dos “mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos e grupos de pressão, como também redes sociais informais, hierarquias e associações de diversos tipos.”
	Rosenau (2000, p. 15-16)	“... fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.”
	Diniz (2003)	Conjuntos de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade.
	Frey (2004)	Tendência de gestão compartilhada que, orientada pela lógica governamental, implica compartilhamento no sentido de transformar os atores da sociedade em aliados na busca de melhores resultados referentes ao desempenho administrativo e ao aumento da legitimidade democrática.
	Ronconi (2008)	Processos de co-produção e co-gestão do social envolvendo empresas, governo e sociedade civil, enfatizando a participação ativa, a ação conjunta e a inclusão de cidadãos na comunidade política e gerando espaços públicos, participação e controle social.
	Secchi (2009, p. 349)	“... modelo relacional porque oferece uma abordagem diferenciada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo.”
	Tenório (2011)	Práticas gerenciais que envolvem procedimentos operacionais através de iniciativas de coordenação de ações de um arranjo institucional via normatização e regulamentação de relacionamentos.
	Sartori (2011)	Processo interativo que envolve diversos atores, mecanismos e práticas administrativas, com participação ativa do governo, voltado para uma gestão eficiente e eficaz.
	Trentin (2016, p. 652)	“... paradigma político que diferencia redes, hierarquias e mercados e adota modos mais plurais para governar.”
	Dallabrida (2016)	Capacidade da sociedade organizada de reunir de forma coordenada, via envolvimento e cooperação, atores sociais, econômicos e institucionais.

Fonte: Dados da pesquisa; Raquel e Bellen (2012); Costa (2014, pp. 47-48).

Portanto, a governança será atribuída neste estudo como uma construção sociopolítica dotada de valor, a qual depende dos atores e grupos envolvidos em uma rede, suas aspirações e valores, e as decisões que eles tomam sobre questões como responsabilidade, transparência, participação, comunicação, compartilhamento de conhecimento, eficiência e equidade.

Tendo em vista a sua complexidade, a governança é melhor compreendida a partir da identificação de elementos centrais de coprodução a partir das perspectivas frequentemente referenciadas na literatura quanto à cooperação, coordenação e colaboração dos atores públicos e não públicos em prol de ações coletivas que têm como objetivos o desenvolvimento do turismo. Tais elementos, constituídos pelos termos coordenação, cooperação e colaboração serão adotados nesse estudo como indicadores de governança.

Isto posto, são apresentadas a seguir as concepções sobre cada indicador e sua relação com a governança, apontando para as proposições que auxiliaram na elaboração de categorias e subcategorias de análise. Ressalta-se que esses indicadores foram definidos a partir de um extenso estudo sobre governança (TRENTIN, 2014; THOMSON; PERRY, 2006; GULATI *et al.*, 2012; RING; VAN DE VEN, 1992; BEAUMONT; DREDGE, 2010; HALL, 2008; SCOTT *et al.*, 2008; D'ANGELLA *et al.*, 2010; O'FLYNN, 2008; HIMMELMAN, 1996) e que após a sua definição passaram também a integrar o escopo do projeto do CNPq (**Governança e Desenvolvimento Turístico**: Uma análise de destinos turísticos nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais), supramencionado na Introdução deste estudo.

2.1.3. Indicadores de Governança

A **Coordenação** normalmente envolve a especificação e a operacionalização de mecanismos de compartilhamento de informações, tomadas de decisão e *feedbacks* para unificar e ordenar os esforços dos parceiros e para combinar os seus recursos de maneira produtiva. Portanto, busca garantir que os esforços dos parceiros produzam resultados desejados com perdas mínimas, de forma que esses esforços sejam planejados e organizados a curto, médio e longo prazo (KRETSCHMER; PURANAM, 2008; GULICK; URWICK, 1937). Neste caso, presume-se que a coordenação possa permitir aos parceiros trocar informações e participar de um planejamento conjunto durante a formulação das ações coletivas (RING; VAN DE VEN, 1992; GULATI *et al.*, 2012).

Conforme preconizado por Gulati *et al.* (2012), a coordenação é constituída por um alinhamento ou ajuste deliberado e ordenado das ações dos parceiros para alcançar objetivos determinados, de forma bilateral. Visa um resultado que pode ser caracterizado pela eficiência⁷ e eficácia⁸. Isto posto, de acordo com D'Angella *et al.* (2010), a configuração diversificada de atores, contribuições e recompensas, mecanismos e estruturas de governança revelam uma

⁷ Custo-benefício relativo de projetar e operar mecanismos de coordenação (GULATI *et al.*, 2012).

⁸ Grau em que os esforços de coordenação realmente produzem o alinhamento ou ajuste de ação desejado (GULATI *et al.*, 2012).

variedade de arranjos institucionais, que podem conduzir a uma estratégia deliberada ou um resultado de comportamentos espontâneos e mecanismos de coordenação estabelecidos em um padrão.

Uma forma de se manter a coordenação efetiva através do planejamento e controle das ações coordenadas foi destacada por Antero (2015, p. 41) ao se referir às reuniões periódicas, “em que são discutidos aspectos relacionados à divulgação de informações e controle de atividades”. Deste modo, os contratos de trabalho provenientes destas reuniões podem ajudar a enfrentar os desafios de coordenação, especificando tarefas, papéis e responsabilidades, planos de contingência e respostas, compartilhamento de informações e canais de *feedback* para assegurar que as ações sejam realizadas de forma segura e apropriada (GULATI *et al.*, 2012; ARGYRES; MAYER, 2007; RING; VAN DE VEN, 1992).

Uma concepção ideal para o conceito de Coordenação refere-se a uma divisão de trabalho formal na qual os parceiros deverão executar as suas tarefas visando o alcance de interesses coletivos (RAQUEL; BELLEN, 2012), mesmo quando uma situação sugerir perfeito alinhamento de interesses individuais (GULATI *et al.*, 2012). Espera-se, portanto, que as IDCs promovam o planejamento das ações coletivas, encarregando-se prioritariamente da organização de ações coordenadas que sirvam como um ponto de referência para “novas formas de regulação” (FUINI; PIRES, 2009, p. 291) abrangendo a interrelação entre a gestão pública e os *stakeholders* (GRAY, 1989).

A coordenação também pode promover uma cooperação mais ampla, tendo em vista que os procedimentos formalizados para resolução de problemas, tomada de decisão e gestão de conflitos podem melhorar a previsibilidade das interações e conferir aos parceiros um senso de justiça processual (LUO, 2005).

A **Cooperação** possui importante influência nas relações entre redes interorganizacionais e as parceiras público-privadas, pois tendem a facilitar a coordenação de interesses e recursos públicos e privados necessários quando os parceiros se comprometem a cooperar (BEAUMONT; DREDGE, 2010; HALL, 2008; SCOTT *et al.*, 2008).

Segundo Trentin (2014, pp. 76-77) esse tipo de relação interorganizacional pode oscilar “desde altamente cooperativo até altamente não cooperativos, dependendo do acordo entre os parceiros sobre a disponibilização e apropriação de recursos para o esforço de colaboração.” Portanto, uma vez definidos os parceiros das redes de atores e interorganizacionais envolvidos na governança, torna-se essencial identificar os recursos, as capacidades, o conhecimento e as

habilidades de cada um a fim de que o processo cooperativo possa ser viável, por meio de acordos que considerem as suas expectativas e recompensas (DIAS, 2012).

No momento em que as organizações identificam os recursos dos quais precisam em outras organizações e vice-versa, elas são induzidas a cooperar para alcançar, juntas, objetivos que seriam improváveis de serem alcançados individualmente (SVENSSON *et al.*, 2005), e portanto formam-se as parcerias público-privadas baseadas nas estruturas informais e no consenso estratégico, uma vez que influenciam também a capacidade de inovação (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993) cooperativa. Neste aspecto, dada a interdependência de recursos (dinheiro, tempo, tecnologia etc.), o principal desafio da cooperação é evitar que os parceiros adotem comportamentos contrários ao acordado em relação às suas contribuições e/ou distribuição de recompensas, gerados pelos conflitos de interesses, os quais impossibilitam o consenso e a equidade.

Esses desvios de comportamento podem ser classificados como falhas de cooperação, isto é, quando as organizações se eximem de suas responsabilidades – contribuindo menos do que o acordado – ou tentando reivindicar mais benefícios do que o convencionado através de apropriações indébitas de recursos, pelas barganhas para negociar termos mais favoráveis (GULATI *et al.*, 1994), e até mesmo quando são formadas coalizões, em desacordo com os compromissos previstos na formação da rede.

As relações cooperativas estáveis favorecem as conquistas conjuntas e podem criar um sentimento de interdependência estratégica e antecipação de maiores ganhos no futuro, o que pode aumentar o comprometimento dos parceiros e estabilizando os relacionamentos. Além disso, o comprometimento e a confiança, quando aprimorados, podem, por sua vez, facilitar a isenção de acordos formais, uma vez que os atores têm menor probabilidade de suspeitar de motivos dissimulados uns dos outros (REUER *et al.*, 2002; RING; VAN DE VEN, 1992).

A **Colaboração** possui suas raízes na vida e administração pública americanas. O *ethos* público americano direcionou a colaboração para duas tradições políticas concorrentes: o liberalismo clássico⁹ e o republicanismo cívico¹⁰ (THOMSON; PERRY, 2006), sendo que este

⁹ Ênfase no interesse privado. A colaboração agrega preferências privadas em escolhas coletivas por meio de barganhas de interesse próprio. As organizações formam coalizões, negociam interesses conflitantes entre sistemas de valores concorrentes, expectativas e motivações próprias. São firmados acordos de colaboração para atingir seus próprios objetivos. Acredita-se que nesse processo haja concessões e barganhas desde que todos os interesses individuais sejam atingidos em algum momento, sendo que tais expectativas são concedidas aos que possuem, prioritariamente, maior poder de barganha e persuasão (MARCH; OLSEN, 1989).

¹⁰ Ênfase no compromisso com algo maior que o indivíduo (seja um bairro, Estado). A colaboração é um processo integrador que trata as diferenças como base para a deliberação, a fim de buscar uma “compreensão mútua, uma vontade coletiva, confiança e empatia, e à implementação de (políticas) preferências compartilhadas” (MARCH; OLSEN, 1989, p. 126)

último remete-se a um fator-chave denominado envolvimento. Segundo os estudos de D'Angella *et al.* (2010), o envolvimento parece não estar correlacionado com o volume de recursos financeiros aplicados pelas estruturas das redes, chegando a concluir que a compensação proveniente desses recursos geralmente é indireta, pois perceberam que existem estruturas com alto potencial de recursos e com baixo grau de envolvimento entre os parceiros; e estruturas de governança muito modestas, mas com alto grau de envolvimento. Essas percepções levaram os autores a deduzir que a colaboração eficiente e eficaz não está explicitamente relacionada ao potencial de recursos empregados nas estruturas das redes, mas sim ao grau de envolvimento induzido por essas estruturas, de forma que a ação coletiva possa promover interatividade e decisões conjuntas visando a reciprocidade e confiança mútuas.

Assim, afirma-se que a chave para uma governança efetiva ou ideal esteja fortemente ligada à participação (que sugere o envolvimento), a qual induz à colaboração (SHAW; WILLIAMS, 2004; KICKERT, 1997). Portanto, a colaboração é um processo “através do qual as partes que veem diferentes aspectos de um problema podem explorar construtivamente suas diferenças e buscar soluções que vão além de sua própria visão limitada do que é possível” (GRAY, 1989, p. 5).

De acordo com Thomson e Perry (2006) as bases da colaboração são classificadas conforme as seguintes etapas:

- Negociação – envolve uma interação entre negociação formal e criação informal de sentido;
- Compromisso – envolve a construção de compromissos para ações futuras através da interação de contratos legais formais, contratos psicológicos e a capacidade de resolver o problema do *free-rider* (oportunista);
- Implementação – envolve a execução do compromisso por meio de função organizacional e interações pessoais;
- Integração – relações informais, pessoais e compromissos;
- Agregação – papéis organizacionais formais, contratos legais, estruturas institucionais formais (memorandos de acordos e procedimentos operacionais padrão – formalismo).

Neste sentido, a Colaboração se difere da Coordenação e da Cooperação em termos e profundidade de interação, integração, comprometimento e complexidade. Essa perspectiva torna-se mais evidente, pois acredita-se que a colaboração é um processo no qual atores autônomos interagem através de negociações formais e informais, criando regras e estruturas

que regem seus relacionamentos e formas de agir ou decidir sobre questões que as uniram. É um processo que envolve normas compartilhadas e interações mutuamente benéficas, sugerindo um alto grau de ação coletiva de ordem superior à coordenação ou cooperação, uma vez que possui um grau mais elevado de variedade de perspectivas, relações interorganizacionais, redes, e ação coletiva (THOMSON; PERRY, 2006; GRAY, 1989; RING; VAN DE VEN, 1992; WARREN *et al.*, 1975; ALTER; HAGE, 1993; O'TOOLE, 1997; O'TOOLE *et al.*, 2005; POWELL, 1990; OLSON, 1971; OSTROM, 1990).

A colaboração é um processo de longo prazo, de natureza multidimensional¹¹, envolve disponibilidade e energia intensiva. Em certos casos, os parceiros devem estar dispostos a investir quantidades excessivas de recursos, ainda que os resultados não evoluam ou mesmo quando apresentarem baixa produtividade, a fim de estabelecer relacionamentos duradouros através da confiança (THOMSON; PERRY, 2006) e do consenso¹² (CLIFT *et al.*, 1995; CROSBY; BRYSON, 2005; HELLRIEGEL *et al.*, 1986; THOMSON, PERRY, 2006).

No Quadro 3 são apresentadas, sinteticamente, distinções entre coordenação, cooperação e colaboração para melhor compreender as particularidades, mas também a interrelação entre eles.

Quadro 3: Características da Cooperação, Coordenação e Colaboração

Cooperação	Coordenação	Colaboração
A cooperação é descrita como uma relação informal sem uma missão comum na qual a informação é compartilhada conforme a necessidade. A autoridade é autônoma e permanece com cada organização. Há pouco (ou nenhum) risco e os recursos e as recompensas são mantidos separados. Cada parte fornecerá acesso aos seus recursos.	A coordenação é vista como mais formal e há missões compatíveis que exigem um planejamento comum, e canais de comunicação mais formais. Enquanto cada organização mantém autoridade, o risco entra na equação.	A colaboração é um relacionamento mais duradouro e difundido que envolve a criação de novas estruturas para incorporar autoridade, desenvolvendo uma missão comum entre elas. Envolve-se em um planejamento abrangente e compartilhado no qual a comunicação formal e informal entre múltiplos níveis ocorre, à medida em que confianças são estabelecidas.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

¹¹ Associada a um propósito transmutacional, participação explícita e voluntária, organização, processo interativo e propriedade temporal. Utiliza-se da interdependência para lidar, construtivamente, com as diferenças a fim de alcançar decisões e soluções conjuntas, promovendo a responsabilidade coletiva (ROBERTS; BRADLEY, 1991; GRAY, 1989).

¹² Arranjos de poder compartilhados com vistas à resolução de problemas (CLIFT *et al.*, 1995; CROSBY; BRYSON, 2005; HELLRIEGEL *et al.*, 1986).

A partir dessas proposições, parte-se do pressuposto de que para mensurar a governança, esses indicadores devem ser entendidos como *sui generis*¹³, ao mesmo tempo em que se complementam.

Desta forma, a partir dos indicadores apresentados e com base na contextualização do presente estudo e de outros trabalhos sobre governança, os quais se destacam Trentin (2014) e Tribunal de Contas da União [TCU] (2013, 2014a, 2014b, 2014c, 2016, 2018), foram criadas as categorias de análise e verificação, bem como a descrição dos pressupostos que as compõem distribuídos na forma de subcategorias que direcionarão a base da mensuração da governança, às quais são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4: Indicadores de Governança

Indicadores	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso
Cooperação	Relações Cooperativas Relacionamentos Informais Redes Interorganizacionais	Gestão de Recursos - Isonomia Acessibilidade Parcerias Público-Privada
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

Fonte: Dados da Pesquisa; Trentin (2014); TCU (2013, 2014a, 2014b, 2014c, 2016, 2018).

¹³ Adotar-se-á para este estudo a concepção de *sui generis* tudo aquilo que é singular e que possui características próprias.

2.2. O PLANEJAMENTO TURÍSTICO E O DESENVOLVIMENTO

2.2.1. Concepções do planejamento turístico em nível local

Tendo como pressuposto que o turismo pode contribuir para a redução de desigualdades sociais, a melhoria da renda da população, a geração de emprego e capacitação interna para receptividade turística, a infraestrutura dos meios de hospedagem e do patrimônio, rede de transportes, segurança pública, saneamento e limpeza urbana (SETUR, 2014), o desenvolvimento do turismo pode ser interpretado como a função de prover crescimento e aperfeiçoamento da localidade onde o turismo esteja inserido, contribuindo com a melhoria da sua situação local, onde serão discutidas e aplicadas as ações turísticas de desenvolvimento (SCÓTOLO; NETTO, 2015; TOMAZZONI, 2009; ÁVILA, 2006).

No entanto, caso o turismo não seja planejado e desenvolvido pensando na sustentabilidade local, impactos negativos podem ocorrer, como por exemplo

[...] o crescimento desordenado das cidades; a prostituição e a prostituição infantil; o aumento de doenças sexualmente transmissíveis e de outras doenças decorrentes da carência de estrutura e ausência total de saneamento básico, insuficiência na coleta e no armazenamento do lixo urbano; o aumento do consumo de drogas; desemprego decorrente da migração; desequilíbrio ecológico por uso excessivo dos recursos; aumento das atividades criminosas; ressentimento em relação aos turistas; destruição dos valores da comunidade anfitriã, entre outros (SOARES, 2012, p. 20).

Assim como qualquer outra atividade o turismo pode produzir efeitos, também denominados impactos, positivos ou negativos sobre as pessoas e o próprio destino turístico, seja nos campos econômicos, socioculturais e ambientais, bem como apresentado, sinteticamente, no Quadro 5.

Quadro 5: Efeitos do Turismo em nível local

Dimensão	Efeitos positivos do Turismo	Efeitos negativos do Turismo não/mal planejado
Econômica	Geração de emprego e renda, bem como o aumento da arrecadação das receitas próprias do município.	Pode elevar os preços de produtos e serviços em diversas áreas como imobiliário e comércio, além de tornar-se um fator inflacionário e com aumento dos impostos locais. A dependência a apenas uma atividade setorial pode causar vulnerabilidade econômica.
Sociocultural	Proporcionar o desenvolvimento social. Valorização cultural através das tradições, da preservação e conservação de patrimônios, edificações e monumentos reconhecidos e de importância histórica, da herança cultural entre outros.	Pode gerar modificações expressivas no <i>ethos</i> social e na conduta dos locais, havendo uma modificação nos padrões relativos às tradições culturais dessa comunidade, induzindo a formação de culturas híbridas e até mesmo à perda da identidade local.
Ambiental	Ações de conservação, preservação e manutenção ambiental de importância natural. Ações de restauração e aperfeiçoamento de ambientes devastados, degradados e desfigurados pela exploração predatória ou desastres naturais.	Poluição do ar, da água, da terra, desmatamentos, queimadas, extinção de espécies do ecossistema, seja da fauna terrestre e aquática, como também da flora, desfiguração e (re)transformação exacerbada do cenário paisagístico local.

Fonte: Extraído e Adaptado de Acerenza (2002), Inskeep (1993), Almeida (2006).

Compreende-se, portanto, que através do planejamento os efeitos negativos da atividade turística podem ser remediados, previstos, evitados ou mitigados.

De acordo com Inskeep (1993), o planejamento no turismo é importante e necessário, tendo em vista as seguintes concepções:

- O turismo é uma atividade que abrange diversas áreas e setores públicos e privados, os quais carecem de profissionais com conhecimentos técnico-científicos, mão de obra capacitada e instruída para desenvolvê-lo de forma sustentável;
- O turismo é visto como um produto por parte dos turistas e até mesmo pela comunidade receptora, e sua mercantilização induz a facilidades e serviços. Neste caso, devem ser promovidas ações para evitar a sua exploração predatória e a conservação do patrimônio sociocultural do local;
- O turismo pode proporcionar o crescimento econômico e trazer benefícios materiais e imateriais, os quais podem ser potencializados através de um planejamento metódico e integrado;
- O planejamento pode evitar que os recursos naturais de um destino turístico sejam exauridos ou esgotados no processo de desenvolvimento, de forma que seus objetivos promovam a conservação e preservação ambiental;
- Os atrativos e atrações turísticas podem ser motivadores de intensificação do turismo, ocasionando aumento do fluxo de turistas e com isso gerando impactos positivos e negativos no ambiente físico local. Isto posto, o planejamento é necessário para determinar a intensidade e o nível do fluxo do turismo;
- O planejamento pode promover o desenvolvimento do turismo a partir de estratégias, planos e programas, preferencialmente deliberados e formalizados dentro de estruturas organizacionais, especialmente relacionadas com o fomento da atividade turística.

Portanto, pressupõe-se que para planejar o turismo e evitar que impactos negativos ocorram, a presença das IDCs aliadas à governança, poderão buscar garantir uma maior participação dos diferentes atores envolvidos no desenvolvimento local. Uma forma de os atores participarem do planejamento do turismo nas IDCs de forma mais ativa, é por meio do acesso e da conscientização quanto aos indicadores de desenvolvimento sustentável, como aqueles utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁴ ou pela literatura

¹⁴ Para consultar os 63 indicadores de desenvolvimento sustentável definidos pelo IBGE (2015) no ANEXO A.

internacional¹⁵. Sendo assim, o planejamento turístico será abordado no presente estudo como um indutor de desenvolvimento a partir das evidências de governança nas IDCs.

O planejamento local e os planos de desenvolvimento são, antes de tudo, um instrumento de negociação com os parceiros potenciais – tanto na fase de elaboração quanto após a produção do documento-síntese – e de aglutinação política dos atores, na medida em que expressa, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos sociais. Além disso, o planejamento e os planos de desenvolvimento ajudam a organizar e canalizar as ações do governo como ‘catalisador de múltiplas iniciativas de diversas instâncias que se articulam e convergem no espaço local (BUARQUE, 2002, p. 84).

Pressupõe-se que apesar de exigir um nível factível de formalização, o planejamento turístico deve ser flexível, uma vez que cada localidade possui sua própria personalidade e seus contrastes. Desta forma, o planejamento tende a direcionar as ações que visem o desenvolvimento do turismo considerando a complexidade local e a multidimensionalidade inerentes aos destinos turísticos, tendo como finalidade trazer benefícios para a população através da melhoria da qualidade de vida, por meio da sustentabilidade.

Em outras palavras, o planejamento do turismo deve considerar o desenvolvimento integrado de todas as partes do sistema turístico¹⁶. Destarte, para que esse sistema seja eficaz e traga benefícios econômicos, socioculturais e ambientais, para a sociedade, tornando o turismo como um produto de melhor qualidade para os turistas, o planejamento deve ser realizado de forma congregada e coordenada entre todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com o turismo (INSKEEP, 1993).

Segundo o Banco Mundial, o não envolvimento dos parceiros, em especial dos beneficiários e outros interessados no planejamento e implementação de ações em prol do desenvolvimento, pode reduzir substancialmente a sua sustentabilidade (WORLD BANK, 1992).

Entre as contribuições existentes em um planejamento turístico local, pode se destacar a facilitação do consenso em torno de estratégias e objetivos específicos para um plano de ação que envolva o desenvolvimento turístico local a partir das estruturas de governança, públicas ou privadas, às quais se configuram como espaços coletivos de discussão e deliberação (ALMEIDA, 2006).

¹⁵ Para consultar os 124 indicadores de desenvolvimento sustentável definidos por Choi e Sirakaya (2006) no ANEXO B.

¹⁶ Segundo Beni (1997), o sistema envolve um conjunto de procedimentos, doutrinas e ideias de forma ordenada e consistente a fim de orientar o desempenho do turismo através de uma visão holística. Portanto, considera que a atividade turística faz parte de um sistema aberto ligado a atores e organizações interdependentes.

Ainda, no que concerne a espaços coletivos e deliberativos de políticas de desenvolvimento do turismo local, estudos apontam que em destinos turísticos podem existir organizações responsáveis pela gestão em rede de estratégias de marketing, planejamento sustentável, e competitividade dos destinos. Essas organizações são chamadas de *Destination Management Organizations* (DMOs) ou Organizações de Gestão dos Destinos.

Mira *et al.* (2017) sugerem que os destinos turísticos enfoquem o seu desenvolvimento apresentando vantagens competitivas e com estratégias de marketing assertivas, focalizando os aspectos econômicos, relações articuladas com os *stakeholders* e políticas públicas, em especiais, aquelas voltadas para a promoção do branding e da imagem dos destinos, integrada a níveis desde o político até o social. Isto posto, propõem uma análise da gestão dos destinos turísticos a partir das DMOs. Sempre com a abordagem voltada para a competitividade e marketing de destinos turísticos, as autoras sugerem que as DMOs fortalecem as relações de rede, através de uma governança apoiada na gestão dos stakeholders, na qual o planejamento e a sustentabilidade sejam vetores para a qualidade de vida dos turistas e dos moradores locais.

[...] as DMO devem ser responsáveis pela dinamização de redes, interesses dos *stakeholders*, gestão operacional do destino e recursos. Para tal, devem constituir-se como uma estrutura metaorganizacional com capacidade para executar atividades estratégicas e operacionais de gestão, designadamente: marketing, planejamento e desenvolvimento de produtos, gestão dos recursos físicos, humanos, tecnológicos e financeiros e avaliação do desempenho desse destino (MIRA *et al.*, 2017, p. 53).

Segundo Lopes (2011, p. 40), as DMOs são “estruturas organizacionais existentes no Destino e passaram a assumir a Gestão dos mesmos”, e apesar de se presumir que essas organizações sejam provenientes do setor privado, a autora esclarece que tais estruturas são integradas, em grande parte, do domínio público, seja pelo Governo Nacional, Regional ou Local, às quais, formam-se a partir de relações de uma governança em rede, capazes de congrega responsabilidades, entre elas, o planejamento estratégico dos destinos, visando “gerar receitas, emprego, impostos e melhorar a economia local” (Ibidem, p. 41), entre outras atribuições, como promover a imagem do local e criar estratégias de marketing do turismo.

Como o presente trabalho propõe o estudo em IDCs, tornou-se coerente investigar na literatura outras abordagens relativas à governança e planejamento turístico, em um destino turístico, sobretudo para possibilitar identificar se as IDCs são ou podem ser concebidas como DMOs. Assim, espera-se que a partir dos resultados obtidos pelo presente estudo, seja possível inferir, ou até mesmo afirmar, se as IDCs em Tiradentes (MG) exerçam, ou não, o papel de DMOs.

Para se planejar o turismo em nível local, Pimentel e Carvalho (2014) aconselham que devem ser considerados fatores importantes, externos, internos e aleatórios, para a sustentabilidade nos Destinos Turísticos (DT), os quais são apresentados no Quadro 6.

Quadro 6: Fatores relevantes para o planejamento turístico

Fatores Físicos	Fatores físicos externos aos DT	Fatores físicos internos aos DT
	-Aspectos Geográficos: características do relevo; clima; etc. -Localização espacial: distância em relação a um centro turístico emissor; distância em relação a outro centro turístico receptor. -Infraestrutura do ambiente: disponibilidade/condições das vias de acesso; etc. -Sistema de transporte que conecta emissores e receptores: modais disponíveis e suas condições; frequência/conforto/atratividade/regularidade dos serviços.	-Infraestrutura (básica) do sistema: disponibilidade e condições das vias públicas; sinalização de trânsito; congestionamentos; serviços de transporte público e privado; abastecimento de água e energia elétrica; captação de esgoto; iluminação pública e coleta de lixo; segurança, delegacias, corpo de bombeiros; capacidade de atendimento médico; etc. -Infraestrutura turística: equipamentos e serviços turísticos; sinalização turística; centro de informações turísticas; centro de atendimento ao turista; serviços de proteção ao turista; etc.
Fatores Econômicos	Fatores econômicos externos aos DT	Fatores econômicos internos aos DT
	-Renda do turista. -Financiamento/Financiamento das viagens. -Estabilidade financeira. -Efeitos substitutivos da oferta. -Índice de preços da oferta. -Diversificação da oferta. -Taxas de câmbio. -Forma de comercialização das consolidadoras e agentes de turismo emissor. -Concessões de financiamentos às empresas do setor.	-Economia local. -PIB do município. -Arrecadação de impostos. -Capacidade empresarial. -Financiamento para os empreendimentos locais. -Custos de produção. -Formas de comercialização do DT nas distribuidoras.
Fatores Organizacionais	Fatores organizacionais externos aos DT	Fatores organizacionais internos aos DT
	-Órgãos ou entidades, públicos ou privados, nacionais, regionais ou locais de estudos de pesquisas: disponibilidade de dados estatísticos; pesquisa de demanda; monitoramento e avaliação da atividade; etc. -Centros de pesquisa, inovação e tecnologia em turismo. -Relação com outros centros turísticos: concorrência ou complementariedade / parceria.	-Quantidade e diversidade de organizações turísticas: de diferentes setores, alimentação, hospedagem, atrativos, etc.; e formas públicas, privadas, públicas, não estatais. -Redes organizacionais: interações, acordos e institucionalização de ações entre os setores do DT. -Organização gestora do destino turístico: existência de entidade executora, gestão da produção do DT, promoção e distribuição do DT, comunicação interna, capacidade administrativa, cultura organizacional, tecnologia e inovação, hospitalidade, etc.

continua...

conclusão...

	Fatores socioculturais externos aos DT	Fatores socioculturais internos aos DT
Fatores Socioculturais	-Tempo livre. -Influência dos grupos sociais. -Motivação da viagem. -Características pessoais. -Aspectos demográficos: idade, sexo, religião, estado civil, profissão, qualificação, etc. -Nível de renda e de escolaridade. -Qualidade de vida. -Experiências anteriores. -Imagem do lugar.	-Aspectos demográficos dos residentes do destino. -Nível de renda e de escolaridade dos residentes do destino. -Oferta de emprego aos moradores do DT. -Participação da comunidade no turismo. -Cultura local: preservação do patrimônio, senso de identidade territorial, etc. -Imagem comercializada do DT.
	Fatores institucionais externos aos DT	Fatores institucionais internos aos DT
Fatores Institucionais	-Legislação de meio ambiente, Unidades de Conservação. -Política de turismo: indicadores de avaliação dos planos/projetos. -Monitoramento da execução de políticas. -Normas ABNT: eventos, empresas, áreas públicas. -Plano de preservação e contingenciamento de desastres ambientais. -Políticas públicas outros setores.	-Planejamento turístico municipal. -Legislação de meio ambiente. -Fiscalização e normatização do funcionamento dos serviços turísticos. -Planejamento para a gestão de crises e desastres.
	Fatores aleatórios externos aos DT	
Fatores Aleatórios	-Conflitos armados. -Terrorismo. -Pandemias/epidemias. -Catástrofes climáticas, ambientais e outras decorrentes da ação humana. -Falhas tecnológicas.	

Fonte: Extraído e adaptado de Pimentel e Carvalho (2014, p. 34).

Sendo assim, acredita-se que o planejamento *per si* não abrange todas as soluções para o desenvolvimento do turismo, mas pode servir de orientações e diretrizes para alcançá-lo. Isto posto, entende-se que a partir do planejamento as ações e as decisões são tomadas a fim de que as soluções para o desenvolvimento possam ser efetivas.

Ainda que possa não se perceber uma ligação estreita entre o planejamento e governança, compreende-se que planejar é uma das subcategorias de governança e que implicitamente estão relacionados. Ao mesmo tempo, o presente estudo buscar revelar a partir da mensuração de governança qual a relação existente entre ambos e que servirá, inclusive, como contribuição para os estudos acadêmicos da área.

2.2.2. Aspectos evolutivos e conceituais de desenvolvimento

Ainda que a concepção sobre o termo desenvolvimento possa ser caracterizada como efeito de crescimento econômico (FURTADO, 1983), geralmente seguindo o paradigma capitalista de Max Weber, há um discurso de que a perspectiva social deva incrementá-lo (EMMENDOERFER; SOARES, 2014; CORIOLANO *et al.*, 2012; SOUZA, 1997). Desta forma, o desenvolvimento se manifesta através de aspectos econômicos desde que seus efeitos também interfiram em questões sociais (SEN, 2000).

Sabe-se que o crescimento econômico e desenvolvimento foram tidos como sinônimos através de teorias que se sustentaram desde o século XVIII até meados do século XX. Essa perspectiva se fundamentou nesse período devido ao desenvolvimento de países fortemente industrializados, onde o crescimento econômico era atrelado pelas teorias que preconizavam o produto *per capita* com o desenvolvimento social (SANTOS *et al.*, 2017; VEIGA, 2010).

No entanto, posterior à década de 1950, uma nova percepção quanto à contextualização que confrontasse essa concepção emergiu quando as evidências mostraram que os países influenciados pela tendência industrialista não demonstraram considerável desenvolvimento. Essa argumentação fica mais evidente nos ensinamentos de Schumpeter (1997) quando teorizou que o crescimento econômico, apesar de importante indicador para o desenvolvimento, não é fator condicionante para tal (SANTOS *et al.*, 2017). Schumpeter (1997) alega que as relações econômicas sejam o propulsor das relações sociais, e que essas relações influenciarão o desenvolvimento.

Cabe ressaltar que o presente trabalho compreende que na atualidade, a concepção de desenvolvimento, intrinsecamente, agrega, de forma espontânea, aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais dentro de um contexto epistemológico. Não obstante, o termo desenvolvimento ‘sustentável’ poderá ser observado nos próximos parágrafos, visto que essa expressão é empregada constantemente pela literatura, da qual o presente estudo utilizou como sustentação bibliográfica.

O conceito de desenvolvimento, com enfoque na sustentabilidade, conforme é apresentado no Quadro 7, começou a ser difundido a partir das discussões sobre o meio ambiente e a importância de se preservar os seus recursos no presente, para que no futuro estes recursos não se tornem exauridos ou extintos.

Quadro 7: Discussões sobre Desenvolvimento Sustentável

Ano	Eventos Importantes	Discussões
1968	Clube de Roma	Visava o controle do crescimento populacional no planeta, controle do crescimento industrial e a preocupação com a insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento dos recursos.
1972	Confederação das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo	Com base na preocupação da preservação do meio ambiente, associada com a melhoria das condições socioeconômicas da população mundial, surge a ideia de ecodesenvolvimento que mais tarde se consolidou como desenvolvimento sustentável.
1980	Conferência de Manila	Indica a importância da atividade turística na vida dos seres humanos, incluindo o turismo como indicador de qualidade de vida. Orienta que os recursos turísticos, como a biodiversidade, a cultura de natureza material e imaterial, os lugares históricos, pertencem ao patrimônio da humanidade, e que devem ser preservados.
1987	Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Relatório de Brundtland	Define desenvolvimento sustentável como a busca da satisfação das necessidades das gerações do presente, sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92	Reitera o conceito de que o desenvolvimento, através da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade, deve ser empreendido de modo que permita que as necessidades da geração atual devem ser atendidas de forma equitativa, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.
2000	Declaração do Milênio das Nações Unidas (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio)	Contando com a participação de 191 países e o estabelecimento de 8 “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), criado em 2000 e finalizado em 2015. Através desse plano houve consideravelmente a redução da pobreza extrema, permitindo também acesso à educação igualitária em muitos países e a redução expressiva do contágio por HIV em todo o mundo.
2002	Declaração de Joanesburgo	Destaque para a preocupação global em relação ao desenvolvimento humano através da equidade e solidariedade. Foram convocados países que se comprometeram a tratar de questões como a pobreza, a degradação do meio ambiente e a insustentabilidade (econômica, sociocultural, ambiental).
2015	Agenda 2030 das Nações Unidas	Em reunião com representantes de 193 países foram definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas da Agenda 2030. Essa Agenda busca melhorar a vida das pessoas priorizando ações globais para resultados locais, apontando objetivos para o futuro sustentável dos países, das regiões e principalmente das famílias mais vulneráveis em termos socioeconômicos.

Fonte: UN (1972); ONU (2016); ALMEIDA (2006).

O desenvolvimento sustentável visa garantir não apenas a (re)transformação local com direitos, deveres e oportunidades para todos, mas também conservar os insumos provenientes desse desenvolvimento. Exemplo disso, destaca-se a Agenda 2030 desenvolvida pela ONU em 2015, congregando 17 ODS apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030

Objetivos	Descrição	Objetivos	Descrição
Objetivo 1	Erradicação da pobreza	Objetivo 11	Cidades e comunidades sustentáveis
Objetivo 2	Fome zero e agricultura sustentável	Objetivo 12	Consumo e produção responsáveis
Objetivo 3	Saúde e bem-estar	Objetivo 13	Ação controlada a mudança global do clima
Objetivo 4	Educação de qualidade	Objetivo 14	Vida na água
Objetivo 5	Igualdade de gênero	Objetivo 15	Vida terrestre
Objetivo 6	Água potável e saneamento	Objetivo 16	Paz, justiça e instituições eficazes
Objetivo 7	Energia limpa e acessível	Objetivo 17	Parcerias e meios de implementação
Objetivo 8	Trabalho decente e crescimento econômico;		
Objetivo 9	Indústria, inovação e infraestrutura		
Objetivo 10	Redução das desigualdades		

Fonte: ONU (2016b, p. 20)

Entre os 17 ODS da ONU que possuam relação com o turismo, os quais fazem parte das metas a serem alcançadas até o ano de 2030, destacam-se:

Objetivo 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Meta: “até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2016b, p. 29).

- **Objetivo 12** - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Meta: “desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2016b, p. 34).

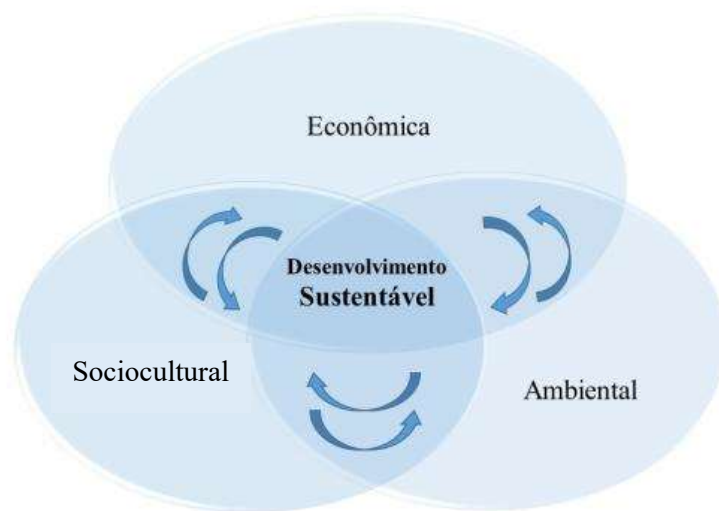
- **Objetivo 14** - Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Meta: “até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a

partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e do turismo” (ONU, 2016b, p. 36).

A ideia sobre o conceito de desenvolvimento evoluiu com o passar do tempo, tendo influenciado na forma como as dimensões econômicas e sociais se relacionam. A princípio, essa relação era entendida como relevante apenas quando assuntos sobre o meio ambiente era inserido, isoladamente, entre essas dimensões. No entanto, essa concepção tem adquirido um *status* de multidimensionalidade, no qual essas dimensões são cada vez mais interdependentes e inter-relacionadas (STEURER *et al.*, 2005; HOFF, 2008), às quais podem ser demonstradas na Figura 1.

Figura 1: Interação entre as dimensões de desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

De acordo com a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD, 2001, p. 37), essas interações são fatores-chave para o desenvolvimento sustentável, quais sejam:

Do meio ambiente para a economia:

1. Funções produtivas do meio ambiente (recursos naturais e funções de base); custos econômicos da proteção ambiental.

Da economia para o meio ambiente:

2. Pressão sobre os recursos ambientais das atividades produtivas; investimento em proteção ambiental; direitos de propriedade sobre recursos naturais e ambientais.

Do meio ambiente à sociedade:

3. Importância das amenidades ambientais para o bem-estar humano; riscos para a saúde e segurança da degradação ambiental.

Da sociedade para o meio ambiente:

4. Pressão sobre os recursos ambientais dos padrões de consumo; consciência ambiental dos cidadãos.

Da sociedade para a economia:

5. Quantidade e qualidade da força de trabalho; importância dos arranjos sociais para transações de mercado.

Da economia para a sociedade:

6. Oportunidades de emprego e padrões de vida; distribuição de renda; recursos para o financiamento de programas de seguridade social; pressões sobre os sistemas sociais e culturais, levando a rupturas e migrações.

O desenvolvimento no turismo local possui a premissa de prover crescimento e aperfeiçoamento da localidade, onde serão discutidas e aplicadas as ações turísticas de crescimento econômico, sociocultural e ambiental (SCÓTOLO; NETTO, 2015; TOMAZZONI, 2007; ÁVILA, 2006). Contudo, observa-se também, que o turismo possa causar resultados contrários a esta proposição quando adquire um viés estritamente econômico, promovendo desigualdades, segregação étnica, gentrificação, falta de capacitação profissional e equidade na distribuição de riquezas (CORIOLANO *et al.*, 2012; CARLOS, 2015; SMITH, 2006; SOTRATTI, 2016; HARVEY, 1996).

De acordo com Bellen (2006, p. 23), ao tratar do conceito de planejamento de ações, tendo em vista a influência da governança, com enfoque no desenvolvimento “devem-se considerar aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como fatores econômicos, dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curto e longo prazos de ações alternativas.” A partir dessa afirmação, Cooper *et al.* (2001) alegam que se o desenvolvimento não abranger os preceitos da sustentabilidade, ele será caracterizado como crescimento de curto prazo.

De acordo com Beni (1997), as vertentes do desenvolvimento sustentável no turismo devem estar subordinadas à capacidade do destino turístico entre seu espaço físico ou territorial e o fluxo de turistas circulando neste espaço. Neste caso, tal autor sugere que medidas importantes sejam tomadas a fim de garantir a integridade física e social do destino turístico.

- Controle anual de demanda turística visando não sobrecarregar os atrativos turísticos quando o número de visitantes estiver comprometendo a capacidade socioespacial do destino;

- Educar a população para instruí-la a conservar as áreas ecológicas do turismo; conscientizá-los da importância da atividade turística e do seu papel dentro dela;
- Analisar e avaliar a integridade dos recursos naturais por profissionais capacitados e especializadas;
- Fiscalizar os planos, programas e projetos implementados, por parte de um agente ou equipe especializada em turismo;

Para auxiliar na compreensão sobre o conceito de desenvolvimento, são apresentadas no Quadro 8, definições importantes para se pensar o planejamento turístico, especificamente em nível local, de acordo com duas perspectivas, sendo a primeira contida na literatura generalizada, e a segunda, relativa especificamente ao turismo sustentável.

Quadro 8: Desenvolvimento Sustentável e Planejamento Turístico Sustentável

Desenvolvimento Sustentável	Planejamento Turístico Sustentável
Desenvolvimento que tem em atenção as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas.	Turismo que sustenta as economias locais sem prejudicar o ambiente do qual depende.
O desenvolvimento sustentável passa pela melhoria da qualidade de vida tendo-se em atenção a capacidade de carga dos ecossistemas receptores. Se uma atividade é sustentável, por todas as razões ela pode continuar para sempre.	O turismo sustentável deve satisfazer as necessidades de todos os atores do sistema turístico, bem como proteger os recursos base (naturais, construídos e culturais).
O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança que tem em conta a harmonização da exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, a aplicação de técnicas e desenvolvimento de instituições e empresas com a finalidade de reforçar um potencial socioeconómico apto para resolver as necessidades e aspirações da humanidade.	Turismo sustentável é o turismo que vai ao encontro das necessidades dos turistas e destinos turísticos do presente, enquanto protege e melhora as oportunidades para o futuro.
O desenvolvimento sustentável é o equilíbrio entre a economia, a sociedade e o ambiente para que nenhum destes aspetos seja considerado mais importante que os restantes.	O turismo sustentável passa por conseguir combinar o número e tipo de visitantes adequados, bem como o efeito da atividade por eles gerada no destino e dos serviços oferecidos pelas empresas locais, de forma a que se possa manter no futuro a qualidade do ambiente em que aquelas atividades se baseiam.
Desenvolvimento através do qual se pretende alcançar a equidade de acesso aos recursos naturais, criar bem-estar para as populações e distribuir os custos e benefícios (sociais, económicos e ambientais) por todos.	O desenvolvimento do turismo sustentável satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões receptoras de turismo no presente, ao mesmo tempo que protege e assegura a mesma oportunidade para o futuro. Para que isso aconteça, a gestão de recursos deve ser tal que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos, a biodiversidade e todos os sistemas de suporte à vida.

continua...

conclusão...

Desenvolvimento que assegura que os recursos são mantidos dentro dos limites definidos e que as mudanças que ocorrem são aceitáveis. A sustentabilidade é essencialmente uma questão de trocas entre diferentes áreas em que os resultados numa área tendem a ter impacto nos resultados da outra área.	O turismo sustentável é aquele que é planejado, integrado, aberto, dimensionado, participativo, duradouro e viável. Além disso, pode ser caracterizado pela qualidade das experiências turísticas, às quais devem decorrer em um ambiente de equidade social e de participação da comunidade.
	Turismo sustentável é um turismo que é desenvolvido e mantido numa área (comunidade ou ambiente), de uma forma e a uma escala que seja viável, durante um período infinito, e que não degrade ou modifique o ambiente (humano e físico) em que atua de tal forma que impossibilite com sucesso o desenvolvimento e o bem-estar de outras atividades e processos.

Fonte: Extraído e adaptado de Fernandes (2011, pp. 4 e 8).

Considerando que o planejamento turístico seja um processo social, do qual esperam-se que todos os envolvidos com o turismo, principalmente a comunidade local de um destino, compreendam a realidade atual e percebam a importância de provisionar as ações de sustentabilidade para o futuro, torna-se assertivo que os responsáveis pelo desenvolvimento do turismo tenham consciência de que suas ações terão reflexos nas gerações próximas. Tal argumento mantém-se evidente nas palavras de Huertas (1996, p. 12) ao expressar que “ou sabemos planejar, ou estamos condenados à improvisação”.

Aspectos relacionados ao desenvolvimento com enfoque no crescimento econômico, em detrimento do sustentável a partir do planejamento, podem ocasionar oportunismos e saturação da imagem dos destinos turísticos. Logo, torna-se provável a concentração das decisões (FRAGA, 2018), do planejamento e do desenvolvimento do turismo em um grupo de atores, públicos e não públicos, que exerçam maior influência local, atraídos pela possibilidade de legitimarem seus interesses, uma vez que o coletivo passa a não se sentir pertencente a esse espaço, geralmente institucionalizado nas IDCs.

A articulação dos diversos atores e organizações envolvidos com o processo de planejamento público consiste em um dos grandes desafios dessa prática no contexto brasileiro, em que é possível perceber notadamente um aspecto centralizador, tecnicista e com foco no desenvolvimento econômico a noção de planejamento apresenta-se fortemente vinculada à ideia de controle, corroborando com a ideia de centralização (FRAGA, 2018, p. 29).

A partir do contexto apresentado a respeito do desenvolvimento e analisando os indicadores utilizados pelo IBGE e pela literatura internacional, este estudo definiu indicadores e suas categorias de desenvolvimento no contexto do turismo, os quais estão apresentados no

Quadro 9, e que nortearam a construção do roteiro de entrevistas semiestruturado (APÊNDICES B, C e D) sobre o planejamento do turismo nas IDCs do município em estudo.

Quadro 9: Indicadores de Desenvolvimento no Turismo

Indicadores de Desenvolvimento no contexto do Turismo		
Categorias	Tema/Subcategoria	Indicadores
Dimensão Econômica	Oferta turística	1 – Preços dos produtos e serviços. 2 – Rentabilidade econômica. 3 – Diversificação e inovação dos produtos e serviços. 5 – Geração de emprego e renda. 6 – Arrecadação de receitas. 7 – Estímulo à economia local. 8 – Aumento da oferta de serviços.
Dimensão Sociocultural	Qualidade de vida	9 – Equilíbrio populacional. 10 – Educação. 11 – Segurança. 12 – Saúde. 13 – Promoção e valorização das tradições. 14 – Oportunidades e atividades recreativas para a comunidade local. 15 – Reconhecimento e prestígio do município como destino turístico. 16 – Reforço da cultura da comunidade
Dimensão Ambiental	Biodiversidade/Urbanismo	17 – Preservação e conservação do patrimônio material e imaterial. 18 – Poluição visual, do ar, da água e da terra. 19 – Conservação da fauna e flora. 20 – Melhoria da Infraestrutura local. 21 – Reciclagem de resíduos. 22 – Coleta de lixo. 23 – Controle de desmatamentos e queimadas. 24 – Gestão de desastres naturais e catástrofes ambientais.

Fonte: Dados da pesquisa; IBGE (2015); Choi e Sirakaya (2006); Marques e Bissoli (2000); Almeida (2006).

Em síntese, entende-se que é necessário planejar o destino turístico não só aspirando a sua capacidade de fazer e produzir, mas também pela sua identidade, os significados que este local adquiriu ao longo do tempo, bem como as suas tradições, vocações e cultura, incentivando a preservação e a conservação de todo o seu patrimônio, de forma sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo abarca as abordagens quantitativa e qualitativa em sua essência, pois entende-se que pesquisas que abordam essas duas naturezas serão necessárias para alcançar os objetivos propostos.

Caracteriza-se como abordagem quantitativa, pois essa investigação busca apresentar de forma positivista, regularidades através da objetividade dos procedimentos adotados, visando explicar, prever e controlar determinados fenômenos. Deste modo, a análise quantitativa permite ao pesquisador utilizar métodos controlados que possam gerar conhecimento generalizável, com validade externa, e ainda, correlacionar variáveis por referência, a fim de compreender e prever fenômenos (SEABRA, 2010; MOREIRA, 2006; ALMEIDA; FREIRE, 2000; SERAPIONI, 2000).

Caracteriza-se também como abordagem qualitativa, com caráter descritivo, pois essa investigação permite obter uma concepção epistemológica a partir da dimensão teórica conjugada ao processo indutivo. Justifica-se como descritiva, pois os elementos resultantes dessa pesquisa possibilitam uma análise mais próxima da realidade, viabilizando a exatidão dos dados coletados no estudo (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, a análise qualitativa permite lidar com a complexidade e a diversidade da realidade em estudo, conferindo elevada validade interna, uma vez que focaliza especificidades fenomenológicas dos grupos sociais em estudo (GODOI *et al.*, 2010; SEABRA, 2010; MINAYO; SANCHES, 1993).

A utilização de métodos mistos, os quais abarcam as abordagens quantitativas e qualitativas de forma interdependentes tem se tornado mais expressivos na literatura (GRAY, 2014; BRYMAN, 2012; JENNINGS, 2010), principalmente no que tange o presente estudo, no qual apresenta um cenário que carece de construtos a serem mensurados e que são, de certa forma, desconhecidos ou pouco estudados no contexto de governança do turismo. Portanto, optou-se pela utilização da metodologia mista a fim de harmonizar-se, de forma interdependente, o uso do método quantitativo para mensurar as variáveis categorizadas através de seus indicadores e para abstrair a interpretação de tais resultados, através do método qualitativo, pois acredita-se que a partir dos métodos mistos “o pensamento é planejado previamente, o projeto é colocado em prática e os protocolos são cumpridos” (GRAY, 2014, p. 200).

3.1. Unidade de Análise

O *locus* empírico deste estudo é o município de Tiradentes (MG), localizado na região do Campo das Vertentes, sudeste do estado de Minas Gerais. O município de Tiradentes foi fundado em 1702 com o nome de Santo Antônio do Rio das Mortes. Em 1889, através do Decreto estadual nº 3, o município recebeu o nome de Tiradentes, em homenagem a Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes, nascido no mesmo território em 1746, e considerado mártir da Independência do Brasil (IBGE, 2018; TIRADENTES, 2018).

Tiradentes (MG) possui uma população estimada em 7.981 habitantes (IBGE, 2019). De acordo com o IBGE (2016), o Produto Interno Bruto (PIB) da cidade é de R\$ 137.880.000,00. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁷, o relatório do censo 2010 aponta que Tiradentes (MG) apresentou o índice de 0,740, resultado este que se manteve bem aproximado do último Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹⁸ de 2016, no qual apresentou o índice de 0,741 (FIRJAN, 2016), que o classifica como alto, tendo em vista que tais índices possuem indicadores que variam de 0 (zero) a 1 (um) e quanto mais próximos de 1, melhores são os índices.

Rica pelo seu contexto histórico, pelo seu patrimônio arquitetônico, paisagístico e cultural, a cidade de Tiradentes (MG) foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938. Além de ser uma das cidades mais charmosas do Estado de Minas Gerais, Tiradentes foi considerada pelo Ministério do Turismo, em 2013, como a cidade turística mais competitiva do país (MINAS GERAIS, 2013), sendo que em 2018 atinge a categoria máxima do *ranking* do turismo nacional, subindo da categoria B para a categoria A (BRASIL, 2018b).

A localização geográfica de Tiradentes (MG), segundo o Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2017) está na Região Turística Trilha dos Inconfidentes, a qual é composta por mais 22 (vinte e dois) municípios e pode ser identificada através da Figura 2.

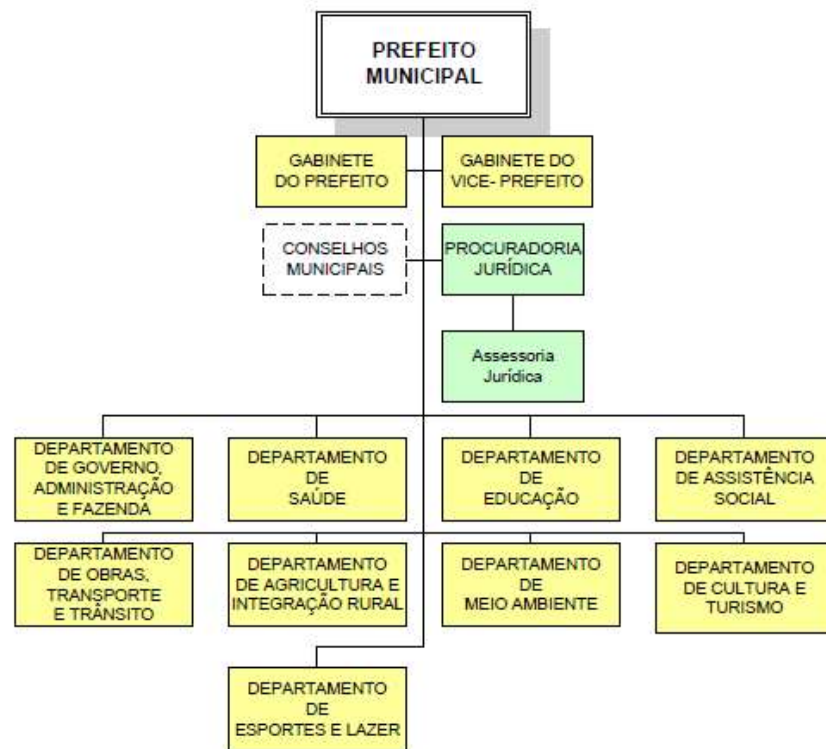
¹⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é um indicador social adotado a nível global por diversos países no qual congrega as variáveis longevidade, educação e renda para analisar a qualidade de vida da população, adotando critérios de avaliação a partir dos dados econômicos e também sob aspectos sociais. Em nível municipal, este indicador adota a sigla IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD, 1990).

¹⁸ O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) é um indicador que aborda, com igual ponderação três dimensões acerca do desenvolvimento humano – Emprego e Renda, Educação e Saúde (FIRJAN, 2019).

A estrutura organizacional do município de Tiradentes (MG) foi definida através da Lei Municipal nº 2.771, de 24 de janeiro de 2013 e é composta por órgãos subordinados ao prefeito municipal, tais quais: “Órgãos colegiados de aconselhamento, Órgãos de assistência imediata e assessoramento e Órgãos de administração geral” (TIRADENTES, 2014, p. 509).

A estrutura administrativa de Tiradentes (MG), apresentada na Figura 3, pode ser observada de acordo com o Plano Diretor.

Figura 3: Estrutura Organizacional da Prefeitura de Tiradentes (MG) – Plano Diretor



Fonte: TIRADENTES (2014).

Observa-se que a estrutura é composta pelo Executivo Municipal, composto pelo Gabinete do Prefeito, pelo Gabinete do Vice-Prefeito e pelos órgãos subjugados à Prefeitura, tais quais destacam-se os Conselhos Municipais. O município de Tiradentes (MG) possui 15 (quinze) Conselhos Municipais (TIRADENTES, 2019a). Dentre eles, ligado diretamente com o Turismo, está o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), no qual foi o ponto de partida para o presente estudo.

Tiradentes (MG) possui exclusivamente a sua atividade econômica voltada para o turismo e uma das suas principais formas de dinamizar o *trade* turístico está presente nos atrativos turísticos vinculados ao cenário paisagístico, cultural, arquitetônico, natural, religioso e além desses, através dos eventos.

O calendário oficial¹⁹ do município contempla 41 (quarenta e um) eventos, considerando os feriados nacionais e tradicionais, 15 (quinze) procissões religiosas de origem católica e 8 (oito) feriados municipais, de Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), incorporados no calendário oficial de Tiradentes (MG), totalizando 64 (sessenta e quatro) ocorrências de movimentação turística na cidade (TIRADENTES, 2019b).

Os tipos de atividades turísticas de maior captação e movimentação da economia do município, na visão dos participantes da pesquisa são:

- Turismo de eventos;
- Turismo histórico;
- Turismo cultural;
- Destino de casamentos;
- Turismo de aventura;
- Ecoturismo;
- Turismo gastronômico;
- Turismo religioso;
- Turismo de negócios;
- Turismo rural;
- Turismo de lazer;
- Turismo espontâneo.

Além das justificativas apresentadas na Introdução deste estudo no que tange à escolha de Tiradentes (MG) como *locus* da pesquisa, Yin (2010) apregoa que o Estudo de Caso crucial é a forma de se compreender um fenômeno apoiado em seu campo e em profundidade, de maneira que características intrínsecas àquele *locus* possam ser detalhadamente contextualizadas, a partir da vida real deste ambiente, de forma a evitar vieses de outras localidades. Assim, tornando-se possível, de forma apurada, construir um aporte epistemológico a partir de um determinado *locus* que possibilitará a replicação do estudo de caso fulcral a outros ambientes, de forma empírica e conceitual.

Ademais, como este estudo pretende estudar e mensurar a governança do turismo em um destino turístico, além de compreender o seu desenvolvimento a partir das evidências de governança identificadas, entende-se que estudar e desenvolver indicadores para um município,

¹⁹ Informações sobre o Calendário Oficial de Tiradentes no ANEXO H.

a *priori*, pode ser importante para compreender melhor o que se pensa e o que se pode medir, como por exemplo, o desenvolvimento e a governança, respectivamente. Desta forma, uma vez replicada a outros municípios, a *posteriori*, poderá permitir ilustrar possíveis diferenças importantes para se compreender a governança e as suas variações resultantes dos seus graus identificados, de acordo com a realidade de cada ambiente, sendo assim, possível e cabível de comparação.

3.2. Sistematização do Estudo

Na abordagem quantitativa, referente ao Objetivo 2, foi utilizada a Análise Estatística Descritiva a fim de “organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas” (REIS; REIS, 2002, p. 31) a partir dos dados coletados no formulário Instrumento de Coleta de Dados (ICD), elaborado com reforço da pesquisa bibliográfica, presente na Revisão de Literatura do presente estudo.

O questionário foi aplicado para os representantes que compõem as Instâncias Deliberativas Coletivas mapeadas e teve como finalidade medir o grau de governança nessas Instâncias. Esses resultados são apresentados no formato de “gráficos e tabelas e também medidas de síntese como porcentagens, índices e médias”, tendo em vista o volume de informações coletadas (REIS; REIS, 2002, p. 31).

Na abordagem qualitativa, referente aos Objetivos 1 e 3, os meios utilizados para a investigação contemplam as pesquisas bibliográfica²⁰, documental²¹ e de campo²². Na pesquisa de campo foram utilizadas entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado e a observação não participante, conforme apregoa Vergara (2009). Utilizou-se também a técnica de *Snowball*²³ para identificar todas as Instâncias Deliberativas Coletivas possíveis, no município em estudo, além da pesquisa documental através de documentos, cedidos pela prefeitura local do município em estudo. As entrevistas foram realizadas com representantes

²⁰ A pesquisa bibliográfica “busca criar um quadro de referência, teórico conceitual por meio de uma sequência de ideias lógicas. É uma técnica de análise e interpretação de informações e dados secundários, que irá fornecer ao pesquisador fundamentos tanto teóricos como metodológicos para que a reprodução do conhecimento aconteça” (LAZARONI, 2016, p. 10).

²¹ A pesquisa documental “é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA *et al.*, 2009, p. 5).

²² A pesquisa de campo é uma “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (VERGARA, 2009, p.43).

²³ A técnica metodológica *snowball* “é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o ‘ponto de saturação’). O ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332).

que compõem as Instâncias Deliberativas Coletivas mapeadas e tiveram como finalidade associar a compreensão desses representantes com o contexto de planejamento e desenvolvimento turístico, com enfoque na sustentabilidade.

Também adotou-se a técnica de análise do conteúdo, a qual permite construir uma análise dos resultados de forma qualitativa. Nesse sentido, de acordo com Bardin (2014), as fases da análise de conteúdo realizadas na presente pesquisa estão organizadas, cronologicamente, em: pré-análise (identificação e pré-seleção dos documentos a partir da busca e da leitura superficial deles); exploração do material (análise e seleção final do material por meio da leitura completa dos documentos); e tratamento dos resultados (aplicação de tratamento quantitativo, quando necessário, com interpretação qualitativa do material selecionado na fase de exploração). Para Vergara (2006), a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa a identificar o que é emitido a respeito de determinado tema, característica que a torna convergente aos objetivos desta pesquisa.

Segundo Richardson (1999), toda análise de conteúdo deve basear-se em uma definição precisa dos objetivos da pesquisa, os quais variam em cada análise e condicionam a diferença das técnicas utilizadas. A análise de conteúdo é fundamental para o estudo das motivações, das atitudes, dos valores, das crenças e tendências.

Para atender ao objetivo geral proposto neste estudo, foram definidos três objetivos específicos, cujas descrições e métodos que foram aplicados em cada um deles, podem ser encontrados no Quadro 10:

Quadro 10: Síntese da estrutura de Coleta e Análise dos Dados por Objetivos

Objetivos Específicos (OE)	Objetivo Geral
	Avaliar o grau de governança das Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) que atuam no planejamento turístico do município de Tiradentes, MG, Brasil.
OE1 Mapear as IDCs que atuam no setor turístico no município em estudo	Abordagem: Qualitativa com Análise de Conteúdo Técnica 1: Pesquisa Documental – documentos oficiais, notícias publicadas na <i>web</i> e no sítio institucional, e pesquisas oficiais com dados sobre as instâncias deliberativas coletivas, turismo e governança, no município estudado. Foram pesquisados teses, dissertações, artigos e publicações na <i>web</i> (<i>ISI Web of Science; Scopus, Scielo</i> , entre outros), com dados sobre instâncias deliberativas coletivas, turismo e governança a fim de contribuir para o processo cognitivo sobre o universo da pesquisa, em especial, sobre IDCs, do qual, possibilitou o direcionamento das escolhas e decisões no processo de mapeamento e seleção das IDCs do município em estudo. Técnica 2: Pesquisa de Campo – observação não participante ²⁴ , notas de campo, entrevista com roteiro semiestruturado a partir do(s) ator(es) que representa(m) o COMTUR, utilizando-se da técnica de <i>snowball</i> para identificar outros atores com influência no desenvolvimento turístico do município em estudo e, posteriormente, distinguir e mapear as IDCs que atuam no setor turístico em Tiradentes (MG).
	Abordagem: Quantitativa com Análise Estatística Descritiva Técnica 1: Pesquisa Documental – documentos oficiais, notícias publicadas na <i>web</i> e no sítio institucional, pesquisas oficiais com dados sobre a governança e instâncias deliberativas coletivas, no município estudado. Foram pesquisados teses, dissertações, artigos e publicações na <i>web</i> (<i>ISI Web of Science; Scopus, Scielo</i> , entre outros), com dados sobre governança e instâncias deliberativas coletivas, tanto na literatura, quanto no município estudado. Organizou-se a partir da literatura, um Instrumento de Coleta de Dados (ICD), aplicado no formato de questionário de Escala Likert, através do <i>Google Forms</i> , aos atores que representam as IDCs mapeadas, contemplando os indicadores da governança elaborados pelo presente estudo. Técnica 2: Pesquisa de Campo – observação não participante, notas de campo, entrevistas e conversas informais junto aos atores que representam as entidades identificadas a partir do OE1, aplicação de questionário e utilização do Excel para mensurar o grau de governança a partir das respostas obtidas com o ICD, bem como, apresentando e descrevendo os resultados obtidos através da Análise Estatística Descritiva.

continua...

²⁴ Na Observação não participante “o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, permanecendo fora, presencia o fato, mas não participa dele” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 193).

OE3 Analisar a relação do planejamento turístico com a governança identificada nas IDCs do município em estudo	Abordagem: Qualitativa com Análise de Conteúdo Técnica 1: Pesquisa Documental – documentos oficiais, notícias publicadas na <i>web</i> e no sítio institucional, e pesquisas oficiais com dados sobre o turismo, desenvolvimento local sustentável, no município estudado. Foram pesquisados teses, dissertações, artigos e publicações na <i>web</i> (<i>ISI Web of Science; Scopus, Scielo</i>, entre outros), com dados sobre turismo, desenvolvimento local sustentável, tanto na literatura, quanto no município estudado. Organizou-se a partir da literatura, um Questionário para a realização de entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado, aplicado aos atores que representam as IDCs mapeadas contemplando a forma que o planejamento é operacionalizado no que tange o desenvolvimento do turismo, a partir das evidências de governança identificadas no OE2. Técnica 2: Pesquisa de Campo – observação não participante, notas de campo, entrevista em profundidade com roteiro semiestruturado e conversas informais junto aos atores que representam as entidades identificadas a partir do OE1, além da utilização de <i>softwares</i> como Ucinet 6.6, IRaMuTeQ 0.7, entre outros aplicativos, para ilustrar e apresentar os resultados obtidos e percebidos, durante e após a pesquisa de campo.
---	--

Fonte: Elaboração própria.

3.3. Coleta dos Dados

Para que a coleta de dados pudesse ser realizada, na íntegra, no município de Tiradentes (MG), realizou-se um pré-teste com os Instrumentos preliminares, constando o questionário quantitativo de mensuração da Governança, denominado Instrumento de Coleta de Dados (ICD) e o Roteiro de Entrevistas semiestruturado. Vale ressaltar que antes de realizar o pré-teste, os indicadores, as categorias e as subcategorias de governança, bem como de desenvolvimento já encontravam-se pré-estabelecidos e pré-definidos (Quadro 4: Indicadores de Governança, página 19 do presente estudo; Quadro 9: Indicadores de Desenvolvimento no Turismo, página 33 do presente estudo) desde o projeto de pesquisa, apresentado e defendido em fevereiro de 2019.

A coleta de pré-teste ocorreu em dois municípios, sendo um no estado do Rio de Janeiro e outro em Minas Gerais, exclusivamente nos Conselhos Municipais de Turismo, com perspectivas distintas entre si, mas semelhantes aos destinos turísticos pesquisados a partir do projeto “**Governança e Desenvolvimento Turístico: Uma análise de destinos turísticos nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais**”, do qual a presente pesquisa está vinculada. A escolha pelos municípios estudados no pré-teste valeu-se de proposições definidas em uma reunião ocorrida na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com os demais membros do projeto supracitado, em 08 de novembro de 2018, os quais possibilitaram a constituição de subsídios, a construção e os direcionamentos da presente pesquisa.

Ressalta-se que para todos os municípios participantes do pré-teste, houve uma intermediação de um dos membros das Instâncias estudadas ou de um munícipe com relevante

influência entre os participantes da pesquisa, sendo que no primeiro município, no estado do Rio de Janeiro, o pré-teste ocorreu após uma reunião do COMTUR, no dia 09 de abril de 2019. No segundo município, em Minas Gerais, o contato iniciou-se a partir do sítio institucional do COMTUR e a partir daí os agendamentos foram realizados, seja pelo intermediador, seja por recursos próprios, a partir das indicações dos contatos fornecidos pelo intermediador. A pesquisa do pré-teste neste município ocorreu nos dias 10 e 11 de abril de 2019, sendo que no dia 10 de abril também foi possível acompanhar a reunião ordinária do COMTUR.

As características que aproximam os dois Conselhos são percebidas através das suas atuações, sendo ambos de caráter Consultivo²⁵. A diretoria do COMTUR de Nova Friburgo (RJ) havia tomado posse recentemente à pesquisa de campo realizada por este estudo, enquanto a diretoria do COMTUR de Juiz de Fora (MG) juntamente com os seus conselheiros, estavam à frente do Conselho há aproximadamente 1 (um) ano, a considerar da realização desta pesquisa.

A partir das percepções do campo e dos dados coletados no pré-teste, tornou-se possível e necessário reconfigurar o ICD (APÊNDICE A) e Roteiro de Entrevistas (APÊNDICES B, C e D), bem como reajustar determinadas questões contidas nesses instrumentos, seja na parte de governança (ICD), seja na parte de planejamento (roteiro de entrevistas), pois algumas nuances foram percebidas no campo de teste, que possibilitaram alterar de forma mais precisa os instrumentos a serem aplicados no município de Tiradentes (MG), *a posteriori*, para que tais objetos de coleta de dados, pudessem garantir maior confiabilidade e aproximação entre a literatura e a pesquisa empírica.

Finalmente, a pesquisa de campo no município em estudo, por meio da coleta dos dados primários, ocorreu entre os dias 22 a 27 de julho de 2019 e no dia 06 de agosto de 2019. Nos dias 22 a 26 de julho de 2019 a pesquisa de campo foi realizada em Tiradentes (MG) com os participantes selecionados, de acordo com as disponibilidades de cada um. No dia 27 de julho de 2019 a pesquisa foi realizada em Belo Horizonte (MG) com um dos participantes, devido à disponibilidade do mesmo. No dia 06 de agosto de 2019 assistiu-se a uma reunião ordinária do COMTUR, realizada na Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET), na qual estiveram presentes 6 (seis) membros efetivos do Conselho e um representante das Agências de Receptivo Turístico de Tiradentes. Após assistir à reunião do Conselho, foi possível, através da observação não participante, identificar as articulações entre os membros do COMTUR, identificar os interesses relativos à pauta da reunião, as predominâncias de liderança, os engajamentos com

²⁵ Configuram-se como Consultivos, os Conselhos que possuam entre seus propósitos, atuar, como comissões externas, no aconselhamento, na orientação e recomendação a líderes e gestores do turismo de órgãos deliberativos, ações que contemplem o desenvolvimento turístico (Teles, 2011).

os temas propostos e também quanto à convivência e sinergia do grupo presente, bem como os direcionamentos, discernimentos, opiniões, críticas, cordialidades, permissividades, apatias, conformismos, entre outros.

A coleta de dados primários e secundários realizada por meio da pesquisa de campo, decorreu-se através das entrevistas em profundidade e do ICD, e pela pesquisa documental, por meio de documentos internos provenientes dos Conselhos, como Atas de Reunião, Atos de Posse, Regimento Interno, respectivamente. Vale ressaltar que as Atas de reunião foram solicitadas a partir de 2016, quando após o término da política dos Destinos Indutores²⁶, em 2015, a Categorização dos Municípios turísticos passou a ser, a partir de 2016, um dos principais instrumentos de fomento a alocação de recursos e acompanhamento do potencial turístico e econômico nos municípios brasileiros categorizados no Mapa do Turismo (BRASIL, 2019).

A partir da pesquisa bibliográfica, que forneceu subsídios para o discernimento a respeito do processo de decisão sobre o mapeamento das Instâncias que atuam direta ou indiretamente com o turismo em Tiradentes (MG), utilizou-se das entrevistas em profundidade para a obtenção de elementos relevantes à presente pesquisa, sobretudo a percepção de situações de espontaneidade através das perspectivas dos participantes da pesquisa a respeito do tema em estudo (SOARES, 2012; SCHLUTTER, 2003). Neste caso, ainda que se tenha utilizado da técnica de *snowball* para a amostra, seja na definição dos atores, seja no mapeamento das IDCs, considera-se que tal amostra é não probabilística intencional, que segundo Pardal e Correia (1995) deve ser escolhida através de discernimento do pesquisador, no qual sugerem que deva existir o mínimo de cognição de tal investigador sobre o universo da pesquisa, levando em consideração o alto grau de subjetividade envolvido na seleção e no processo de decisão.

A ferramenta utilizada nas gravações das entrevistas foi o aparelho celular móvel, com uso do aplicativo *Smart Recorder* 1.9. A duração das entrevistas durou entre 60 (sessenta) a 90 (minutos). Quanto ao questionário de mensuração da governança, o Instrumento de Coleta de Dados foi aplicado *online* e em loco, tendo em vista que em alguns lugares não foi possível utilizar os meios eletrônicos *online*. Para estes, tão logo foi possível o acesso à rede de internet,

²⁶ Iniciada em 2008, a política dos Destinos Indutores por meio da regionalização do turismo brasileiro, criou o “Estudo de Competitividade, o sistema de informações e o projeto ‘gestão de destinos’ (...), a partir desse fluxo, o destino busca a competitividade planejando, mensurando, acompanhando ações e fortalecendo os grupos gestores e, conseqüentemente, a gestão do turismo.” “(...) Os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional são definidos como aqueles que dispõem de infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para o entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos” (FERNANDES; CORIOLANO, 2015, pp. 263 e 266).

o autor da presente pesquisa lançou os dados preenchidos pelos participantes da pesquisa no questionário *online*, na íntegra. O questionário foi submetido e organizado pelo *Google Forms* e também enviado para os e-mails dos participantes da pesquisa que não puderam preenchê-lo presencialmente, durante as entrevistas. Sendo que o último questionário preenchido foi recebido no dia 06 de setembro de 2019, devido a disponibilidade e agenda do último participante da pesquisa.

O questionário ICD contém 47 (quarenta e sete) questões ou variáveis, enquanto o roteiro de entrevistas semiestruturado possui 23 (vinte e três) questões específicas, sem considerar as demais questões que iam surgindo durante as entrevistas, uma vez que por ser semiestruturado, permite flexibilidade ao pesquisador a acrescentar outras questões de acordo com as respostas obtidas (MANZINI, 2004).

Antes de iniciar a entrevista, solicitou-se que os participantes da pesquisa assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²⁷. Para os responsáveis pelas Instâncias estudadas, prioritariamente membros da diretoria executiva, foram entregues as Autorizações da Pesquisa²⁸, às quais foi solicitada a assinatura com carimbo respectivo à legitimidade institucional da IDC.

Optou-se por iniciar pelas entrevistas, pois como a pesquisa valeu-se de *snowball* e por ser não probabilística intencional, a partir das respostas obtidas pelos participantes da pesquisa foi possível identificar se as Instâncias analisadas e indicadas tratavam-se, de fato, de Instâncias Deliberativas Coletivas que atuam direta ou indiretamente no planejamento turístico em Tiradentes (MG). Logo após as entrevistas, os participantes da pesquisa eram convidados a preencher o questionário Instrumento de Coleta de Dados (ICD). Partiu-se do pressuposto de que a ordem de coleta dos dados sendo pelas entrevistas ou pelo questionário não interferiria no resultado final de análise.

Sendo assim, identificou-se um total de 14 (quatorze) participantes da pesquisa, sendo que deste total, 12 preencheram o questionário ICD, uma vez que os demais não se manifestaram até o presente momento, ao passo que o próprio autor da presente pesquisa tenha entregado o questionário em mãos e solicitado tanto presencialmente, nas duas visitas ao município, quanto virtualmente, por intermédio do *WhatsApp*. Ademais, o fato de esses dois participantes não terem preenchido o questionário, não interferiu no resultado do presente estudo, pois a partir das entrevistas, percebeu-se que aquela Instância não possui influência

²⁷ Informações sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no APÊNDICE E.

²⁸ Informações sobre a Autorização da Pesquisa nos ANEXO C.

expressiva no que concerne ao planejamento e desenvolvimento do turismo no município em estudo. Esse argumento se apoia na subjetividade da pesquisa qualitativa, e na possibilidade de se fazer inferências. Não obstante, não se anula a possibilidade de impugnação de tal percepção, desde que novos estudos consigam comprovar a expressividade dessa Instância no planejamento e desenvolvimento do turismo no município em estudo. Contudo, acredita-se que o contexto das entrevistas, bem como a perspectiva desses participantes devam ser aproveitados no capítulo que tratará do Objetivo Específico (OE) 3.

Os participantes da pesquisa foram nomeados com a sigla PP (Participante da Pesquisa), obedecendo os critérios previstos pelo Comitê de Ética, estando de acordo com a Norma Operacional CNS nº 01/2013, item 3.3, “i”. A numeração que segue a sigla dos PP foi realizada através do Excel, pelo *Visual Basic*, no qual foi criado o comando para gerar os números aleatórios sem repetição.

Como um dos objetivos do presente estudo é mapear as Instâncias Deliberativas Coletivas que atuam no setor turístico do município em estudo, partiu-se das indicações obtidas pelos representantes entrevistados no COMTUR, que foi a IDC de referência para iniciar a pesquisa. Os caminhos percorridos até o processo de decisão por estudar as Instâncias indicadas pelos participantes da pesquisa poderão ser vistos mais adiante. No entanto, antecipa-se que os participantes da pesquisa estão codificados, segundo apresentado no Quadro 11.

Quadro 11: Codificação dos Participantes da Pesquisa

Participantes da Pesquisa	Código	Instância
Participante da Pesquisa 1	PP1	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
Participante da Pesquisa 2	PP2	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – COMDUR
Participante da Pesquisa 3	PP3	Associação Feira de Artesanatos de Tiradentes - AFAT
Participante da Pesquisa 4	PP4	Associação Feira de Artesanatos de Tiradentes - AFAT
Participante da Pesquisa 5	PP5	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
Participante da Pesquisa 6	PP6	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
Participante da Pesquisa 7	PP7	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – COMDUR
Participante da Pesquisa 8	PP8	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
Participante da Pesquisa 9	PP9	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
Participante da Pesquisa 10	PP10	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
Participante da Pesquisa 11	PP11	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – COMDUR
Participante da Pesquisa 12	PP12	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
Participante da Pesquisa 13	PP13	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
Participante da Pesquisa 14	PP14	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR

Fonte: Elaboração própria.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Utilizou-se para as transcrições dois *softwares*, sendo o primeiro, o MAXQDA 18.2, com a finalidade de reduzir a velocidade da fala, por blocos, sem comprometer a qualidade do áudio e o segundo, simultaneamente, usou-se o *Voicemeeter* 1.0 para transcrever os áudios através do MAXQDA 18.2, com auxílio da página *web* <https://dictation.io/speech>, onde os textos eram originados.

Após as transcrições dos áudios, foi preciso retornar às gravações para corrigir certos termos e expressões não compreendidas pelo *software*, devido aos ruídos no ambiente das gravações, os termos e expressões populares, como vícios de linguagem, gírias e regionalismos presentes nas falas dos PP.

Nestes casos, as entrevistas foram complementadas de forma manual pelo autor do presente estudo, com auxílio do bolsista de iniciação científica, vinculado a esta pesquisa e ao projeto intitulado “A Polissemia da Governança: um estudo no contexto do turismo”, submetido e aprovado pelo CNPq através do **PIBIC/CNPq 2019-2020**, sob nº do **projeto 197035**, associado ao Departamento de Administração e Contabilidade – UFV.

3.4. Análise dos Dados

Para atender ao Objetivo Específico 1 (OE1), adotou-se a pesquisa qualitativa através da pesquisa documental e bibliográfica, a qual possibilitou analisar documentos que subsidiaram o direcionamento da presente pesquisa, *a priori*, para compreender o que são, especificamente IDCs, e a partir dessa concepção, empregar a escolha e definição das IDCs a serem estudadas no município juntamente com a técnica de *Snowball* (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Destarte, segundo o sítio institucional do município em estudo, verificou-se que dentre os 15 (quinze) Conselhos existentes e operantes em Tiradentes (MG), o COMTUR seria o ponto de partida para a presente pesquisa. No entanto, foi solicitado presencialmente na Prefeitura de Tiradentes (MG), durante a pesquisa de campo, no dia 24 de julho de 2019, sob o protocolo 2019/000000496-P²⁹, um documento com o cadastro de todas as associações, sindicatos, conselhos, agências e afins, que fossem institucionalizados, contendo os dados básicos para auxiliar no mapeamento das IDCs, como Nome da Instituição, Endereço e Telefone, Tipo de Atividades Desempenhadas e e-mail, para que a partir dessa análise, das indicações recebidas pelos participantes da pesquisa e do discernimento do autor da presente pesquisa, o Objetivo tenha sido atendido com o máximo de precisão possível.

²⁹ Informações sobre o protocolo 2019/000000496-P no ANEXO D.

Tendo em vista o Objetivo Específico 2 (OE2), para chegar ao resultado do grau de governança existente nas IDCs que atuam com o turismo em Tiradentes (MG), foi utilizado, conforme já mencionado anteriormente, o Instrumento de Coleta de Dados (ICD). A fim de mensurar a governança no município em estudo, construiu-se a partir dos indicadores, as categorias e subcategorias de análise que subsidiaram a elaboração, aplicação e análise dos dados obtidos a partir das respostas apontadas pelos participantes da pesquisa. A partir dessa definição, a qual está disposta no Quadro 4 do presente estudo, sistematizou-se o ICD através de variáveis (questões) separadas por *clusters*, nas quais exercem interdependência entre os indicadores, totalizando 47 questões, distribuídas em 3 blocos distintos, também interdependentes. Tal questionário foi elaborado a partir de um extenso estudo bibliográfico (TRENTIN, 2014; TCU, 2013, 2014a, 2014b, 2014c, 2016, 2018).

Com relação à análise do ICD, cabe ressaltar, antecipadamente, que a partir dos estudos de O'Flynn (2008), constatou-se que apesar de haver uma similaridade entre os indicadores de governança (cooperação, coordenação e colaboração), beirando à homogeneidade, torna-se necessário advertir que ambos possuem características distintas. Contudo, não deve ser descartado o seu estudo individualmente, pois parte-se do pressuposto de que para mensurar a governança, esses indicadores devem ser entendidos como *sui generis*, ao mesmo tempo em que se complementam.

No entanto, acredita-se que para mensurar o grau de governança entre as estruturas institucionalizadas formais ou informais, é preciso que haja um equilíbrio (THOMSON; PERRY, 2006) entre todos os indicadores. Portanto, as questões presentes no ICD foram agrupadas em 3 (três) blocos sendo que cada indicador está presente nesses blocos, com as suas respectivas categorias de análise, distribuídas conforme as suas descrições (subcategorias).

Cabe ressaltar que a proposta deste estudo não foi observada por outros estudos acadêmicos, mesmo após realizada uma vasta pesquisa nas bases científicas, já citadas anteriormente, o que assegura o ineditismo e originalidade do presente trabalho. Os seguintes critérios de análise utilizados para mensurar o grau de governança em uma IDC com atuação no desenvolvimento do turismo local são:

1. Cada um dos 3 (três) indicadores de análise correspondem a 33% (Coordenação), 33% (Cooperação) e 33% (Colaboração) do percentual total (100%). Independentemente do total de variáveis (questões) contidas nos subgrupos formados pelas subcategorias de análise, entende-se que cada indicador deve exercer peso igual no total da mensuração da governança. Neste caso, cada variável

recebeu um percentual equivalente à quantidade de outras variáveis, ou não, dentro de cada subgrupo, não ultrapassando o somatório de 100%.

2. As questões foram preenchidas selecionando, para cada questão apresentada, uma das opções de resposta a seguir, propostas de acordo com a escala de Likert (1 a 5 pontos).

Discordo Totalmente 1	Discordo Mais que Concordo 2	Concordo Parcialmente 3	Concordo Mais que Discordo 4	Concordo Totalmente 5
☐	☐	☐	☐	☐

3. As questões respondidas foram distribuídas na forma de premissas, às quais os respondentes selecionaram a opção mais adequada à realidade da IDC na qual ele atua, segundo a sua perspectiva, sendo 1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo Mais que Concordo; 3 – Concordo Parcialmente; 4 – Concordo Mais que Discordo; 5 – Concordo Totalmente. Tendo em vista que para cada variável há uma possibilidade de respostas que variam de 1 a 5, optou-se por representar cada ponto a partir do pressuposto de que não há variação (intervalo) entre os pontos e que o máximo permitido abaixo de 5 deverá ser $\frac{1}{4}$ dos pontos, o que equivale, numa conversão de percentual a 0,25 ou 25% entre um e outro, sendo que os extremos sejam representados por 0 e 1 (100%), isto é:

- 1 – Discordo Totalmente = 0 (0%);
- 2 – Discordo Mais que Concordo = 0,25 (25%);
- 3 – Concordo Parcialmente = 0,50 (50%);
- 4 – Concordo Mais que Discordo = 0,75 (75%);
- 5 – Concordo Totalmente = 1 (100%).

4. Portanto, a mensuração da Governança será efetuada de acordo com o percentual total de distribuição das questões, entre todos os blocos, a partir do somatório total de respostas obtidas, segundo as médias através dos pontos da Escala de Likert. Isto posto, o Grau de Governança poderá ser classificado como Ausente, Baixo, Médio, Alto ou Pleno. Como há uma variação (intervalos) entre a classificação dos Graus de Governança, considera-se que existam 5 possibilidades de enxergar a Governança, tendo em vista que a sua plenitude se dá quando ela apresentar 100% da média das respostas totais obtidas e sua ausência quando estiver dentro do

percentual de 0% a 0,99%. Neste caso, os 99% de distribuição são as demais estimativas, sendo que foram distribuídos 33% de distribuição para cada intervalo, conforme observa-se no Quadro 12.

Quadro 12: Classificação do Grau de Governança

Grau de Governança	
Grau de Cooperação (GCp)	33%
Grau de Coordenação (GCd)	33%
Grau de Colaboração (GCb)	33%
Grau de Governança	100,00%

Classificação do Grau de Governança	
Ausente	0,00% a 0,99%
Baixo (Incipiente)	1,00% a 33,99%
Médio (Moderado)	34,00% a 66,99%
Alto (Avançado)	67,00% a 99,99%
Pleno	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

A interpretação do Grau de Governança ocorreu em 4 (quatro) passos, quais sejam:

- **Passo 1:** Observou-se o Grau de Governança a partir do somatório de seus indicadores constituintes;
- **Passo 2:** Observou-se o grau de cada indicador para detectar comportamentos diferenciados entre as IDCs analisadas que apresentaram mesmo Grau de Governança;
- **Passo 3:** Observou-se as subcategorias para obter informações mais detalhadas em relação às possíveis diferenças existentes entre as IDCs analisadas que apresentaram mesmo Grau de Governança;
- **Passo 4:** Descreveu-se a Governança, pelos graus identificados em cada indicador e pelas particularidades identificadas por meio da observação das diferenças entre as categorias e subcategorias constituintes.

As evidências que suportaram as respostas obtidas através do questionário ICD estão reunidas e mantidas à disposição da IDC, para verificação, consistência e aproveitamento organizacional no contexto da governança, caso seja de interesse da IDC.

Para mensurar o grau de Governança a partir das respostas obtidas pelos participantes da pesquisa, utilizou-se da ferramenta Excel conforme descrito abaixo.

Inicialmente optou-se por calcular o grau de Governança a partir do Indicador Cooperação, representado pelas fórmulas contidas na Figura 4.

Figura 4: Cálculo utilizado para medir a Cooperação



Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que os cálculos se iniciaram a partir das Subcategorias, pois são nesses grupos onde estão agrupadas as variáveis (questões) que subsidiaram os resultados dos demais itens, com base nas respostas obtidas pelos participantes da pesquisa.

Legenda do Cálculo de Mensuração do Indicador Cooperação:

Subcategoria Gestão de Recursos:

- **PGR – Peso Gestão de Recursos** – Como essa subcategoria está vinculada à Categoria Relações Cooperativas e esta última apresenta duas subcategorias interdependentes (Gestão de Recursos e Isonomia), considerou-se o peso de 66%, tendo em vista que o total de variáveis na categoria são 3 questões, sendo 2 para Gestão de Recursos e 1 para Isonomia. Neste caso, considerando 33% para cada variável de um total de 100%, o somatório de 2 por 1 totalizou 66% para esta subcategoria, enquanto a outra, obteve o peso de 33%.
- **VMGR – Valor Médio Gestão de Recursos.**
- **ST – Soma Total** das respostas existentes nas variáveis desta subcategoria.
- **NQ – Número de Questões.**
- **%GR – Percentual Gestão de Recursos.**
- **QPP – Quantidade de Participantes da Pesquisa**, considerando que o valor máximo de respostas “5 – Concordo Plenamente” (que equivale a 1 para cada resposta), seja o mesmo número total de participantes da pesquisa.

Para as demais subcategorias, seguem-se as mesmas legendas, devendo ser substituídas pelas iniciais das suas nomenclaturas, como por exemplo: Isonomia (I); Acessibilidade (A); Parcerias Público-Privadas (P3).

Categoria Relações Cooperativas:

- **PRC – Peso Relações Cooperativas**
- **VRC – Valor Relações Cooperativas**
- **%RC – Percentual Relações Cooperativas**

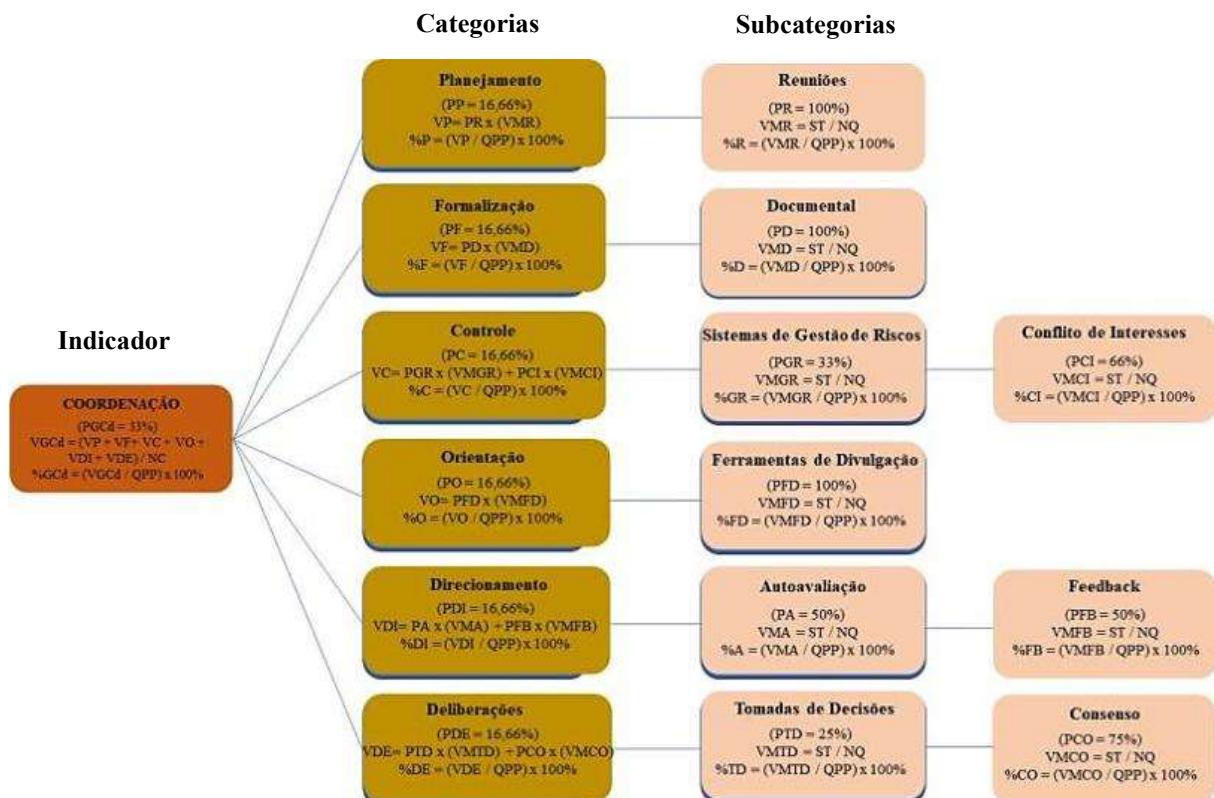
Para as demais categorias, seguem-se as mesmas legendas, devendo ser substituídas pelas iniciais das suas nomenclaturas, como por exemplo: Relacionamentos Informais (RIF); Redes Interorganizacionais (RIT). Vale ressaltar que de um total de 100%, o peso de cada categoria resultou em 33,33%, tendo em vista a quantidade de 3 categorias.

Indicador Cooperação:

- **PGCp – Peso Grau de Cooperação.**
- **VGCp – Valor Grau de Cooperação.**
- **NC – Número de Categorias** vinculadas ao Indicador.
- **%GCp – Percentual Grau de Cooperação.**

O cálculo do grau de Governança do Indicador Coordenação está representado pelas fórmulas contidas na Figura 5.

Figura 5: Cálculo utilizado para medir a Coordenação



Fonte: Elaboração própria.

Legenda do Cálculo de Mensuração do Indicador Coordenação:

Subcategoria Reuniões:

- **PR – Peso Reuniões** – Como essa subcategoria está vinculada à Categoria Planejamento e esta última apresenta apenas uma subcategoria (Reuniões), considerou-se o peso de 100%, tendo em vista que o total de variáveis na categoria são 3 questões, todas presentes na subcategoria Reuniões. Neste caso, considerando 33% para cada variável de um total de 100%, o somatório totalizou 100% para esta subcategoria.
- **VMR – Valor Médio Reuniões.**
- **ST – Soma Total** das respostas existentes nas variáveis desta subcategoria.
- **NQ – Número de Questões.**
- **%R – Percentual Reuniões.**
- **QPP – Quantidade de Participantes da Pesquisa**, considerando que o valor máximo de respostas “5 – Concordo Plenamente” (que equivale a 1 para cada resposta), seja o mesmo número total de participantes da pesquisa.

Para as demais subcategorias, seguem-se as mesmas legendas, devendo ser substituídas pelas iniciais das suas nomenclaturas, como por exemplo: Documental (D); Sistemas de Gestão de Riscos (GR); Conflito de Interesses (CI); Ferramentas de Divulgação (FD); Autoavaliação (A); Feedback (FB); Tomadas de Decisões (TD); Consenso (CO).

Categoria Planejamento:

- **PP – Peso Planejamento**
- **VP – Valor Planejamento**
- **%P – Percentual Planejamento**

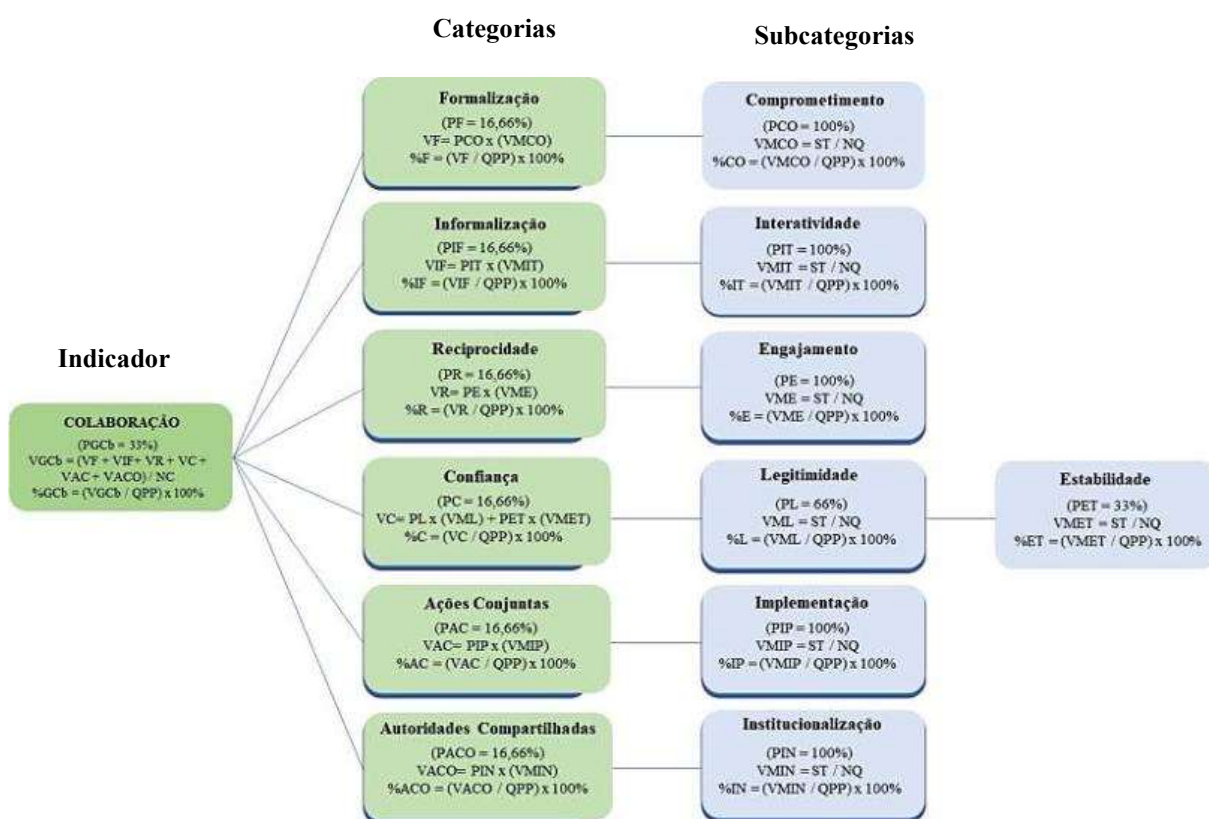
Para as demais categorias, seguem-se as mesmas legendas, devendo ser substituídas pelas iniciais das suas nomenclaturas, como por exemplo: Formalização (F); Controle (C); Orientação (O); Direcionamento (DI); Deliberações (DE). Vale ressaltar que de um total de 100%, o peso de cada categoria resultou em 16,66%, tendo em vista a quantidade de 6 categorias. Para as categorias com mais de uma subcategoria, seguem os mesmos moldes apresentados no indicador Cooperação, sendo que o percentual das variáveis (questões) não ultrapassa 100%.

Indicador Coordenação:

- **PGCd – Peso Grau de Coordenação.**
- **VGCd – Valor Grau de Coordenação.**
- **NC – Número de Categorias** vinculadas ao Indicador.
- **%GCd – Percentual Grau de Coordenação.**

O cálculo do grau de Governança do Indicador Colaboração está representado pelas fórmulas contidas na Figura 6.

Figura 6: Cálculo utilizado para medir a Colaboração



Fonte: Elaboração própria.

Legenda do Cálculo de Mensuração do Indicador Colaboração:

Subcategoria Comprometimento:

- **PCO – Peso Comprometimento** – Como essa subcategoria está vinculada à Categoria Formalização e esta última apresenta apenas uma subcategoria (Comprometimento), considerou-se o peso de 100%, tendo em vista que o total de variáveis na categoria são 2 questões, todas presentes na subcategoria

Comprometimento. Neste caso, considerando 50% para cada variável de um total de 100%, o somatório totalizou 100% para esta subcategoria.

- **VMCO – Valor Médio Comprometimento.**
- **ST – Soma Total** das respostas existentes nas variáveis desta subcategoria.
- **NQ – Número de Questões.**
- **%CO – Percentual Comprometimento.**
- **QPP – Quantidade de Participantes da Pesquisa**, considerando que o valor máximo de respostas “5 – Concordo Plenamente” (que equivale a 1 para cada resposta), seja o mesmo número total de participantes da pesquisa.

Para as demais subcategorias, seguem-se as mesmas legendas, devendo ser substituídas pelas iniciais das suas nomenclaturas, como por exemplo: Interatividade (IT); Engajamento (E); Legitimidade (L); Estabilidade (ET); Implementação (IP); Institucionalização (IN).

Categoria Formalização:

- **PF – Peso Formalização**
- **VF – Valor Formalização**
- **%F – Percentual Formalização**

Para as demais categorias, seguem-se as mesmas legendas, devendo ser substituídas pelas iniciais das suas nomenclaturas, como por exemplo: Informalização (IF); Reciprocidade (R); Confiança (C); Ações Conjuntas (AC); Autoridades Compartilhadas (ACO). Vale ressaltar que de um total de 100%, o peso de cada categoria resultou em 16,66%, tendo em vista a quantidade de 6 categorias. Para as categorias com mais de uma subcategoria, seguem os mesmos moldes apresentados no indicador Cooperação, sendo que o percentual das variáveis (questões) não ultrapassa 100%.

O cálculo do grau de Governança, através dos seus indicadores e mensurado pelas IDCs estudadas, está representado pelas fórmulas:

$$VGG = VGCp + VGCd + VGCb / NI$$

$$\% GG = VGG / QPP \times 100\%$$

Legenda do Cálculo de Mensuração da Governança

- **VGG – Valor do Grau de Governança.**
- **NI – Número de Indicadores.**
- **% GG – Percentual do Grau de Governança**

Para fins de esclarecimentos e exemplificação, são apresentados nos Apêndices F e G exemplos numéricos de cada indicador e suas categorias e subcategorias constituintes.

Ainda, são apresentados na Tabela 2, os percentuais adotados para os Pesos utilizados na construção do ICD.

Tabela 2: Sínteses dos Percentuais dos Indicadores de Governança

Indicador	Categorias	Subcategorias	Variáveis (questões)	%Peso da Subcategoria
Cooperação 33%	Relações Cooperativas (33,33%)	Gestão de Recursos	2	66%
		Isonomia	1	33%
	Relacionamentos Informais (33,33%)	Acessibilidade	1	100%
	Redes Interorganizacionais (33,33%)	Parcerias Público-Privadas	5	100%
Coordenação 33%	Planejamento (16,66%)	Reuniões	3	100%
	Formalização (16,66%)	Documental	7	100%
	Controle (16,66%)	Sist. de Gestão Riscos Conflito de Interesses	1	33%
			2	66%
	Orientação (16,66%)	Ferramentas Divulgação	3	100%
	Direcionamento (16,66%)	Autoavaliação Feedback	1	50%
			1	50%
	Deliberação (16,66%)	Tomadas de Decisões Consenso	1 3	25% 75%
Colaboração 33%	Formalização (16,66%)	Comprometimento	2	100%
	Informalização (16,66%)	Interatividade	2	100%
	Reciprocidade (16,66%)	Engajamento	4	100%
	Confiança (16,66%)	Legitimidade Estabilidade	2	66%
			1	33%
	Ações Conjuntas (16,66%)	Implementação	4	100%
Total de Variáveis (Questões)			47	

Fonte: Elaboração própria

Para atender ao Objetivo Específico 3 (OE3), adotou-se a Pesquisa de Campo como meio de realizar as entrevistas com roteiro semiestruturado. No que concerne ao estudo sobre

governança do turismo, planejamento turístico com enfoque no desenvolvimento, utilizou-se como base a pesquisa documental³⁰ e bibliográfica, através de dados secundários constituídos em teses, dissertações, livros, artigos e publicações, e de dados primários, já citados anteriormente. Essa aproximação com a literatura possibilitou a elaboração de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e suas categorias e subcategorias, conforme exposto no Quadro 9 da presente pesquisa.

Antes, durante e após as entrevistas, utilizou-se da observação não participante para identificar determinadas nuances que possibilitaram confrontar e compreender as visões acerca das aproximações e dissonâncias a respeito do planejamento turístico, do desenvolvimento e como essa governança existente entre estes participantes possibilita que o turismo em Tiradentes (MG) se desenvolva.

Utilizou-se a análise de conteúdo para analisar os dados obtidos a partir das transcrições das entrevistas, bem como das análises documentais, como Atas, Regulamentos, Regimento Interno dos Conselhos e outros documentos cedidos pelos membros das IDCs mapeadas e estudadas. A partir dessa análise, foi possível compreender e interpretar o planejamento turístico em Tiradentes (MG), apontando análises sobre a relação com o desenvolvimento do turismo local, bem como, sobre a relação do planejamento a partir da governança identificada no município. Baseado na percepção de campo e com o auxílio do *software Ucinet 6.6* foi possível desenvolver um esquema de rede, no qual estão agrupados os atores (participantes da pesquisa) responsáveis pelo Turismo em Tiradentes (MG).

Ainda na análise de conteúdo, optou-se por utilizar a técnica de análise temática, a fim de desvendar os núcleos existentes no processo de comunicação como um todo “cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2014, p. 131). Como as categorias já estavam definidas, previamente por esta pesquisa, antes de se direcionar para a pesquisa de campo, utilizou-se como critério de análise da categorização o processo de caixas e gavetas. Além disso, também utilizou-se o *software IRaMuTeQ 0.7* para auxiliar na análise de conteúdo através da formação dos *clusters* e na disposição do discurso dos participantes da pesquisa pela nuvem de palavras geradas a partir do *corpus* das entrevistas, o que possibilitou materializar uma percepção explícita em relação ao cenário revelado no município, no decorrer da pesquisa.

³⁰ Além dos documentos oficiais, notícias publicadas na *web* em sítios institucionais e pesquisas oficiais provenientes de bases científicas como *Spell*, *Scielo*, *Web of Science* entre outras, este estudo também aborda o termo documento conforme apregoado por Sá-Silva *et al.* (2009), como qualquer material não científico, escrito a mão, imagens ou retratos digitais disponíveis, inclusive, em redes sociais, os quais possibilitem compreender o comportamento humano, seus costumes, interesses e expressões, anseios e vocações.

Ressalta-se também que o presente estudo adotou uma expressiva extensão digital para a coleta e análise de dados como redes sociais, via *Facebook*, *WhatsApp* e *Google Forms* como forma de legitimar-se perante ao avanço das conexões e redes digitais da atualidade e para o entendimento e constatação sobre a forma com que os sujeitos percebem e idealizam a realidade (YAMAOKA, 2009), tornando-se assim, um trabalho em consonância com as principais ferramentas tecnológicas da atualidade.

3.5. Limitações da Pesquisa

Os fatores limitantes para a consecução do presente estudo são teóricos e empíricos. Teóricos no sentido da própria abordagem do tema proposto, especificamente no contexto do turismo, não obter avanços bibliográficos consonantes. Além disso, por se tratar de um tema específico, ao mesmo tempo abrangente, encontrou-se dificuldades em identificar na literatura, estudos que aproximem planejamento e governança do turismo. Não obstante, espera-se que os resultados deste trabalho possam servir de aporte para o campo de estudos acadêmicos, como referência bibliográfica no que concerne tais temas.

Empiricamente, as limitações consistiram no tempo para o aprofundamento da pesquisa de campo no município em estudo e nas restrições e desencontros de agenda dos Conselheiros que não puderam conceder as entrevistas. Além disso, consideram-se fatores limitantes, a não disponibilização de documentos importantes, como Atas de Reuniões atuais e organizadas, dos anos anteriores, da imprecisão de dados relativos à estrutura turística do município como número de Instâncias, hospedagens, arrecadação de impostos, entre outros.

Por fim, também considera-se como limitação da pesquisa a impraticabilidade de esgotar este estudo para além de um município de pequeno porte, embora os resultados do presente trabalho ainda serão replicados nos municípios determinados pelo Projeto do qual este estudo está vinculado, mas que também possuem características similares ao *locus* empírico desta dissertação.

4 INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS COLETIVAS DO TURISMO EM TIRADENTES

Em resposta ao Objetivo Específico 1 (OE1), apresentam-se a seguir as Instâncias mapeadas no município de Tiradentes:

- Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) – atuação direta com o turismo em Tiradentes (MG);
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (COMDUR) – atuação indireta com o turismo em Tiradentes (MG).

Apesar de o município apresentar 15 (quinze) Conselhos (TIRADENTES, 2019a) e 29 (vinte e nove) Associações mapeadas, este estudo limitou-se a estudar apenas as duas Instâncias supracitadas, por entender que exercem maior expressividade no desenvolvimento do turismo em Tiradentes (MG).

Vale ressaltar que do total de Associações mapeadas, percebeu-se que 2 delas não estão apresentadas no relatório fornecido pela prefeitura mediante o protocolo aberto em 24 de julho de 2019 (ANEXO D), quais sejam:

- Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET);
- Associação dos Moradores do Bairro da Torre (AMAT);

A partir da pesquisa de campo e da técnica do *snowball*, a ASSET e a AMAT são as Associações que possuem a maior representatividade no que tange a participação nos Conselhos do município. No entanto, durante a entrevista com os seus respectivos representantes, identificou-se que essas Associações não exercem ou executam ações voltadas para o desenvolvimento do turismo isoladamente, pois todas as discussões que permeiam o contexto do turismo, passam, com exclusividade pelo COMTUR.

Outras Associações foram observadas a partir da pesquisa bibliográfica, sendo que nos estudos de Silva (2017) são mencionadas a Associação dos Artesãos (CAT) e Casa da Gravura (Associação de Artistas). Campos (2006) também mencionou a Associação dos Artesãos de Tiradentes (AART). Nos estudos de Soares (2012) e Oliveira (2009) foi mencionada a Associação dos Charreteiros de Tiradentes, sendo que este último autor também faz referência à Associação de Hotéis de Tiradentes. Embora essas associações tenham sido citadas nestes estudos, não observou-se no relatório da Prefeitura de Tiradentes, de acordo com o protocolo supracitado, o cadastro dessas Instâncias. O que leva a inferir que exista um elevado grau de informalidade em relação aos processos institucionais no município.

Como as indicações (*snowball*) estavam demasiadamente centralizadas, diretamente a atores e Conselhos específicos, optou-se por procurar uma outra Associação que tivesse uma

representação relevante no município, mesmo não sabendo se a mesma atuasse direta ou indiretamente com o turismo, tendo em vista que o *snowball* começou a entrar em saturação, devido a concentração das indicações pelos participantes da pesquisa. Deste modo, identificou-se que a Associação Feira de Artesanatos (AFAT) poderia corroborar com o estudo em questão, embora não tenha sido indicada por nenhum dos outros participantes.

Considerando que mesmo as entidades de classe, representadas pelas entidades de direito privado e não público, como as Associações, também podem ser descritas como Instâncias Deliberativas Coletivas (TELES, 2011) procurou-se esgotar todas as possibilidades ao mapear as IDCs no município em estudo. Neste caso, a AFAT foi convidada para participar da entrevista e a partir daí, ter como confirmação se essa Associação possui de fato, alguma ligação expressiva com o turismo em Tiradentes, mesmo que de forma isolada dos demais Conselhos em processo de mapeamento.

No entanto, durante as entrevistas, percebeu-se que apesar de ser uma Associação que faz parte da estrutura turística da cidade, a AFAT depende do turismo para se manter e neste caso, não promove ações voltadas, especificamente, para o desenvolvimento do turismo no município, e sim, para o bem-estar dos seus associados. Apesar de optar por não estudar a Governança nessa Associação pelos motivos supracitados, o presente estudo não descartou as entrevistas realizadas com seus representantes, às quais foram coletadas durante a pesquisa de campo por entender que há informações que possam corroborar com a análise deste estudo. Ressalta-se que os documentos necessários, no que concerne a mensuração da governança nessa Instância, não foi recebida, mesmo após inúmeras tentativas de contato, pessoalmente e por *WhatsApp*, com a presidente da AFAT. Os documentos solicitados foram atas de reunião, regimento interno ou estatuto, atos de posse, bem como o ICD, que também não foi respondido pelos entrevistados.

No que concerne aos Conselhos, entre os destaques indicados pelos participantes da pesquisa e que também não foi mapeado como uma IDC que atua com o planejamento turístico de Tiradentes, está o Conselho de Políticas Culturais de Patrimônio (CMPCP). Em contato informal com o presidente deste Conselho durante a pesquisa de campo, após explanar os objetivos que direcionam o presente estudo, o próprio alegou que este Conselho não possui ligação com o turismo na cidade e que não se envolve com o turismo, tendo em vista que já existe um grupo específico para tratar dessas questões, uma vez que este Conselho (CMPCP) atua apenas com a parte cultural da cidade, mas em específico ao turismo, somente o COMTUR

e que mesmo se houvesse o interesse desta pesquisa em estudar o CMPCP, os resultados e conclusões chegariam a uma perspectiva aquém do que se espera através desse estudo.

Apesar de apresentar certa disponibilidade, o presidente do CMPCP mencionou que se houvesse o estudo neste Conselho, a pesquisa teria uma abrangência muito genérica ao que se espera revelar com a presente proposta, e portanto, perderia o foco ao qual está proposto nos seus Objetivos (OE1, OE2 e OE3). A seguir, apresentam-se as principais características das duas IDCs (COMTUR e COMDUR) mapeadas e selecionadas para a condução deste estudo.

4.1. O Conselho Municipal de Turismo de Tiradentes (MG) - COMTUR

O COMTUR foi criado sob a Lei nº 2.535/2010, juntamente com o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) do qual conta com o recurso do ICMS turístico para as deliberações e implementações de ações voltadas para o desenvolvimento do turismo no município, e é um “órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o Poder Público e a sociedade civil” (TIRADENTES, 2010, Art. 1º, p. 1).

Esse órgão, mencionado neste estudo como uma IDC, tem como objetivo formular através do planejamento turístico, a política municipal de turismo, “visando criar condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística do município e discussão sobre captação e ou destinação dos recursos provenientes do FUMTUR”. O COMTUR é um órgão deliberativo, com Regimento Interno próprio, onde são discutidos assuntos relacionados ao turismo e que causam impactos diretos na rotina do município (TIRADENTES, 2014, p. 243).

De acordo com a Lei Municipal nº 2968/2015, ficou determinado que a IDC seja constituída por 11 (membros) e seus suplementes, nomeados pelo prefeito municipal, com mandato de 2 (dois) anos (TIRADENTES, 2015, p. 1). Atualmente, a composição do COMTUR segue a seguinte constituição³¹:

Diretoria Executiva – composta por três Conselheiros, sendo Presidente, Vice-Presidente e Secretária Executiva, ambos destacados (em negrito) a seguir – e demais membros:

- 1 – Centro Cultural Sesiminas Yves Alves (CCSYA);
- 2 – Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes (SCBVT);**
- 3 – Associação de Moradores do Bairro Alto da Torre (AMAT);
- 4 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- 5 – Câmara Municipal de Tiradentes (CM);
- 6 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (SMTCEL);**

³¹ Informações sobre o Ato de Posse COMTUR – Biênio 2018/2019 no ANEXO E.

- 7 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (COMDUR);
- 8 – Secretaria de Meio Ambiente (SMA);
- 9 – Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET);**
- 10 – Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT);
- 11 – Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes (CTTI).

4.2. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Tiradentes (MG) - COMDUR

O COMDUR foi criado sob a Lei nº 1/2015 e é um órgão integrante do Plano Diretor do Município de Tiradentes (MG), com sistema colegiado, constituído por todos os segmentos sociais da sociedade civil existentes no município, seja nas áreas urbanas e áreas rurais conforme Resolução nº 13 definida na Resolução Normativa nº 4, de 06 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional das Cidades. De acordo com o Regimento Interno do Conselho, o COMDUR não possui recursos públicos para a sua manutenção e implementação de ações e/ou políticas públicas voltadas para o desenvolvimento municipal.

Ainda, segundo o seu Regimento Interno, o COMDUR é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e de fiscalização, dentro do quadro do Plano Diretor do Município de Tiradentes, e de relevante interesse público, no qual seus membros não têm direito a remuneração pró-labore, vantagem ou benefício. Além disso, está subjugado à Prefeitura e em particular por todos os componentes do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão.

Atualmente, a composição do COMDUR segue a seguinte constituição³²:

Diretoria Executiva – composta por três Conselheiros, sendo Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo, ambos destacados (em negrito) a seguir – e demais membros:

- 1 – Associação dos Moradores do Alto da Torre (AMAT);
- 2 – Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET);**
- 3 – Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT);**
- 4 – Câmara Municipal de Tiradentes (CM);
- 5 – Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Tiradentes (SCBVT);
- 6 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- 7 – Conselho Municipal do Meio Ambiente (CODEMA);**
- 8 – Prefeitura de Tiradentes;
- 9 – Sociedade Civil.

³² Informações sobre nomeação dos membros do COMDUR: Portaria nº 11 de 28 de março de 2019 - ANEXO F.

Apesar de estudar o COMDUR como uma IDC que, supostamente, atua com o planejamento turístico em Tiradentes, percebeu-se que este Conselho, mesmo atuando de forma indireta com o turismo, não delibera ações específicas para o turismo no município. No entanto, como trata-se de um Conselho de Desenvolvimento Urbano, é possível que entre as suas deliberações que visem o desenvolvimento do município se aproxime, de alguma forma, com o desenvolvimento do turismo na cidade. Para tanto, alega-se que as Atas das Reuniões deste Conselho e também do COMTUR, desde 2016 até 2019, foram analisadas e estão disponíveis, em quadros sínteses, nos ANEXOS I e J, do presente estudo, a fim de confirmarem tal argumento.

Cabe ressaltar que nem todas as atas de reuniões foram enviadas para análise deste trabalho e ainda, que em alguns casos, há duplicidade de atas, mesmo em datas distintas. Portanto, além de mapear as IDCs, conforme proposto no OE1, considerou-se importante, mapear os assuntos das pautas discutidas por essas IDCs, entre 2016 e 2019, consoante ao argumento disposto no item ‘3.3. Coleta dos Dados’ da presente pesquisa, a fim de confirmar a atuação direta e indireta, no desenvolvimento do turismo, de cada Instância, segundo elucidado nos Quadros 13 e 14.

Quadro 13: Síntese das Atas de Reuniões COMTUR 2016 - 2018

	COMTUR			
	Temas / Pautas			
	2016	2017	2018	2019
Jan	Natal 2015 – Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Recuperação Calçamento Centro Histórico – Coleta e Tratamento Lixo – Mostra de Cinema – FUMTUR	Regulamentação Lei de Eventos – Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Estacionamento Veículos – Restauração Largo das Forras – FUMTUR – Geral	Sem acesso à Ata de Janeiro	Sem acesso à Ata de Janeiro
Fev	Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Recuperação Calçamento Centro Histórico – Coleta e Tratamento Lixo – Restauração Lago das Forras – BikeFest – Estatuto COMTUR – Workshop Eventos – FUMTUR – Cursos Pronatec – Inventário Oferta Turística	Regulamentação Lei de Eventos – Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Estacionamento Veículos – Restauração Largo das Forras – FUMTUR – Geral – Mostra de Cinema – Shows na Madrugada – Estação Cesar de Pina	Sem acesso à Ata de Fevereiro	Sem acesso à Ata de Fevereiro
Mar	Sem acesso à Ata de Março	Zona Azul (Estacionamento de Veículos) – Despoluição Visual Centro Histórico – Fechamento Centro Histórico – Taxa de Turismo – Restauração Largo das Forras – Mostra de Cinema – Composição do COMTUR – Evento “Invasão do Bem”	Sem acesso à Ata de Março	Sem acesso à Ata de Março
Abr	Sem acesso à Ata de Abril	Fiscais de postura (Trânsito / Fechamento Centro Histórico) – Evento “Invasão do Bem” – Restauração Largo das Forras –	Lei de Eventos – Rota dos Helicópteros – Eventos – Geral	Sem acesso à Ata de Abril

continua...

		Evento Vinho & Jazz – Evento Fórum do Amanhã – Geral		
Mai	Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Recuperação Calçamento Centro Histórico – Coleta e Tratamento Lixo – Restauração Lago das Forras – Estatuto COMTUR – Workshop Eventos – FUMTUR – TremBier – Evento Artes e Tradições – Famtours	Fiscais de postura (Trânsito / Fechamento Centro Histórico) – Restauração Lago das Forras – Evento Vinho & Jazz – Evento Fórum do Amanhã – Decreto Lei de Eventos	Membros COMTUR – TremBier – Seminário de Eventos – Formação Chapa / Eleição Diretoria – Evento Artes e Tradições	Sem acesso à Ata de Maio
Jun	Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Recuperação Calçamento Centro Histórico – Coleta e Tratamento Lixo – Restauração Lago das Forras – Estatuto COMTUR – Workshop Eventos – FUMTUR – Famtours – Cursos capacitação profissional e empresarial – Centro Informações ao turista	Sem acesso à Ata de Junho	Ofício ASSET indicando titular suplente COMTUR – Nova Eleição Diretoria COMTUR – Reestruturação cadeiras dos Conselhos – Workshop Eventos – Novo Secretário de Turismo	Sem acesso à Ata de Junho
Jul	Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Recuperação Calçamento Centro Histórico – Restrição acesso veículos no Centro Histórico – Restauração Lago das Forras – Workshop Eventos – FUMTUR – Famtours – Centro Informações ao turista – Manutenção banheiros públicos – BikeFest – Cicerones Maria Fumaça. Reunião Extraordinária 1: Execução obra despoluição do Ribeiro Santo Antônio (COPASA). Reunião Extraordinária 2: Impacto atividade turística Estação Ferroviária e organização dos prestadores de serviços.	Sem acesso à Ata de Julho	Festival de Gastronomia – TremBier – Evento Quatro Estações – Sinalização do Turismo Rural – Eleição Diretoria COMTUR – Reestruturação cadeiras dos Conselhos – Workshop Eventos – Helicópteros – Chafariz	Sem acesso à Ata de Julho
Ago	Sem acesso à Ata de Agosto	Sem acesso à Ata de Agosto	Estação Mountain Bike – Projeto McKinsey – COPASA – Chafarizes – Sinalização Turismo Rural – Eleição Diretoria COMTUR – Reestruturação cadeiras dos Conselhos – Workshop Eventos	Sem acesso à Ata de Agosto
Set	Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Restrição acesso veículos no Centro Histórico – Restauração Lago das Forras – Workshop Eventos – FUMTUR – Centro Informações ao turista – Cicerones Maria Fumaça – Eventos Musicais – Semana do Turismo – ABAV	Sem acesso à Ata de Setembro	Estação Mountain Bike – Projeto McKinsey – COPASA – Sinalização Turismo Rural – Eleição Diretoria COMTUR – Workshop Eventos – Rota Nhá Chica – Festival de Gastronomia	Finalização da Pesquisa de Campo
Out	Festival Estrada Real – Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Restauração Lago das Forras – FUMTUR – Centro Informações ao turista – Eventos Musicais – Semana do Turismo – Lixo Zero – Sinalização Turística –	Sem acesso à Ata de Outubro	Estação Mountain Bike – Projeto McKinsey (projeto concluído) – COPASA – Sinalização Turismo Rural – Rede de Turismo – Rota Nhá Chica – Selo Tiradentes – Encontro Mineiro de Hotelaria	

continua...

conclusão...

	Restauração Chafariz – TremBier			
Nov	Regulamentação Lei de Eventos – Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – Restauração Largo das Forras – FUMTUR – Geral – Estacionamento de veículos – Sinalização turística – Restauração Chafariz – TremBier – Lixo Zero	Sem acesso à Ata de Novembro	Estação Mountain Bike – COPASA – Sinalização Turismo Rural – Rede de Turismo – Feira Artesanato, Táxis e Charretes – Rota Nhá Chica – Selo Tiradentes – Encontro Mineiro de Hotelaria – Missa Inculturada – Natal e Réveillon	
Dez	Festival Estrada Real – Despoluição Visual Centro Histórico – Taxa de Turismo – FUMTUR – Centro Informações ao turista – Estacionamento de veículos – Sinalização turística – Restauração Chafariz	Sem acesso à Ata de Dezembro	Estação Mountain Bike – Projeto Mapa do Turismo – Evento Planeta Tiradentes – Revogação inciso Lei de Eventos (contrapartida dos eventos para os Conselhos) – Sinalização Turismo Rural – Mostra de Cinema – Rota Nhá Chica – Selo Tiradentes – Encontro Mineiro de Hotelaria – Natal e Réveillon	

Fonte: Elaboração própria com base nas Atas de COMTUR 2016-2018.

Pode-se perceber, portanto, que através dos temas relativos às reuniões do COMTUR apresentados no Quadro 13, é possível confirmar a sua expressiva relação com a operacionalização do turismo em Tiradentes (MG), sobretudo, menciona-se que os eventos sejam o principal tema de discussão abordado pelo Conselho. Apresenta-se, a seguir, o Quadro 14, composto pela síntese dos temas discutidos pelo COMDUR entre os anos de 2016 a 2019, conforme análise proposta pelo presente estudo.

Quadro 14: Síntese das Atas de Reuniões COMDUR 2016 - 2019

	COMDUR			
	Temas / Pautas			
	2016	2017	2018	2019
Jan	Sem acesso à Ata de Janeiro	Legalização Oficial do COMDUR – Envio ofício à Prefeitura solicitando reunião – Plano de Ação 2017 – Análise de Conjuntura / Geral	Plano de Ação 2018 – Plano Diretor – Geral	O conteúdo da ata de Janeiro refere-se ao mesmo conteúdo de Fevereiro
Fev	Regimento Interno – Criação Institucional do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU)	Legalização Oficial do COMDUR – Apresentação e Ocupação do cargo Vice-Presidente do COMDUR – Plano de Ação 2017 – Geral	Regimento Interno – Plano de Ação 2018 – Espaço de Instalação COMDUR – FDU – Geral	Eleição de Diretoria – Estado de Conservação Imóveis Públicos – Loteamento Vista da Serra. Reunião Extraordinária: Estado de Conservação Imóveis Públicos – Plano Diretor
Mar	Regimento Interno – Composição COMDUR	Legalização Oficial do COMDUR – Plano de Ação 2017 – Espaço de Instalação COMDUR – Geral	Plano Diretor – Regimento Interno – Plano de Ação 2018	Sem acesso à Ata de Março
Abr	Formalização Representantes Oficiais – Espaço Instalação COMDUR	Legalização Oficial do COMDUR – Plano de Ação 2017 – Espaço de Instalação COMDUR – FDU – Protocolo Institucional – Sistema de Planejamento e Gestão de Conferência Municipal	Parceria com UFSJ – Site Institucional COMDUR – Regimento Interno – Plano de Ação 2018 – Plano Diretor – Geral	Nova Configuração de Titulares e Suplentes COMDUR – Comissões e Grupos de Trabalho – Ofícios redigidos e entregues – Chuvas e Lama – Mineração – Cemitério Municipal – Erosão AMG0450 – Parsons Moradas da Montanha – Estudo de Impacto Vizinhança – Panoramia Matadouro Municipal

continua...

conclusão...

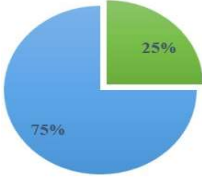
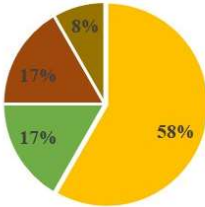
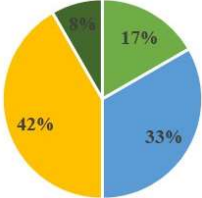
				– Restrição Veículos Centro Histórico
Mai	Formalização Representantes Oficiais – Espaço Instalação COMDUR	Sem acesso à Ata de Maio	O conteúdo da ata de Maio refere-se ao mesmo conteúdo de Setembro	Comissões / Propostas de Trabalho – Ofícios redigidos e entregues – Chuvas e Lama – Mineração – Cemitério Municipal – Restrição Veículos Centro Histórico – Loteamento Vista da Serra – Ampliação do Santíssimo Resort – Habite-se Plataforma do Sabor – Retirada Lona de Circo Parque das Abelhas – Loteamento Popular
Jun	Sem acesso à Ata de Junho	Não houve reunião do Conselho no mês de Junho	Plano Diretor	Extração de areia no Rio das Mortes – Comissões / Propostas de Trabalho – Shows / música ao vivo / Eventos no Centro Histórico – Mineração – Lixo e Entulho – Loteamento Vista da Serra – Chuvas e Lama – Denúncia Fazenda Águas Santas – Geral
Jul	Formalização Representantes Oficiais – Intervenção Comunidade (Lei 2935 de 15abr 2016)	Não houve reunião do Conselho no mês de Julho	Loteamentos / Projeto Panoramia – FDU – Site Institucional COMDUR	Comissões e Grupos de Trabalho – Extração areia no Rio das Mortes – Plataforma do Sabor – Pouso irregular Helicóptero – Lixo e Entulho – Denúncia Fazenda Águas Santas – Cadeiras Faltantes / Membros COMDUR ausentes – Lei motorhomes e trailers – Coleta de Lixo – Trânsito carros de grande porte
Ago	Sem acesso à Ata de Agosto	Renúncia de Conselheiro – Plano Diretor – Espaço de Instalação COMDUR – FDU – Criação instalação para caminhão – Conselheiro Rural	Sem acesso à Ata de Agosto	Plano Diretor – Resultados das Comissões – Criação de nova Comissão – Novos Loteamentos – Rede de Esgoto / Rua dos Inconfidentes. Reunião Extraordinária: Conselheiros e Comissões de Trabalho – Ampliação Santíssimo Resort – Projeto Vila di Vina / demolição quarto
Set	Sem acesso à Ata de Setembro	Plano Diretor – Espaço de Instalação COMDUR – FDU – Criação instalação para caminhão	Loteamentos / Projeto Panoramia – Espaço de Instalação COMDUR – Gestão de Projeto e Obras	Finalização da Pesquisa de Campo
Out	Sem acesso à Ata de Outubro	O conteúdo da ata de Outubro refere-se ao mesmo conteúdo de Novembro	Trabalho Administrativo voluntário – Drenagem Pluvial – Loteamentos / Projeto Panoramia – Serra de São José – Desmatamento / Condomínio Campana del Vento -	
Nov	Sem acesso à Ata de Novembro	Plano Diretor – Reunião Prefeitura com Secretários – Regimento Interno – Criação Instalação para caminhão – Lei de Eventos – CODEMA e animais – Biodigestor – Cooperativa Tiradentes Recicla – COPASA	O conteúdo da ata de Novembro refere-se ao mesmo conteúdo de Dezembro	
Dez	Plano Diretor – Mudança nº Lei 2935 para 01/2015 – Envio ofício à Prefeitura solicitando reunião – Votação Representantes das Instituições	O conteúdo da ata de Dezembro refere-se ao mesmo conteúdo de Janeiro / 2018	Biodigestor – Biblioteca Pública – Plano de Ação 2019	

Fonte: Elaboração própria com base nas Atas de COMDUR 2016-2019.

Pode-se perceber, portanto, que através dos temas relativos às reuniões do COMDUR apresentados no Quadro 14, cabe inferir que a sua relação com a operacionalização do turismo em Tiradentes (MG) ocorre de forma indireta, sobretudo, menciona-se que os processos de organização institucional interna e o Plano Diretor sejam os principais temas de discussão abordados pelo Conselho.

Uma vez que as IDCs foram devidamente mapeadas e atestadas sobre as suas atuações, direta ou indiretamente, com o turismo no município de Tiradentes (MG), cabe ainda apresentar, os dados sociodemográficos dos Participantes da Pesquisa (PP), com vistas a elucidar o perfil dos representantes que atuam nas IDCs estudadas³³ e mapeadas. Tais características podem ser observadas na Tabela 3.

Tabela 3: Caracterização Sociodemográfica dos PP: Representantes das IDCs Mapeadas

Dados	Respostas	Gráficos
Sexo		
Feminino	3	 75% 25% Feminino Masculino
Masculino	9	
Idade		
De 18 a 30 anos	0	 58% 17% 17% 8% De 31 a 40 anos De 41 a 50 anos De 51 a 70 anos Mais de 70 anos
De 31 a 40 anos	7	
De 41 a 50 anos	2	
De 51 a 70 anos	2	
Mais de 70 anos	1	
Trabalho Desempenhado na IDC		
Remunerado	0	100% de trabalho não remunerado
Não Remunerado	12	
Tempo que desempenha atividade na IDC		
Até 1 ano	2	 42% 33% 17% 8% Até 1 ano De 1 a 2 anos De 2 a 5 anos De 5 a 10 anos
De 1 a 2 anos	4	
De 2 a 5 anos	5	
De 5 a 10 anos	1	
Mais de 10 anos	0	

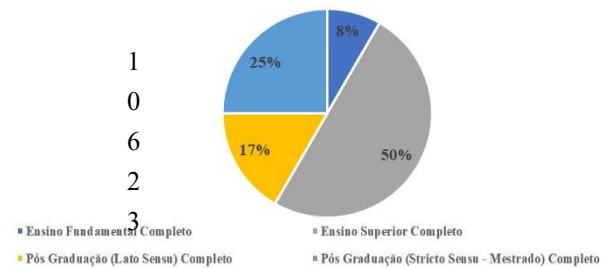
continua...

³³ Cabe ressaltar que a caracterização sociodemográfica dos 2 participantes da pesquisa, representantes da AFAT, não serão apresentadas, tendo em vista a justificativa já mencionada neste mesmo Capítulo.

conclusão...

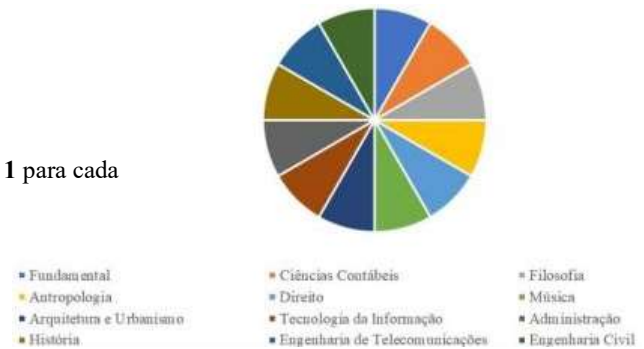
Escolaridade

Ensino Fundamental Completo	1	1
Ensino Médio Completo	0	0
Ensino Superior Completo	6	6
Pós-Graduação (Lato Sensu) Completo	2	2
Pós-Graduação (Mestrado) Completo	3	3

**Área de Formação**

Administração
Antropologia
Arquitetura e Urbanismo
Ciências Contábeis
Direito
Engenharia de Telecomunicações
Engenharia Civil
Filosofia
História
Tecnologia da Informação

1 para cada



Fonte: Elaboração própria.

O que se buscou a partir das entrevistas, do questionário ICD aplicado e das análises das Atas de Reuniões das IDCs mapeadas, foi mensurar o grau de governança, revelar se ações são deliberadas envolvendo o planejamento turístico em Tirantes (MG) e se há relação com a governança identificada nessas Instâncias, ao mesmo tempo, perceber se evidências dos indicadores de Desenvolvimento têm sido abarcados e implementados nessas deliberações. As respostas para essas questões encontram-se descritas nos próximos capítulos.

5 A GOVERNANÇA DO TURISMO EM TIRADENTES

A partir do mapeamento das IDCs em Tiradentes (MG) e dos questionários ICD respondidos, chegou-se à mensuração da governança do turismo no município. Em resposta ao Objetivo Específico 2 (OE2), são demonstrados, a seguir, os graus de Governança identificados em cada IDC, conforme os resultados obtidos através da análise quantitativa dos dados coletados.

De acordo com os dados apresentados, tornou-se possível demonstrar comparações entre as IDCs constituintes e destacar os pontos com maior grau de relevância e os pontos mais críticos evidenciados pelo ICD. Desta forma, cabe resgatar a síntese no que concerne às principais características dos indicadores de Governança, sendo:

- **Cooperação:** A cooperação é descrita como uma relação informal sem uma missão comum na qual a informação é compartilhada conforme a necessidade. A autoridade é autônoma e permanece com cada organização. Há pouco (ou nenhum) risco e os recursos e as recompensas são mantidos separados. Cada parte fornecerá acesso aos seus recursos.
- **Coordenação:** A coordenação é vista como mais formal e há missões compatíveis que exigem um planejamento comum, e canais de comunicação mais formais. Enquanto cada organização mantém autoridade, o risco entra na equação.
- **Colaboração:** A colaboração é um relacionamento mais duradouro e difundido que envolve a criação de novas estruturas para incorporar autoridade, desenvolvendo uma missão comum entre elas. Envolve-se em um planejamento abrangente e compartilhado no qual a comunicação formal e informal entre múltiplos níveis ocorre, à medida em que confianças são estabelecidas.

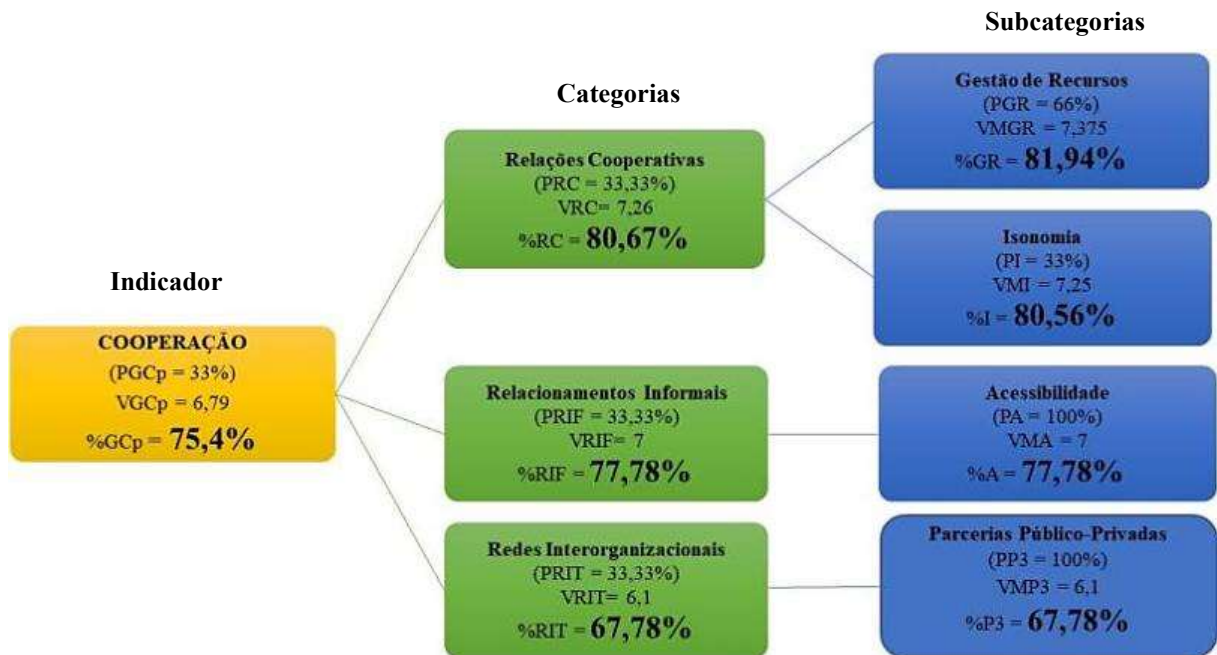
Cabe destacar que o número de participantes da pesquisa por cada IDC variou de acordo com a disponibilidade dos atores e por decisão da presente pesquisa, tendo em vista que percebeu-se que a rede de atores envolvidos com o turismo no município é formada por um núcleo fechado entre esses sujeitos, o que caracteriza essa governança como uma ‘*Core Governance*’, cuja definição, proveniente do presente estudo, parte da premissa de que exista uma governança centrada nesse núcleo e que tais atores decidem, dentro dessas organizações, formas de institucionalizar e legitimar interesses, ações, propostas, normativos e deliberações, em nome do coletivo. Tal conceito será melhor abordado no próximo capítulo, relativo ao Objetivo Específico 3 (OE3) da presente pesquisa.

Ressalta-se que a maior parte desses atores participa dos mesmos Conselhos da cidade, salvo raras exceções. Desta forma, do total de 11 (onze) representantes do COMTUR, a pesquisa foi realizada com 9 (nove) representantes e do total de 9 (nove) representantes do COMDUR, a pesquisa foi realizada com 3 (três) representantes, sendo os mais indicados durante as entrevistas com os demais atores. Ressalta-se que a seleção destes últimos atores foi concebida a partir do discernimento do autor da presente pesquisa, tendo em vista que dos 6 (seis) atores restantes do COMDUR, 4 (quatro) fazem parte do COMTUR, como titulares ou suplentes. Sendo assim, buscou-se evitar enviesamentos no processo de coleta de dados dentro de cada Conselho, apesar de constatar, *a posteriori*, que esse núcleo de atores, ao tratar do turismo, se comporta pelo grupo do qual fazem parte, em detrimento das Instâncias nas quais representam.

5.1. A Governança no COMTUR

A governança no COMTUR será apresentada neste estudo, exclusivamente na forma de figuras e gráficos, assim como preconiza a Análise Estatística Descritiva, iniciando-se pelos indicadores e seus subgrupos de base. A partir dos dados coletados pelo ICD, preenchido pelos participantes da pesquisa (PP), e organizados em uma planilha do Excel, tratou-se de mensurar o grau de Governança apoiado nos procedimentos previamente apresentados no item “3.4. Análise dos Dados”. Portanto, apresentam-se os resultados obtidos, seguindo a seguinte ordem dos Indicadores: Cooperação – Coordenação – Colaboração.

Os dados relativos ao grau de Governança do indicador Cooperação estão apresentados na Figura 7.

Figura 7: Grau de Governança do Indicador Cooperação do COMTUR

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da mensuração do grau de Governança do indicador Cooperação direcionaram para a classificação “Avançado” tendo em vista que apresentou percentual de 75,4%, ficando dentro do intervalo de 67% a 99% correspondente ao grau Alto de classificação da Governança. Dentre os resultados obtidos, destaca-se o valor mais baixo de mensuração, de 67,78% da categoria Redes Interorganizacionais com base na subcategoria Parcerias Público-Privadas. Ainda que esteja presente no grau Alto de mensuração, pode-se observar que esta subcategoria está bem próxima do grau Médio, classificada no intervalo de 34% a 66%.

Este resultado corrobora com a concepção de grande parte dos atores entrevistados, em se tratando de parcerias com a gestão pública, em especial com o Poder Público no município, pois segundo os atores, há uma falta de flexibilidade e comunicação nessas relações, o que configura o município através das parcerias privado-privadas como articuladores do desenvolvimento do turismo em Tiradentes (MG), pois percebeu-se, segundo relatado pelos participantes da pesquisa, um distanciamento abissal entre o COMTUR e o Poder Público, além de uma certa negligência com essa IDC.

Tais argumentos também são apontados nas atas de reuniões do Conselho, em diversas situações nas quais o Poder Executivo demonstrou certo distanciamento, omissão e por vezes, negligência quanto aos questionamentos e deliberações atribuídos pelos representantes do COMTUR, como por exemplo:

- **Ata Julho 2016**

- Assunto: ‘**Obras de Recuperação do Calçamento do Centro Histórico**’.
- Discussão: Foi questionado por um dos representantes do Conselho se a fiscalização da obra estava sendo feita pela Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal e foi respondido pelo vereador João Marcos que não, pois, apesar de terem sido encaminhados vários ofícios à Prefeitura, até aquele momento a Câmara não teria tido acesso ao cronograma físico e financeiro da obra. Disse ainda, que foi feita uma representação junto ao Ministério Público e que estaria aguardando a resposta.
- Decisão: Foi consenso dos conselheiros presentes de que esse tema deveria sair do acompanhamento do COMTUR e que seria tratado apenas assuntos pontuais, sempre que necessário.

- **Ata Janeiro 2017**

- Assunto: ‘**Despoluição Visual do Centro Histórico**’
- Discussão: Foi relatado por um dos representantes do Conselho que a própria Prefeitura seria poluidora visual do Centro Histórico e que a falta de fiscais era uma dificuldade a ser solucionada para que pudessem ter um trabalho estruturado e consistente em relação ao tema.
- Decisão: Foi consenso dos presentes que deveria ser redigida uma carta pela Secretaria de Turismo para ser enviada a todos os empresários citando a Lei vigente e conscientizando da necessidade do cumprimento de suas funções.

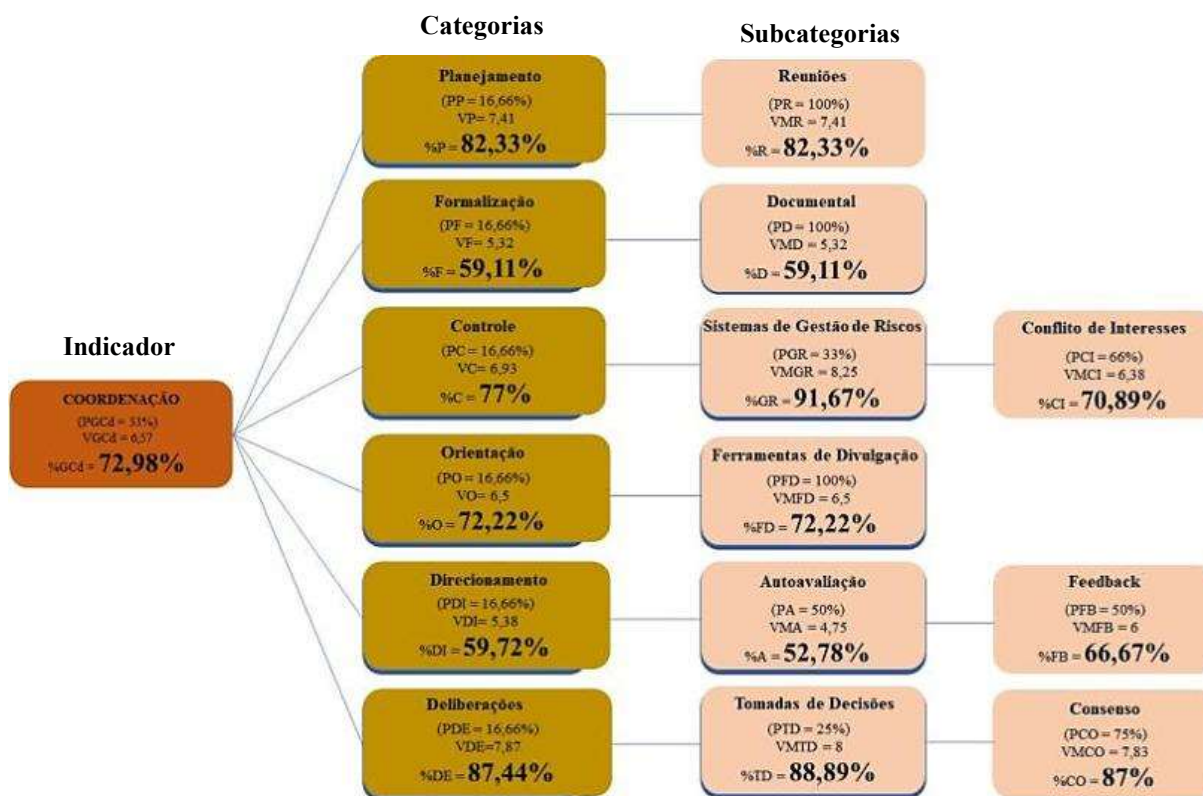
Sendo assim, os atores que atuam com o turismo no município estão cada vez mais agrupados em um núcleo, estabelecendo parcerias com organizações privadas em detrimento das parcerias públicas.

Por mais que a gente tenha conseguido desenvolver com os produtores de eventos esse entendimento, né, que não basta simplesmente realizar o evento, embora você tenha todo o impacto anterior e posterior à realização do evento. **Mas, a atuação da prefeitura ainda tem sido muito falha** (PP13, grifos nossos).

Nós temos muito pouco apoio da prefeitura. A prefeitura ignora o Plano Diretor. A prefeitura tenta tomar soluções sem a consultoria do COMTUR e do COMDUR e dos outros Conselhos também (...) **A gente faz um monte de coisa que a prefeitura que devia fazer** (PP6, grifos nossos).

Os dados relativos ao grau de Governança do indicador Coordenação estão apresentados na Figura 8.

Figura 8: Grau de Governança do Indicador Coordenação do COMTUR



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da mensuração do grau de Governança do indicador Coordenação direcionaram para a classificação “Avançado” tendo em vista que apresentou percentual de 72,98%, ficando dentro do intervalo de 67% a 99% correspondente ao grau Alto de classificação da Governança. Dentre os resultados obtidos, destaca-se o valor mais baixo de mensuração de 59,11% da categoria Formalização com base na subcategoria Documental, ficando entre o intervalo de 34% a 66%, sendo classificado como grau Médio de mensuração. Este resultado corrobora com a concepção no que tange à organização com os documentos relativos às atividades do COMTUR, em especial as Atas de Reunião, que não estão completas, conforme pode ser percebido no ‘Quadro 13: Síntese das Atas de Reuniões COMTUR 2016 – 2018’ e que até o término do presente estudo não foram disponibilizadas as atas de 2019.

Com relação aos cadastros de hotéis e pousadas, que foram entre as declarações dos PP como um dos maiores gargalos no município devido à falta de regulação dos mesmos, a percepção dos atores deste Conselho não se aproxima do que, de fato, o município apresenta. Durante a reunião do Conselho, datada de 06 agosto de 2019, foi dito por um dos participantes

da pesquisa que Tiradentes (MG) possui mais de 300 estabelecimentos de hospedagens e que podem ser vistos a olho nu. Não obstante, conforme com o resultado apresentado no relatório do Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2019) existem 72 estabelecimentos cadastrados no município. Vale ressaltar que de acordo com o novo relatório 2019-2021, foi acrescentada a variável “Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem” e que devido ao número de estabelecimentos irregulares no município, essa variável possa ter contribuído para que o município de Tiradentes (MG) tenha caído de posição no *ranking* de categorização, que em 2018 era A, e que a partir do novo relatório ocupa a posição B.

Além disso, em uma das entrevistas, foi dito que o município fez uma força tarefa para cadastrar cerca de 120 pousadas no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur)³⁴, que antes só constavam 12 pousadas cadastradas, mas ao solicitar os dados que representam o número de estabelecimentos de hospedagem regulares no município, para um dos membros do Conselho, verificou-se, assim que recebido o documento com a relação de “Contribuintes pela Atividade econômica: Pousadas e Lanchonetes³⁵” que esse número não se aproxima de nenhuma das informações obtidas. Observou-se, *a priori*, 39 cadastros na Prefeitura, sendo que 9 destes estão com CNPJ baixado/inativo/paralisado. Há outros cadastros no documento enviado digitalmente (foto) pelo *WhatsApp*, como CPF de pessoa física e empresas voltadas para o ramo de saúde e manipulação e engenharia civil, o que não dá para confirmar se são, de fato, empresas do ramo de hospedagem ou se estão usando esses cadastros para tal finalidade, de forma indevida e irregular.

As nossas receitas, elas são mal arrecadadas, a gente não tem fiscal tributário, então não existe uma fiscalização efetiva. **Nós temos muitas empresas irregulares no município**, o que diminui essa arrecadação (PP8, **grifos nossos**).

(...) é que **nem todos os estabelecimentos são regularizados na cidade** e nem todos os estabelecimentos contribuem em relação aos impostos (PP10, **grifos nossos**).

A gente também, agora trabalhou muito firme com cadastramento, com o Cadastur, aqui não tinha quase nada. **Nós subimos de doze cadastro de pousadas pra 120, em duas semanas**. Um trabalho massivo mesmo, ia na casa do pessoal, fazia na hora pra eles (...) muitos fizeram por conta própria também... é essa a nossa função principal, cuidar do turista e do prestador de turismo e de todo mundo que envolve essa atmosfera aqui em Tiradentes (PP9, **grifos nossos**).

³⁴ Segundo o Ministério do Turismo o “CADASTUR é o Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo. Executado pelo Ministério do Turismo (MTur), em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal, permite o acesso a diferentes dados sobre os prestadores de serviços turísticos cadastrados.” Além disso, “visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor” (BRASIL, 2020, p. 1).

³⁵ Informações sobre relação de Contribuintes pela Atividade econômica: Pousadas e Lanchonetes - ANEXO G.

Outro ponto de destaque, refere-se à categoria Controle, na qual possui a subcategoria Sistema de Gestão de Riscos próxima à plenitude, com 91,67%. No entanto, observa-se que a subcategoria Conflito de Interesses, vinculada ao mesmo subgrupo, não acompanhou esse resultado, obtendo 70,89%, fazendo com que a Categoria em análise resultasse em 77%.

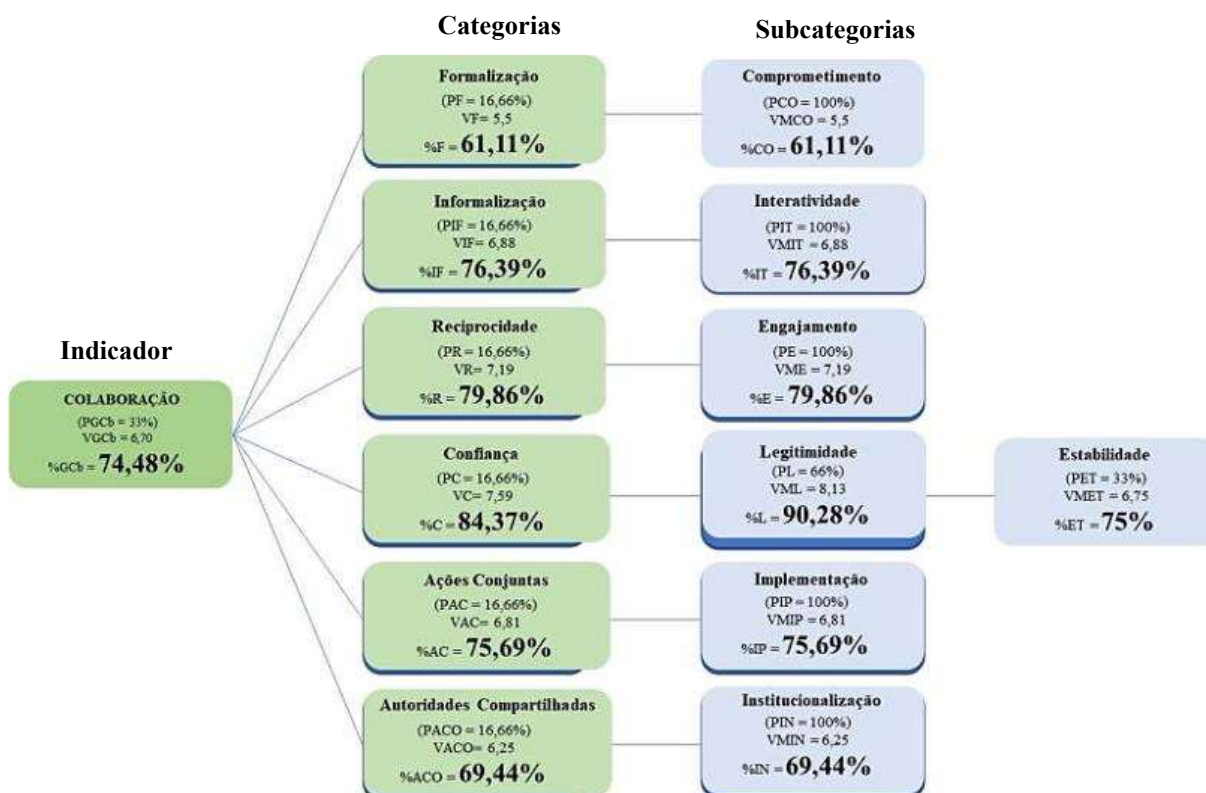
Esses resultados corroboram com as percepções obtidas através da pesquisa de campo, tendo como base, as entrevistas e a observação em loco. A subcategoria Conflito de Interesses, apesar de estar dentro do intervalo Alto (Avançado), não seguiu a mesma média dos Sistemas de Gestão de Riscos, pois entende-se que devido o grupo ser formado por um núcleo fechado de atores, pode-se interpretar que as ações para minimizar os conflitos de interesses que possam influenciar as decisões dos representantes do COMTUR são substituídas pelo alto grau de envolvimento entre si.

Desta forma, as ações para minimizar conflitos de interesses são sucedidas pelos pactos existentes nesse núcleo, o que também corrobora com os resultados elevados na categoria Deliberação, com 87,44%, representada pelo maior grau entre as 6 categorias avaliadas, na qual as suas subcategorias acompanharam o elevado grau de mensuração, sendo 88,89% para Tomadas de Decisão e 87% para Consenso.

(...) a gente tem uma relação muito próxima, né!? Os conselheiros que estão no Conselho de Patrimônio, por exemplo, muitos deles pertencem ao Conselho de Turismo, assim como o Conselho de Desenvolvimento Urbano (...) acaba que a gente tem tantos membros que é tanto do COMTUR quando de outros Conselhos (PP8).

Os dados relativos ao grau de Governança do indicador Colaboração estão apresentados na Figura 9.

Figura 9: Grau de Governança do Indicador Colaboração do COMTUR



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da mensuração do grau de Governança do indicador Colaboração direcionaram para a classificação “Avançado” tendo em vista que apresentou percentual de 74,48%, ficando dentro do intervalo de 67% a 99% correspondente ao grau Alto de classificação da Governança. Destaque mais uma vez para a Formalização, indicando o menor grau do indicador, com 61,11%, ocupando o grau Médio de mensuração. Nesta categoria, são abordados os Relacionamentos e as Habilidades Intraorganizacionais e Interorganizacionais, como iniciativa, liderança, trabalho em equipe e prestação de contas, sendo que de acordo com as respostas obtidas através das variáveis presentes no questionário ICD, percebe-se que as habilidades Intraorganizacionais são mais fortes (64%) do que as habilidades Interorganizacionais (58%). Nestes casos, observa-se uma concentração maior em relação aos relacionamentos internos ao COMTUR e pouca habilidade de se relacionar com outras estruturas de turismo (regional e nacional) e junto à comunidade civil.

Como exemplo, pode-se observar, a partir das análises das Atas de Reunião, que após sugestões de um dos representantes do Conselho em buscar fomentos do estado de Minas Gerais, não só para a cidade de Tiradentes (MG), mas também para outras cidades da região, no intuito de fortalecer a rede de turismo regional, esse tópico deixou de fazer parte das reuniões, sem algum motivo aparente.

- **Ata Outubro 2018**

- Assunto: ‘**Rede de Turismo**’.
- Discussão: Foi proposto por um dos representantes do Conselho que fosse enviada uma carta ao Governo de Minas discorrendo sobre interesse de investimento na região (Tiradentes, São João del Rei, Santa Cruz de Minas Lagoa Dourada, Coronel Xavier Chaves e Resende Costa).
- Decisão: Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.

- **Ata Novembro 2018**

- Assunto: ‘**Rede de Turismo**’
- Discussão: Este tema voltou a ser proposto na reunião do Conselho.
- Decisão: Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião. Depois disso, esse tema não voltou a fazer parte das atas de reuniões, *a posteriori*, pelo menos até o último documento que se teve acesso por esse Conselho.

Outra categoria que merece destaque é a Confiança, com o maior grau de mensuração de governança presente entre as demais, com 84,37%. De acordo com a percepção por meio da pesquisa de campo, como os atores envolvidos com o turismo em Tiradentes formam um núcleo homogêneo, este resultado era esperado, tendo em vista que as relações entre eles são muito próximas e a confiança existente é altamente percebida. É possível notar que a subcategoria Legitimidade está próxima à plenitude de governança, com 90,28%, o que corrobora ainda mais com a percepção obtida através da pesquisa de campo, quando os próprios atores se percebem legitimados dentro do COMTUR, gerando um clima de confiança mútua entre eles.

(...) Eu acho que não tive nenhuma deliberação cancelada. Todas as deliberações, a gente discutiu bastante e aconteceram (PP9).

(...) Todo mundo tem o mesmo objetivo, todo mundo querendo a mesma coisa, então acho que não tem nenhuma ação que a gente não efetivou (PP8).

(...) normalmente todas as nossas indicações foram contempladas, foram estudadas, às vezes modificadas um pouco, mas foram contempladas (PP1).

(...) Geralmente, todas as ações que a gente propõe, o Conselho acata (PP5).

Percebeu-se, também, que de acordo com as análises das atas, as decisões, resoluções e deliberação executadas por esse Conselho, ocorrem, na maioria das vezes, por meio de consenso, e mesmo quando abrem-se votações para tomadas de decisão, notou-se que o ‘voto contra’, cede lugar à abstenção, para que prevaleça a homogeneidade do grupo. Infere-se que

essa atitude, pode ter o efeito de legitimar os pactos existentes entre os atores do Conselho e evitar indisposições ou confrontamentos entre si.

- **Ata Março 2017**

- Assunto: ‘**Evento Invasão do Bem**’.

- Discussão: Teria sido elaborado o evento “Invasão do Bem”, contando nessa reunião com a presença dos organizadores. Os organizadores apresentaram suas ponderações e obtiveram maioria dos votos dos conselheiros presentes para que o evento fosse realizado no último fim de semana do mês de Abril, mesmo que houvesse o feriado de 01 de Maio.

- Decisão: À época, um dos representantes do COMTUR se absteve da votação por considerar “voto vencido”.

Outros casos semelhantes a esse não foram observados, pois além de não ter tido acesso a todas as atas de reuniões do Conselho, percebeu-se que, de forma universal, as decisões relativas às pautas abordadas, ocorrem, em sua maioria, por consenso.

Apesar disso, a Estabilidade não manteve os mesmos percentuais, embora esteja dentro do mesmo intervalo, com 75%. Por fim, observa-se que a categoria Autoridades Compartilhadas também apresentou resultados distintos das demais categorias, com 69,44%. Mesmo com grau Alto de mensuração, percebeu-se através da pesquisa de campo, das entrevistas e da observação, que ao tratar de assumir riscos e deliberar ações de outros temas que não sejam os relevantes para o COMTUR, eles atuam mais como consultivos e demandam ou delegam essas ações para outras Instâncias. Não se pode afirmar que o Conselho acompanha a formulação de implementação dessas ações, pois de acordo com a análise das Atas, geralmente as deliberações ocorrem por meio de ofícios enviados aos ‘órgãos competentes’ para que estes possam tomar as devidas providências.

(...) Então, o Conselho de Patrimônio tem feito isso, a gente não tem tanto... a gente não consegue financiar esse tipo de atividade, de conscientização porque foge do que o Conselho pode patrocinar, né... **a nossa verba é para fomentar o turismo** e essa seria uma verba pra patrocinar a cultura e patrimônio, **então tem que ser a verba deles** (PP8, **grifos nossos**).

(...) Por exemplo, dentro do Conselho de Patrimônio a gente tem uma série de outras discussões mais voltados para a questão do patrimônio. Mas **eu acho que dentro do COMTUR a gente deveria discutir mais, mas a gente não discute** (PP10, **grifos nossos**).

(...) No COMTUR, **não chega a discutir muito a saúde não. Discute quando tem evento**, quando a gente precisa dobrar o horário. Mas, no mais, **o planejamento da saúde é diretamente com o secretário mesmo**, que abre plantão pra todo mundo (PP9, **grifos nossos**).

Um dos exemplos quanto à deliberação de ações de temas que não sejam os relevantes para o COMTUR, na qual delegam para outras Instâncias, pode-se mencionar o caso da Obra de despoluição do Ribeiro Santo Antônio.

- **Ata Julho 2016 – Reunião Extraordinária**

- Assunto: ‘**Obra de despoluição do Ribeiro Santo Antônio: COPASA**’.
- Discussão: Um dos representantes da COPASA, que participou dessa reunião teria dito que o Rio das Mortes é a única saída em que o esgoto da cidade de Tiradentes desembocava, tendo, portanto, a COPASA, a obrigação de realizar o saneamento do esgoto do município.
- Decisão: Propuseram que fosse esperado o período de 24h para que a COPASA se manifestasse a respeito da paralisação da obra, o que teria sido acordado por todos os presentes na reunião.

Esse assunto só retornou à pauta de reunião, segundo o acervo das atas disponíveis pelo Conselho, para análise, em Agosto de 2018, possivelmente devido ao fato da obra ter sido concluída anteriormente (não identificou-se sobre a conclusão da obra desde quando foi pauta de reunião, no mês de Julho de 2016 até Agosto de 2018), todavia de forma inadequada.

- **Ata Agosto 2018**

- Assunto: ‘**COPASA**’.
- Discussão: Foi questionado ainda sobre o Ribeiro Santo Antônio, que mesmo depois da reformada realizada, ainda continuava com saneamento inadequado, mau cheiro e diversas conexões expostas. Como resposta, o representante (da COPASA) argumentou que até então não havia solicitado o cumprimento dessa cláusula do contrato e que teria dúvidas na forma de cumprir. Mas, que assumiu que a responsabilidade é da COPASA.
- Decisão: Foi levantada a questão de que a manutenção da Copasa deveria ser periódica. Também ficou decidido que dois representantes do COMTUR emitiriam um ofício com todas as dúvidas sobre o cumprimento do contrato com a COPASA.

- **Ata Novembro 2018**

- Assunto: ‘**COPASA**’.
- Discussão: O ofício ainda estaria sendo preparado para enviar à Copasa. Um dos representantes do COMTUR expôs que foi até o local que estaria sendo feita a Execução do Tratamento de Esgoto e que estaria bem encaminhada e desenvolvida com qualidade.

– Decisão: Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião. Esse assunto não retorna na ata de Dezembro/2018. Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorne nas próximas reuniões do Conselho, uma vez que não se teve acesso a nenhuma ata do ano de 2019. Não obstante, esse tema pode ser observado como pauta de reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (COMDUR) em Abril/2019. Acredita-se que esse tema tenha saído da pauta do COMTUR, definitivamente.

Ainda há um outro fator limitante nessa questão de confiança e reciprocidade. Como existe um núcleo homogêneo formado no município, por mais que alguns atores mencionem que ações de outras esferas, como saúde e meio ambiente, distintas ao nicho determinado pelo Conselho, como os eventos, sejam tratadas e deliberadas pelo COMTUR, o que se percebe e se confirma através do resultado obtido nesta categoria é que existe uma perda de identidade dentro da maioria dos Conselhos (não tratando exclusivamente do COMTUR, mas de todos os Conselhos aos quais os mesmos representantes participam), uma vez que esse núcleo passa a falar pelo grupo e não pelo Conselho no qual representa, pois, por mais que existam outros Conselhos no município, de turismo ou não, geralmente são os mesmos atores participando ou atuando nas mesmas estruturas.

Com base nessas interpretações, apresenta-se na Figura 10, a Governança presente no COMTUR, através dos graus de mensuração, a partir dos seus indicadores.

Figura 10: Grau de Governança do COMTUR



Fonte: Elaboração própria.

Neste caso, conclui-se que a Governança no COMTUR foi mensurada em 74,29%, tendo em vista as respostas obtidas pelo questionário ICD, através dos 9 (nove) participantes da pesquisa respondentes. Como esse grau está dentro do intervalo de 67% a 99%, o COMTUR

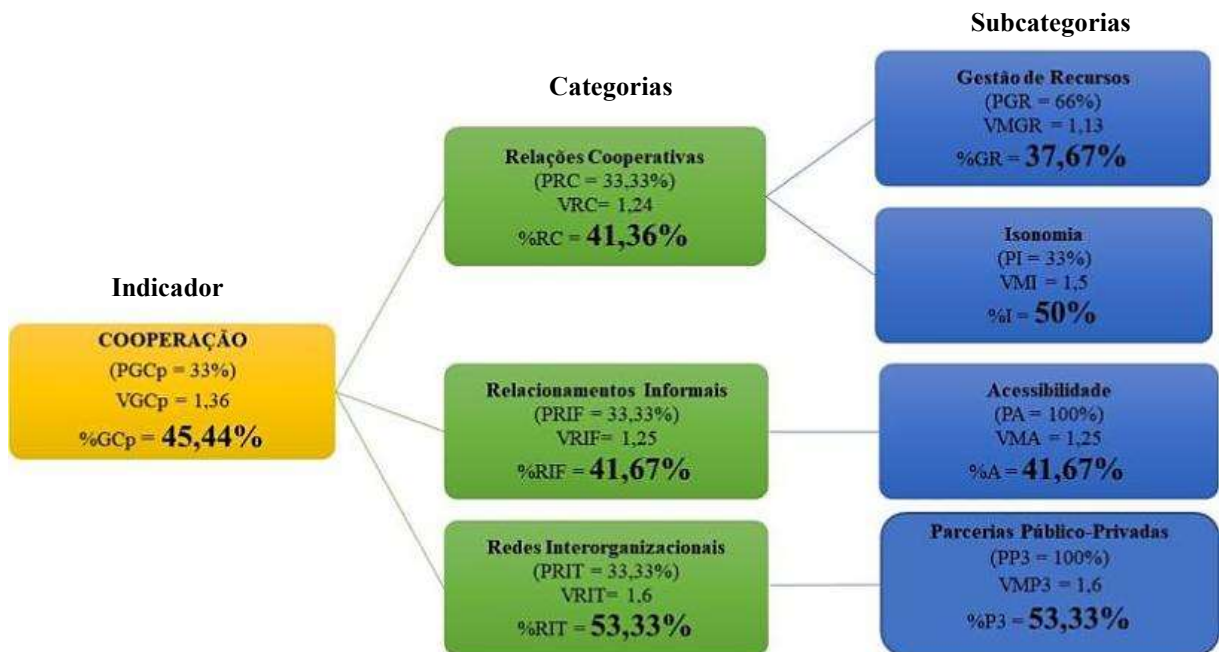
está classificado com Grau Alto (Avançado) de Governança do Turismo no município de Tiradentes (MG).

5.2. A Governança no COMDUR

A governança no COMDUR será apresentada neste estudo, exclusivamente na forma de figuras e gráficos, assim como preconiza a Análise Estatística Descritiva, iniciando-se pelos indicadores e seus subgrupos de base. A partir dos dados coletados pelo ICD, preenchido pelos participantes da pesquisa (PP), e organizados em uma planilha do Excel, tratou-se de mensurar o grau de Governança apoiado nos procedimentos previamente apresentados no item “3.4. Análise dos Dados”. Portanto, apresentam-se os resultados obtidos, seguindo a seguinte ordem dos Indicadores: Cooperação – Coordenação – Colaboração.

Os dados relativos ao grau de Governança do indicador Cooperação estão apresentados na Figura 11.

Figura 11: Grau de Governança do Indicador Cooperação do COMDUR



Fonte: Elaboração própria.

Corroborando com a percepção obtida na pesquisa de campo, o Indicador Cooperação apresentou-se com um grau Médio de 45,44%, presente no intervalo de 34% a 66%, bem abaixo da média do mesmo indicador classificado no COMTUR. Infere-se que esse resultado tenha relação com o COMDUR devido ao fato de não assumir diretamente ações provenientes do planejamento do turismo em Tiradentes (MG) ou devido a sua ligação com o turismo, em

qualquer aspecto, seja moderada. Tal argumento pode ser observado através das pautas de reuniões discutidas pelo Conselho, às quais estão sinteticamente expostas no Quadro 13, do presente estudo.

Isso pode ajudar a explicar que em se tratando de recursos e recompensas voltadas para o desenvolvimento do turismo, especificamente, a gestão, o fornecimento e os recursos que esta IDC possui pode estar concentrada internamente no Conselho, não havendo uma interação com o turismo, de fato, haja vista que o grau obtido na subcategoria Gestão de Recursos (37,67%) ficou bem abaixo do grau obtido na mesma subcategoria, pelo COMTUR. Além do mais, todas as categorias e subcategorias apresentaram graus bem inferiores, mesmo estando com grau Moderado, se comparados com o resultado do COMTUR, o que pode-se observar a discrepância do Indicador Cooperação, entre os dois Conselhos.

A partir de 2018, a partir de 2019 é que tem havido de fato uma interligação entre o COMDUR e o COMTUR, nesse sentido. Porque **o COMDUR tá no Conselho de Turismo e portanto, leva questões do COMDUR para o Conselho de Turismo (PP11, grifos nossos).**

Eu acho que **tem três entidades que participam do planejamento de turismo** ou que, de uma forma, e eu vou te dizer que aqui que não é a mais adequada, mas que é a forma que a gente tem hoje... três entidades participam desse planejamento junto com a Secretaria de Turismo. Em primeiro lugar, **a Associação Empresarial**, em segundo lugar **o Conselho de Turismo**, em terceiro lugar, **o Conselho de Patrimônio**. De novo, **o COMDUR entra só na base disso daqui**, mas o planejamento do turismo, através dessas três entidades (PP7, grifos nossos).

Contudo, assim como ocorre no COMTUR, pode-se observar que exista um distanciamento ainda maior do Poder Público com o COMDUR, o que tem causado constantes descontentamentos e confrontos entre o Conselho e o Poder Público municipal, o que justifica-se o grau de 53,33% apresentado na subcategoria Parcerias Público-Privadas, consequentemente obtendo o mesmo resultado na categoria Redes Interorganizacionais.

(...) vou te dar um exemplo: Houve a possibilidade de ter um grande loteamento de uma empresária que eu não gosto, que só suga dessa cidade. (...) e não foi aprovado. Os Conselhos se reuniram, cada um deliberou, juntamos todas as três atas: Patrimônio, Turismo e COMDUR e encaminhamos pro Ministério Público... interrompeu. Mas, por que isso? **Porque o Poder Executivo não quis arcar com a sua responsabilidade**, porque a partir do momento que isso é encaminhado aos Conselhos e deliberado, o prefeito tem que fazer o quê? Nada! Não foi aprovado, **ele deu Alvará**, aí o que que nós fizemos, os Conselhos se uniram e encaminhamos para o Ministério Público e o Ministério Público o que que fez? Acionou o Poder Executivo pedindo pra cancelar o Alvará (PP2, grifos nossos).

(...) eu não concordo com uma gestão que não seja planejada e **ele tinha tudo** ('referindo-se ao atual prefeito de Tiradentes – MG'). **Era só ler o plano diretor. Agora, a leitura não é muito comum nos prefeitos.** Acho que eles não gostam de ler. Gostam de falar, pouco fazer, ler... nada (PP11, grifos nossos).

Tais argumentos também são apontados nas atas de reuniões do Conselho, em diversas situações nas quais o Poder Executivo demonstrou certo distanciamento, omissão e por vezes, negligência quanto aos questionamentos e deliberações atribuídos pelos representantes do COMDUR, como por exemplo:

- **Ata Abril 2017**

- Assunto: **‘Espaço de instalação para o Conselho’**.
- Discussão: Foi informado novamente pelo Presidente do Conselho, que, mesmo depois de diversas reivindicações, não havia sido dado andamento efetivo às instalações do COMDUR. É relatado sobre a presente pauta, que a Prefeitura, como ferramenta pública administrativa, deveria estar promovendo a estabilidade, segurança e qualidade de vida da comunidade do município de Tiradentes, como havia prometido durante a campanha.
- Decisão: Nesse sentido, a Diretoria decidiu não efetuar a convocação para cumprir calendário do Plano de Ação 2017, enquanto a Prefeitura não criasse essas condições de sua obrigação, de acordo com a Lei 01/2017 – Plano Diretor Municipal Participativo de Tiradentes.

Esse tema voltou em quase todas as pautas de reuniões do Conselho, até o mês de Setembro/2018, quando não percebeu-se nas análises das atas posteriores, o retorno desse assunto.

- **Ata Novembro 2017**

- Assunto: **‘Lei de Eventos’**.
- Discussão: Um dos representantes do Conselho fez referência que o Projeto dos 300 anos da Cidade de Tiradentes – Tricentenário da Cidade, foi completamente ignorado pela Administração / Prefeitura. Consta na ata que o Plenário teria se envolvido na discussão perante o fato e manifestou por maioria, o seu desagrado, lamentando o sucedido como a gestão pública trata as organizações da cidade.
- Decisão: Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião e o assunto não voltou a ser discutido.

- **Ata Março 2018**

- Assunto: **‘Plano Diretor’**.
- Discussão: O presidente do Conselho lembrou que aprovado o Plano de Ação a Prefeitura teria até junho de 2018 para mostrar de fato, o interesse na implementação do Plano Diretor Municipal Participativo de Tiradentes. Lembrou

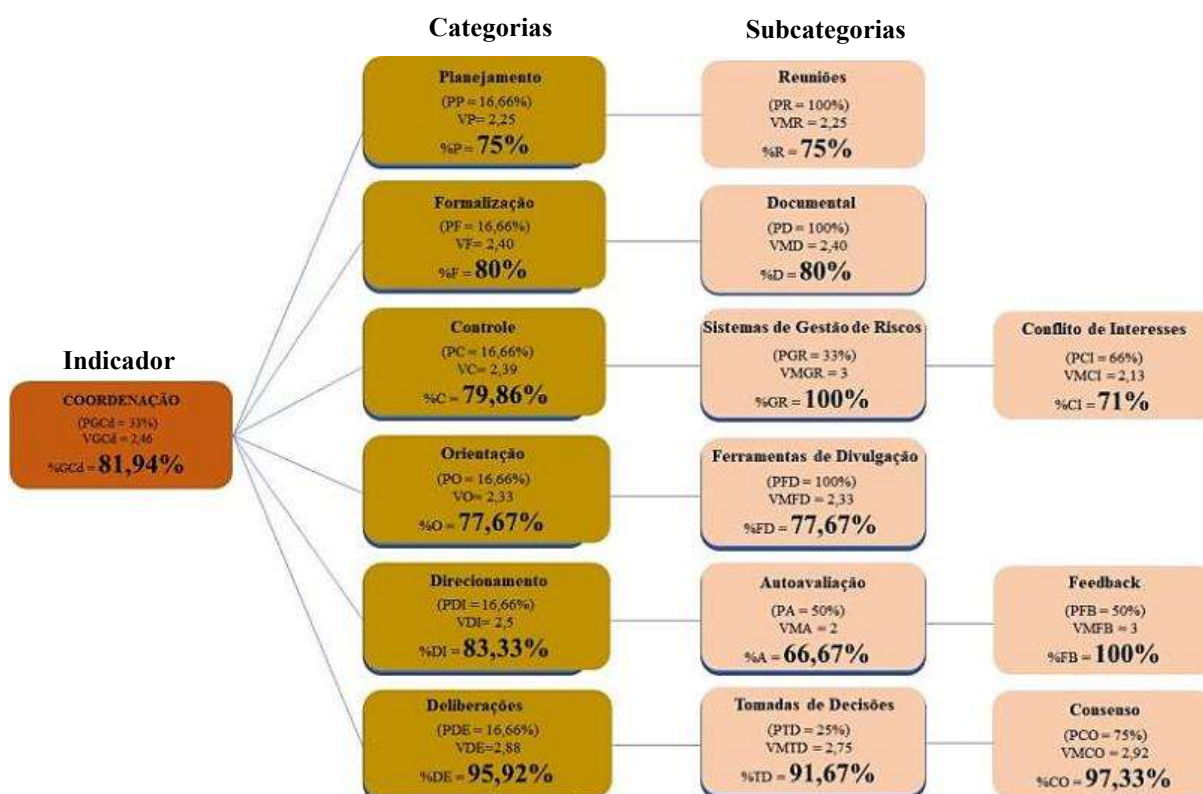
também que o documento custou ao erário público quinhentos e cinquenta mil reais, e deveria ser tratado como uma ferramenta de gestão ao serviço do município.

– Decisão: Decidiram aguardar o posicionamento da prefeitura. O tema não voltou a ser abordado com o esse rigor. No entanto, o assunto ‘Plano Diretor’ sempre esteve presente nas atas, abarcando assuntos diversos.

Esse tema voltou em quase todas as pautas de reuniões do Conselho, até o mês de Setembro/2018, quando não percebeu-se nas análises das atas posteriores, o retorno desse assunto.

Os dados relativos ao grau de Governança do indicador Coordenação estão apresentados na Figura 12.

Figura 12: Grau de Governança do Indicador Coordenação do COMDUR



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da mensuração do grau de Governança do indicador Coordenação direcionaram para a classificação “Avançado” tendo em vista que apresentou percentual de 81,94%, ficando dentro do intervalo de 67% a 99% correspondente ao grau Alto de classificação da Governança. Destaque para a Subcategoria Sistemas de Gestão de Riscos atingindo a

plenitude de classificação, com 100%. Assim, os participantes da pesquisa alegam, com base nas respostas do ICD, que tem sido desenvolvidas ações de Desenvolvimento Sustentável intraorganizacional, evitando desperdícios e mitigando riscos ao seu pleno funcionamento.

Embora essa subcategoria tenha apresentado o mais elevado grau de mensuração, o resultado da Categoria na qual ela está inserida não se manteve devido o resultado da Subcategoria Conflito de Interesses, repetindo as mesmas observações apresentadas na análise do COMTUR.

No entanto, os resultados que foram comparados com a categoria Deliberação, pelo COMDUR, superaram os graus de mensuração obtidos pelo COMTUR, ficando bem próximos da sua plenitude, com classificação de 95,92%, também dentro do intervalo que compõe o grau Alto (Avançado).

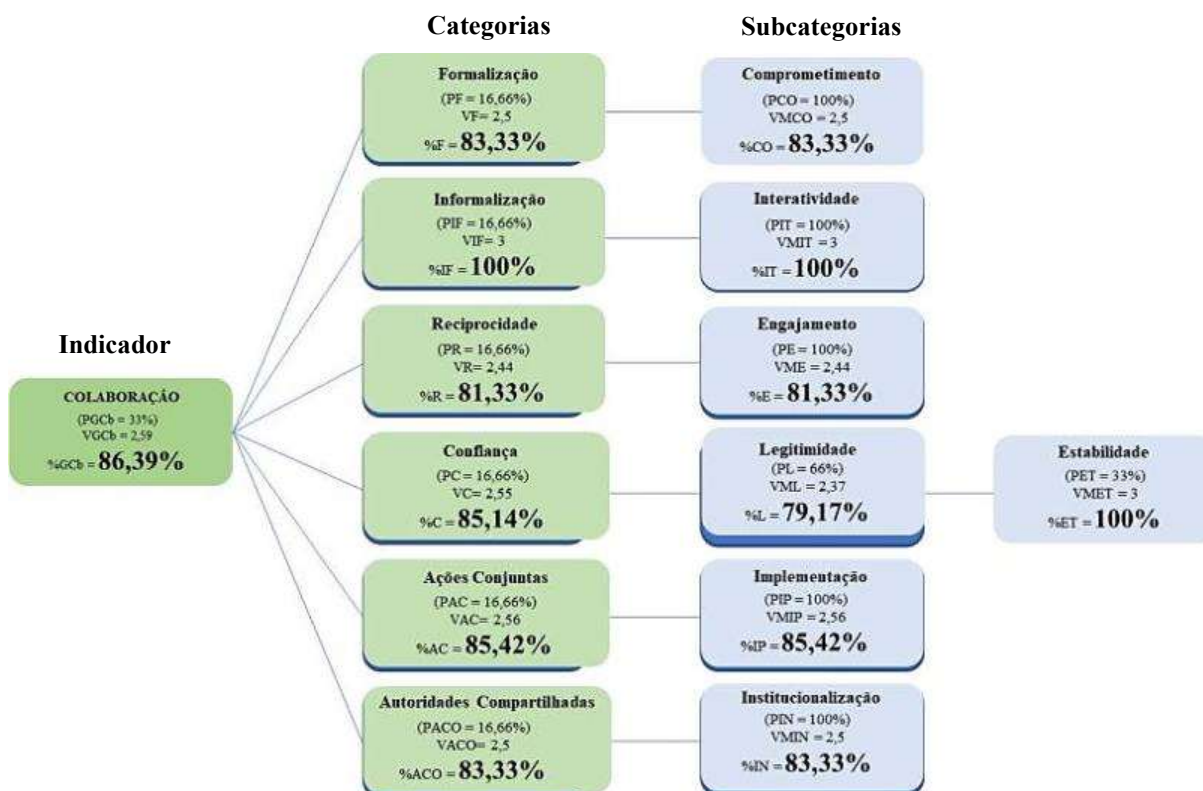
Na categoria Direcionamento, apesar da Subcategoria Autoavaliação apresentar um grau Médio (66,67%) de classificação, a subcategoria *Feedback* atingiu seu mais elevado grau, com 100%. Infere-se neste caso, que no COMDUR não há um incentivo à autoavaliação vinculado aos resultados planejados tão eficiente quanto os retornos obtidos por outrem, através de *feedbacks* relativos aos resultados alcançados.

Essa concepção pode ser inferida devido ao fato de o COMTUR ainda ser relativamente ‘novo’ no município, conforme sinaliza o Participante da Pesquisa (PP2) e que ainda está em processo de amadurecimento, tanto internamente, entre os seus membros, quando externamente, no que tange ao reconhecimento de sua representação para a cidade, pela gestão pública e pelos moradores locais.

Se a gente for analisar o Conselho, ele é novinho. Muito novinho. E ele tá nesse tempo de maturação. (...) porque é um novo, é um plano diretor, você vai mexer em código de obras, código de posturas, lei de ocupação e uso de solo. Então não tinha nem como você planejar. (...) Então eu acredito que o COMDUR, ele tá evoluindo e gradativamente. Chegará nesse momento, os membros são pessoas bacanas, mas eu acho que leva um tempo de maturação nesse sentido. Eu acredito que chegará o momento disso. Então assim, por exemplo, o Conselho de Patrimônio tem mais de vinte anos. O COMDUR tem três aninhos, quer dizer, a gente tá ainda nesse processo, na verdade, dois mil e quinze, cinco anos, então a gente tá nesse processo. Então, é assim mesmo. E pra ter a consolidação do Conselho, leva um tempo. Eu acredito que chegará, porque a turma é boa (PP2).

Os dados relativos ao grau de Governança do indicador Colaboração estão apresentados na Figura 13.

Figura 13: Grau de Governança do Indicador Colaboração do COMDUR



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da mensuração do grau de Governança do indicador Colaboração direcionaram para a classificação “Avançado” tendo em vista que apresentou percentual de 86,39%, ficando dentro do intervalo de 67% a 99% correspondente ao grau Alto de classificação da Governança. Destaque para a Categoria Informalização, com grau Pleno de classificação, tendo obtido 100%. Com base no grau de Informalização obtido, compreende-se que exista uma interação e bom relacionamento intra e interorganizacional com o intuito de melhorar o comprometimento mútuo para o desempenho de atividades que envolvam seus membros internos.

Outro destaque, e que se possa comparar com o resultado obtido pelo COMTUR, a subcategoria Estabilidade do COMDUR apresentou também o grau Pleno de classificação, com 100%. Confrontando com o resultado obtido pelo COMTUR, pode-se inferir que exista uma maior organização dentro do COMDUR, no que tange aos membros conhecerem e exercerem as suas atribuições, por meio da distribuição das comissões definidas pelo Conselho, o que não sobrecarrega todos os representantes deste, pois a partir das atividades desempenhadas por essas comissões, são trazidos os trabalhos para apreciação e deliberação, nas reuniões ordinárias e, quando necessário, nas reuniões extraordinárias.

- **Ata Abril 2019**

- Assunto: **‘Comissões e Grupos de Trabalho’**.
- Discussão: Passa ser implementado a partir desta reunião, que as Comissões ou Grupos de Trabalho passam a ser criados a partir da demanda real percebida pelo Conselho. Devem ter em seus participantes àqueles que de fato se identificam com o tema da Comissão / Grupo de Trabalho, e que possam atuar definindo objetivos, estabelecendo metas, cronograma e apresentando relatórios periódicos de evolução dos trabalhos.
- Decisão: Foram criadas as seguintes comissões: a) Comissão de Acompanhamento e Adequação do Plano Diretor; b) Comissão de Educação e Patrimônio Histórico; c) Comissão de Saúde; d) Comissão Novo Código Tributário; e) Comissão de Impacto de Retirada de Areia e Cascalho de Grande Porte. Outra comissão também foi observada na análise das atas, de forma pontual, como a Comissão de Transparência e Informação. Não se pode afirmar que existam outras, uma vez que não foram identificadas a partir da análise das atas do Conselho.

Percebe-se mais uma vez que o COMDUR não dispõe em suas pautas de reuniões ou comissões criadas, uma expressiva ligação com o turismo, mesmo sendo um Conselho de desenvolvimento urbano, o que deveria constituir como um forte vetor para a promoção do desenvolvimento do turismo, uma vez que trata-se de um Conselho de desenvolvimento urbano presente em um destino turístico e que busca a sua consolidação no município.

Observa-se também que, apesar de todas as categorias terem apresentando graus avançados de governança, chama-se atenção para a categoria Reciprocidade, que obteve o menor grau de mensuração entre as demais categorias. Mesmo apresentando o grau de 81,33%, considerado elevado (Avançado), de acordo com o intervalo proposto no presente estudo, estando entre 67% a 99,99%, cabe ressaltar que a participação e engajamento dos membros do conselho foi alvo de críticas e descontentamento pela Diretoria do Conselho, mencionados nas Atas de Reuniões analisadas.

- **Ata Outubro 2018**

- Assunto: **‘Trabalho Administrativo Voluntário no COMDUR’**.
- Discussão: O presidente do Conselho chamou a atenção para a precariedade de serviço administrativo do Conselho que é feito pelos membros da Diretoria.

– Decisão: Ficou decidido estruturar para 2019 um grupo de trabalho voluntário que dará apoio ao trabalho administrativo do Conselho quando necessário.

- **Ata Julho 2019**

– Assunto: **‘Cadeiras faltantes – Membros do Conselho ausentes’**.

– Discussão: O presidente do Conselho observou que os representantes da cadeira dos Bombeiros Voluntários não têm comparecido às reuniões do COMDUR, já tendo atingido o limite de faltas permitido pelo Regimento Interno.

– Decisão: Os membros dos Bombeiros Voluntários serão notificados através de ofício. Caso não compareçam a partir da próxima reunião, esta cadeira será destinada a outra entidade / instituição de Tiradentes, uma vez que este Conselho é sempre procurado para participação.

- **Ata Agosto 2019 – Reunião Extraordinária**

– Assunto: **‘Conselheiros e Comissões de Trabalho’**.

– Discussão: O presidente comentou do seu descontentamento pela baixa participação e resultados de conselheiros e membros das comissões de trabalho para os temas de responsabilidade e alçada do COMDUR. Tem sido constante a participação de todos em reuniões, discussões fora das reuniões, lançamento de sugestão ou opinião, mas de fato o andamento estruturado de temas levantados tem sido observado apenas em pouquíssimas comissões e por poucos conselheiros.

Foi citado o trabalho quase individual de um dos representantes do Conselho, por 3 anos, como presidente do Conselho, e feito o alerta que essa condição precisa mudar para uma participação de todos mais engajada, comprometida e principalmente estruturada, para que a força do Conselho seja mantida, reconhecida e respeitada pelos segmentos público e privado.

– Decisão: Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.

Com base nessas interpretações preliminares, apresenta-se na Figura 14, a Governança presente no COMDUR, através dos graus de mensuração a partir dos seus indicadores.

Figura 14: Grau de Governança do COMDUR

Fonte: Elaboração própria.

Diante dessas análises, pode-se verificar que o COMDUR, apesar de apresentar diversos graus Plenos em suas Categorias, e apontar resultados mais satisfatórios que o COMTUR no que tange à mensuração da Governança, seu percentual final de Governança ficou abaixo do COMTUR, embora estejam dentro do mesmo intervalo de classificação, ambos com grau Alto (Avançado) de Governança.

Entende-se que o fator limitador e mais crítico de Governança no COMDUR seja o Indicador Cooperação, que está com Grau discrepante dos demais indicadores. Este é um ponto de atenção, não apenas para seu envolvimento direto ou indireto com o turismo, mas também com suas relações internas e externas, seja elas, cooperativas, informais e entre a Rede Interorganizacional.

A síntese do grau de governança entre o COMTUR e o COMDUR pode ser observada através do Quadro 15.

Quadro 15: Grau de Governança no COMTUR x COMDUR

COMTUR %Governança (74,29%)					
Indicador	%Grau Indicador	Categoria	%Grau Categoria	Subcategoria	%Grau Subcategoria
Cooperação	75,4%	Relações Cooperativas	80,67%	Gestão de Recursos	81,94%
				Isonomia	80,56%
		Relacionamentos Informais	77,78%	Acessibilidade	77,78%
		Redes Interorganizacionais	67,78%	Parcerias Público-Privadas	67,78%
Coordenação	72,98%	Planejamento	82,33%	Reuniões	82,33%
		Formalização	59,11%	Documental	59,11%
		Controle	77%	Sistemas de Gestão de Riscos	91,67%

continua...

conclusão...

				Conflito de Interesses	70,89%
		Orientação	72,22%	Ferramentas de Divulgação	72,22%
		Direcionamento	59,72%	Autoavaliação	52,78%
				Feedback	66,67%
		Deliberações	87,44%	Tomadas de Decisões	88,89%
				Consenso	87%
Colaboração	74,48%	Formalização	61,11%	Comprometimento	61,11%
		Informalização	76,39%	Interatividade	76,39%
		Reciprocidade	79,86%	Engajamento	79,86%
		Confiança	84,37%	Legitimidade	90,28%
				Estabilidade	75%
		Ações Conjuntas	75,69%	Implementação	75,69%
		Autoridades Compartilhadas	69,44%	Institucionalização	69,44%
COMDUR %Governança (71,26%)					
Indicador	%Grau Indicador	Categoria	%Grau Categoria	Subcategoria	%Grau Subcategoria
Cooperação	45,44%	Relações Cooperativas	41,36%	Gestão de Recursos	37,67%
				Isonomia	50%
		Relacionamentos Informais	41,67%	Acessibilidade	41,67%
		Redes Interorganizacionais	53,33%	Parcerias Público-Privadas	53,33%
Coordenação	81,94%	Planejamento	75%	Reuniões	75%
		Formalização	80%	Documental	80%
		Controle	79,86%	Sistemas de Gestão de Riscos	100%
				Conflito de Interesses	71%
		Orientação	77,67%	Ferramentas de Divulgação	77,67%
		Direcionamento	83,33%	Autoavaliação	66,67%
				Feedback	100%
		Deliberações	95,92%	Tomadas de Decisões	91,67%
Consenso	97,33%				
Colaboração	86,39%	Formalização	83,33%	Comprometimento	83,33%
		Informalização	100%	Interatividade	100%
		Reciprocidade	81,33%	Engajamento	81,33%
		Confiança	85,14%	Legitimidade	79,17%
				Estabilidade	100%
		Ações Conjuntas	85,42%	Implementação	85,42%
		Autoridades Compartilhadas	83,33%	Institucionalização	83,33%

Fonte: Elaboração Própria.

6 O PLANEJAMENTO TURÍSTICO E A GOVERNANÇA EM TIRADENTES

Em resposta ao Objetivo Específico 3 (OE3), este capítulo aborda questões relativas à governança identificada nas IDCs mapeadas e sua relação com o desenvolvimento do turismo em Tiradentes (MG), visando identificar a possível conexão com o planejamento turístico no município em estudo, conforme os resultados obtidos através da análise qualitativa dos dados coletados.

Como já mencionado anteriormente, a governança foi adotada para este estudo como uma construção sociopolítica, constituída através da estruturação de relações de rede pela gestão pública e pelos *stakeholders*, suas aspirações e valores, e as decisões que eles tomam sobre questões como responsabilidade, transparência, participação, comunicação, compartilhamento de recursos, eficiência e equidade, visando o alcance de interesses coletivos por meio de ações voltadas para o desenvolvimento.

Foi desenvolvido, com base na presente pesquisa, um esquema analítico, apresentado na Figura 15, que ilustra a governança do turismo, de forma que esse conceito foi acompanhado por este estudo durante as análises e investigações a respeito da sua manifestação no município de Tiradentes (MG), para que assim, pudesse constituir uma relação com o planejamento turístico a partir dos dados coletados.

Figura 15: Contextualização da Governança do Turismo



Fonte: Elaboração própria.

Com base nos dados apresentados na Figura 15, compreende-se que a governança esteja envolvida pelos seus indicadores, Cooperação, Coordenação e Colaboração, os quais determinarão o seu grau de efetividade. Ao passo que dentro dessa governança, encontram-se a rede interorganizacional e a rede de atores, sendo que esta promove a descentralização por meio de processos mais transparentes e democráticos, enquanto aquela promove as transações institucionais com base nos recursos e regulamentos que estas possuem para gerir ações coletivas.

Essas duas redes são responsáveis pela inclusão da gestão pública e dos *stakeholders*, por meio de participação (fazer parte), atuação (ação e desempenho daqueles que participam), consenso nas decisões, pluralidade de atores, deliberação de ações de forma integrativa tendo em vista problemas identificados e que influenciam o desenvolvimento do turismo e coprodução dessas ações, por meio de políticas públicas, ofícios e leis, entre os atores e as instâncias de atuação direta ou indiretamente ligadas ao turismo, visando atingir aos interesses coletivos para a promoção do desenvolvimento local.

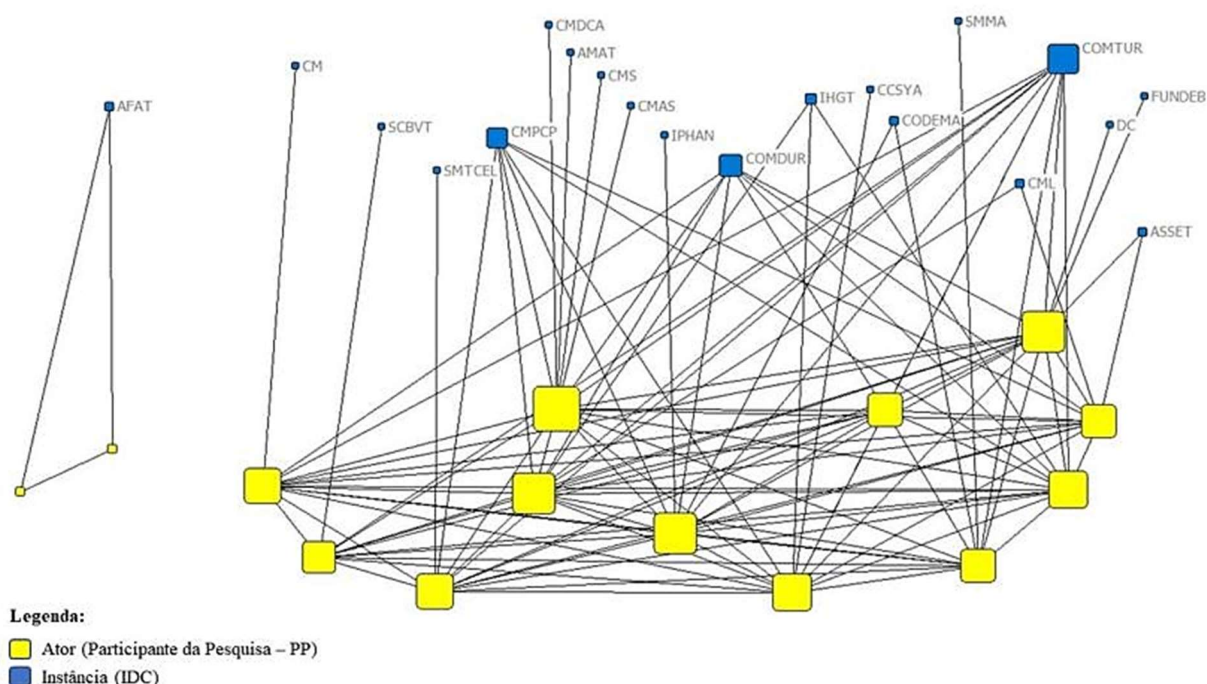
Cabe ressaltar que o planejamento está presente dentro do indicador de coordenação, no qual possui importante relevância nas decisões e interpretações dos atores ligados ao turismo, e que direcionará a execução, as tomadas de decisões e as implementações de ações em prol do desenvolvimento do turismo, a partir da governança entre as redes de atores juntamente com as redes interorganizacionais.

A contar da pesquisa de campo, mapeou-se a rede de atores através das IDCs às quais eles participam e representam. Conclui-se que essa rede de atores está formada por um núcleo centralizado em poucos atores que representam toda a cadeia turística no município em estudo, fazendo com que a maioria dos Conselhos esteja representada pelas mesmas pessoas. Esse argumento, sugere a criação do termo ‘*Core Governance*’ no turismo, que acredita-se ser uma contribuição do presente trabalho para os estudos da área acadêmica.

Preconiza-se que a ‘*Core Governance*’ é um tipo de governança que se manifesta a partir da centralização de um núcleo restrito de atores que oportunizam meios de legitimar interesses, encontrando na forma de participação, através do maior número possível de Instâncias e Organizações Públicas e Privadas, possibilidades de institucionalizar seu poder de decisão, determinando e deliberando ações voltadas para o turismo local.

O mapeamento da rede de atores através das IDCs de Tiradentes (MG), às quais participam, pode ser apreciado no Quadro 16.

Figura 16: Rede do Turismo em Tiradentes (MG)



Fonte: Elaboração própria com auxílio do *Software Ucinet 6.6*.

Do total de 14 atores, observa-se que existem 12 atores relacionando-se entre si e com as suas respectivas instituições. Foram mapeadas 20 Instâncias a partir das entrevistas, onde os participantes da pesquisa relataram participar como membros titulares ou suplentes. Deste total, nota-se que apenas 3 delas possui maior concentração desses atores, que são o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) com grau 11 de centralidade (maior grau gerado pelo *software*), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (COMDUR) com grau 8 de centralidade e o Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio (CMPCP) com grau 7 de centralidade. Todos os 12 atores estão ligados direta ou indiretamente através das Instituição nas quais integram-se como membros representantes, sendo que 11 desses atores possuem ligação direta com o COMTUR.

Conforme supramencionado, o ator que mais participa de Instâncias no município é o que possui menor atuação e mesmo que este exerça a maior centralidade da rede, ele não possui poder de centralização, pois os demais atores não dependem dele nas ligações entre seus nós. Apesar de exercer a maior centralidade, por fazer parte do maior número de Instâncias, ele não representa a maior centralização da rede, uma vez que a própria densidade dessa rede é baixa, haja vista a presença de um núcleo constituído por um número estreito de atores.

A atuação inexpressiva desse ator pode se configurar em uma espécie de jogo de interesses, pois quanto menos houver atuação, maior é a concentração das decisões entre o

grupo. Essa baixa atuação é percebida na fala do próprio participante da pesquisa e também quanto à sua postura de apatia e conformismo durante a reunião do COMTUR, no dia 06 de agosto de 2019, na oportunidade em que o autor da presente pesquisa esteve presente. Ressalta-se, ainda, que de acordo com a análise das atas do COMTUR e COMDUR no período já mencionado, não se observou a atuação desse ator em nenhuma proposta ou ação deliberada pelo Conselho, de sua autoria.

(...) ideias minhas mesmo que... para somar dentro do COMTUR acho que não teve não. Mas assim, eu pego mesmo é aquelas ideias, é o que rege a gente hoje mesmo, é **a gente ser conscientizado mesmo por essas pessoas mais velhas...** que esse, como se diz, **é o caminho a seguir e a gente concorda.** A gente vê que esse é o caminho a seguir (PP14, **grifos nossos**).

No entanto, não se pode afirmar que essa concepção seja devido à perda de identidade e de valor frente aos demais membros, pois há uma construção social envolvida na sua formação enquanto pessoa e enquanto membro das instâncias nas quais participa. Sobretudo, é um ponto de interrogação que deverá ser mencionado, a fim de questionar a influência e os impactos que este ator exerce, no que concerne ao planejamento turístico em Tiradentes (MG) e até onde essa permissividade tem influenciado na governança do turismo no município, haja vista que esse ator está ocupando cadeiras em Conselhos de suma importância para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Deste modo, uma outra inquietação surgiu no decorrer dessa análise: que a concepção de participar não é a mesma que atuar, cocriar, coproduzir e deliberar, tendo em vista que não se pode negar que esse ator participa desses Conselhos, uma vez que ele faz parte como membro conselheiro, titular ou suplente, tão pouco pode-se afirmar que ele atua, de fato, no planejamento do desenvolvimento turístico no município, tendo em vista os seus comportamentos frente às deliberações que são executadas nessas instâncias e até mesmo pelo seu discurso proferido durante a entrevista concedida à essa pesquisa.

Ainda, em relação à *Core Governance* presente nas IDCs demonstradas, já é perceptível por alguns deles que não é algo positivo para o planejamento turístico na cidade, uma vez que acreditam ser necessária que a inclusão de outros atores, que não possuam essa ligação estreita dentro do núcleo de atores, possa constituir a governança do turismo no município.

(...) o interessante era ter uma maior participação da comunidade, da sociedade. Eu já não gosto de Conselhos paritários, vou ser muito sincero. Pra mim, a sociedade civil tem que ter nem que seja setenta por cento. O povo tem que ter voz, numa boa, o povo tem que ter voz. (...) Tem que ter mais pessoas participando, afinal de contas a gente

tá pensando na cidade que é de todo mundo, não é só minha. (...) Eu não gosto é de decisões monocráticas, agora quando ela é deliberada no colegiado... (PP2).
 (...) são as mesmas pessoas que fazem tudo, eu diria assim, tem dez pessoas aqui na cidade, no meio dos sete mil que tão em todas, né?! (PP7).

Tão importante quanto analisar a presença dessa *Core Governance*, é perceber que no município, há alguns atores que não fazem parte desse grupo, os *outsiders*, mas que estão, de certa forma, atuando isoladamente com o turismo na cidade, mesmo que de forma dependente desta atividade. Identifica-se através da ilustração presente na Figura 16 e no Quadro 16 que 2 (dois) dos participantes da pesquisa entrevistados, não fazem parte desse núcleo.

(...) no começo, eu virava na Câmara, nos lugares, na Prefeitura, falava: “Gente, me ajuda! Eu não sei o que eu tô fazendo (...) eu tô fazendo, mas alguém tem que me direcionando aí” (PP4).

Isso reforça ainda mais a percepção da presente pesquisa que o núcleo de atores formado no município encontrou uma oportunidade para discutir e deliberar ações, tendo em vista não somente os interesses coletivos, mas também, em alguns casos, os seus próprios interesses. Para exemplificar essa concepção, menciona-se uma pauta da reunião do COMDUR, na qual um dos seus representantes, possivelmente, recorre ao Conselho para advogar em causa própria:

- **Ata Junho 2019**

- Assunto: ‘**Denúncia**’

- Discussão: Um dos membros do Conselho, proprietário de uma Fazenda em região limítrofe a Tiradentes (MG), trouxe uma situação que estaria ocorrendo em sua propriedade que envolvia disputa de terras, fracionamento irregular do terreno e edificações igualmente irregulares.

- Decisão: Sendo este um processo extremamente complexo e que envolve questões jurídicas extensas, o posicionamento do COMDUR seria de aguardar as informações que sejam de fato da sua competência, quando então trará o tema a plenário para avaliação e deliberação.

- **Ata Julho 2019**

- Assunto: ‘**Denúncia**’

- Discussão: O COMDUR emitiu relatório a respeito da denúncia, no qual fica descrito que o problema tratava-se de vias judiciais particulares e que não possui relação com o coletivo.

– Decisão: Um dos representantes do Conselho sugeriu que o responsável pela denúncia trabalhe com seu advogado nessa linha e que faça apresentação e protocolo junto à Prefeitura. Para o momento, ficou decidido que não havia mais o que o Conselho pudesse fazer para dar suporte sobre o assunto.

Mesmo que exista uma noção de que novos atores devam ser incorporados nessas Instâncias, mais estreito se torna o núcleo, que de forma perceptível tem o poder de incluir ou excluir as pessoas que não pensam conforme esse grupo seletivo de atores, que na fala da maioria dos participantes da pesquisa, são **“sempre os mesmos”** (PP11, **grifos nossos**).

(...) se você for olhar as cadeiras que estão no COMDUR, no COMTUR, no Conselho de Patrimônio, você vai ver que essas cadeiras, **elas são estrategicamente colocadas ali**, pra que todos os órgãos e entidades da cidade estejam presentes numa visão única, né... se você observar isso daqui, **você vai ver que essa formação e essa linha geral de raciocínio que a gente cria**, principalmente nos três Conselhos que eu te falei, **ela quase que obriga todo mundo a caminhar no mesmo sentido**, né... eu vou brincar aqui, mas tem uma dose de verdade no que eu vou dizer, **se o cara não faz isso ele se sente um peixe fora d'água**, né?! (PP7, **grifos nossos**).

Presente em quase todas as falas, o estudo de capacidade de carga é, hoje, o maior desafio que os atores têm se mobilizado para promover. No entanto, percebeu-se que esse discurso foi assumido a partir de um ator-chave, identificado durante a observação no campo, entre as entrevistas e em contato com o próprio ator. Vale ressaltar que um estudo de capacidade de carga revela a suportabilidade de um município turístico, tentando minimizar problemas com o turismo predatório, com o aumento excessivo de turistas nos mesmos períodos de grande lotação dos espaços urbanos. Além disso, esse estudo é comumente utilizado, no contexto do turismo, em locais com questões ambientais mais fortes e evidentes, onde a atividade turística possa gerar impactos na conservação e preservação do meio-ambiente (CIFUENTES *et al.*, 1999; BARRETO, 2005; RUSCHMANN *et al.*, 2008; PONTES; PAULA, 2017).

Para tanto, como o turismo de Tiradentes já vem se desenvolvendo de forma desordenada, desde os anos de 1960, quando foi incorporado na cidade como única atividade de movimentação da economia, tendo em vista seu longo período de estagnação econômica, um estudo de capacidade de carga no município deve ser (re)pensado e discutido com todos os envolvidos com o *trade* turístico da cidade, a sociedade civil, as organizações do terceiro setor e a gestão pública, pois sabe-se que em períodos de grandes eventos, a cidade passa de sete mil para trinta mil pessoas circulando pela cidade.

A gente não tem um dimensionamento do que que a cidade suporta, do que que a cidade comporta como cidade, uma cidade que tem 7 mil habitantes e que da noite pro dia tem 30 mil. Então, assim, isso é um problema, porque aí esbarra em várias outras coisas... questão de água, esgoto, rede elétrica, telefonia, infraestrutura mesmo, da cidade, que ela não suporta (PP8).

Há uma contradição presente nos discursos da maioria dos participantes da pesquisa que defendem o estudo de capacidade de carga alegando a falta de suportabilidade de Tiradentes (MG), pois ao serem questionados se o município está preparado com infraestrutura básica para receber os turistas caso haja um aumento do fluxo em períodos atípicos, houve aqueles que responderam que sim, o município está preparado para recebê-los.

Isso... a cidade, sim, *tá* preparada pra *tá*... pra continuar receber os turistas, sim. Porque a gente que, como a gente tem um evento de grande porte por mês, praticamente por mês, ou seja, se a gente tivesse eventos praticamente todos os finais de semana eu acredito, sim, que a cidade, sim, estaria preparada pra receber, sim (PP12).

A gente tem um grande setor hoteleiro, um setor gastronômico que acho que a gente tem sim, condição de receber em todas as épocas do ano, a gente tá apto pra receber (PP8).

Está sim. Temos muitos leitos, muitos restaurantes... (PP9).

Com base na percepção de campo do autor da presente pesquisa, verifica-se que a governança em Tiradentes (MG), à luz das IDCs mapeadas e estudadas pode ser representada na Figura 17.

Figura 17: Governança do Turismo em Tiradentes (MG)



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a percepção obtida através da presente pesquisa, os indicadores de governança em Tiradentes (MG) se mantiveram na mesma rotação, não sendo excluído do fluxo apresentado na Figura 17, nenhum deles. No entanto, faz-se uma advertência ao indicador Cooperação, pois este ainda precisa de atenção por parte dos atores que compõem a rede de governança turística do município, tendo em vista que as suas relações interorganizacionais não seguem a mesma tendência dos graus obtidos na governança, por meio de seus demais indicadores.

Observa-se que a concepção de Rede de Atores cede lugar ao Núcleo de Atores, bem como percebido, seja na observação de campo, seja nos discursos dos participantes da pesquisa, com destaque a um ator-chave que possui alto poder de persuasão e capacidade de influência entre todos os demais atores envolvidos na governança do município.

Além disso, a participação é mais frequente do que a atuação propriamente dita, tendo em vista que há mais pessoas participando de Conselhos do que atuando de forma prioritária ou exclusiva em cada um, pois o acúmulo de participações, somado ao núcleo restrito de atores, tende a impactar negativamente no processo de atuação, pois os atores confundem a identidade que devem obter dentro de cada IDC e passam a atuar em nome do grupo, em detrimento da Instância, propriamente dita, o que resulta em uma participação singular e não plural.

O Consenso está próximo do que Dallabrida (2007) chama de ‘pacto’, quando as relações entre o grupo são baseadas na cordialidade, criando espaços cada vez menos democráticos e com menos discussões sobre assuntos relevantes. Neste caso, a *Core Governance* é percebida através de espaços menos democráticos e com maior propensão à centralização. As redes interorganizacionais tendem a tornarem-se mais consultivas do que institucionais, uma vez que as ações que deveriam ser tratadas e deliberadas coletivamente são delegadas e demandadas aos órgãos cuja atividades e responsabilidades são, na interpretação dos atores, responsabilidades individuais, mesmo que haja um espaço para diálogo.

As deliberações são realizadas, porém dentro de cada instituição correspondente e a coprodução das ações provenientes das deliberações são menos frequentes, tendo em vista que a Co-concessão seja mais evidente, no sentido de ceder espaços, discussões e influência, para que outras IDCs possam realizar, individualmente as ações nas quais foram propostas por outras Instâncias, em vez de atuarem coletivamente na elaboração e implementação de ações para conter problemas que afetam toda a cadeia turística do município.

Como exemplo, cita-se o tema de pauta das reuniões sobre a Lei de Eventos, na qual foi tratada de forma distinta em cada Conselho, em períodos dissemelhantes, não havendo uma

aproximação em trabalhar de forma conjunta. O COMTUR foi percebido como responsável pelo tema e observou-se discussões sobre a Lei de Eventos desde 2016 até 2018 (ressaltando que não se teve acesso às atas de 2019, por este Conselho). No entanto, tão somente no ano de 2017, na reunião de Novembro, esse tema foi pauta de discussão entre os representantes do COMDUR, ainda que criticando a atuação do COMTUR a respeito da morosidade da revisão da Lei por este Conselho e da falta de posicionamento sobre a evolução dessa atividade.

- **Ata Novembro 2017 – COMDUR**

- Assunto: ‘**Lei de Eventos**’

- Discussão: Dois representantes do Conselho teriam feito mais uma vez críticas à forma como a Lei de Eventos estava a ser revista, informando que não se tivesse notícia do COMTUR, Conselho que estava a gerir a sua revisão e finalização da Proposta a ser apresentada para a Prefeitura.

- Decisão: Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.

Não se pode afirmar que este assunto tenha entrado nas pautas anteriores e/ou posteriores a essa, pois não se obteve acesso a todas as Atas solicitadas. Contudo, de acordo com as análises realizadas nos documentos disponibilizados pelo Conselho, esse tema não retornou às discussões do COMDUR.

Portanto, reforça-se a ideia de que por mais que exista a percepção de que o município necessite de um estudo de capacidade de carga, ele realmente precisa estar preparado para conter a intensificação do turismo. Deve-se valer do alto grau de governança mensurada entre os principais Conselhos de atuação com o turismo no município, os quais foram objeto do presente estudo. Assim, possibilitar que o turismo possa ser planejado de forma responsável e sustentável.

Outras questões devem ser levadas em conta: Os proprietários de estabelecimentos comerciais, os empresários da cidade, estão preparados e aceitam a redução do fluxo de turistas caso o estudo de capacidade de carga revele, o que possivelmente revelará, que o turismo deve ser contido para que a cidade se prepare adequadamente para promovê-lo, de forma responsável e sustentável? Os moradores do município estão cientes de que se houver uma redução no fluxo de turistas e em consequência da redução dos eventos, para que estes possam ser devidamente planejados de acordo com a suportabilidade do município, poderão perder seus empregos? Essas instâncias de governança estão, em conjunto, desenvolvendo um plano de contenção do

turismo sem que haja um bloqueio de entrada de turistas no município, tendo em vista que a todo momento a cidade tem sido manchete em diversos meios de comunicação como divulgação da cidade, para atrair turistas nacionais e internacionais? Caso o turismo de massa seja contido no município e houver redução de receitas, qual ou quais outras atividades econômicas deverão ser pensadas para que o município não decrete estado de calamidade pública?

É preciso compreender que além do estudo de capacidade de carga, há outros problemas emergenciais identificados no município, seja pela observação de campo, seja pelas entrevistas com os participantes da pesquisa e pela pesquisa documental, de responsabilidade de todos os envolvidos com o turismo e que ainda encontram-se sem solução. Pelo menos não identificou-se o direcionamento para a resolução efetiva desses problemas nas atas de reuniões disponibilizadas pelos Conselhos estudados ou nas entrevistas concedidas, como proposição da presente pesquisa.

Tais problemas pontuais e emergenciais podem ser observados através da Figura 18.

Figura 18: Problemas públicos emergenciais em Tiradentes (MG)



Fonte: Elaboração própria.

O efeito negativo de uma política pública mal planejada, quando se coloca o objetivo a frente dos problemas já foi manifestado por Subirats (2006) ao tratar do estudo sobre definição do problema e formação de agenda de atuação dos poderes públicos.

Assim como fora mencionado, a respeito das buscas em bases científicas como *Spell*, *Scielo*, *Web of Science* entre outras, a fim de identificar pesquisas publicadas na comunidade

científica internacional e nacional, que focalizassem a avaliação da governança, bem como, sua relação com o planejamento turístico sob a lente do desenvolvimento em nível local, o presente estudo também realizou buscas nestas bases, no intento de identificar pesquisas realizadas no município de Tiradentes (MG) para que pudessem endossar os resultados obtidos por esta dissertação.

Destarte, a partir dessa busca, selecionou-se uma amostra, na qual considera-se viável aos argumentos que serão declarados na sequência. Não obstante, menciona-se que os trabalhos que envolvam especificamente planejamento turístico e governança, no sentido abrangente foram identificados em estudos que tratam do contexto regional, e não do local. Além disso, ressalta-se que os estudos frequentemente realizados em Tiradentes (MG) focalizam as reestruturações socioespaciais do município, mais especificamente, na gentrificação e mudanças no cenário local. Sendo assim, os estudos acadêmicos sobre a cidade de Tiradentes (MG), que serão utilizados como fontes complementares no presente trabalho são:

- A tese de doutorado de Everton Rodrigues da Silva (do Centro de pós-graduação e pesquisas em Administração (CEPEAD), da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais), concluída em 2017 com o título “As transformações socioespaciais da cidade de Tiradentes (MG) em função da emergência do turismo: um olhar possível para as décadas de 1970 a 1990”;

- As dissertações de Brendow de Oliveira Fraga (do Programa de pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa), concluída em 2018 com o título “Coprodução do Plano de Desenvolvimento dom base nos princípios Slow: Pesquisa-Ação em Rio Doce (MG) Brasil”, tendo também utilizado a cidade de Tiradentes (MG) em sua pesquisa de campo; de Rodrigo Neves (do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei), concluída em 2013 com o título ‘História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012)’; de Hécio Ribeiro Campos (do Programa de pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), concluída em 2006 com o título ‘Transformações Urbanas recentes em Tiradentes – MG: Anos 80 e 90 do Século XX’;

- O artigo de Jaisa Gontijo Bolson e Marta Araújo Tavares Ferreira, publicado em 2006 com título “Os Impactos do Turismo em Tiradentes: uma Análise da Percepção do Setor Público Local”.

A seguir, são apresentados os problemas citados pelos próprios participantes da pesquisa, mas que atualmente não têm sido contornados de forma expressiva através de seus Conselhos constituintes.

- Sonegação de Impostos e Falta de Fiscalização:

(...) Existia a taxa de turismo que não conseguiu ser implantado... o índice aqui de sonegação é enorme nessa parte de turismo (PP9).

(...) As nossas receitas, elas são mal arrecadadas, a gente não tem fiscal tributário, então não existe uma fiscalização efetiva. Nós temos muitas empresas irregulares no município, o que diminui essa arrecadação (PP8).

(...) tem uma questão que é meio complicada aqui... é que nem todos os estabelecimentos são regularizados na cidade e nem todos os estabelecimentos contribuem em relação aos impostos (PP10).

Em sua tese, Silva (2017) também percebeu que Tiradentes (MG) é afetada pela sonegação de impostos e falta de um órgão fiscalizar mais atuante, o que tem causado problemas de arrecadação de tributos pela Prefeitura.

(...) a municipalidade deve buscar alternativas para aumentar eficiência na arrecadação de tributos (do IPTU e ISSQN, principalmente), por meio do aumento de seu poder fiscalizador, como forma de praticar uma política tributária mais justa, dado que, atualmente, uns poucos pagam seus tributos corretamente, enquanto a maioria vive uma situação de sonegação fiscal, afetando a condição de competitividade entre as empresas e gerando *déficits* na prefeitura (SILVA, 2017, p. 70).

- Cidade mal sinalizada e falta de banheiros públicos:

(...) a gente fala que hoje falta muita divulgação na cidade, como por exemplo: indicar um estacionamento para que os próprios turistas, que ao invés de se locomoverem das pousadas, que peguem um taxi, que peguem um outro meio de transporte, que deixe o carro nas próprias pousadas, hotéis ou que façam essa locomoção desses empreendimentos para o estacionamento, porque, infelizmente, hoje, a cidade, hoje, muito poluída, em termos de placa, mas não tem as placas educativas, as placas que façam as pessoas se conscientizarem e as informações de, proibido estacionar, proibido colocar os carros (PP12).

(...) A reforma dos banheiros, que eu acho que é uma coisa que vai melhorar para o turista que vem na cidade. A gente tem banheiros ali na... no antigo prédio da prefeitura, bem central, bem na praça principal e a gente já deliberou recurso para ser feita a reforma do banheiro e não foi feita. Então assim, o Conselho deliberou e a prefeitura não acatou, entendeu?! (PP8).

Este também é um dos pontos a se observar no planejamento do turismo em um destino turístico, conforme sugerem Pimentel e Carvalho (2014, p. 34) ao se referirem aos fatores físicos, internos aos destinos, mencionando a Infraestrutura (básica) do sistema turísticos, como “disponibilidade e condições das vias públicas; sinalização de trânsito; congestionamentos; serviços de transporte público e privado; abastecimento de água e energia elétrica; captação de esgoto; iluminação pública e coleta de lixo; segurança, delegacias, corpo de bombeiros;

capacidade de atendimento médico; etc.” Campos (2006) também relatou esse problema ao classificar os destinos turísticos como “cidades-mercadoria” (p. 98), atrelando essa questão com a sobrecarga na infraestrutura local, mediante os eventos.

Consoante com o que já foi relatado sobre a concepção das cidades turísticas como “cidades-mercadoria”, os territórios turísticos são ocupados em ciclos, de acordo com o calendário de eventos. Assim, sofrem com períodos opostos: ora subutilizados, ora saturados ou perto disso. Esse fluxo que ocorre em períodos previamente conhecidos, pois são planejados os eventos que promovem a atração de turistas, exerce uma sobrecarga na infraestrutura local. Problemas como falta de água e de banheiros públicos são comuns (CAMPOS, 2006, pp. 98-99).

Durante a pesquisa de campo, observou-se que as principais ruas do Centro Histórico são fechadas para trânsito de carros, como uma alternativa a minimizar o fluxo de automóveis nesses locais, tendo em vista que a trepidação causada por esse fluxo, tem comprometido as calçadas e fachadas das casas, pois os imóveis do Centro Histórico são antigos e quando foram construídos, não se pensava nesse tipo de trânsito.

(...) geralmente a gente faz o fechamento do centro histórico a partir da sexta-feira, que é aonde a gente tem um maior fluxo de veículos. Então a gente estimula o turista a tá caminhando a pé que ele vai ver com mais calma as lojas, os restaurantes para poder assimilar melhor a cultura da cidade. E os dias de semana, para não ver prejuízo pros próprios moradores de *tá circulando* ou então assim, de ó... das empresas, dos restaurantes, das pousadas estarem se abastecendo, a gente deixa o fluxo normal. Mas, nos finais de semana a gente procura fazer essa interação, porque, às vezes, a pessoa caminhando, ela consegue, né, melhor assimilar *melhor*, tanto a parte cultural como até a parte ecológica... a gente faz o incentivo pro pessoal a tá caminhando também (PP5).

Apesar de compreender essa atividade como algo positivo para a conservação e preservação do patrimônio turístico de Tiradentes (MG), outro aspecto identificado na pesquisa de campo, refere-se à sinalização para os motoristas que entram no município. Não percebeu-se a distribuição de placas sinalizando sobre o fechamento do Centro Histórico, tão pouco orientando sobre o redirecionamento do fluxo de automóveis para outros lugares, o que pode gerar transtornos no trânsito e para o motoristas desavisados.

Figura 19: Fechamento da Rua do Chafariz – Centro Histórico de Tiradentes (MG)



Fonte: Acervo do autor (2019).

- Esgoto a céu aberto, poluição dos chafarizes ³⁶ e ineficiência do biodigestor:

(...) A gente não tem tratamento de esgoto na cidade. **Tá sendo construída uma estação de tratamento de esgoto há mais de 10 anos e não é concluída.** Uma cidade como Tiradentes que tá aí nos *rankings* como uma das cidades destino, né!? **Ela tem todos os seus esgotos jogados no rio da cidade** (PP10, grifos nossos).

(...) O que se sabe é o seguinte, nós temos uma rede muito precária de esgoto, entupida de barro, que a qualquer hora vai estourar (...) **nós temos o Ribeiro aí que você vê, um esgoto a céu aberto.** Não é possível que não existe, com esses milhões que entram nesses festivais, que alguém não poderia limpar esse Ribeiro de três em três meses... uma vez por ano. Não! **E é uma coisa bonita, isso aí é água mineral, misturada com esgoto** (PP6, grifos nossos).

(...) agora, tipo... **nós estamos atrás aqui, ó, de um Ribeiro aonde que o esgoto passa, né?! (PP3, grifos nossos).**

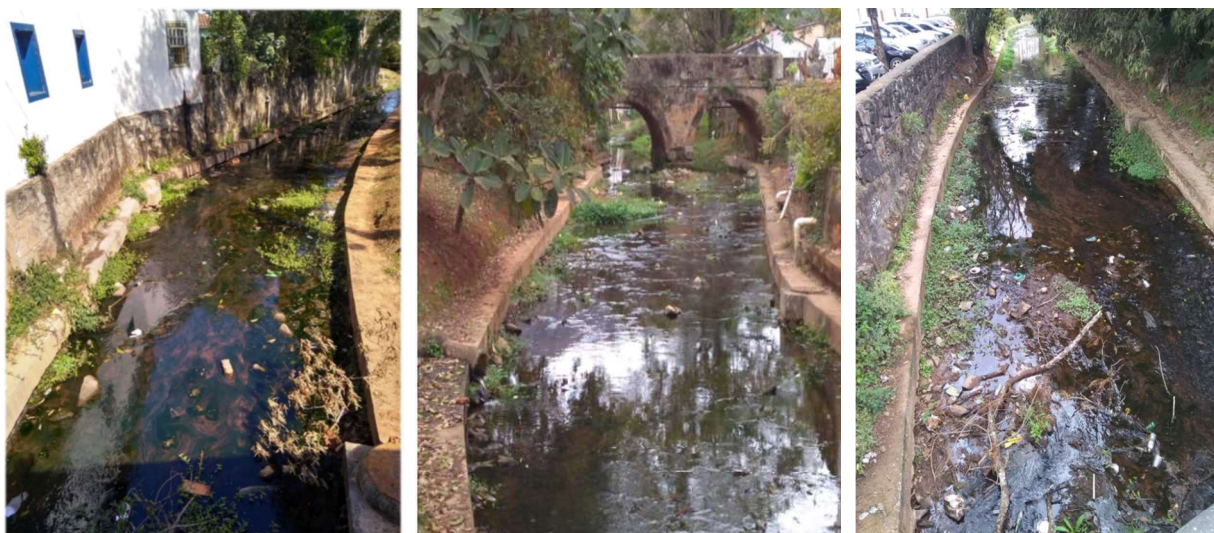
(...) **Você não tem um plano de esgotos de Tiradentes,** você não sabe onde é que passam os canos e **quando a COPASA ficou com o esgoto de Tiradentes, ela arrebitou com todas as ruas que existiam no melhor bairro** que existia em Tiradentes, que era o bairro Parque das Abelhas e, hoje, tem as ruas que aquilo parece quase a cratera lunar (PP11).

(...) a gente tem um biodigestor aqui que vai, não vai, vai, não vai, ainda não foi... tem um ano que ele vai, não vai, vai, não vai... **às vezes ele funciona, às vezes para de funcionar...** não pode ter isso, cara. **Ele tem que funcionar todos os dias,** pra sempre, com ou sem turismo (PP7).

³⁶ A poluição dos chafarizes está descrita na Ata de agosto de 2018: “A Copasa fez análise de água do Chafariz São José e do Chafariz da Santíssima Trindade, e informou que os dois estão contaminados com coliformes fecais e *escherichia coli*, sendo a água imprópria para consumo”. Foi declarado que a Prefeitura Municipal de Tiradentes havia sido notificada e que a mesma Prefeitura seria a responsável pela divulgação dos resultados das análises da Copasa para a população e que o COMTUR seria encarregado de cobrar tal ação da Administração Municipal. No entanto, esse assunto não voltou a ser pauta das reuniões futuras, dos meses seguintes. Como não foram disponibilizadas as Atas de 2019 até o presente momento da elaboração deste estudo, não se pode afirmar que o problema foi resolvido. Os “guias turísticos” do município continuam incentivando os turistas a beberem dessas águas.

Observou-se durante a pesquisa de campo, e que também é mencionado por Silva (2017, p. 88), que “em Tiradentes, 100% do esgoto é despejado *in natura*, i. e., sem nenhum tratamento, no ribeirão Santo Antônio, que corta o núcleo histórico, e no Rio das Mortes.” Tal afirmação pode ser visualizada através da Figura 20.

Figura 20: Esgoto a céu aberto no Centro Histórico de Tiradentes (MG)



Fonte: Acervo do autor (2019).

Com relação à coleta do lixo e resíduos, este tem sido um tema recorrente no município de Tiradentes, tanto nas Atas de Reuniões dos dois Conselhos estudados, quanto nos discursos de seus representantes. Questões como o funcionamento do biodigestor, a sensibilização da comunidade em respeitar os dias de coleta e organização adequada do lixo produzido, principalmente pelos comerciantes, devem ser uma preocupação de todas as IDCs, uma vez que esse tema possui relevância à sustentabilidade do turismo no município, sendo inclusive, a Coleta de Lixo, um Indicador. Há também uma questão que deve ser pontuada, no que tange à sustentabilidade do município, tendo em vista que a Coleta de Lixo é um Indicador do Desenvolvimento no contexto do Turismo, elaborado pelo presente estudo. Mesmo que alguns representantes tenham mencionado que os problemas com o lixo produzido na cidade tenham se resolvido com o funcionamento do biodigestor, percebeu-se que esse argumento divide opiniões.

Ano passado, os catadores tiveram uma dificuldade. Por quê? Porque eles pegaram todo o lixo, todas as garrafas que tinham no evento, levaram ‘pra’ sede deles (...) e lá eles deixaram aquele tanto de garrafa lá. ‘Tá’ lá até hoje. Tem um ano. O evento fez um ano e as garrafa tava até hoje (PP14).

Você não consegue falar com um cara que tem cinquenta anos que ele tem que separar o lixo, não, uai. Isso é um problema de geração. Aliás, tudo é na base. A educação é extremamente importante, principalmente a educação de base (PP2).
O município tenta tirar da sua própria responsabilidade. Ele tenta terceirizar tudo que é problema. E o lixo é terceirizado, a reciclagem é terceirizada e o município não fiscaliza (PP6).

Percebeu-se também, que faltam lixeiras em pontos distintos no município, e em algumas ruas, notou-se que o lixo jogado pelos moradores, e possivelmente pelos turistas que se hospedam em casas alugadas desses moradores, encontrava-se exposto, conforme pode ser visto na Figura 21.

Figura 21: Lixo exposto em rua de Tiradentes (MG)



Fonte: Acervo do autor (2019).

- Índice de evasão escolar elevado:

(...) o único problema que eu vejo em Tiradentes é a evasão escolar. É muito alta. É o maior do campo das vertentes, dezessete municípios, o maior é o nosso (...). Quando chega no nono ano, eles acham que assim, “ah, hoje eu já sei ler e escrever, ou eu vou montar uma charrete ou eu vou trabalhar numa pousada”. Não conseguem entender que se capacitar mais, vai melhorar mais o seu salário. Enfim... então saem (PP2).

Foi realizado pela presente pesquisa um levantamento através do INEP (2019) entre os anos de 2016 a agosto de 2019 a fim de verificar o índice de evasão escolar em Tiradentes (MG), os quais estão dispostos na Figura 22.

Figura 22: Índice de Evasão Escolar de Tiradentes (MG) – 2016/2019

Municípios Região Trilha dos Inconfidentes	Média	Ranking
Santa Cruz de Minas	23,9	1
Tiradentes	17,9	2
Ritópolis	15,4	3
Carrancas	12,5	4
Resende Costa	12,2	5
São Tiago	9,9	6
Piedade do Rio Grande	8,7	7
Barroso	8,4	8
Nazareno	8,0	9
Prados	7,8	10
Madre de Deus de Minas	7,1	11
Entre Rios de Minas	6,8	12
Coronel Xavier Chaves	6,5	13
Ibituruna	6,4	14
São João del Rei	5,9	15
Alfredo Vasconcelos	5,6	16
Dores de Campos	5,1	17
Itutinga	4,3	18
São Vicente de Minas	3,1	19
Barbacena	3,0	20
Conceição da Barra de Minas	3,0	21
Lagoa Dourada	2,9	22
Antônio Carlos	2,3	23

Nome do Município	MÉDIA 2016 - 2017 - 2018 ESTADUAL	
Serra da Saudade	--	--
Santa Cruz de Minas	23,9	1
Tiros	21,8	2
Planura	21,1	3
Monte Alegre de Minas	20,8	4
Bom Jesus do Amparo	20,5	5
Amparo do Serra	20,4	6
Morro da Garça	19,8	7
Martins Soares	18,7	8
Fervedouro	18,3	9
Santo Antônio do Gramma	18,1	10
Tiradentes	17,9	11

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados dessa pesquisa revelaram que Tiradentes (MG) ocupa posições altas, comparando com os demais municípios dos quais são categorizados na Região Turística Trilha dos Inconfidentes (23 municípios) do Mapa do Turismo (BRASIL, 2019), ocupando o 2º (segundo) lugar no *ranking* de maior evasão escolar da Região. Notou-se que as maiores taxas estão no primeiro ano do Ensino Médio. Esses índices também se mantêm elevados ao serem comparados com a média estadual. Tiradentes é o 11º município com a maior taxa de evasão escolar no Ensino Médio do estado de Minas Gerais, com 17,9% de evasão. Vale ressaltar que o município que ocupa o primeiro lugar no *ranking* da Região Trilha dos Inconfidentes e do estado de Minas Gerais é Santa Cruz de Minas, que se situa nos limites entre Tiradentes (MG) e São João del Rei (MG).

- Pouco estímulo a Políticas Públicas de Prevenção de Doenças:

Eu tenho uma opinião muito pessoal em relação a isso. Como todas as coisas, **a saúde deveria ser planejada e não foi**. É uma coisa que foi fruto duma postura do prefeito que foi eleito. Andou um bocadinho pra frente... vieram ambulâncias, vieram não sei o quê, o SAMU veio pra Tiradentes e tal (...). Mas isso não é sustentabilidade na saúde. **Sustentabilidade na saúde tá atrás... tá na prevenção**. Por que que você quer uma ambulância? Pra quê? (PP11, **grifos nossos**).

- Gentrificação:

(...) Não acho que a maioria das atividades que acontecem na cidade são acessíveis aos moradores da cidade. Eles trabalham nesses eventos, quando chegam perto desses eventos. Fora disso, os nativos, os moradores da cidade mesmo, os tiradentinos, na maioria se deslocaram para a periferia da cidade, venderam seus imóveis, quando tinham imóveis (PP6).

(...) Como os moradores acabaram num processo que vem desde a década de 70, que é quando o turismo aqui na cidade começou a deslanchar, a gente acompanha o processo de gentrificação, de saída de moradores desse centro histórico para, o que eu posso dizer, bairros mais periféricos da cidade (...) gente percebe um processo de gentrificação por conta do aumento do valor da terra, do aluguel dos imóveis, né!? (PP10).

(...) O turismo gerou um processo de gentrificação muito grande e talvez o principal fator negativo tenha sido esse afastamento da comunidade não só dos espaços físicos, né, do centro histórico como um todo, mas também das atividades que acontecem em Tiradentes, hoje. (...) teve todo esse processo de gentrificação e a população foi afastada dos seus espaços normais de ocupação e muito disso, acho que a população entende como culpa, por assim dizer, do turismo, do turista que veio tirar aquele espaço que ele antes ocupava (PP13).

A gentrificação também foi observada nos estudos de Silva (2017); Campos (2006) e Neves (2013), sendo que este último autor, ao se referir sobre a gentrificação em Tiradentes (MG), ressalta

(...) como esse processo de transmutação da área central fez com que ela ganhasse uma nova história territorial e se convertesse em “espetáculo”, “simulacro” ou não lugar, um espaço “gentrificado” com edificações “históricas” a serem consumidas por turistas. Essa transmutação fez com que grande parte da população de origem tiradentina fosse excluída do “usufruto” da área central da cidade e com que os edifícios históricos ganhassem novas funções socioeconômicas (NEVES, 2013 p. 64).

Diante do exposto, entende-se que o estudo de capacidade de carga seja mais um dos problemas a serem resolvidos, provocados pelo turismo, de forma direta ou indireta e que tão importante quanto, esses problemas relatados carecem de uma atenção de toda a rede de governança que atua com o desenvolvimento do turismo, uma vez que em todo o contexto desta pesquisa, abordou-se a questão da sustentabilidade no planejamento turístico em Tiradentes (MG).

Há, de fato, um trabalho sendo desenvolvido para conscientizar, nas escolas, as crianças do município sobre a conservação, preservação do patrimônio da cidade, do qual pode ser observado na Figura 23. Neste caso, entende-se que seja um projeto de longo prazo e que poderá trazer bons frutos para a sustentabilidade do município.

Figura 23: Projeto Educacional de Conscientização Infantil “Desafio Tiradentes”



Fonte: Acervo do autor (2019).

Vale ressaltar que esse trabalho não tem sido realizado por nenhuma das IDCs analisadas, conforme menciona um dos Participantes da Pesquisa, ao ser questionado sobre o que tem sido feito, por intermédio da IDC na qual representa, para conscientizar as pessoas, para que elas valorizem e conservem o patrimônio do município, que é um dos atrativos turísticos em Tiradentes (MG).

Então, essa conscientização foi feita com os professores, ela está sendo passada para as crianças e eu acredito que criança é o bichinho que mais difunde ideias, porque tudo o que ele aprende, ele leva pra frente e ele é papagaio né, repetidor mesmo de informação e ele passa isso pros pais, pros familiares próximos. (...) Então, **o Conselho de Patrimônio tem feito isso, a gente não tem tanto. (...) a nossa verba é para fomentar o turismo** e essa seria uma verba pra patrocinar a cultura e patrimônio, **então tem que ser a verba deles** (PP8).

Há também uma pretensão, mesmo que incipiente, em adotar outro tipo de atividade econômica no município, a qual foi mencionada durante a reunião do COMTUR, no dia 06 de Agosto de 2019, onde o percebeu-se a preocupação com o destino do turismo na cidade, prevendo que se não houver uma atenção e um planejamento bem estruturado ele brevemente não sustentará mais a economia do município, e entrará em colapso. Trata-se da proposta de Tiradentes (MG) se inserir no mercado digital, a fim de conter a migração de jovens da cidade para capitais e outros municípios de grande porte.

Essa preocupação com o declínio do turismo na cidade foi declarada em algumas das entrevistas, com destaque para o PP11 que contextualizou historicamente a sua preocupação com a falta de sustentabilidade e a exploração massiva do turismo no município de forma predatória, fato esse cabível de ações de que envolvam a governança do turismo em Tiradentes (MG).

(...) o **turismo em Tiradentes, em si mesmo, é uma questão de tempo**, tudo tem o seu tempo, nós no Plano Diretor, no último ano dizíamos assim: “**Tiradentes é a galinha dos ovos de ouro!**” e eu dizia assim: “É, a galinha dos ovos de ouro! Mas como tudo, se aperta o pescoço ela estrebucha e morre... Não matem a galinha dos ovos de ouro, porque **se matarem a galinha dos ovos de ouro, isto volta tudo à época de 1930**” porque **as pessoas não tinham nada**. Acabou o ouro, acabou a prata, acabou o diamante, não havia mais nada. E o município de Tiradentes começou a ser reduzido. Você não tem noção do que era o município de Tiradentes. O município de Tiradentes vinha desde Lafaiete até Lavras. Lavras ainda chegou a ser incluído no município de Tiradentes, Coronel Xavier Chaves, Resende Costa, Lagoa Dourada, pertencia tudo ao município de Tiradentes. Hoje o município de Tiradentes é uma coisinha assim. Por quê? Acabou tudo aquilo que sustentava ficticiamente, sem planejamento... toda uma população foi embora. **E hoje, se não se tiver cuidado, o que que vai acontecer? As pousadas fecham, os donos das pousadas vão embora**, uns para o Rio, outros para Belo Horizonte, outros pra Brasília, outros *pra* aqui, outros *pra* ali, outros *pra* acolá e **fica lá quem? O núcleo que sempre lá esteve, que é a comunidade** (PP11, grifos nossos).

O contexto turístico de Tiradentes (MG) também foi mencionado no artigo de Bolson e Ferreira (2006) ao explicarem que a Rede Globo foi a precursora da promoção e do desenvolvimento turístico no município, embora o poder público à época, tenha atuado de forma ocasional no processo de (re)transformação do local, para um novo modelo de crescimento econômico, sem um planejamento adequado, todavia tem sido a principal atividade que mantém o município.

O efetivo desenvolvimento turístico de Tiradentes ocorreu a partir da iniciativa da Fundação Roberto Marinho, da Rede Globo e da parceria com o poder público local. A história do desenvolvimento do turismo em Tiradentes apresentada neste artigo indica que o poder público atuou como coadjuvante nesse processo. Não foi traçado nenhum plano macro-estratégico de desenvolvimento turístico pela prefeitura municipal. O que aconteceu foram ações pontuais de restauração do patrimônio e incremento da vida cultural no município, além da divulgação nacional do produto turístico Tiradentes através da Rede Globo. Essa situação proporcionou um desenvolvimento turístico desordenado, sem planejamento, fiscalização ou legislação adequada (BOLSON; FERREIRA, 2006, p. 11).

No entanto, o que se percebe de alguns atores é que o turismo tem, aos poucos, deixado de ser uma atividade promissora, para uma atividade que impacta negativamente a vida dos moradores locais. Presente em alguns argumentos, começa-se a perceber traços do

*OverTourism*³⁷ e turismofobia na cidade. Exemplo disso pode ser inferido pelo apelo incessante ao estudo de capacidade de carga no município. Mesmo que não se possa confirmar através do presente estudo que esteja se iniciando um movimento de *overtourism* na cidade, recomenda-se que este assunto seja uma provocação para estudos posteriores sobre o tema, em Tiradentes (MG).

Primeiro que eu não gosto da palavra turismo, tá? Eu gosto do viajante. Turismo, ele vem, *depedra* e vai embora. *Depedra* não é no sentido de jogar pedra no monumento, não. *Depedra* no sentido de sugar e vai embora. O viajante quer conhecer o museu, sua biblioteca, a gastronomia local, conhecer o Seu Zé, que pinta pintura rupestre, pintura bem primitiva... é esse que eu gosto (...) outro dia eu *tava* numa reunião no COMTUR, eu falei assim: próxima reunião eu vou trazer uma proposta aqui, tá? (...): **Fim de Semana sem ter nada. É uma proposta! Eu quero sentar na praça e ler um livro, e aí?! É um evento! Tá tanto tendo evento que se você não ter nada, passou a ser um evento.** E eu vou propor isso mesmo. Falar assim, ó: Esse fim de semana, pô, **eu tenho esse direito, eu não quero ter nada, é um evento.** Mas por que? Porque tá tendo tanto evento, gente, que não ter, acaba sendo um evento agora. Poxa, a cidade não tem nada. É um evento! Entendeu?! Eu vou propor mesmo. **Não quero nada. Quero passarinho, cidade, ser polis, respirar, sabe... respirar.** A gente precisa ter momento de ser só cidade (...). **Se tiver um aumento de turismo em época atípica, eu mudo daqui**, pra começar. Eu vou embora, né?! Pra começar, eu vou embora! (PP2).

Percebeu-se também que durante as entrevistas a concepção dos atores variou no sentido de compreender o significado de desenvolvimento, sendo que em alguns casos, ele tem sido interpretado como autossustentabilidade econômica, com a finalidade de ser autossustentável financeiramente e que para ser sustentável é preciso que o município promova mais divulgação, a fim de que o turismo possa propiciar maior crescimento econômico para a cidade. Tal perspectiva vai de encontro ao conceito de desenvolvimento abarcado por este estudo, tendo respaldo na literatura clássica e contemporânea conforme abordado no tópico “**2.2.2 Aspectos evolutivos e conceituais de desenvolvimento**”, da presente pesquisa.

Olha, teria que, sim, que fazer, divulgar a cidade em meios de comunicação, Facebook e televisão, rádio, jornais, revistas que esse é o melhor caminho de alavancar o próprio turismo da cidade e além disso, em feiras. Em feiras, eu acredito que divulgando o nome de Tiradentes em feiras, com pessoas capacitadas, o turismo vai, sim, ficar autossustentável (PP12).

³⁷ Tendo sido criado na Europa, especialmente em Barcelona, Veneza, Berlin e Paris, o *overtourism* é demonstrado como um lado negativo do turismo, quando as ações de sustentabilidade são substituídas por atividades predatórias e de massa, quando há o acúmulo exorbitante de turistas em um determinado lugar, que geralmente não possui suportabilidade para receber o grande volume de pessoas em períodos contínuos, ou negligenciadas por uma má gestão pública, acarretando na baixa qualidade de vida para os turistas, para o ecossistema, sobretudo para os moradores locais, que passam a marginalizar o turismo e os próprios turistas (RICHARDS, 2017).

Apesar de apresentar graus de governança Altos (Avançados) nos dois Conselhos, percebe-se que essa governança tem atuado de forma exclusiva, naquilo que lhe é pertinente e para aquilo que acreditam que lhe competem. No COMTUR, o planejamento está voltado para os eventos e assuntos que não forem relacionados aos eventos, geralmente é demandado para outras instâncias e as responsabilidades não são conjuntas.

A gente só fica preocupado em evento, evento, evento, evento, evento, evento... Evento te dá turismo de massa, te dá poluição sonora, te dá uma série de problemas. Se você souber trabalhar o turismo religioso, ecológico, o hidromineral e criar um calendário com regras bem definidas você tem turismo o ano inteiro, de qualidade. **Mas, pra fazer isso chama-se planejamento** entre o Conselho de Patrimônio, Conselho de Turismo, Poder Executivo, IPHAN. É sentar, todos os atores num local, e discutir, planejar, debater. **Parece que as pessoas têm medo do bom debate.** O debate é extremamente importante, faz parte! Eu vivo num mundo democrático, num país democrático. **Todo mundo tem o direito de falar, de se expor, de se posicionar. É claro que tem interesses múltiplos...** Que viva o coletivo! (PP2, grifos nossos).

O COMDUR atua majoritariamente com o Plano Diretor, e tem operado como um Conselho regulador e fiscalizador das diretrizes de desenvolvimento urbano da cidade, com performance implícita no turismo.

Borja (2001, p. 69) menciona que para um bom planejamento proveniente de uma governança efetiva, que envolva ações estratégicas de desenvolvimento, deve abarcar três princípios, quais sejam: “a definição de objetivos urbanos a partir das dinâmicas em curso; a dialética permanente entre objetivos / projetos / impactos; a articulação de atores públicos e privados em todas as fases do processo de elaboração e execução”.

Resgatando os estudos de Acerenza (2002), Inskip (1993), Almeida (2006), tais autores alertam para os efeitos do turismo não/mal planejado, como a possibilidade de elevação dos preços de produtos e serviços em diversas áreas, como imobiliário e comércio. Esse tipo de problema impacta ainda mais a qualidade de vida da população local, em situação de vulnerabilidade econômica. Mencionando sobre o perfil do turista em Tiradentes, Bolson e Ferreira (2006, p. 11) são enfáticas ao afirmarem que “Tiradentes já definiu seu público-alvo: turistas de alto poder aquisitivo”. Na visão de um dos participantes da pesquisa, que é comerciante no município, Tiradentes (MG) não sofreu com a crise econômica que o país viveu nos últimos anos, o que pode ser retratado por esse perfil de turistas que frequentam a cidade.

Assim, o único medo, assim, se amanhã uma crise financeira chegar até aqui. Mas, aqui, Tiradentes é uma cidade, assim, abençoada e por mais que fique... por mais que tenha crise, **mas ainda não chegou a crise pra gente aqui. Eu acho que não vai chegar, né...** (PP3).

Neves (2013) também declara que Tiradentes tem atraído uma elite, principalmente devido aos grandes eventos que ocorrem na cidade, com pouca ou nenhuma atenção ao planejamento sustentável, enfatizando a promoção do cenário local como uma mercadoria para consumo, exclusivamente para os turistas de alto poder aquisitivo.

(...) a Mostra de Cinema e o Festival Internacional de Gastronomia passaram a divulgar a cidade em âmbito nacional e internacional. **Isso fez com que, aos poucos, de forma não planejada**, empresários forâneos comprassem os imóveis residenciais no “centro histórico”, transformando-os em estabelecimentos comerciais. Esse processo contribuiu para a intensificação do marketing urbano, **o surgimento do turismo elitizado, a especulação imobiliária** e para que atores sociais, como empresários, publicitários e representantes do poder público, promovessem a conversão do espaço construído já socialmente consagrado como “patrimônio” em “cenário-mercadoria” para consumo de turistas solventes (NEVES, 2013, p. 63).

Essa elitização do turismo, principalmente pelos eventos, é duramente criticada na opinião de um dos participantes da pesquisa, alegando que para planejar o turismo, é preciso criar um sentimento de inclusão. Para ele, fomentar o turismo, é planejar objetivando demonstrar as suas reais tradições autóctones.

(...) quando você vai desenvolver um projeto, você coloca lá... nome, justificativa, objetivos, público-alvo... o público-alvo tem que bater com o seu objetivo, não é? Então assim, até coloco, na teoria, mas na prática, não. Vou te dar um exemplo: gastronomia, é legal e hiper legal. Mas, **tem que chamar a Dona Maria que faz pão de queijo lá da Caixa D'água**, por vários motivos: primeiro, que **o evento cria alma**; segundo, que **cria o sentimento de pertencimento**; e o terceiro, é o tiradentino em si, **porque ele se vê inserido na coisa. Quando você não faz isso, o tiradentino, por si só, se sente excluído**. Você vai conversar com algumas pessoas que vão falar o contrário meu. Mas esses que vão te falar isso, são os que moram aqui, mas não nasceram aqui (PP2, grifos nossos).

Em contrapartida, ao serem questionados sobre as ações que possivelmente tenham sido planejadas pelos Conselhos, para que os moradores locais tenham os mesmos acessos que os turistas, as respostas de outros participantes da pesquisa foram divergentes com o posicionamento do PP2.

Agora, **eu acho que não tem muito o que fazer não, infelizmente...** porque a pessoa paga um aluguel muito caro, vem de cima da cadeia, o aluguel muito caro. *Cê* começar, um aluguel na praça de R\$ 6 mil reais, *procê* pagar seu aluguel você tem que trabalhar muito, aí o aluguel, funcionário, as despesas de água, luz, fone e internet, mais o material pra trabalhar, **aí já viu né, não tem como baixar muito**. Entendendo, **esse lado eu sempre questioneei, mas depois que eu fui vendo, não tem como** (PP9). Então, **eu acho que isso não vai acontecer, né...** eu sou bem crítico em relação a isso. O que você tem aqui em Tiradentes é o seguinte, você tem... e eu acho que isso acontece em muitas cidades turísticas, não só aqui, né... **você tem a faixa de produtos que... eu vou chamar aqui a faixa pra moradores, né?! (...)** *cê* tem aquilo que é dedicado aos moradores, *cê* tem aquilo que é no nível intermediário e aquilo que é

dedicado aos turistas, né?!... então eu vou dar um exemplo bastante claro aqui. Quando você tem o Festival de Gastronomia e você tem os chefes, aqui já teve chefe francês, aqui, né, fazendo degustação e coisa tal, **a hora que você vai ter uma chefe francês fazendo degustação num restaurante chique aqui de Tiradentes, você não tem, com certeza absoluta, uma faixa de preço que é acessível à grande maioria dos moradores, né?! (...)** Eu não acho, sinceramente, que quando você tem um evento, que você traga um chefe francês que vai custar, sei lá, trezentos reais por pessoa, num prato, é uma coisa... **não é que o morador não possa ir, mas tô dizendo que não faz parte da realidade dele.** Não faz parte daquilo que ele vive, no dia-a-dia. **Mas, ele tem a linha, vamos dizer assim, do morador de Tiradentes** (PP7, grifos nossos).

Trazendo uma visão sobre as capacitações técnico-científicas da *Core Governance* em Tiradentes (MG) para o planejamento turístico no município, cabe resgatar a concepção de Inskip (1993) ao afirmar que o turismo é uma atividade que abrange diversas áreas e setores públicos e privados, os quais carecem de profissionais com conhecimentos técnico-científicos, mão de obra capacitada e instruída para desenvolvê-lo de forma sustentável. Beni (1997) também confirma essa visão, argumentando que deve existir uma fiscalização dos planos, programas e projetos, do planejamento à implementação, por parte de um agente ou equipe especializada em turismo. No entanto, o que ocorre em Tiradentes (MG) é uma *Core Governance* pautada nas experiências de vida de seus representantes.

Acho que eles foram capacitados no dia-a-dia. Com os pepinos que foram apresentando e a gente foi se aperfeiçoando. (...) Então, assim, a gente acaba que, meio que... então assim, capacitados, não. Não foram, mas assim, vão se qualificando ao longo da universidade da vida, da universidade do dia-a-dia mesmo (PP2). Eu coloquei aqui na minha formação, eu sou engenheiro de telecomunicações. Aí você fala: “O que que eu entendo de turismo?”. O que eu saí aprendendo pela vida, né... então assim, **não existe essa preocupação de que as pessoas que estão associadas a um Conselho, né... seja de fato, pessoas com a capacitação do turismo.** Eu diria que assim, a gente aproveita as capacitações das pessoas nos seus diversos perfis pra usar... **a gente não tem capacitação pro turismo** (PP7, grifos nossos). Assim... **capacitação nós não tivemos hora nenhuma.** Mas a gente ‘tá’ sendo capacitado sim por essas pessoas que já são mais velhas que passa essa experiência ‘pra’ gente. Mas capacitação em si nós não tivemos não. **Mas é o tempo que ‘tá’ capacitando, entendeu?** Então, quer dizer, que capacitação, assim, não tivemos não (PP14, grifos nossos).

Percebeu-se através do campo que os atores que atuam nas IDCs mapeadas estão buscando através dos Conselhos legitimar seu poder de fiscalização, interesses, enquanto há uma gestão pública omissa e pouco participativa ou pouco atuante aos interesses do município, como um todo. Então, tais atores têm enxergado, através dos Conselhos, uma oportunidade para adquirirem poder de regulamentar, dirigir, fomentar e coordenar a atividade turística aos interesses, nem sempre coletivos, mas especialmente comerciais. Visão esta, que reforça a concepção da *Core Governance*, apregoada pelo presente estudo.

Por mais que se fale que os eventos sejam um dos maiores problemas de suportabilidade para o município, mesmo as atividades voltadas para o resgate cultural dos tiradentinos continuam sendo pensadas no formato de eventos, para atração de turistas à cidade, como é o caso da Semana Santa, das Festas Juninas, do Corpus Christi e do Congado. Esses eventos, principalmente os religiosos, foram mencionados na tese de Silva (2017), por uma de suas entrevistadas, que seriam a única atração voltada exclusivamente para os moradores, sendo que os demais eventos, os moradores participam apenas para trabalhar.

Em sua dissertação, Fraga (2018) percebe que no município existe um movimento de promoção mercadológica evidenciando que as ações de divulgação, operacionalização e exploração da imagem do turismo em Tiradentes (MG), não tem abarcado o protagonismo social e a preservação das tradições locais.

A impressão causada no autor do presente trabalho é (...) tão mais orientada por uma questão publicitária ou de formação de *networking* do que para remodelar a perspectiva de desenvolvimento local, ou promover ainda possibilidades de projetos sociais voltados para o protagonismo comunitário e preservação da produção e costumes autóctones. É como se ‘não coubesse’ essa lógica na diretriz que orienta a gestão do município na contemporaneidade (FRAGA, 2018, pp. 93-94).

Ainda, sobre os eventos, o roteiro de entrevistas semiestruturado não possuiu questões previamente definidas sobre o turismo de eventos na cidade, exceto a questão 16. ‘Existe um planejamento de demanda turística visando não sobrecarregar o espaço territorial do município (por exemplo, de visitantes e de transportes) em períodos de grandes eventos? Se sim, quais as ações resultantes desses planos?’, que não cita especificamente o turismo de eventos, mas sim sobre o planejamento de demanda turística do município em períodos nos quais já ocorram os grandes eventos.

Em quase todas as entrevistas, principalmente no COMTUR, a palavra ‘eventos’ foi mencionada, de forma constante. Em determinadas entrevistas, utilizou-se da flexibilidade do roteiro semiestruturado para indagar aos participantes da pesquisa se Tiradentes (MG) é uma cidade turística de eventos ou uma cidade turística contemplativa. Percebeu-se que esses atores não tinham se dado conta das contradições que eles expunham ao tratar os eventos como um fator predatório, ao mesmo tempo que promove a dinamização da economia da cidade. No entanto, afirmavam ter consciência de que a cidade não tem suportado a quantidade de eventos existentes no seu calendário oficial. Mas ainda assim, continuam a promovê-los e a incentivá-los.

Não obstante, o turismo contemplativo (que abarca o cenário paisagístico, cultural, arquitetônico, natural, patrimonial) foi declarado como o principal atrativo turístico do município. Em algumas situações, indagou-se para alguns participantes da pesquisa, se caso não existissem os eventos na cidade como seria Tiradentes (MG), turisticamente. Obteve-se como resposta a mesma confirmação anterior: que o município se manteria, independentemente dos eventos, salvo raras exceções, às quais identificou-se contradição nos discursos, como por exemplo, do PP12 ao afirmar que a cidade sobreviveria sem os eventos, mas que na falta de eventos, a reserva obtida pelo período destes, seria utilizada para pagar terceiros com os recursos provenientes, dos próprios eventos.

(...) Tiradentes mudou um tempo atrás, a gente teve um fluxo maior com esses eventos, mas pelo acervo cultural e arquitetônico, a gente sempre teve esse fluxo de turistas, não esse pico de trinta, quarenta mil pessoas. Então, assim, a gente sempre busca um enfoque diferente, **caso não houvesse esses eventos, a gente procura tá fazendo outros tipos de marketing em cima da própria história da cidade e do patrimônio cultural ou ecológico.** Então, assim, **a gente não dependeria, exclusivamente só dos eventos,** a cidade em si, **pela carga cultural, pelo patrimônio, ela já se movimentaria da mesma forma** (PP5, grifos nossos).

(...) **a cá passaria a um bairro de São João** (PP11, grifos nossos).

(...) hoje, Tiradentes é conhecido internacionalmente. Então, **todos os finais de semana, independente dos eventos, a cidade, hoje, sobreviveria.** Só que os eventos, hoje, é o que a gente fala, né? É uma forma de toda a população, de todos os empresários *tarem* ganhando uma fonte, uma renda extra com esses eventos. Ou seja, muita das vezes, com esses eventos, tem empresários, comerciantes que, faz uma reserva ali, que **na época que não tem o evento, que a cidade tá mais na baixa temporada, guarda essa reserva pra tá pagando terceiros,** com esses recursos (PP12, grifos nossos).

(...) Eu acho que na verdade **nem precisava dos eventos.** O evento é um *boom*, mas tem **muitos segmentos que preferiram não ter porque vendem igual** (...). A cidade tá superlotada, comida, bebida, hospedagem... (PP4, grifos nossos).

O roteiro de entrevistas abarca questões voltadas para o desenvolvimento, como patrimônio, saúde, coleta e reciclagem de lixo, cuidado com o meio ambiente, educação, conscientização, cultura, tradições, capacitações entre outras. No entanto, o que mais prevaleceu nestas entrevistas foram as questões de crescimento econômico de curto prazo, frequentemente citadas com aporte pelos eventos.

Essa percepção obtida na pesquisa de campo também pode ser confirmada através da literatura, nos argumentos de Cooper *et al.* (2001), pois alegam que se o desenvolvimento não abranger preceitos de sustentabilidade, ele será caracterizado como crescimento de curto prazo.

Ainda que incipiente, já começa-se a perceber uma mudança na concepção de alguns atores sobre os posicionamentos dos Conselhos que, culturalmente, seguem um ordenamento voltado para a realização de ações específicas e restritivas, como exemplo, os eventos pelo

Planejamento (57 referências); ii) **Desenvolvimento** (28 referências); iii) **Sustentabilidade** (15 referências).

Tendo em vista a potencialização dos eventos na cidade, questionou-se sobre o retorno da comunidade em relação aos eventos destinados às tradições e culturas locais e com relação à quantidade desses eventos, que ocorrem no município. Foi perguntado se eles (a comunidade) têm dado um retorno, se eles querem esses eventos. As respostas que seguem ao questionamento corroboram com a percepção de que o turismo está sendo planejado para o turista e para captação de aporte financeiro, mesmo em manifestações que envolvam e promovam as tradições culturais dos moradores nativos, pois mesmo assumindo que a comunidade tem dado *feedbacks* positivos em relação a essas manifestações promovidas pelo COMTUR, como foi dito na reunião ordinária do Conselho, no dia 06 de agosto de 2019, a resposta obtida em entrevista não coaduna com tal visão, uma vez que esses retornos, segundo o PP8, são obtidos através de percepções, somente.

Então, o que a gente percebe é que quando a gente faz, por exemplo (...), eventos em que a comunidade é peça chave...protagonista, né, do evento...ela não está na periferia do evento, ela é o evento, a gente percebe que existe uma participação maior da comunidade para assistir aos seus, ne!? (...) Então a gente percebe que existe esse retorno nesse sentido. Porque como é uma comunidade muito pequena e a gente conhece todo mundo a gente sabe... “Ah, teve um evento que não tinha quase ninguém da cidade. Era basicamente turista e quem tava lá da cidade tava trabalhando”. Então a gente tem essas análises. Isso é somente por percepção, não uma análise quantitativa e nem uma análise mais elaborada. É uma percepção (PP8, grifos nossos).

Finaliza-se este capítulo com a proposição de que é necessário haver uma interrelação com as Instituições de Ensino Superior (IES) especialistas em Administração, Administração pública, turismo e áreas afins, pesquisadores e acadêmicos, tendo em vista a importância de haver pessoas engajadas com pesquisas científicas nacionais e internacionais atuando em uma rede de governança, juntamente com o planejamento turístico, que promova o desenvolvimento do turismo em Tiradentes (MG). Sobretudo, constatou-se que há uma abertura para que essa aproximação aconteça, apesar de não haver discussões a respeito entre os participantes da pesquisa, pelo menos não explicitadas durante as entrevistas e tampouco nas Atas de Reuniões analisadas.

Além disso, recomenda-se, também, que os Conselhos procurem buscar uma interrelação mais sólida, no sentido de tornarem-se mais propositivos entre ambos e entre a comunidade civil. Como visto, existem instituições estratégicas compondo as cadeiras dos Conselhos, mas ainda, de forma assimétrica, haja vista que os Conselhos demonstraram que as suas atividades deliberativas estão restritas a um determinado tipo de demanda. Neste caso,

cabe repensar a distribuição das cadeiras nas IDCs estudadas, em especial o COMTUR, procurando trazer os outros Conselhos para comporem o seu quadro de conselheiros, desde que prevalecendo os princípios da governança e da diversidade. Assim, o Conselho com a maior representatividade no turismo em Tiradentes (MG) poderá ser constituído por membros efetivos de outros Conselhos, relevantes para o desenvolvimento turístico, que possam auxiliar no planejamento sustentável. E os membros de instituições parceiras, possam exercer igualmente a sua representatividade compondo o quadro de suplentes, facilitando as parcerias público-privadas, além de construir uma identidade local mais fortalecida.

As IDCs estudadas precisam ser propositivas no sentido de atuarem no controle sobre a sonegação de impostos e a informalidade existente no município, de acordo, inclusive, com os seus próprios discursos. Recomenda-se que seja realizado um plano de ação para regularização de todos os estabelecimentos vinculados ao turismo, através de um mapeamento estruturado entre a Prefeitura Local e os demais Conselhos. Dessa forma, acredita-se que diminuindo a informalidade e aumentando as receitas, com fiscalização constante, o município adquira maior independência econômica para que as arrecadações provenientes dessas receitas possam estimular e auxiliar os pequenos empreendedores, além de capacitá-los corporativamente. Assim, é possível que Tiradentes (MG) volte a ocupar o lugar de destaque no Mapa do Turismo.

Recomenda-se que os Conselhos (COMTUR e COMDUR), em parceria com os órgãos de trânsito municipais, estabeleçam um plano estratégico de disponibilização de sinalizações em todos os pontos de maior movimentação e fluxo de automóveis, principalmente nas duas entradas do município, a fim de alertar corretamente aos turistas sobre os desvios e fechamentos das ruas do Centro Histórico, evitando que o turista se desoriente ou até mesmo provoque acidentes contra os pedestres e o patrimônio urbanístico da cidade. Portanto, torna-se urgente o desenvolvimento de um plano emergencial de controle do fluxo de automóveis no Centro Histórico, no sentido de garantir um estacionamento adequado e seguro.

O tratamento do lixo e do esgoto é algo que deve estar constantemente sendo abordado nas reuniões desses Conselhos, com Alto grau de governança, em parceria com outros órgãos responsáveis, como a Prefeitura, a Vigilância Sanitária, a Associação de Empresários de Tiradentes (ASSET), o Conselho de Meio Ambiente, Conselho de Saúde e Conselho de Educação. Assuntos como o esgoto a céu aberto, biodigestor, disposição de lixeiras ecológicas em todos os pontos da cidade e ações educacionais são importantes e necessários para o amadurecimento urbano e turístico. Desta forma, evitam-se a possibilidade de propagação de

doenças, aumentando através da conscientização do setor turístico, os cuidados com o meio ambiente.

Com relação à evasão escolar, é preciso que os Conselhos (COMTUR e COMDUR) percebam que este problema possa estar relacionado com turismo. Neste caso, por meio da sua Alta governança, juntamente com o Poder Executivo, o Conselho e a Secretaria de Educação e o SEBRAE, torna-se essencial a elaboração de um plano de conscientização educacional, principalmente entre os jovens, que representam a maior taxa de evasão escolar de Tiradentes (MG), não somente abordando cursos técnicos voltados para o turismo, mas também para outros estudos profissionalizantes, que interessem esses jovens. Assim, Tiradentes (MG) consiga se desenvolver não apenas através de um único recurso econômico, mas também, a agregar outras profissões técnicas e/ou tecnológicas que auxiliem paralelamente o desenvolvimento do turismo, sobretudo em épocas de crises.

Cabe ressaltar sobre os eventos que reforcem as tradições autóctones, como o Congado, Semana Santa, Corpus Christi, Festa Junina. Aconselha-se que a IDC, ao formular o calendário municipal e ao planejar os eventos que enalteçam a tradição cultural do tiradentino, tencione exclusivamente atrair os moradores sem descaracterizar essas manifestações em eventos excepcionalmente econômicos voltados para atender à demanda turística.

Reforça-se, por fim, que a *Core Governance* identificada no município ainda precisa avançar nas questões de planejamento turístico com enfoque na sustentabilidade, tendo em vista que os resultados, argumentos e concepções obtidos neste capítulo, levam ao entendimento de que, como resposta ao OE3, a relação do planejamento, mais precisamente, do ordenamento turístico, com a governança identificada nas IDCs de Tiradentes (MG) se distancia dos elementos relacionados aos indicadores de sustentabilidade, previstos pelo presente estudo. Mesmo que os Conselhos tenham apresentado graus de governança Avançados, o que se percebe é um ordenamento do turismo realizado com enfoque, notadamente voltado às questões de crescimento econômico, visão ainda enraizada nos preceitos de desenvolvimento, das teorias que se sustentaram desde o século XVIII até meados do século XX.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou, através de uma proposição desafiadora, apresentar uma contextualização empírica e teórica sobre temas emergentes na Administração Pública, como é o caso da governança. Ainda que esteja imersa em distintas definições e interpretações, esta dissertação foi além dos objetivos propostos ao trazer um novo conceito para este tema, abordado como *Core Governance*, a partir de um esforço adotado durante a pesquisa a fim de compreender as motivações e articulações dos atores responsáveis pelo turismo no município de Tiradentes (MG) e como essa governança, identificada por um núcleo restrito de atores tem se manifestado frente ao desenvolvimento do turismo no município.

Utilizou-se das abordagens quantitativa e qualitativa neste estudo, sendo que a quantitativa possibilitou revelar os graus de governança existentes nas Instâncias Deliberativas Coletivas mapeadas e de forma estatística e descritiva, em conjunto com as observações de campo e entrevistas, apontar o ambiente no qual essas Instâncias estão inseridas. Já na abordagem qualitativa, foi possível executar detalhadamente os resultados obtidos na pesquisa, apontando a perspectiva do atual desenvolvimento do turismo, no qual Tiradentes (MG) está inserido. Inúmeros apontamentos podem ser observados no corpo desta dissertação, dos quais levou-se à conclusão de que o turismo em Tiradentes (MG) ainda é visto como a ‘galinha dos ovos de ouro’ para o desenvolvimento local, cujas percepções apontam para um crescimento econômico de curto prazo, em detrimento de ações essenciais para a coesão social, a conservação da cultura e das tradições autóctones, e a preservação dos bens materiais e imateriais, que fazem parte do acervo turístico do município.

De forma voluntária ou involuntária, os membros representantes das Instâncias do município têm se restringido na formação de um grupo cada vez mais limitado, tornando essas estruturas em espaços restritos à comunidade civil. Identificou-se uma naturalidade nos discursos acerca do distanciamento entre os moradores locais e os turistas e comerciantes, sendo que aqueles, portadores da essência cultural da cidade, estão cada vez mais afastados da convivência com o Centro Histórico, que hoje é palco de atrações para um público distinto e estrategicamente selecionado. Além disso, os insumos financeiros que são injetados pelos eventos que ocorrem na cidade, dos quais nem sempre declarados abertamente ao Poder Executivo, podem ser responsáveis por um sentimento permissivo da comunidade que se mantém às margens do município, que acabam moldando o *ethos* social do município.

Frente a essa realidade, chegou-se nas atuações e intervenções realizadas pelas Instâncias Deliberativas Coletivas de Tiradentes (MG), direta ou indiretamente ligadas ao

contexto turístico no município. Ainda que o termo planejamento seja algo compreendido pelos seus representantes como um processo de extrema importância para o desenvolvimento do turismo em Tiradentes (MG), para que as atividades e os recursos explorados na atualidade não causem impactos negativos às gerações futuras, não foi percebido por este estudo que essas Instâncias têm adotado indicadores de desenvolvimento nas deliberações concernentes às ações propostas por seus representantes, tão pouco tem se adotado o planejamento como um recurso com enfoque neste tipo de desenvolvimento.

No discurrir da Revisão de Literatura, presente no corpo do presente estudo, chegou-se a considerar que as Instâncias Deliberativas Coletivas de Tiradentes (MG) pudessem abarcar elementos de *Destination Management Organizations* (DMOs). Apesar das DMOs não serem um termo dominantemente (protagonista) difundido em Tiradentes (MG), este trabalho visa não esgotar seu conceito/abordagem, embora possa servir de indicador para que este termo possa ser implementado no município futuramente, visto que essas Instâncias possuem perfil para incorporarem seus preceitos e suas diretrizes, conforme apregoado nos estudos referentes ao tema, do qual teve-se contato. Neste caso, sugere-se que novos estudos sobre as DMOs possam ser realizados com o intuito de propor às Instâncias de turismo do município, a viabilidade de sua implementação, *a posteriori*, pois no atual cenário de Tiradentes (MG), outras medidas mais pontuais devem ser consideradas, como a conscientização do que realmente a cidade necessita, por meio de um planejamento, com engajamento de toda a comunidade, no que diz respeito à sustentabilidade e aos percursos do desenvolvimento do turismo, que hoje, baseia-se predominantemente nos eventos e na saturação midiática da imagem da cidade.

No que concerne aos objetivos desta dissertação, ressalta-se a sua originalidade ao se trabalhar com uma proposta inovadora quanto à avaliação da governança e sua conexão com o planejamento turístico em um destino indutor de turismo. A partir de todo o arcabouço teórico-empírico que constituiu o presente estudo foi possível traçar um fluxo de governança, do qual não se tenha visto nos estudos da comunidade acadêmica; mensurar o grau de governança em uma Instância Deliberativa Coletiva, sendo que tal estudo auxiliará o projeto “**Governança e Desenvolvimento Turístico**: Uma análise de destinos turísticos nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais” com fomento e financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Processo 429443/2016-1 (36 meses), que deu origem a esta dissertação; propor um novo conceito sobre governança, através da definição da *Core Governance*.

Deste modo, observando um destino de referência nacional e internacional, como um caso relevante para se pensar em planejamento turístico, mesmo após ter perpassado pelo campo

e considerando, também, todo o esforço teórico utilizado na contextualização do presente estudo, não se percebeu que evidências de um planejamento com enfoque no desenvolvimento apregoado por este trabalho, tem sido operacionalizado a partir das Instâncias Deliberativas Coletivas estudadas.

No entanto, não se pode afirmar a inexistência de um planejamento turístico em Tiradentes (MG), embora o ordenamento do turismo na cidade, bem como o planejamento instrumentalizado pelas Instâncias de Turismo não seja o mesmo considerado por este estudo, demonstrado através da literatura nacional e internacional empregada, mas sim, constituído como um objeto de confluência, que pode levar a aspectos positivos, como adoção de estratégias pensadas no desempenho das atividades tradicionais da cidade, na fiscalização, normatização, na proposição de leis e políticas públicas para o fomento da atividade turística no município. Em consequente, leva-se também a aspectos críticos, como a legitimação do poder de decisão de uma *Core Governance*, o distanciamento desse núcleo de atores com a comunidade civil e com o Poder Executivo, a sobrecarga de atribuições dos atores que representam esses Conselhos e a perda da identidade do Conselho pelos próprios representantes, os conflitos de interesses entre o público e o privado, do antagonismo presente nas atribuições de cada Conselho e por fim, da prevalência de ações planejadas com objetivos excepcionalmente econômicos.

Somado a isso, percebeu-se que mesmo os indicadores Coordenação e Colaboração terem revelado um alto grau de governança do turismo em Tiradentes (MG), conclui-se que a Cooperação, mesmo com grau moderado entre as Instâncias analisadas pode demonstrar o modo de praticar a governança no município, com características restritivas a um cenário, produzido e programado, em que os eventos estão cada vez mais proeminentes.

Por fim, sugere-se que este estudo não se esgote teoricamente e empiricamente no tema proposto e que não se limitem às pesquisas futuras no município de Tiradentes (MG) no que concerne à governança, *Core Governance*, ao planejamento e ao desenvolvimento local, a fim de garantir que o turismo possa ser, além de um caminho para o crescimento econômico, mas também um elo entre a gestão pública, o setor privado e a comunidade civil, para que o desenvolvimento se perpetue na cidade, de forma democrática e sustentável. Espera-se que os resultados deste trabalho possam servir de aporte para o campo de estudos acadêmicos, como referência bibliográfica no que concerne a tais temas propostos por esta dissertação, e que motivem novos estudos para além do nível local, mas também regional, nacional e internacional.

8 REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. A. **Administração do Turismo**. v. 2. Bauru: EDUSC, 2003.
- ACERENZA, M. A. **Administração do Turismo: Conceituação e Organização**. São Paulo: EDUSC, 2002.
- ALKER, S.; MCDONALD, A. Incorporating sustainable development into redevelopment. **Sustainable Development**, v. 11, nº 3, pp. 171-182, jul, 2003.
- ALMEIDA, E. M. C. A. **Planeamento Turístico** – Proposta Metodológica para Municípios Brasileiros de Pequena e Média Dimensão. 2006. 270 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo). Universidade de Aveiro. Portugal, PT.
- ALMEIDA, L.; FREIRE, T. **Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação**. Braga: Psiquilíbrio, 2000.
- ALTER, C.; HAGE, J. **Organizations Working Together**. Newbury Park, CA: Sage Publications. 1993.
- ALVES, R. **Planeamento e Ordenamento do Território e o Estado Português** – contributos para uma intervenção renovada. IST, Lisboa, 2001.
- ANSELL, C. GASH, A. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, 18, 543-571. 2008.
- ANTERO, C. A. S. **Interação dos atores em um arranjo produtivo local sob a abordagem da governança aplicada por meio de um modelo bidimensional de análise**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG, 2015.
- ARGYRES, N.; MAYER, K. J. Contract design as a firm capability: An integration of learning and transaction cost perspectives. **Academy of Management Review**. nº 32, v.4 pp.1060-1077, 2007.
- ATKINSON, R. D. **Network Government for the Digital Age**. Progressive Policy Institute. Washington, D.C. 2003.
- ÁVILA, V. F. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: UVA, 2006.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. BAGATIN. Snowball (Bola De Neve): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. **X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. PUC-PR. Curitiba: 7-10 nov. 2011.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. 5.ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2014.
- BARRET, P. **Expectations and Perception**, of Better Practice Corporate Governance in the Public Sector from an Audit Perspective. Melbourne: Australian National Audit Office. 2002.

BARRETO, M. **Planejamento Responsável do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BEAUMONT, N.; DREDGE, D. Local tourism governance: a comparison of three network approaches. **Journal of Sustainable Tourism**. nº 18, v.1, pp. 7–28, 2010.

BEL, G.; HEBDON, R.; WARNER, M. E. Beyond privatization and cost savings: alternatives for local government reform. **Local Government Studies**, pp. 1-10, 2018.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BENI, M. **Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional**. Planejamento Integrado do Turismo, 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 1997.

BEVIR, M.; RHODES R. A. W. A Decentered Theory of Governance: Rational Choice, Institutionalism, and Interpretation. **Institute of Governmental Studies**. Paper, mar. 2001.

BLAIR, T. **Modernizing Government**. Thomson Reuters. March, 1999.

BOLSON, J.; FERREIRA, M. Os Impactos do Turismo em Tiradentes: uma Análise da Percepção do Setor Público Local. **IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL** - Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo - Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho, 2006.

BORZEL, T. A. **Governance with/out Government**: False Promises or Flawed Premises? German Research Foundation (DFG). Research Center (SFB), 700: Berlin. 2010.

BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. Evaluating the Quality of Public Governance: Indicators, Models and Methodologies. **International Review of Administrative Sciences**. v. 69, nº 3, pp. 313-328, 2003.

BRASIL. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, DF. Ago. 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 522 p.

BRASIL. Confederação Nacional de Municípios [CNM]. **Turismo: Oportunidade para o Desenvolvimento Local**. Coletânea Gestão Pública Municipal: Gestão 2017-2020 – Brasília: CNM, 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo [Mtur]. **Cadastur**. Disponível em: <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/cadastur.jsp>> Acesso em: 05 Jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo [Mtur]. **Mapa do Turismo 2017-2019**. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>> Acesso em: 22 Jul. 2018b.

BRASIL. Ministério do Turismo [Mtur]. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo [Mtur]. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: Mais Emprego e Renda para o Brasil**. Brasília, DF. 2018a.

BRASIL. Ministério do Turismo [Mtur]. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. Brasília, DF. 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Dez passos para a boa governança**. Brasília, DF, 2014a.

BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Questionário Perfil GovPessoas 2013**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A1500586020150395598A666A5>>. Acesso em 29 Jan. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Perfil de Governança e Gestão Públicas: Ciclo 2018**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-2018/>>. Acesso em: 29 Jan. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Versão 2. Brasília, DF. 2014b.

BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Referencial para avaliação da governança do Centro de Governo**. Brasília, DF. 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União [TCU]. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas**. Brasília, DF. 2014c.

BRYMAN, A. *Social research methods*. 4ª Ed. Oxford: University Press. 2012.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. RJ: Garamond, 2002.

CAMPOS, H. R. **Transformações urbanas recentes em Tiradentes – MG: Anos 80 e 90 do Século XX**. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP.

CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. In: ALVAREZ, I. P.; CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CHOI, H. C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management*, nº 27, pp. 1274-1289, 2006.

CIFUENTES *et al.* **Capacidad de Carga Turística de las Áreas de Uso Público del Monumento Nacional Guayabo, Costa Rica**. WWF Centroamérica, 1999.

CLIFT, R. T.; VEAL, M. L.; HOLLAND, P.; JOHNSON, M.; MCCARTHY, J. **Collaborative Leadership and Shared Decision Making: Teachers, Principals, and University Professors**. New York: Teachers College Press. 1995.

COOPER, C.; FLETHCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPHERD, R. **Turismo: Princípios e Prática**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2ª ed. 2001.

CORIOLOANO, L. N.; MEDINA, J. C. C.; BRASILEIRO, M. D. S. **Turismo, Cultura e Desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

COSSALTER, P. A Private Finance Initiative. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, abr. 2004.

COSTA, S. P. B. **Novas formas de Governança Pública**: Um estudo do Arranjo Articulado para Implementação da Política Pública Nacional de Aprendizagem Profissional. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN.

CROSBY, B.; BRYSON, J. M. **Leadership for the Common Good**: Tackling Public Problems in a Shared Power World. San Francisco: Jossey-Bass. 2005.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação Geográfica como referência**. 1ª ed. São Paulo: Liberars, 2016.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. v. 11, nº. 245 (20), 2007.

D'ANGELLA, F.; DE CARLO, M.; SAINAGHI, R. Archetypes of destination governance: A comparison of international Destinations, *Tourism Review*. vol. 65 nº 4, pp. 61-73, 2010.

DIAS, R. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIDEHVAR, F.; DANAEEFARD, H. Virtual Governance Networking Policies: a Comparative Analysis. **Public Organization Review**. v. 10, pp.1-16, 2010.

DIEFENBACH, Thomas. New Public Management in Public Sector Organizations: The Dark Sides of Managerialistic Enlightenment. **Public Administration**, 87 (4), 892-909, 2009.

DINIZ, E. **Reforma do Estado e governança democrática**: em direção à democracia sustentada? Disponível em: <http://ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_reforma_do_estado.pdf> Acesso em 26 Jan. 2019.

DOHERTY, D.; ETZIONI, A. **Voluntary simplicity**: Responding to consumer culture. Lanham: Rowman & Littlefield. 2003.

EMMENDOERFER, M. L.; SOARES, E. B. S. Análise do desenvolvimento turístico e da Denominação designada pelo governo para qualificar cidades como destinos indutores do turismo em Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. v.3, nº 21-22. p. 139-151, 2014.

ETZIONI, A. **The spirit of community**: Rights, responsibilities and the communitarian agenda. New York: Crown Publishers, Inc. 1993.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO [FIRJAN]. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>> Acesso em 26 Fev. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO [FIRJAN]. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal de Tiradentes (MG). 2016. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MG&IdCidade=316880&Indicador=1&Ano=2016>> Acesso em: 26 Fev. 2019.

FERNANDES, A. M. V. **Patrimônio cultural, turismo e a renovação das cidades: aproximações e dissonâncias entre Barcelona e Rio de Janeiro**. 2017. 410 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP.

FERNANDES, L. M. M.; CORIOLANO, L. N. M. T. A governança na política nacional de regionalização do turismo: estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará. **Revista Turismo - Visão e Ação**, vol. 17, nº 2. Mai/Ago, 2015.

FERNANDES, S. M. N. **Turismo e desenvolvimento sustentável em comunidades piscatórias**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Planejamento em Turismo). Universidade de Aveiro. Portugal, PT.

FONTES FILHO, J. R. Da Nova Gestão Pública à Nova Governança Pública: as novas exigências de profissionalização da função pública. **XIX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Quito, Ecuador. 11/14 nov, 2014.

FRAGA, B. O. Coprodução do Plano de Desenvolvimento com base nos princípios Slow: Pesquisa-Ação em Rio Doce (MG) Brasil. 2018. 206 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG.

FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política & Sociedade**. nº 5, pp. 119-138, 2004.

FUINI, L. L.; PIRES, E. L. As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP; Programa-Graduação em Geografia, 2009.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONZÁLES, M. V. Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal? **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p.9-22, nov. 2014.

GRAY, B. **Collaborating**. Finding, common ground for multiparty problems. San Francisco, California: Jossey-Bass Inc., Publishers. 1989.

GRAY, D.E. **Doing research in the real world**. 3.ª Ed. London: SAGE, 2014.

GREENWOOD, J. Business interest groups in tourism governance. **Tourism Management**. n° 14, pp. 335-348, 1993.

GULATI, R.; KHANNA, T.; NOHRIA, N. Unilateral commitments and the importance of process in alliances. **Sloan Management Review**, n° 35, v. 3, pp. 61-69, 1994.

GULATI, R.; WOHLGEZOGEN, F.; ZHELYAZKOV, P. The two facets of collaboration: cooperation and coordination in strategic alliances. **The Academy of Management Annals**. n° 6, pp. 531-583, 2012.

GULICK, L.; URWICK, L. **Papers on the Science of Administration**. New York: Institute of Public Administration. Columbia University. 1937.

HAIR JR., J. F., ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HALL, C. M. A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. **Journal of Sustainable Tourism**. Special Issue Paper, 2011.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HALL, C. M. Rethinking collaboration and partnership: A public policy perspective. **Journal of Sustainable Tourism**. n° 7, pp. 274-289, 1999.

HALL, C. M. **Tourism planning: Policies, processes and relationships** (2nd ed.). Harlow, Essex: Pearson Education. 2008.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço & Debates: revista de estudos Regionais e Urbanos**, Ano XVI, n° 39, p. 48-64, 1996.

HELLRIEGEL, D.; SLOCUM, J. W.; WOODMAN, R. W. **Organizational Behavior**. 4th ed. New York: West. 1986.

HIMMELMAN, A. T. **Collaboration for a Change: Definitions, decision-making models, roles, and collaboration process guide**. Himmelman Consulting: Minneapolis. 2002.

HIMMELMAN, A. T. On the Theory and Practice of Transformational Collaboration: From Social Service to Social Justice. In: **Creating Collaborative Advantage**. pp. 19-43. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. 1996.

HOFF, D. N. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders: A Proposição de uma Estrutura Analítica**. 2008. 425 f. Tese (Doutorado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS.

HOVIL, S.; STOKKE, K. B. Network governance and policy integration: the case of regional coastal zone planning in Norway. **European Planning Studies**. n° 15, pp. 927-944, 2007.

HUERTAS, Franco. **O método PES: Entrevista com Matus**. São Paulo: FUNDAP, 1996.

IMASATO, T.; MARTINS, P.E.M.; PIERANTI, O.P. Administrative Reforms and Global Managerialism: A Critical Analysis of Three Brazilian State Reforms. **Canadian journal of Administrative Sciences**, 2010.

INSKEEP, E. **National and Regional Planning, Methodologies and Case Studies**. WTO, Routledge, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA [IBGE]. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Estudos e pesquisas. Informação geográfica. nº 10, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA [IBGE]. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2016. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados> > Acesso em: 26 Fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA [IBGE]. **Tiradentes – Minas Gerais: Aspectos históricos**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasilia/mg/tiradentes/historico>> Acesso em: 04 Nov. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. Indicadores Educacionais. 2019. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais> > Acesso em: 14 Set. 2019.

JENKINS, J.; DREDGE, D. Trends, perspectives and practice. In: DREDGE, D.; J. JENKINS (Eds.), **Tourism planning and policy**. John Wiley & Sons, pp.112-156, 2007.

KRETSCHMER, T.; PURANAM, P. Integration through incentives within differentiated organizations. **Organization Science**. nº 19, v. 6, pp. 860-875, 2008.

KICKERT, W. J. M. Public Governance in the Netherlands: an Alternative to Anglo-American Managerialism. **Public Administration**. nº 75, v. 4, pp. 731-752, 1997.

KNILL, C.; LEHMKUHL, D. Private Actors and the State: Internationalization and Changing Patterns of Governance. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v. 15, n. 1, p. 41–63, Jan. 2002.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, nº 3, p. 479-499, 2006.

KLIJN, E. H. “New Public Management and Governance: A Comparison.” in **The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance**. London: Routledge. p. 201-214. 2012.

JENNINGS, G. **Tourism Research**. 2ª Ed., Tourism Series, John Wiley & Sons. Australia, 2010.

KOOIMAN, J. **Governing as Governance**. Los Angeles: Sage. 2003.

LAZARONI, A. R. B. **Política Pública de Turismo, Incentivo Fiscal e Desenvolvimento de Destinos Turísticos**. 2016. 194 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG.

LÖFFLER, E. Governance: die neue generation von staats-und. Verwaltungsmodernisierung. **Verwaltung + Management**. v. 7, nº 4, pp. 212-215, 2001.

LOPES, A. S. M. **A Gestão e Governança dos Destinos Turísticos**: O caso dos municípios do Algarve. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Destinos Turísticos). Universidade do Algarve. Faro, PT.

LUO, Y. D. How important are shared perceptions of procedural justice in cooperative alliances? **Academy of Management Journal**. nº 48, v. 4, pp. 695-709, 2005.

LYNN Jr. L. E.; HEINRICH, C. J.; HILL, C. Studying governance and public management. Why? How? In: HEINRICH, C. J.; LYNN Jr. L. E (eds.) **Governance and performance: New perspectives**. Washington, DC: Georgetown University Press. 2001.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos. 2004. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: USC, 2004

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics**. New York: Free Press. 1989.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, M.; BISSIOLI, A. **Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação**. São Paulo: Ed. Futura, 2000.

MEZA, M. L. F. G.; MORATTA, N. G.; GROSCHUPF, S. L. B. Governança Pública. In: OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J.; AUGUSTINHO, S. M. (Orgs). **Gestão e Governança Pública: aspectos essenciais**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). **Orientações para o Planejamento e Gestão Municipal do Turismo em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR]. **Mtur premia Tiradentes como cidade turística mais competitiva**. 2013. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/noticias/1438-mtur-premiatiradentes-como-cidade-turistica-mais-competitiva>> Acesso em: 12 Fev. 2019.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Qualitativo-Quantitativo. Oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**. v. 9, nº 3, p. 239-262, 1993.

MIRA, M. R.; *et al.* O papel das DMO na gestão dos destinos turísticos: abordagem

conceptual (1999-2014). **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**. Vol. XI, nº 1, junho – 2017.

MOREIRA, J. M. Investigação quantitativa: Fundamentos e Práticas. In: LIMA, J. A.; PACHECO, J. A. (Org.). **Fazer Investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses**. Porto: Porto Editora. p. 41-8, 2006.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional**. 2016a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf>>. Acesso em: 02 Nov. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2016b. Disponível em: www.agenda2030.com.br Acesso em 26 Fev. 2019.

NEVES, R. **História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012)**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). São João del Rei, MG.

O’FLYNN, J. Elusive appeal or aspirational ideal? The rhetoric and reality of the ‘collaborative turn’ in public policy. In: O’FLYNN, J.; WANNA, J. (eds.). **Collaborative governance: a new era of public policy in Australia?** Canberra: ANU E Press. pp. 181-195, 2008.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1971.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT [OECD]. **Sustainable development: Critical Issues**. Paris, OECD Publications, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. **Patrimônio Mundial no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>> Acesso em: 04 Out. 2018.

OSBORNE, S. P. The new public governance? **Public Management Review**, v. 8, n. 3, p. 377-387, 2006.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

O’TOOLE, L. J. Treating Networks Seriously: Practical and Research-Based Agendas in Public Administration. **Public Administration Review**. nº 57, v. 1, pp. 45-52, 1997.

O’TOOLE, L. J.; MEIER, K. J.; NICHOLSON-CROTTY, S. Managing Upward, Downward, and Outward: Networks, Hierarchical Relationships, and Performance. **Public Management Review**. nº 7, v. 1, pp. 45-68, 2005.

PIERRE, J. **Debating governance: Authenticity, steering and democracy**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

PIERRE, J.; PETERS, B. G. **Governing complex societies: Trajectories and scenarios**. Basingstoke: Palgrave. 2005.

PIERRE, J.; PETERS, B. G. **Governance, politics and the state**. New York: St. Martin's Press. 2000.

PIMENTEL, T. D.; CARVALHO, F. C. C. Fatores Condicionantes do Planejamento e Gestão em Destinos Turísticos: Um Quadro Teórico de Análise. **Turydes: Revista Turismo y Desarrollo local**. v. 7, nº 16, p. 1-38, jun. 2014.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. **Public Management Reform: A Comparative Analysis – New Public Management, Governance, and the Neo-Weberian State**. Oxford: Oxford University Press. 3 ed. 2011.

PONTES, L.; PAULA, E. V. Capacidade de carga e análise da efetividade da revitalização de uma trilha interpretativa na RPPN Uru - Lapa/PR. **XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. I Congresso Nacional de Geografia Física: Os desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento – Instituto de Geociências Unicamp. Campinas: 28 jun a 02 jul. 2017.

POWELL, W. W. Neither market nor hierarchy: Network forms of organization. **Research in Organizational Behavior**. nº 12, pp. 295-336, 1990.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD] – ONU. **Human development report 1990**. New York: Oxford, 1990.

PROVAN, K. G.; MILWARD, H. B. Do Networks Really Work? A Framework for Evaluating Public-Sector Organizational Networks. **Public Administration Review**, 61, 414-423. 2001.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: The collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster. 2001.

RAMOS, A. G. **Administração e o contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983.

RAQUEL, I.; BELLEN, H. M. V. Contribuição à concepção da governança pública: uma análise a partir da visão dos especialistas. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, 2012. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

REIS, E. A.; REIS I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. 2002. Disponível em: <www.est.ufmg.br> Acesso em: 02 Nov. 2018.

REUER, J. J.; ARINO, A. Contractual renegotiations in strategic alliances. **Journal of Management**. nº 28, v. 1, pp. 47-68, 2002.

RHODES, R. A. W. **Understanding governance: Policy networks, governance, reflexivity and accountability.** Buckingham: Open University Press. 1997.

RICHARDS, G. Heritage tourism: benefit or liability for cities? Are cities with a long history now suffering a quick death at the hands of tourism? *Cartaditalia: Rivista di cultura italiana contemporanea*. pp. 395-415, 2017.

RING, P. S.; VAN DE VEN, A. H. Structuring cooperative relationships between organizations. **Strategic Management Journal**. nº 13, v. 7, pp. 483-498, 1992.

ROBERTS, N. C.; BRADLEY, R. T. Stakeholder Collaboration and Innovation: A Study of Public Policy Initiation at the State Level. **Journal of Applied Behavioral Science**. v. 27, nº 2, pp. 209- 27, 1991.

RONCONI, L. F. A. **A Secretaria nacional de economia solidária: uma experiência de governança pública.** 2008. 279f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.

ROSENAU, J. N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial.** Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. pp. 11-46, 2000.

ROSENBLOOM, D. H.; HAHM, S. D. Public Administrative Theory, Performance, and Accountability: Problems and Prospects in Diverse Political Environments. **Administration and Society**, 42, p. 4–10, 2010.

RUSCHMANN, D. V. M.; PAOLUCCI, L.; MACIEL, N. A. L. Capacidade de Carga no Planejamento Turístico: um estudo de caso da Praia Brava – Itajaí frente à implantação do Complexo Turístico Habitacional Canto da Brava. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 2, p. 41-63, jul. 2008.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Rio Grande do Sul: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009, Ano I - Número I.

SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. C. **Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach,** Westview, Boulder, CO. 1993.

SANTOS, M. H. C. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. v. 40, nº 3, p. 335-376, 1997.

SANTOS, N. B.; FARIA, A. M. M.; DALLEMOLE, D.; MANSO, J. R. P. Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos de 2005 a 2013. **INTERAÇÕES**. v. 18, n. 3, p. 169-182, jul./set. 2017.

SARTORI, R. **Governança em agentes de fomento dos sistemas regionais de CT&I.** 2011. 238f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.

SCHLUTTER, R. G. **Metodologia da pesquisa científica e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SCÓTOLO, D.; NETTO, A. P. Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local. **Revista de Cultura e Turismo (CULTUR)**, n. 1, p. 36-59, fev. 2015.

SCOTT, N.; BAGGIO, R.; COOPER, C. **Network analysis and tourism**: From theory to practice. Clevedon: Channel View Publications. 2008.

SEABRA, F. I. B. **Ensino Básico**: Repercussões da Organização Curricular por Competências na Estruturação das Aprendizagens Escolares e nas Políticas Curriculares de Avaliação. 2010. 286 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Minho (UMinho), Braga, Portugal (PT).

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**. v. 43, nº 2, pp. 347-369, mar./abr. 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: CIA. Das Pedras, 2000.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciências da Saúde Coletiva**. v. 5, nº 1, p. 187-192, 2000.

SHAW, G.; WILLIAMS, A. **Tourism and Tourism Spaces**. Sage, London. 2004.

SILVA, E. R. **As transformações socioespaciais da cidade de Tiradentes (MG) em função da emergência do turismo**: um olhar possível para as décadas de 1970 a 1990. 2017. 351 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG.

SILVA, F. S.; COSTA, S. R.; CARVALHO, C. M. B. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país. **Revista Gestão e Tecnologia para a Competitividade**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Outubro, 2013.

SKELCHER, C. Fishing in Muddy Waters: Principals, Agents, and Democratic Governance in Europe. **Journal of Public Administration Research and Theory**. v. 20, p. 161-175, 2010.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, p. 58-87, 2006.

SOARES, E. B. S. **Planejamento Público Estadual e Desenvolvimento Turístico de Destinos Indutores em Minas Gerais (2007-2010)**. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

SORENSEN, E.; TORFING, J. The Democratic Anchorage of Governance Networks. **Scandinavian Political Studies**. nº 28, v. 3, pp. 195-218, 2005.

SOTRATTI, M. A. A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas. In: **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 2: Temática: Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural, p. 303-323, 2016.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**. Ano II, nº 3, p. 13-35, jul./dez. 1997.

SOWA, J. E.; LU, J. Policy and management: Considering public management and its relationship to policy studies. **Policy Studies Journal**, v. 45, n. 1, p. 74-100, 2017.

STEURER, R.; LANGER, M. E.; KONRAD, A.; MARTINUZZI, A. Corporations, Stakeholders and Sustainable Development I: A Theoretical Exploration of Business–Society Relations. **Journal of Business Ethics**. v. 61, nº 3, pp. 263-281, 2005.

SUBIRATS, J. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília: ENAP. 2006.

SVENSSON, B., NORDIN, S.; FLAGESTAD, A. A governance perspective on destination development-exploring partnerships, clusters and innovation systems, **Tourism Review**. vol. 60, nº. 2, pp. 7-32, 2005.

TELES, M. A. **Turismo, Ordenamento Territorial e Desenvolvimento na Região Metropolitana de Curitiba**. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR.

TENÓRIO, F. G. Descentralização político-administrativa, gestão social e participação cidadã. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

THOMSON, A. M.; PERRY, J. L. Collaboration Processes: Inside the Black Box. **Public Administration Review**. Special Issue. pp. 20-32, 2006.

TIRADENTES [MG]. **Calendário de Eventos**. Disponível em: <
<http://www.tiradentes.mg.gov.br/pagina/6451/Calend%C3%A1rio%20de%20Eventos>>
Acesso em: 12 Set. 2019b.

TIRADENTES [MG]. **Conselhos Municipais**. Disponível em: <
<http://www.tiradentes.mg.gov.br/pagina/7997/Conselhos%20Municipais>> Acesso em: 10 Set. 2019a.

TIRADENTES [MG]. **História e Turismo**. Disponível em: <<http://www.tiradentes.mg.gov.br/pagina/6427/Hist%C3%B3ria%20e%20Turismo>> Acesso em: 12 Set. 2018.

TIRADENTES [MG]. **LEI Nº 2.535, de 14 de maio de 2010**. Cria Conselho Municipal de Turismo, Cria o Fundo Municipal de Turismo e dá Outras Providências. 2010. Disponível em: <[http://www.camaratiradentes.mg.gov.br/Especifico_Cliente/20314159000198/Arquivos/09\(4\).pdf](http://www.camaratiradentes.mg.gov.br/Especifico_Cliente/20314159000198/Arquivos/09(4).pdf)> Acesso em: 12 Set. 2018.

TIRADENTES [MG]. **LEI Nº 2968/15, de 11 de novembro de 2015**. Altera a Lei Nº 2535 de 14 de maio de 2010 que “Cria o Conselho Municipal de Turismo, Cria o Fundo Municipal de Turismo e dá Outras Providências”. 2015. Disponível em: <http://www.camaratiradentes.mg.gov.br/Especifico_Cliente/20314159000198/Arquivos/files/Lei_n%C2%BA.2968_-_E2%80%9CAltera_a_Lei_n%C2%BA.2535_de_14-05-2010_que_Cria_Conselho_Municipal_de_Turismo_e_Cria_o_Fundo_Municipal_de_Turismo_e_da_outras_providencias%E2%80%9D.pdf> Acesso em: 12 Set. 2018.

TIRADENTES [MG]. **Plano Diretor Participativo de Tiradentes – Volume I: Perfil Municipal**. 2014. Disponível em: <<http://www.tiradentes.mg.gov.br/pagina/6916/Plano%20Diretor>> Acesso em: 04 Out. 2018.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional. Dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e Desenvolvimento Regional**. Modelo APL TUR aplicado à região das Hortências (Rio Grande do Sul – Brasil). 2007. 385 f. Tese (Doutorado em Turismo). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP.

TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (PASOS)**. v. 14 n. 3. p. 645-658, jun. 2016.

TRENTIN, F. **Políticas de Turismo no Brasil: Tomada de Decisão e Análise das Estruturas de Governança nos Destinos Turísticos de Armação dos Búzios e de Paraty no Estado do Rio de Janeiro, Brasil**. 2014. 495 f. Tese (Doutorado em Turismo). Universidade de Coimbra, Portugal, PT.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS [UN]. **Public Governance Indicators: A Literature Review**. Department of Economic and Social Affairs. New York: NY. 2007.

UNITED NATIONS [UN]. Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, 5-16 June 1972. **United Nations Publications**, A/CONF.48/14/Rev.1. (1972). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>> Acesso em: 14 Jan. 2019.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WARREN, R. L.; BURGUNDER, A. F.; NEWTON, J. W.; ROSE, S. M. The Interaction of Community Decision Organizations: Some Conceptual Considerations and Empirical Findings. In: **Inter-Organizational Theory**. Kent, OH: Kent State University Press. pp. 167-81, 1975.

WORLD BANK. Governance and development. World Bank, Washington, D. C. WTO. World Tourism Organization. **National and regional tourism planning: methodologies and cases studies**. London: International Thomson Business Press. 1992.

YEE, A. S. Cross-national concepts in supranational governance: state-society relations and EU-policy making, Governance. **International Journal of Policy and Administration**. nº 17, pp. 487-524, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2010

APÊNDICE A. Instrumento de Coleta de Dados – OE2 (Identificar o grau de governança nas IDCs mapeadas)

QUESTIONÁRIO DE MENSURAÇÃO DO GRAU DE GOVERNANÇA EM INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS COLETIVAS (IDCs)

Este **Instrumento de Coleta de Dados (ICD)** é composto por questões e premissas relativas às atividades relacionadas à governança e que abrangem critérios relevantes para mensurá-la.

As questões objetivas deverão ser preenchidas selecionando, para cada questão apresentada, uma das opções de resposta a seguir, propostas de acordo com a escala de Likert (1 a 5 pontos).

Discordo Totalmente 1	Discordo Mais que Concordo 2	Concordo Parcialmente 3	Concordo Mais que Discordo 4	Concordo Totalmente 5
☐	☐	☐	☐	☐

As evidências que suportarão as respostas obtidas através deste instrumento serão oportunamente reunidas e mantidas à disposição da IDC, para verificação, consistência e aproveitamento organizacional no contexto da governança, caso seja de interesse da IDC.

Dados Descritivos da Organização

Dados da IDC

Nome da IDC:

Sigla da IDC:

Local da IDC:

Nome do Participante da Pesquisa:

Cargo do Participante da Pesquisa:

Nomenclatura do Participante da Pesquisa:

Telefone:

E-mail:

Abrangência de Atuação da IDC:

Municipal	Regional	Estadual	Nacional	Internacional
☐	☐	☐	☐	☐

i. De acordo com a sua percepção, a IDC na qual você atua, possui ações que envolvam o atingimento de objetivos coletivos, sempre em conjunto com outras organizações e de forma consensual, visando o desenvolvimento do turismo? Se sim, em qual grau (**baixo, médio, alto**)?

BLOCO 1: A COOPERAÇÃO

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Cooperação	Relações Cooperativas Relacionamentos Informais Redes Interorganizacionais	Gestão de Recursos - Isonomia Acessibilidade Parcerias Público-Privadas

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
1. Há compartilhamento de recursos (tempo, materiais, imateriais, financeiros, humanos etc.) disponíveis e necessários para a implementação das ações estratégicas coletivas.	☐	☐	☐	☐	☐
2. A alocação de recursos para estabelecer e sustentar programas é realizada de forma compartilhada.	☐	☐	☐	☐	☐
3. Os recursos compartilhados geram oportunidades aos parceiros através de seus esforços coletivos.	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Cooperação	Relações Cooperativas Relacionamentos Informais Redes Interorganizacionais	Gestão de Recursos - Isonomia Acessibilidade Parcerias Público-Privadas

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
4. Há acesso flexível aos recursos organizacionais internos, como informações, sistemas e documentos, relevantes ao desenvolvimento do turismo.	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Cooperação	Relações Cooperativas Relacionamentos Informais Redes Interorganizacionais	Gestão de Recursos - Isonomia Acessibilidade Parcerias Público-Privadas

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
5. Há parcerias em nível regional, estadual, nacional e/ou internacional.	☐	☐	☐	☐	☐
6. Ocorrem parcerias entre o setor público e o setor privado para definir estratégias de desenvolvimento do turismo.	☐	☐	☐	☐	☐
7. Ocorrem parcerias para captar recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à implementação de políticas públicas de desenvolvimento do turismo.	☐	☐	☐	☐	☐
8. Há casos em que há o envolvimento apenas do setor público para captação dos recursos financeiros.	☐	☐	☐	☐	☐
9. Há casos em que há o envolvimento apenas do setor privado para captação dos recursos financeiros.	☐	☐	☐	☐	☐

BLOCO 2: A COORDENAÇÃO

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
10. As reuniões entre os representantes das IDCs são realizadas periodicamente e em datas previamente programadas, exceto em casos eventuais, sob pressão popular ou em situações de emergência.	☐	☐	☐	☐	☐
11. Participam das reuniões todos os participantes da rede de governança (atores públicos e <i>stakeholders</i>), ou pelo menos o quorum mínimo para validar as deliberações.	☐	☐	☐	☐	☐
12. As reuniões incluem na agenda, como assunto central, as estratégias coletivas ou planos de ação coletivos de desenvolvimento do turismo.	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
13. A partir das reuniões são elaborados planos de desenvolvimento do Turismo com enfoque na sustentabilidade.	☐	☐	☐	☐	☐
14. São gerados registros que orientem as ações desta IDC visando o desenvolvimento sustentável do turismo.	☐	☐	☐	☐	☐
15. Há um acervo documental que contempla o planejamento, os papéis e responsabilidades pela implementação, monitoramento, comunicação e recursos requeridos com vistas às políticas de desenvolvimento do turismo.	☐	☐	☐	☐	☐
16. Há documentos que formalizam os objetivos e metas a serem alcançadas e a frequência com as quais as atividades são realizadas em parceria com outros atores e organizações.	☐	☐	☐	☐	☐
17. Há documentos como normas e procedimentos (Exemplo: Código de Ética) detalhando os comportamentos permitidos e os comportamentos vedados, além de sanções para os participantes, em caso de oportunistas.	☐	☐	☐	☐	☐
18. Os participantes têm conhecimento e acesso aos documentos que contêm orientações sobre os comportamentos permitidos e vedados a eles.	☐	☐	☐	☐	☐
19. Dispõe atualizado o inventário de demanda turística contemplando as variáveis expostas no Estudo de Categorização do Turismo, segundo o Mapa do Turismo (Meios de Hospedagem e Visitantes).	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
20. A atuação interna desta IDC viabiliza a democratização e descentralização das ações.	☐	☐	☐	☐	☐
21. São desenvolvidas ações educacionais com base no Desenvolvimento Sustentável da organização, buscando mitigar riscos (custos, tempo, inatividade, improbidade, desperdícios etc.).	☐	☐	☐	☐	☐
22. São estabelecidas ações para minimizar os conflitos de interesses que possam influenciar as suas decisões.	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
23. É promovida a divulgação do calendário de reuniões, eventos e campanhas, de interesse a todos os participantes da rede de governança e comunidade, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.).	☐	☐	☐	☐	☐
24. As ações produzidas, relativas à formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento do turismo, e os resultados dessas ações são publicados ou amplamente divulgados nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.).	☐	☐	☐	☐	☐
25. São adotados princípios de transparência e prestação de contas para divulgação à sociedade, nos principais meios de comunicação (internet, sites institucionais, redes sociais etc.).	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e Feedback Tomada de Decisões – Consenso

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
26. É adotado sistema de autoavaliação vinculado aos resultados planejados.	☐	☐	☐	☐	☐
27. A avaliação dos resultados (<i>feedback</i>) é apresentada aos participantes, em relação aos aspectos positivos e negativos desses resultados.	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Coordenação	Planejamento Formalização Controle Orientação Direcionamento Deliberação	Reuniões (Assembleias – Audiências – Seminários etc.) Documental (Atas, Memorandos, Código de Ética etc.) Sistema de Gestão de Riscos e Conflito de Interesses Ferramentas de Divulgação Autoavaliação e <i>Feedback</i> Tomada de Decisões – Consenso

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
28. Os participantes se sentem capazes para tomar decisões que visem: direcionar, deliberar e monitorar ações coletivas.	☐	☐	☐	☐	☐
29. As decisões são tomadas por meio de consenso.	☐	☐	☐	☐	☐
30. As decisões são tomadas através de votação.	☐	☐	☐	☐	☐
31. Há uma postura de gestão descentralizada promovendo participações mais horizontais nas atividades relevantes ao desenvolvimento turístico.	☐	☐	☐	☐	☐

BLOCO 3: A COLABORAÇÃO

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
32. São fortalecidas as habilidades (iniciativa, liderança, sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) intraorganizacional.	☐	☐	☐	☐	☐
33. São fortalecidas as habilidades (sustentabilidade, trabalho em equipe, prestação de contas) interorganizacional junto à comunidade civil e às estruturas de turismo regional e nacional (SETUR, MTur etc.).	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
34. Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar o clima intraorganizacional, as condições do trabalho cotidiano, o comprometimento mútuo e, consequentemente, o desempenho das ações coletivas.	☐	☐	☐	☐	☐
35. Há promoção da interação e do bom relacionamento com o objetivo de melhorar o clima interorganizacional, as condições do trabalho cotidiano, o comprometimento mútuo e, consequentemente, o desempenho das ações coletivas.	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
36. Os interesses coletivos se sobressaem aos interesses individuais.	☐	☐	☐	☐	☐

37. Todos os participantes da rede são engajados no processo de implementação das ações coletivas, buscando produzir esforços mútuos e resultados amplamente apoiados.	☐	☐	☐	☐	☐
38. Há o engajamento dos participantes visando transparência nas relações de reciprocidade com vistas ao desenvolvimento sustentável do turismo.	☐	☐	☐	☐	☐
39. Há o engajamento dos participantes da rede em políticas públicas transversais, multidisciplinares e descentralizadas.	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
40. O seu posicionamento nas deliberações coletivas de desenvolvimento do turismo é acolhido e contemplado.	☐	☐	☐	☐	☐
41. As intervenções dos outros participantes da rede nas deliberações coletivas de desenvolvimento do turismo são igualitárias.	☐	☐	☐	☐	☐
42. As ações coletivas para o desenvolvimento do turismo são atribuídas sempre aos mesmos participantes.	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
43. Há abertura de diálogos permeados por visões distintas com vistas a construir habilidades de mudar, inovar e promover pluralidade às ações conjuntas norteadas pelo consenso e não pela coerção.	☐	☐	☐	☐	☐
44. Através da rede de governança têm sido atingidos os resultados concretos a partir das ações conjuntas.	☐	☐	☐	☐	☐
45. A implementação das ações conjuntas tem propiciado o fortalecimento da rede de governança.	☐	☐	☐	☐	☐
46. Há interação entre os participantes e organizações da rede de governança visando ações coletivas de longo prazo.	☐	☐	☐	☐	☐

Indicador	Categorias de Verificação	Descrição (Subcategorias)
Colaboração	Formalização Informalização Reciprocidade Confiança Ações Conjuntas Autoridades Compartilhadas	Comprometimento Interatividade Engajamento Legitimidade – Estabilidade Implementação Institucionalização

Na presente Instância Deliberativa Coletiva (IDC)	1	2	3	4	5
47. Existe um clima de confiança e reciprocidade entre todos os participantes da rede de governança, levando-os a assumir riscos compartilhados.	☐	☐	☐	☐	☐

ii. Considerando a sua atual posição na IDC na qual representa e a sua relação com os participantes de outras IDCs, quais as ações poderiam ser adotadas para melhorar o desenvolvimento do turismo a partir da governança?

iii. Poderia me recomendar outro(s) parceiro(s) ou IDC(s) que também possa(m) contribuir com esta pesquisa?

Caracterização Sociodemográfica

Dados relativos ao Representante da IDC

1. Sexo

1 – ()	Feminino
2 – ()	Masculino

2. Idade

_____ anos.

3. Tipo de trabalho desempenhado na IDC

1 – ()	Remunerado
2 – ()	Não Remunerado

4. Se Remunerado, indique a sua renda bruta mensal

1 – ()	Até R\$ 998,00
2 – ()	De R\$ 998,01 a R\$ 1.996,00
3 – ()	De R\$ 1.996,01 a R\$ 4.990,00
4 – ()	De R\$ 4.990,01 a R\$ 7.984,00
5 – ()	De R\$ 7.984,01 a R\$ 9.980,00
6 – ()	De R\$ 9.980,01 a R\$ 19.960,00
7 – ()	Acima de R\$ 19.960,01

5. Tempo que desempenha atividade na IDC

1 – ()	Até 1 ano
2 – ()	De 1 a 2 anos
3 – ()	De 2 a 5 anos
4 – ()	De 5 a 10 anos
5 – ()	Mais de 10 anos

6. Escolaridade

1 – ()	Ensino Fundamental Incompleto
2 – ()	Ensino Fundamental Completo

3 – ()	Ensino Médio Completo
4 – ()	Ensino Superior Completo
5 – ()	Pós Graduação (Lato Sensu) Completo
6 – ()	Pós Graduação (Stricto Sensu, Nível Mestrado) Completo
7 – ()	Pós Graduação (Stricto Sensu, Nível Doutorado) Completo
8 – ()	Pós Doutorado

7. Área de Formação

--

8. Representante de qual Organização?

--

Obrigado por participar da pesquisa.

Elias Mediotte

APÊNDICE B. Modelo de Entrevista com roteiro semiestruturado aplicado no COMTUR OE3 (Analisar a relação do planejamento turístico com a governança identificada nas IDCs do município em estudo)

Hoje, dia ____ de ____ de 2019, às ____:____ estou iniciando a entrevista relativa à pesquisa **AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA EM INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS COLETIVAS E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES (MG)** – pesquisa de dissertação de mestrado de Elias Mediotte, da Universidade Federal de Viçosa, com:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados Descritivos da Organização

Dados da IDC	
Nome da IDC:	Conselho Municipal de Turismo
Sigla da IDC:	COMTUR
Local da IDC:	Tiradentes (MG)
Nome do Participante da Pesquisa:	
Cargo do Participante da Pesquisa:	
Nomenclatura do Participante da Pesquisa:	
Telefone:	
E-mail:	

_____, você autoriza a gravação desta entrevista, bem como a utilização das informações na pesquisa supracitada e em outros estudos vinculados a esta, com a garantia de que será mantida a confidencialidade e a sua privacidade?

i. Você é natural de Tiradentes? Participa de outras instâncias/organizações no município?

1. Você considera o turismo como a principal atividade econômica do município? Qual o tipo de turismo é realizado em Tiradentes?

2. Na sua opinião, quais são os principais efeitos positivos do desenvolvimento do turismo para a população de Tiradentes? E quais considera como efeitos negativos?

3. Como esses efeitos têm sido discutidos através do planejamento do turismo pelo COMTUR?
4. O que é a sua Organização para a IDC que você representa (qual o seu papel e as suas atribuições)?
- 4.1. O que é a sua Organização para o turismo em Tiradentes? (qual o seu papel e as suas atribuições)?
- 4.2. As reuniões que discutem o planejamento do turismo e as ações provenientes dessas reuniões são formalizadas? Como e onde são armazenadas? Estão disponíveis para o público em geral?

BLOCO 1 – DIMENSÃO ECONÔMICA

5. Quais as principais atrações turísticas de maior captação de recursos financeiros e movimentação da economia no município?
6. Para onde são destinados os recursos provenientes da arrecadação de receitas do município? De onde vêm essas receitas? Onde esses recursos são alocados?
7. Os preços dos produtos e serviços provenientes da atividade turística são acessíveis aos moradores locais? Se não, o que pode ser feito para que os moradores locais tenham os mesmos acessos que os turistas?
8. Esta IDC propõe programa(s) de incentivo à geração de renda e empregos vinculados ao turismo para os moradores locais? Se sim, qual(is) seria(m) esse(s) programa(s)? Se não, justifique a sua resposta.
9. Que tipo de estímulos são promovidos para que os produtos locais sejam consumidos e valorizados, tanto para os moradores locais como para os turistas? E quais ações são realizadas, a partir das proposições desta IDC, para movimentar a economia no município?

BLOCO 2 – DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

10. Com relação ao patrimônio natural, histórico e cultural, como estes temas entram nas pautas do planejamento do turismo? O que tem sido feito para conscientizar as pessoas sobre o seu papel para a conservação desse patrimônio?
11. Na sua opinião, Tiradentes é um município seguro? De que forma o termo segurança tem sido contemplado no planejamento do turismo pelo COMTUR?
12. Na sua opinião, a saúde tem sido assunto do planejamento do turismo pelo COMTUR? De que forma? O que tem sido feito para que todos os cidadãos tenham acesso à saúde de qualidade?
13. Existem projetos que visem desenvolver atividades recreativas para a comunidade local? Quais? Quem desenvolve e fomenta esses projetos?

14. O que o município tem feito, por meio das ações propostas por esta IDC, para promover a valorização das tradições culturais dos moradores nativos? Na sua opinião, a comunidade local se sente privilegiada em ter o município como um destino turístico? Justifique a sua resposta.

15. Todos os atores que atuam com o planejamento do desenvolvimento do turismo, em especial nesta IDC, são devidamente treinados e capacitados? Justifique a sua resposta.

BLOCO 3 – DIMENSÃO AMBIENTAL

16. Existe um planejamento de demanda turística visando não sobrecarregar o espaço territorial do município (por exemplo, de visitantes e de transportes) em períodos de grandes eventos? Se sim, quais as ações resultantes desses planos?

17. Caso haja o aumento de fluxo turístico em períodos atípicos, a infraestrutura básica e turística do município está adequada para receber os turistas? Se sim, quais são as ações provenientes do planejamento turístico acerca desse assunto? Se não, por quê?

18. De que forma a gestão de crises climáticas e desastres ambientais tem sido debatida no planejamento do turismo?

19. Como o turismo tem sido planejado para evitar que a atividade turística possa promover poluições (visual, do ar, da água e da terra) e mudanças no cenário local?

20. De que forma o município tem se comprometido com a coleta de lixo e reciclagem de resíduos? Como e com qual frequência esse assunto tem entrado nas ações de planejamento turístico na cidade, através desta IDC?

FECHAMENTO

21. Na sua opinião, de que forma o planejamento do turismo tem contribuído para o desenvolvimento do turismo em Tiradentes? E quais ações poderiam ser adotadas para maximizar a sustentabilidade do turismo no município?

22. Quais ações na qual você considera de suma importância para o desenvolvimento do turismo, em Tiradentes, que você já propôs e que não foram contempladas nas deliberações da IDC? Por quê?

23. De modo geral, como você avalia a sua atuação, enquanto representante desta IDC, no processo de planejamento de ações que visem o desenvolvimento do turismo em Tiradentes?

Poderia dizer o que achou da entrevista? Sobre o formato e a distribuição das questões. O que achou das questões? E como a entrevista foi conduzida...

APÊNDICE C. Modelo de Entrevista com roteiro semiestruturado aplicado no COMDUR OE3 (Analisar a relação do planejamento turístico com a governança identificada nas IDCs do município em estudo)

Hoje, dia ____ de Julho de 2019, às ____:____ estou iniciando a entrevista relativa à pesquisa AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA EM INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS COLETIVAS E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES (MG) – pesquisa de dissertação de mestrado de Elias Mediotte, da Universidade Federal de Viçosa, com:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados Descritivos da Organização

Dados da IDC	
Nome da IDC:	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
Sigla da IDC:	COMDUR
Local da IDC:	Tiradentes - MG
Nome do Participante da Pesquisa:	
Cargo do Participante da Pesquisa:	
Nomenclatura do Participante da Pesquisa:	
Telefone:	
E-mail:	

_____, você autoriza a gravação desta entrevista, bem como a utilização das informações na pesquisa supracitada e em outros estudos vinculados a esta, com a garantia de que será mantida a confidencialidade e a sua privacidade?

- i. Você é natural de Tiradentes? Participa de outras instâncias/organizações no município?
 1. Você considera o turismo como a principal atividade econômica do município? Qual o tipo de turismo é realizado em Tiradentes?
 2. Na sua opinião, quais são os principais efeitos positivos do desenvolvimento do turismo para a população de Tiradentes? E quais considera como efeitos negativos?
 3. Como esses efeitos têm sido discutidos através do planejamento do turismo pelo COMDUR?

4. O que é a sua Organização para a IDC que você representa (qual o seu papel e as suas atribuições)?

4.1. O que é a sua Organização para o turismo em Tiradentes? (qual o seu papel e as suas atribuições)?

4.2. As reuniões que discutem o planejamento do turismo e as ações provenientes dessas reuniões são formalizadas? Como e onde são armazenadas? Estão disponíveis para o público em geral?

BLOCO 1 – DIMENSÃO ECONÔMICA

5. Quais as principais atrações turísticas de maior captação de recursos financeiros e movimentação da economia no município?

6. Para onde são destinados os recursos provenientes da arrecadação de receitas do município? De onde vêm essas receitas? Onde esses recursos são alocados?

7. Os preços dos produtos e serviços provenientes da atividade turística são acessíveis aos moradores locais? Se não, o que pode ser feito para que os moradores locais tenham os mesmos acessos que os turistas?

8. Esta IDC propõe programa(s) de incentivo à geração de renda e empregos vinculados ao turismo para os moradores locais? Se sim, qual(is) seria(m) esse(s) programa(s)? Se não, justifique a sua resposta.

9. Que tipo de estímulos são promovidos para que os produtos locais sejam consumidos e valorizados, tanto para os moradores locais como para os turistas? E quais ações são realizadas, a partir das proposições desta IDC, para movimentar a economia no município?

BLOCO 2 – DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

10. Com relação ao patrimônio natural, histórico e cultural, como estes temas entram nas pautas do planejamento do turismo? O que tem sido feito para conscientizar as pessoas sobre o seu papel para a conservação desse patrimônio?

11. Na sua opinião, Tiradentes é um município seguro? De que forma o termo segurança tem sido contemplado no planejamento do turismo pelo COMDUR?

12. Na sua opinião, a saúde tem sido assunto do planejamento do turismo pelo COMDUR? De que forma? O que tem sido feito para que todos os cidadãos tenham acesso à saúde de qualidade?

13. Existem projetos que visem desenvolver atividades recreativas para a comunidade local? Quais? Quem desenvolve e fomenta esses projetos?

14. O que o município tem feito, por meio das ações propostas por esta IDC, para promover a valorização das tradições culturais dos moradores nativos? Na sua opinião, a comunidade local se sente privilegiada em ter o município como um destino turístico? Justifique a sua resposta.

15. Todos os atores que atuam com o planejamento do desenvolvimento do turismo, em especial nesta IDC, são devidamente treinados e capacitados? Justifique a sua resposta.

BLOCO 3 – DIMENSÃO AMBIENTAL

16. Existe um planejamento de demanda turística visando não sobrecarregar o espaço territorial do município (por exemplo, de visitantes e de transportes) em períodos de grandes eventos? Se sim, quais as ações resultantes desses planos?

17. Caso haja o aumento de fluxo turístico em períodos atípicos, a infraestrutura básica e turística do município está adequada para receber os turistas? Se sim, quais são as ações provenientes do planejamento turístico acerca desse assunto? Se não, por quê?

18. De que forma a gestão de crises climáticas e desastres ambientais tem sido debatida no planejamento do turismo?

19. Como o turismo tem sido planejado para evitar que a atividade turística possa promover poluições (visual, do ar, da água e da terra) e mudanças no cenário local?

20. De que forma o município tem se comprometido com a coleta de lixo e reciclagem de resíduos? Como e com qual frequência esse assunto tem entrado nas ações de planejamento turístico na cidade, através desta IDC?

FECHAMENTO

21. Na sua opinião, de que forma o planejamento do turismo tem contribuído para o desenvolvimento do turismo em Tiradentes? E quais ações poderiam ser adotadas para maximizar a sustentabilidade do turismo no município?

22. Quais ações na qual você considera de suma importância para o desenvolvimento do turismo, em Tiradentes, que você já propôs e que não foram contempladas nas deliberações da IDC? Por quê?

23. De modo geral, como você avalia a sua atuação, enquanto representante desta IDC, no processo de planejamento de ações que visem o desenvolvimento do turismo em Tiradentes?

Poderia dizer o que achou da entrevista? Sobre o formato e a distribuição das questões. O que achou das questões? E como a entrevista foi conduzida...

APÊNDICE D. Modelo de Entrevista com roteiro semiestruturado aplicado AFAT

OE3 (Analisar a relação do planejamento turístico com a governança identificada nas IDCs do município em estudo)

Hoje, dia ____ de Julho de 2019, às ____:____ estou iniciando a entrevista relativa à pesquisa AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA EM INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS COLETIVAS E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES (MG) – pesquisa de dissertação de mestrado de Elias Mediotte, da Universidade Federal de Viçosa, com:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados Descritivos da Organização

Dados da Instância Deliberativa Coletiva (IDC)

Nome da IDC:	Associação Feira de Artesanatos de Tiradentes
Sigla da IDC:	AFAT
Local da IDC:	Tiradentes - MG
Nome do Participante da Pesquisa:	
Cargo do Participante da Pesquisa:	
Nomenclatura do Participante da Pesquisa:	
Telefone:	
E-mail:	

_____, você autoriza a gravação desta entrevista, bem como a utilização das informações na pesquisa supracitada e em outros estudos vinculados a esta, com a garantia de que será mantida a confidencialidade e a sua privacidade?

i. Você é natural de Tiradentes? Participa de outras instâncias/organizações no município?

1. Você considera o turismo como a principal atividade econômica do município? Qual o tipo de turismo é realizado em Tiradentes?

2. Na sua opinião, quais são os principais efeitos positivos do desenvolvimento do turismo para a população de Tiradentes? E quais considera como efeitos negativos?

3. Como esses efeitos têm sido discutidos através do planejamento do turismo pela AFAT?

4. O que é a sua pessoa para a Associação que você representa (qual o seu papel e as suas atribuições)?

4.1. O que é a sua Associação para o turismo em Tiradentes? (qual o seu papel e as suas atribuições)?

4.2. As reuniões que discutem o planejamento do turismo e as ações provenientes dessas reuniões são formalizadas? Como e onde são armazenadas? Estão disponíveis para o público em geral?

BLOCO 1 – DIMENSÃO ECONÔMICA

5. Quais as principais atrações turísticas de maior captação de recursos financeiros e movimentação da economia no município?

6. Para onde são destinados os recursos provenientes da arrecadação de receitas da Associação? De onde vêm essas receitas? Onde esses recursos são alocados?

7. Os preços dos produtos e serviços provenientes da atividade turística são acessíveis aos moradores locais? O que tem sido feito, por intermédio da associação para que os moradores locais tenham os mesmos acessos que os turistas, relativos aos produtos produzidos pelos artesãos e consequentemente comercializados no município?

8. Esta Associação propõe programa(s) de incentivo à geração de renda e empregos vinculados ao turismo para os moradores locais? Se sim, qual(is) seria(m) esse(s) programa(s)? Se não, justifique a sua resposta.

9. Que tipo de estímulos são promovidos para que os produtos de origem local sejam consumidos e valorizados, tanto para os moradores locais como para os turistas? E quais ações são realizadas, a partir das proposições desta Associação, para movimentar a economia no município?

BLOCO 2 – DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

10. Com relação ao patrimônio natural, histórico e cultural, como estes temas entram nas pautas do planejamento do turismo pela associação? O que tem sido feito para conscientizar os associados sobre o seu papel para a conservação desse patrimônio?

11. Na sua opinião, Tiradentes é um município seguro? De que forma o termo segurança tem sido contemplado no planejamento do turismo?

12. Na sua opinião, a saúde tem sido assunto do planejamento do turismo? De que forma? O que tem sido feito para que todos os associados tenham acesso facilitado à saúde de qualidade?

13. Existem projetos que visem desenvolver atividades recreativas para os associados? Quais? Quem desenvolve e fomenta esses projetos? Gestão Pública (Quem?), Setor Privado (através da associação) ou ambos?

14. O que tem sido feito, por meio das ações propostas por esta Associação, para promover a valorização das tradições culturais dos moradores nativos? Na sua opinião, a comunidade local, especificamente os associados, se sente privilegiada em ter o município como um destino turístico? Justifique a sua resposta.

15. Todos os participantes que atuam com o planejamento do desenvolvimento do turismo, em especial nesta Associação, são devidamente treinados e capacitados? Justifique a sua resposta.

BLOCO 3 – DIMENSÃO AMBIENTAL

16. Existe um planejamento de demanda turística visando não sobrecarregar o espaço territorial do município (por exemplo, excesso de feirantes, apropriação indevida das vias públicas) em períodos de grandes eventos? Se sim, quais as ações resultantes desses planos?

17. Caso haja o aumento de fluxo turístico em períodos atípicos, a infraestrutura básica (banheiros, rede de energia elétrica, de água) da feira está adequada para receber os turistas? Se sim, quais são as ações provenientes do planejamento turístico acerca desse assunto? Se não, por quê?

18. A gestão de acidentes (fogo, curtos-circuitos, degradação do cenário paisagístico) que comprometam o patrimônio do município tem sido debatida no planejamento do turismo nesta Associação? Como?

19. Como o turismo tem sido planejado para evitar que a atividade turística realizada na feira seja responsável por poluições (visual, do ar, da água e da terra) e mudanças no cenário local?

20. De que forma a associação tem se comprometido com o tratamento de lixo e de resíduos? Como e com qual frequência esse assunto tem entrado nas ações de planejamento turístico, através desta Associação?

FECHAMENTO

21. Na sua opinião, de que forma o planejamento do turismo pela Associação tem contribuído para o desenvolvimento do turismo em Tiradentes? Que tipo de ações são planejadas e deliberadas por esta Associação que contribuem para o desenvolvimento do turismo em Tiradentes? E quais ações ainda poderiam ser adotadas para maximizar a sustentabilidade do turismo no município?

22. Quais ações na qual você considera de suma importância para o desenvolvimento do turismo, em Tiradentes, que você já propôs e que não foram contempladas nas deliberações da Associação? Por quê?

23. De modo geral, como você avalia a sua atuação, enquanto representante desta Associação, no processo de planejamento de ações que visem o desenvolvimento do turismo em Tiradentes?

Poderia dizer o que achou da entrevista? Sobre o formato e a distribuição das questões. O que achou das questões? E como a entrevista foi conduzida...

APÊNDICE E. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA EM INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS COLETIVAS E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES (MG). Nesta pesquisa pretendemos Avaliar a governança das Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs) que atuam no planejamento turístico do município de Tiradentes, MG, Brasil, bem como mapear as IDCs que atuam no setor turístico no município em estudo; identificar o grau de governança nas IDCs mapeadas; analisar a relação do planejamento turístico com a governança identificada nas IDCs do município em estudo.

O motivo que nos leva a estudar “a governança e o planejamento turístico é a busca por compreender a ação e o grau de cooperação, colaboração e coordenação existentes nas Instâncias Deliberativas Coletivas, de forma a relacionar sua atuação com o planejamento à luz do desenvolvimento sustentável”. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: “Pesquisa quantitativa e qualitativa através de questionário, entrevista com gravação de áudio, observação não participante, análise estatística descritiva. Utilizaremos o *Snowball* (bola de neve) que consiste, a partir de indicações do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Tiradentes (MG), identificarmos o maior número de IDCs no município. Também utilizaremos a análise de conteúdo para auxiliar na construção da análise dos resultados”.

Tanto as entrevistas quanto o preenchimento do questionário, serão realizados presencialmente, no município de Tiradentes (MG), preferencialmente em sua dependência de atuação, na qual opera como representante da Instância Deliberativa Coletiva (IDC), totalizando o tempo previsto de 90 minutos.

Por saber que a utilização de técnicas como questionários e entrevistas com gravação de áudio podem expor dados pessoais dos participantes da pesquisa ou mesmo inibi-los, inclusive pela observação não participante, a responder de maneira fiel a realidade, caso alguma dessas situações ocorra, por gentileza, fique à vontade em interromper a sua participação, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade. Os dados coletados serão tratados com confidencialidade, sendo analisados pelos pesquisadores envolvidos no estudo, podendo ser utilizados em outras pesquisas mantendo a mesma confidencialidade quanto às informações neles constantes. Cada participante das pesquisas será tratado por códigos e somente os pesquisadores saberão identificar, de modo a assegurar a privacidade do participante da pesquisa.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em “risco de exposição acidentalmente dos dados pessoais dos participantes da pesquisa; risco de inibição do participante da pesquisa frente à realidade, por receio de não expor o ambiente de atuação, por conter termos e expressões técnicos no questionário ou na entrevista, por cansaço eventual ou por embaraço intrínsecos ao próprio participante da pesquisa. Quanto à observação não participante, poderá haver risco de desconforto e inibição ou até mesmo constrangimento devido à sensação de estar sendo observado.” Para minimizar tais riscos, serão observados os devidos cuidados: explicar o objetivo, a natureza do trabalho e motivo de escolha do participante da pesquisa, garantir anonimato e sigilo, ponderar sobre conteúdo das perguntas, dar liberdade para que o participante da pesquisa se expresse livremente ao longo da entrevista.

Os benefícios da pesquisa poderão trazer respostas importantes tanto para a área acadêmica, para as Instâncias Deliberativas Coletivas (IDCs), e para a comunidade geral que atua ou que depende do turismo. Inclusive para os participantes da pesquisa, entre os benefícios do presente estudo destacam-se: contribuirão para permitir o avanço no conhecimento da complexidade das relações entre a governança local e o desenvolvimento turístico de Tiradentes (MG). Gerar informações que contribuirão para o crescimento e desenvolvimento do turismo local relativos ao processo de planejamento com enfoque na sustentabilidade, diante das evidências de governança presentes nas IDCs, visando demonstrar aos participantes dessas IDCs, através de diálogo e interdisciplinaridade, a forma como as deliberações são tomadas e às relações intra e interorganizacionais, além de esclarecer a forma que o turismo é planejado nessas IDCs a partir do desenvolvimento sustentável.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização, conforme dispõe a resolução

446/2012. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar

seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, em um HD externo que ficará em sua sala no Departamento de Administração e Contabilidade da UFV sob os cuidados do pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA EM INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS COLETIVAS E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES (MG) de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar, inclusive autorizo expressamente a gravação de áudio. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Se desejar outras informações sobre o projeto, entre em contato com o pesquisador responsável abaixo nominado.

Nome do Pesquisador Responsável: Magnus Luiz Emmendoerfer
Endereço: Av. P.H. Rolfs, s/n, Campus Universitário UFV, Departamento de Administração e Contabilidade. Viçosa, MG.
Telefone: (31)3612-7008
Email: magnus@ufv.br

Você está recebendo uma via do presente termo que se encontra de acordo com a **Resolução CNS 466/2012**.

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Viçosa
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
Cep: 36570-900 Viçosa/MG
Telefone: (31)3612-2316
Email: cep@ufv.br
www.cep.ufv.br

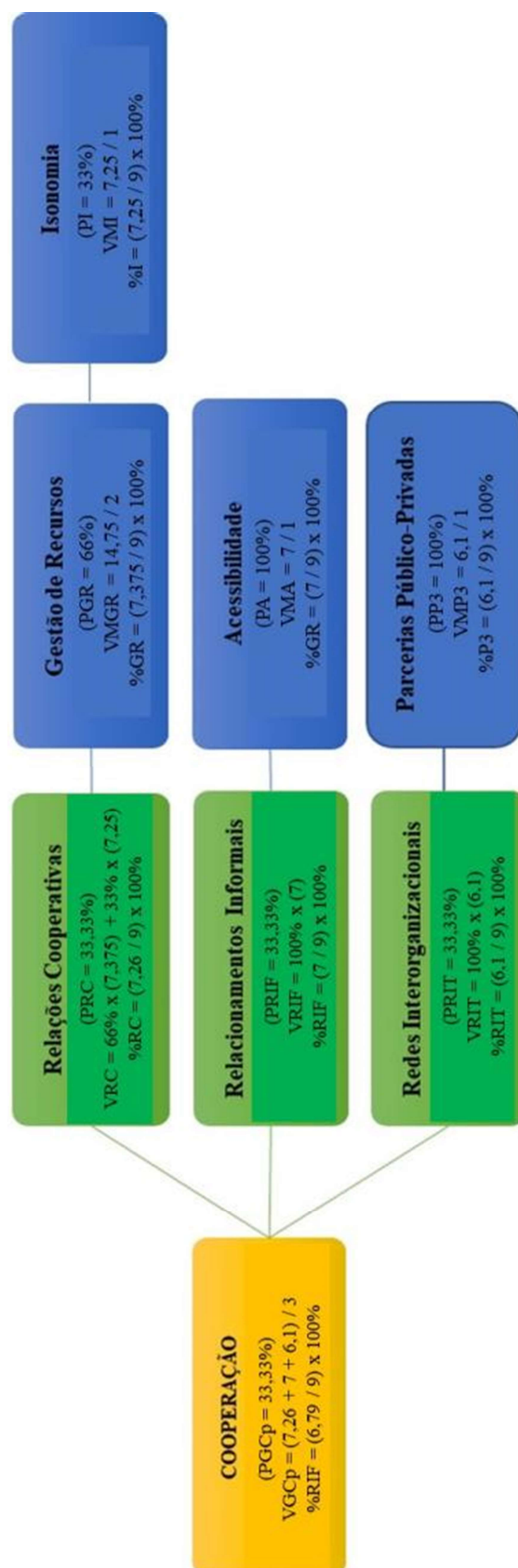
Tiradentes, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Participante

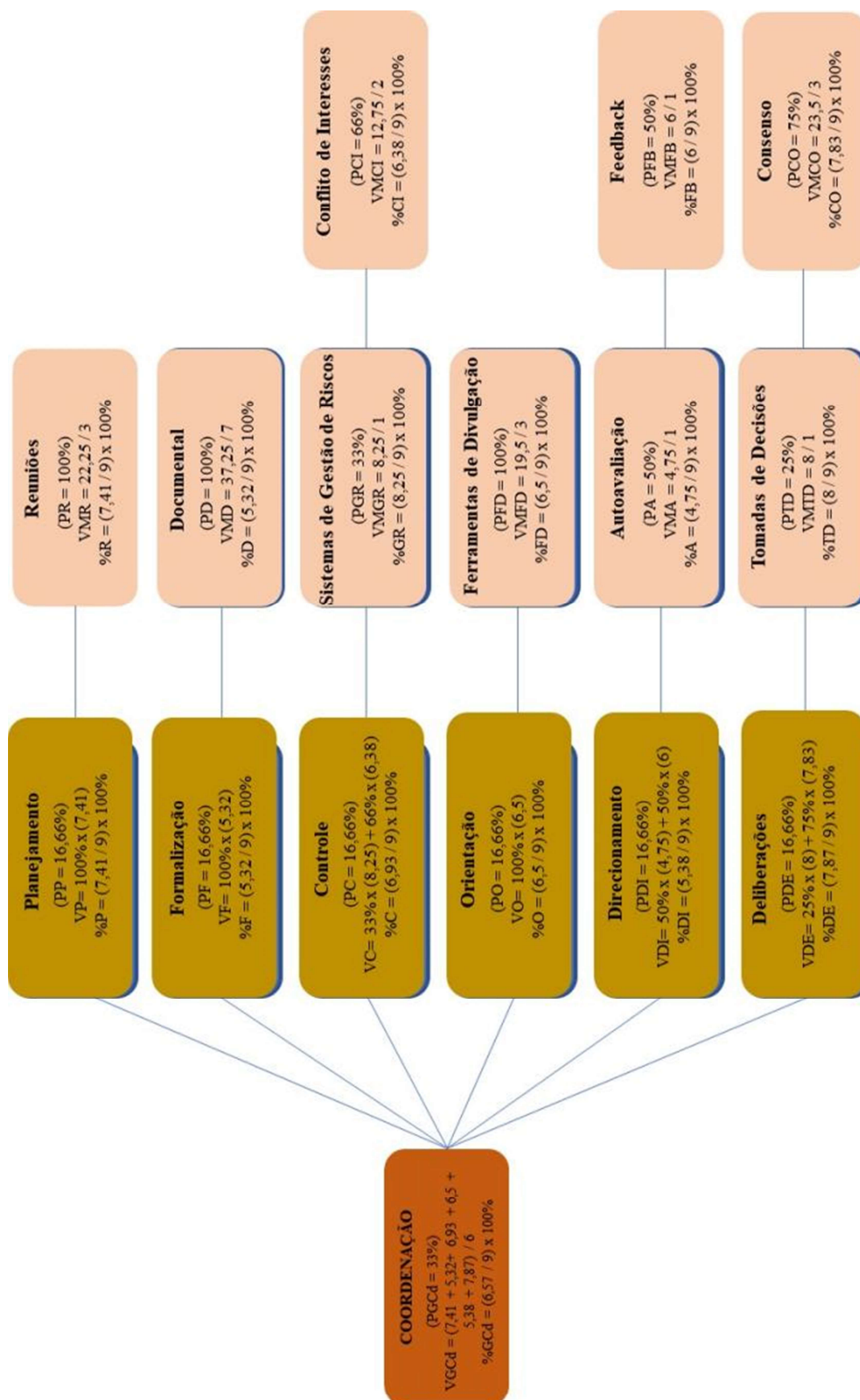
Assinatura do Pesquisador



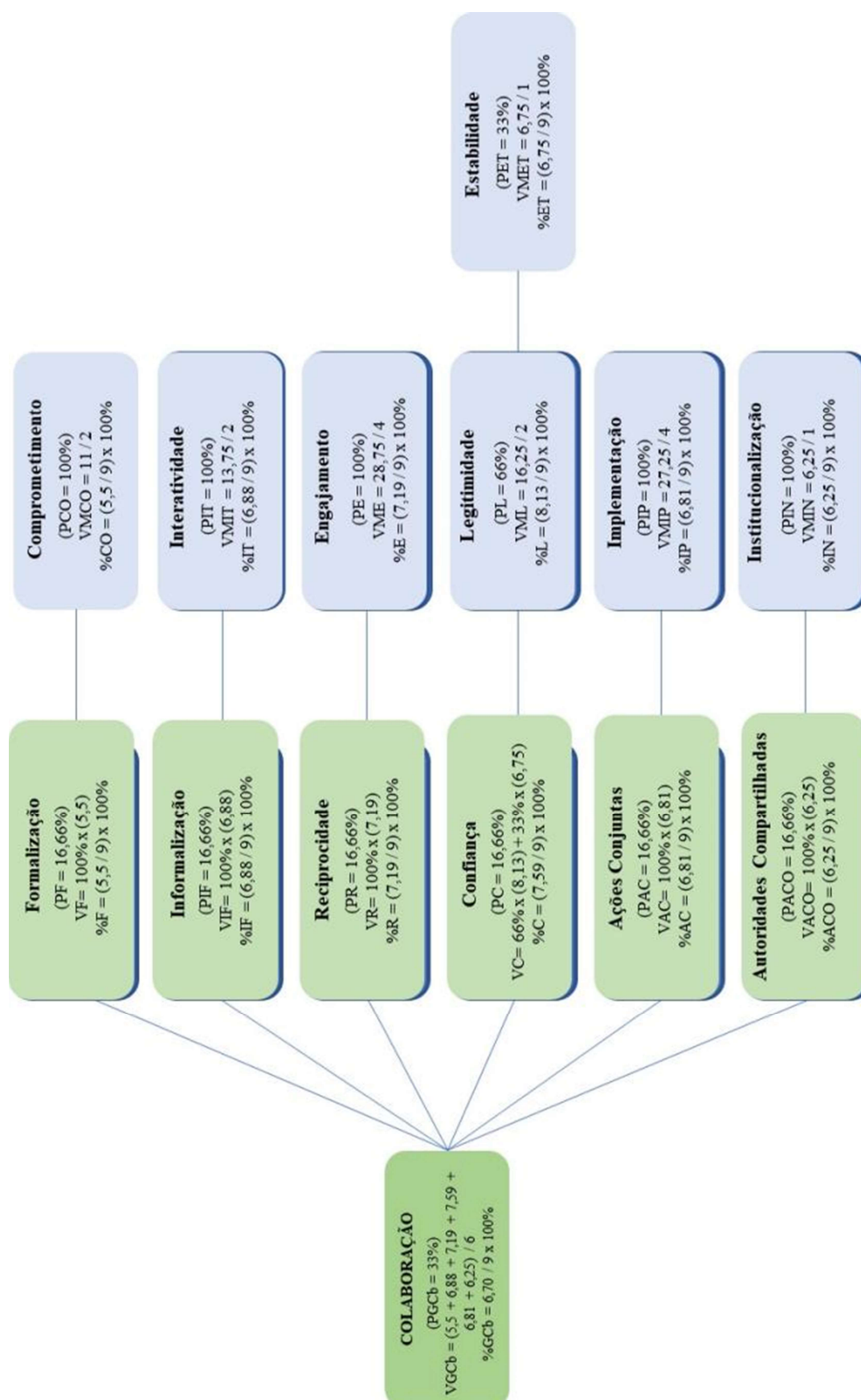
APÊNDICE F.: Cálculo de Mensuração do Grau de Governança – COMTUR
Indicador Cooperação



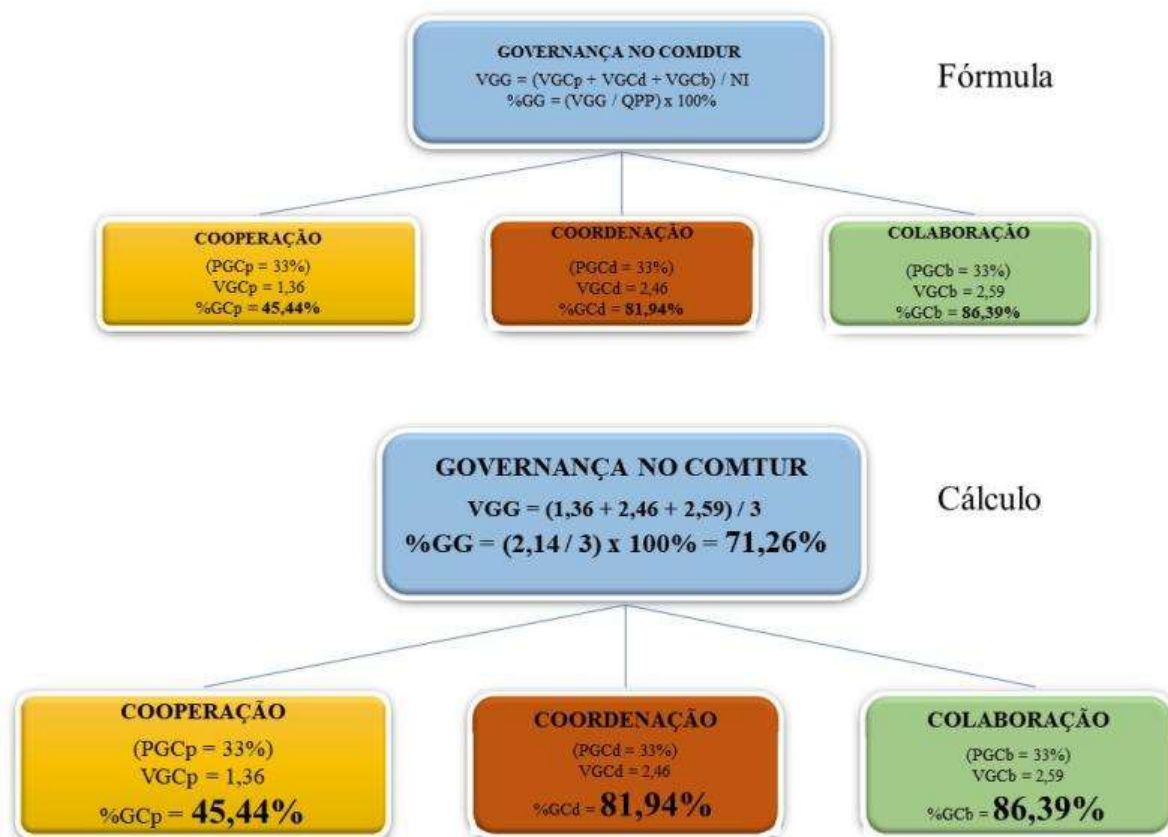
Indicador Coordenação



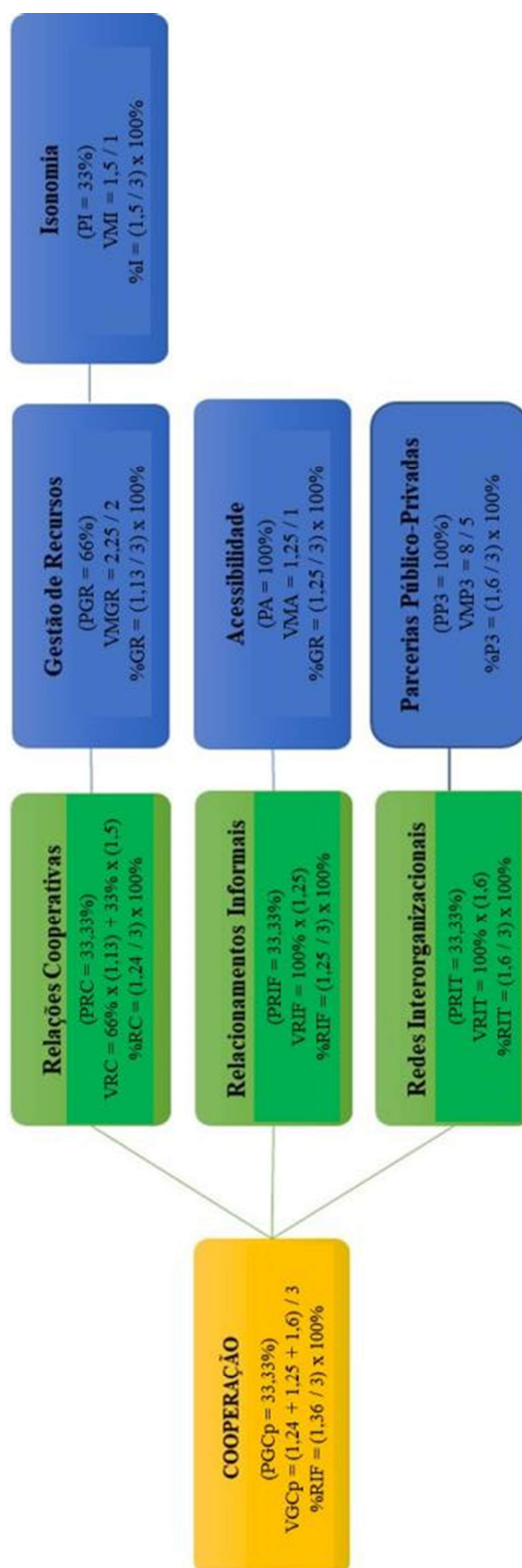
Indicador Colaboração



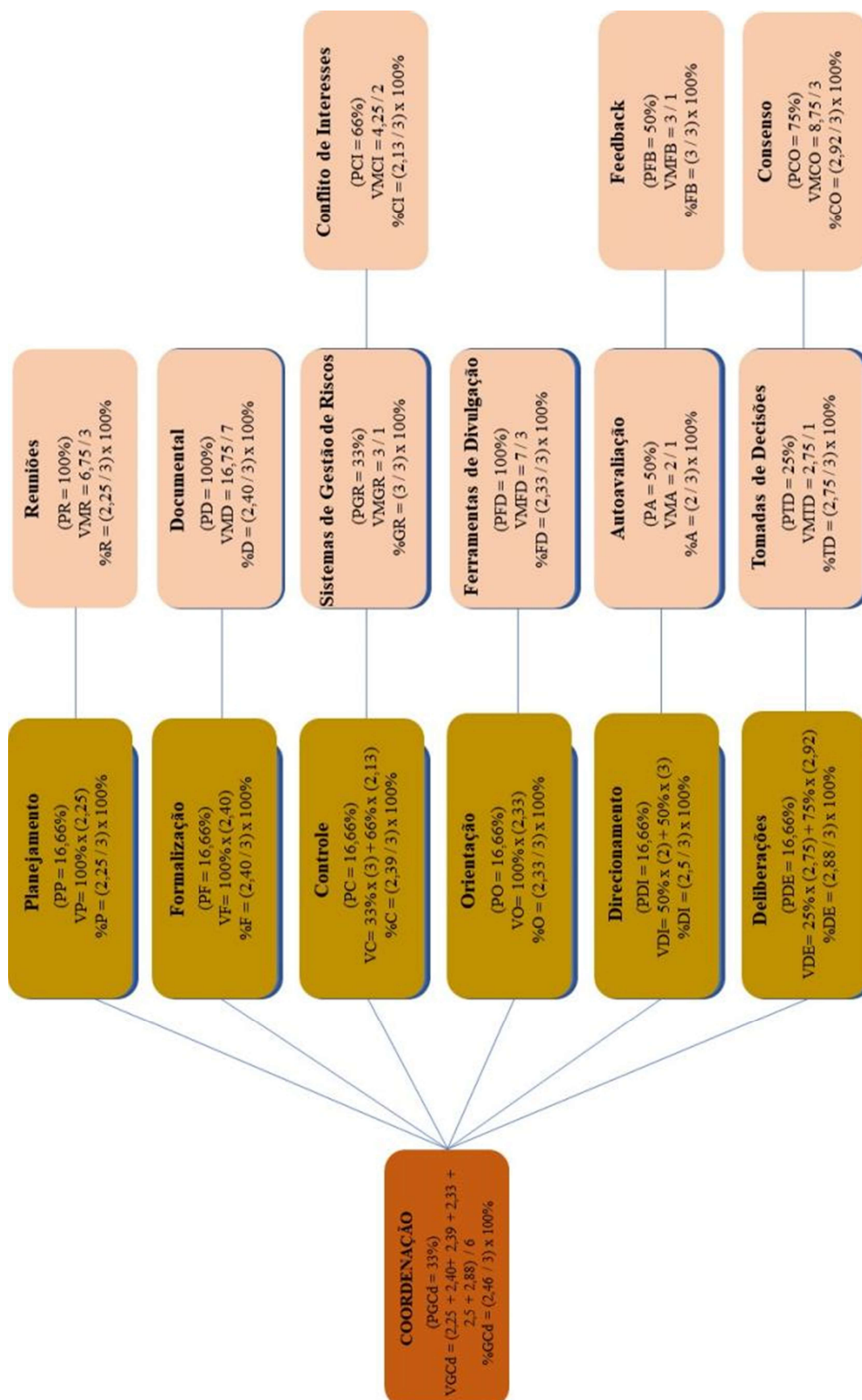
Governança no COMTUR



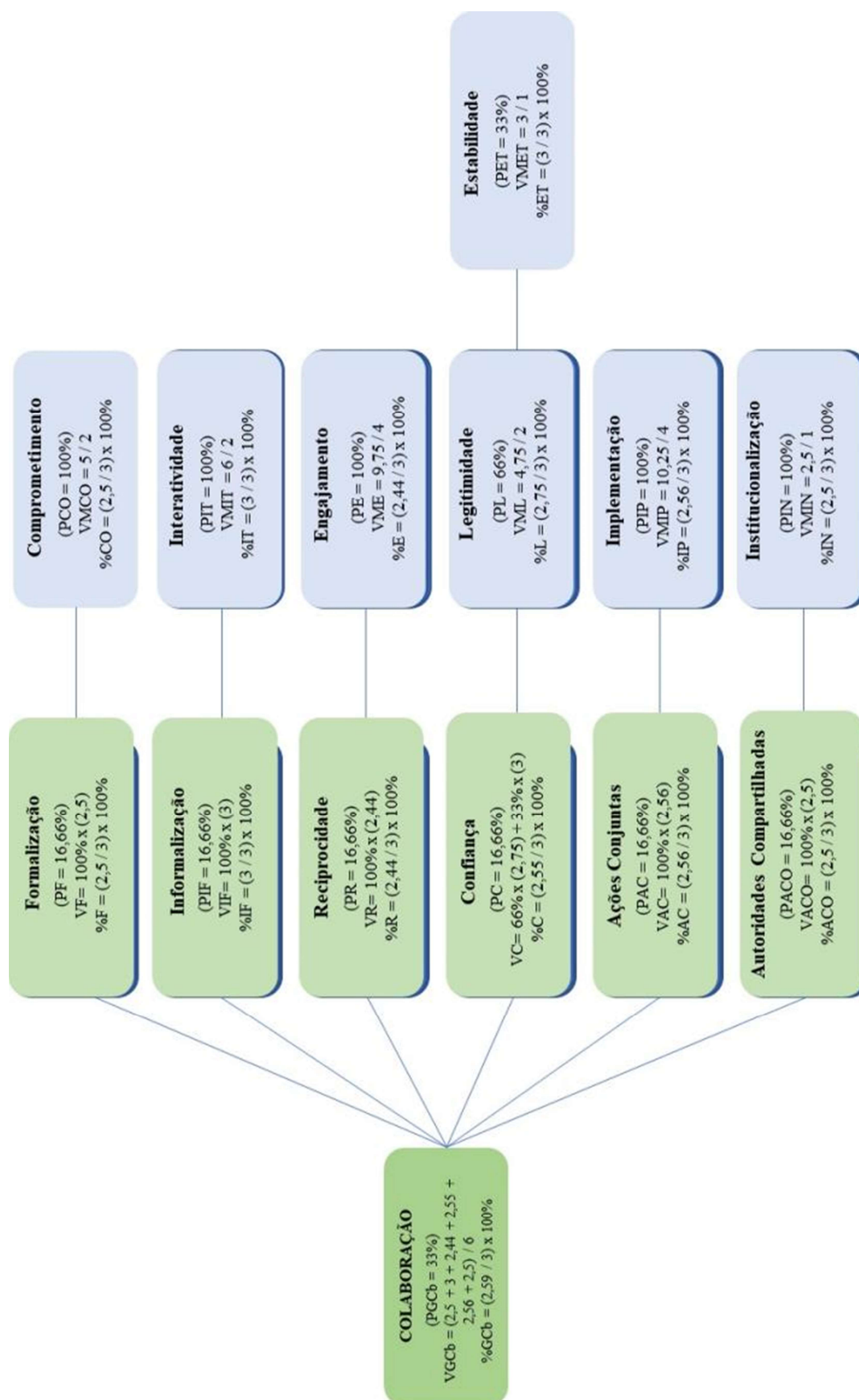
APÊNDICE G.: Cálculo de Mensuração do Grau de Governança – COMDUR
Indicador Cooperação



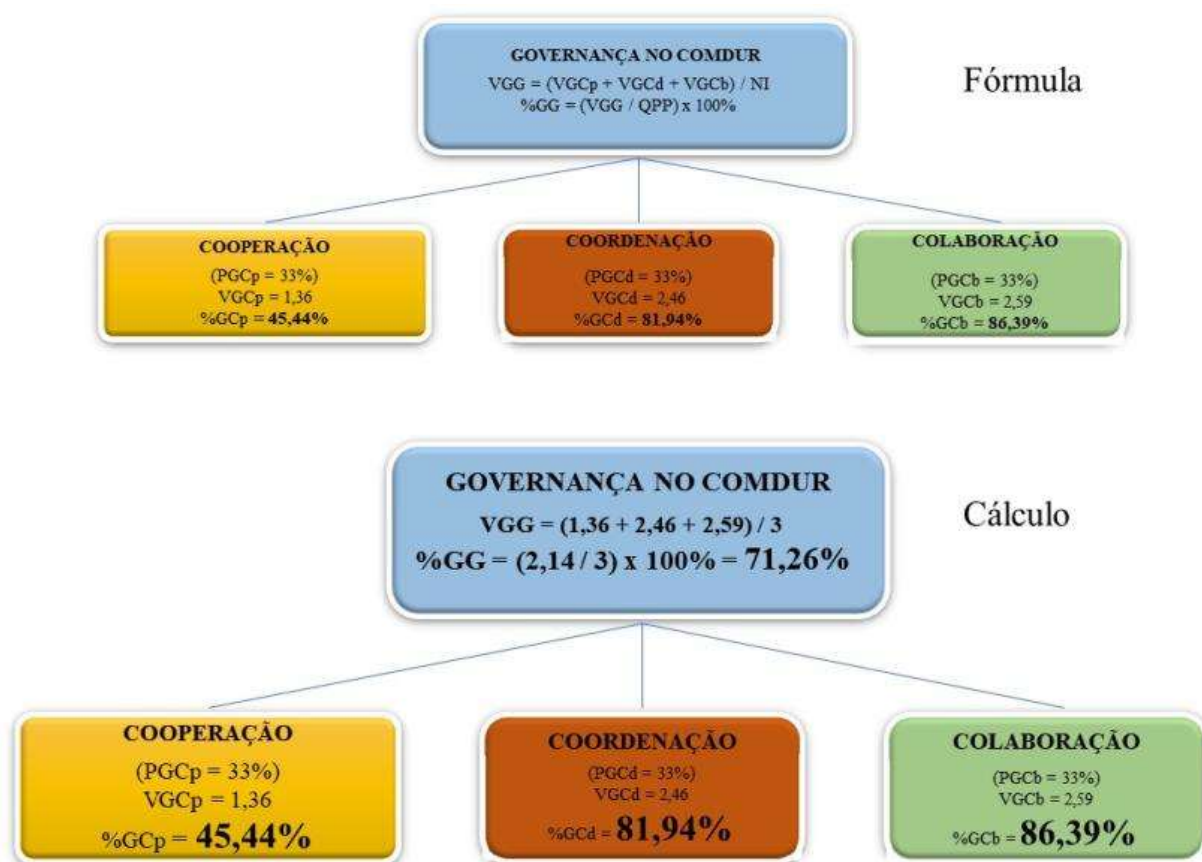
Indicador Coordenação



Indicador Colaboração



Governança no COMDUR



ANEXO A.: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Brasil – IBGE

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável a Nível Nacional		
Dimensão Ambiental	Tema	Indicadores
	Atmosfera	1 Emissões de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa. 2 Consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio. 3 Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas.
	Terra	4 Uso de fertilizantes 5 Uso de agrotóxicos 6 Terras em uso agrossilvipastoril 7 Queimadas e incêndios florestais 8 Desflorestamento na Amazônia Legal 9 Desmatamento nos biomas extra-amazônicos
	Água Doce	10 Qualidade de águas interiores
	Oceanos, Mares e Áreas Costeiras	11 Balneabilidade 12 População residente em áreas costeiras
	Biodiversidade	13 Espécies extintas e ameaçadas de extinção 14 Áreas protegidas 15 Espécies invasoras
	Saneamento	16 Acesso a abastecimento de água 17 Acesso a esgotamento sanitário 18 Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico 19 Tratamento de esgoto
Dimensão Social	População	20 Taxa de crescimento da população 21 Taxa de fecundidade total 22 Razão de dependência
	Trabalho e Rendimento	23 Índice de Gini da distribuição do rendimento 24 Taxa de desocupação 25 Rendimento domiciliar per capita 26 Rendimento médio mensal 27 Mulheres em trabalhos formais
	Saúde	28 Esperança de vida ao nascer 29 Taxa de mortalidade infantil 30 Prevalência de desnutrição total 31 Imunização contra doenças infecciosas infantis 32 Oferta de serviços básicos de saúde 33 Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado 34 Taxa de incidência de AIDS
	Educação	35 Taxa de frequência escolar 36 Taxa de alfabetização 37 Taxa de escolaridade da população adulta
	Habitação	38 Adequação de moradia
	Segurança	39 Coeficiente de mortalidade por homicídios 40 Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte
Dimensão Econômica	Quadro Econômico	41 Produto Interno Bruto - PIB per capita 42 Taxa de investimento 43 Balança comercial 44 Grau de endividamento 45 Consumo de energia per capita 46 Intensidade energética 47 Participação de fontes renováveis na oferta de energia 48 Consumo mineral per capita 49 Vida útil das reservas de petróleo e gás 50 Reciclagem 51 Rejeitos radioativos

Dimensão Institucional	Quadro Institucional	52 Ratificação de acordos globais 53 Legislação ambiental 54 Conselhos Municipais de Meio Ambiente 55 Comitês de Bacias Hidrográficas 56 Organizações da sociedade civil
	Capacidade Institucional	57 Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) 58 Fundo Municipal de Meio Ambiente 59 Acesso aos serviços de telefonia 60 Acesso à Internet 61 Agenda 21 Local ³⁸ 62 Patrimônio cultural 63 Articulações interinstitucionais dos municípios

Fonte: IBGE (2015).

³⁸ “A Agenda 21 é o documento resultante da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, mais conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra. Tal documento foi assinado por 178 países e possui como foco o desenvolvimento sustentável, ou seja, lança bases para repensar o papel que cada país tem no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente.” (IBGE, 2015, p. 266).

ANEXO B.: Modelo Internacional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Turismo

Indicadores de Desenvolvimento Turístico: Modelo Internacional		
Dimensão Econômica	Tema	Indicadores
	Emprego	1 Crescimento do emprego no turismo. 2 Taxa de desemprego. 3 Crescimento do emprego em geral.
	Distribuição de renda	4 Percentual de vazamento de renda da comunidade. 5 Ligações intersetoriais / parceria no turismo. 6 Empregadores e multiplicadores de renda sobre gastos com turismo. 7 Taxa de mudança de compra de produtos locais / valor e variedade. 8 Conteúdos de Importação. 9 Turismo como porcentagem da economia local.
	Formação de capital na comunidade / investimento	10 Percentual de estabelecimentos turísticos de propriedade de estrangeiros. 11 Percentual de reinvestimento de lucro / receita em desenvolvimento comunitário. 12 Disponibilidade de crédito local para empresas locais. 13 Oportunidades empreendedoras para os moradores locais. 14 Propriedade externa de negócios em geral. 15 Percentual de reinvestimento de lucro / receita na gestão e proteção de áreas naturais e culturais reservadas.
	Natureza da Demanda Turística	16 Percentual de visitantes repetidos 17 Sazonalidade do turismo / visitação turística
	Bem-Estar Econômico	18 Relação comparativa de salários no setor de turismo com o salário médio local. 19 Novo PIB (índice de bem-estar econômico sustentável). 20 Estabilidade econômica da comunidade local.
	Trabalho / empresa e condições de trabalho	21 Custo social / benefício a nível da comunidade para examinar o benefício líquido para a economia local. 22 Existência de uma estrutura de taxas adequada (por exemplo, maior taxa de entrada para turistas e baixa taxa de entrada para moradores e doações adicionais). 23 Oportunidade igual de emprego e promoção para mulheres e residentes locais.
	Renda do governo local	24 Impostos e taxas de Hotel/Motel
Dimensão Social	Comunidade de acolhimento / residentes e stakeholders	25 Satisfação da comunidade anfitriã para o desenvolvimento do turismo. 26 Atitude da comunidade anfitriã em relação ao desenvolvimento do turismo. 27 Continuidade das atividades tradicionais pelos moradores locais. 28 Estresse na relação visitantes / donos de hospedagem. 29 Residente / não residente com propriedades (casas). 30 Nível de congruência entre as partes interessadas. 31 Envolvimento de residente na indústria do turismo.
	Coesão social	32 Mudança na coesão social. 33 Mudança na estrutura da comunidade evidente de um colapso e alienação da comunidade. 34 Mudança na coesão familiar.
	Turismo sexual	35 Turismo sexual. 36 Percentual de profissionais do turismo sexual. 37 Número de prostituição e taxa na indústria de turismo sexual local. 38 Atitude da comunidade em relação ao turismo sexual.
	Satisfação do turista	39 Satisfação / atitude do turista em relação ao desenvolvimento do turismo.
	Recurso Comunitário	40 Degradação / erosão de recursos naturais e culturais
	Distribuição de recursos / poder	41 Mudança na estrutura social (por exemplo, mudança de poder e suas implicações socioeconômicas). 42 Percentual de emprego gerencial dos residentes locais.

	Saúde e segurança da comunidade	43 Lixo / poluição (ar, água etc.). 44 Superlotação. 45 Congestionamento nas estradas. 46 Taxa de criminalidade. 47 Conscientização pública em relação ao valor do turismo. 48 Número de incidentes de vandalismo. 49 Saúde comunitária (disponibilidade de política de saúde relacionada ao turismo). 50 Perda de estilo de vida tradicional e conhecimento via modernização.
	Qualidade de vida em geral	51 Níveis de satisfação com a vida comunitária em geral.
Dimensão Cultural	Construções / arquitetura	52 Comparabilidade de nova construção genuína local. 53 Tipos de material de construção e decoração.
	Gestão cultural	54 Nível de manutenção de locais culturais. 55 Disponibilidade do fundo de manutenção local: cultural e recurso. 56 Mercantilização. 57 Número de locais oficialmente designados e seu gerenciamento.
	Estrutura sociocultural	58 Retenção de costumes e idiomas locais. 59 Mudança no nível de orgulho no patrimônio cultural local. 60 Percentual de nível de satisfação com a integridade cultural / sensação de segurança. 61 Perda de autenticidade para a impessoalidade.
	Educação cultural	62 Tipo e quantidade de treinamento dado aos funcionários de turismo (guias turísticos). 63 Tipo de informação dada aos visitantes antes e durante as visitas ao local (por exemplo, vídeos para turista em voo ou impressão de conscientização pública). 64 Nível de sensibilidade do material interpretativo e atividades realizadas.
Dimensão Ecológica	Perda de recursos renováveis	65 Índice de qualidade do ar. 66 Quantidade de erosão nos locais naturais. 67 Número de dias com boa qualidade do ar. 68 Frequência de acidentes ambientais relacionados ao turismo. 69 Número de locais contaminados.
	Taxa de destruição / degradação do ecossistema	70 Nível de proteção (parques, praias, espécies, ecossistema frágil). 71 Dados de consumo de energia / energia <i>per capita</i> . 72 Percentual sob designação de proteção ou gerenciamento ambiental.
	Avaliação dos impactos ambientais da atividade turística	73 Uso contínuo da avaliação de impacto ambiental. 74 Análise do ambiente natural e análise do ciclo de vida. 75 Número de espécies ameaçadas.
	Taxas de reutilização / reciclagem	76 Disponibilidade, tamanho e condição da arborização urbana. 77 Crescimento florestal / remoção de madeira. 78 Recursos renováveis usados. 79 Taxa de reciclagem. 80 Utilização de Pescarias.
	Saúde da população humana (residentes / visitantes)	81 Controle formal requerido sobre o desenvolvimento local e uso de densidades. 82 Tipo e quantia de treinamento de educação ambiental dado a um empregado (guia turístico). 83 Intensidade de uso. 84 Tamanho do grupo nos locais (capacidade de carga). 85 Descarga <i>per capita</i> de águas residuais. 86 Descarga <i>per capita</i> de resíduos sólidos.
	Perda de recursos não renováveis	87 Nível de perda de vegetação. 88 Nível de estresse e perda de espécies ameaçadas. 89 Atratividade do local.
Dimensão Política	Política de controle local	90 Disponibilidade da política de controle de desenvolvimento. 91 Cumprimento legal (processos, multas etc.). 92 Presença de autoridade ou planejador turístico na comunidade local. 93 Força e duração do grupo consultivo e de planejamento local. 94 Percentual de propriedade estrangeira / externa do estabelecimento turístico.

		95 Incorporação e implementação da ideia local na gestão da comunidade. 96 Ligações intersetoriais em nível local / regional / nacional. 97 ONGs ambientais locais.
	Participação política	98 Participação dos residentes locais no processo de planejamento. 99 Colaboração das partes interessadas. 100 Nível de cooperação entre grupos de <i>stakeholders</i> . 101 Parceria entre o setor público e privado. 102 Disponibilidade do conselho consultivo/deliberativo residente. 103 Consciência do significado e implicações do turismo sustentável.
	Política de planejamento local	104 Disponibilidade de ar, poluição da água, gestão de resíduos e política. 105 Disponibilidade e nível de política de zoneamento terrestre. 106 Plano diretor relacionado ao turismo. 107 Inclusão do turismo em um processo de planejamento comunitário como um dos principais componentes. 108 Avaliação formal da implementação e/ou processo do plano de turismo sustentável. 109 Disponibilidade de segurança, segurança e política de saúde e financiamento para visitantes. 110 Existência de plano de turismo sustentável. 111 Licenças de construção emitidas (em geral e diretamente relacionadas ao turismo). 112 Código de Ética.
	Apoios políticos em todos os níveis de governo	113 Incorporação e implementação de ideias locais na comunidade / gerenciamento local. 114 Atitude dos líderes políticos e de ONGs locais em relação ao desenvolvimento e conservação. 115 Comunicação bidirecional entre residentes e governo local. 116 Nível de apoio para projetos de conservação / desenvolvimento em nível local. 117 Disponibilidade e tipos de programas de incentivo baseados em desempenho. 118 Nível de apoio a projetos de conservação / desenvolvimento em nível regional. 119 Disponibilidade, tipo e nível de comitê / programa de treinamento. 120 Nível de apoio a projetos de conservação / desenvolvimento a nível nacional. 121 Disponibilidade de recursos de financiamento acessíveis.
Dimensão Tecnológica	Aspectos tecnológicos	122 Coleta de dados precisa e mudança na informação turística. 123 Adoção e uso de tecnologias novas e de baixo impacto. 124 Benchmarking - genérico e competitivo (eficiência de entrada / saída).

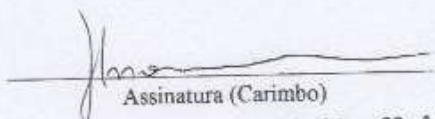
Fonte: Choi e Sirakaya (2006).

ANEXO C.: Autorizações da Pesquisa

AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, HEUNGAR NASCIMENTO R. HILMAR

na qualidade de responsável pelo Conselho Municipal de Turismo de Tiradentes/MG, autorizo a realização da pesquisa intitulada "*Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua relação com o Planejamento Turístico no Município de Tiradentes (MG)*", a ser conduzida sob responsabilidade do pesquisador Magnus Luiz Emmendoerfer e assistente de pesquisa Elias José Mediotte, e declaro, que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Tiradentes/MG, 24 de JULHO de 2019.
Assinatura (Carimbo)

AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, HELWIO FERREIRA DOS SANTOS

na qualidade de responsável pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Tiradentes/MG, autorizo a realização da pesquisa intitulada "*Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua relação com o Planejamento Turístico no Município de Tiradentes (MG)*", a ser conduzida sob responsabilidade do pesquisador Magnus Luiz Emmendoerfer e assistente de pesquisa Elías José Mediotte, e declaro, que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Tiradentes/MG, 26 de julho de 2019.

Assinatura (Carimbo)

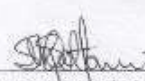


AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Guéllin Hanna Ribeiro Stefanini

na qualidade de responsável pela Associação Feira de Artesanatos de Tiradentes/MG, autorizo a realização da pesquisa intitulada *"Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua relação com o Planejamento Turístico no Município de Tiradentes (MG)"*, a ser conduzida sob responsabilidade do pesquisador Magnus Luiz Emmendoerfer e assistente de pesquisa Elias José Mediotte, e declaro, que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Tiradentes/MG, 26 de 07 de 2019.


Assinatura (Carimbo)

26.530.484/0001-74
Associação Feira de Artesanato
Tiradentes
Praça Silva Jardim, S/Nº
Centro - CEP: 36.325-000
Tiradentes - Minas Gerais

ANEXO D.: Protocolo 2019/000000496-P

24/07/2019 192.168.1.10/sistemas/protocolo/Relatorios/Comprovante_Protocolo.php?Cadastro=28&ID4_EXR=2019&ID9_PRS=000000496&S...
 Emissão: 24/07/2019 13:25:27 Página 1 / 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
PROTOCOLO
Comprovante de Protocolização de Processo

Processo : 2019/000000496-P Tipo: 38 - SOLICITAÇÃO
 Entrada : 24/07/2019 13:15:52
 Solicitante : 421 - ELIAS JOSÉ MEDIOTTE Protocolista : VALERIA
 Resumo : SOLICITAÇÃO DE CADASTRO
 Assunto : Requer solicitação de cadastro de associações, sindicatos, conselhos, agências e
 afins, que sejam institucionalizados, contendo as seguintes dados:
 -NOME DA INSTITUIÇÃO E SEUS
 MEMBROS
 -ENDEREÇO E TELEFONE
 -TIPO DE ATIVIDADES DESEMPENHADAS
 -E-MAIL CASO TENHAM
 Para fins de
 pesquisa de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Viçosa
 Nome: Elias José Mediotte
 Endereço:
 Av. Castelo Branco, nº1000, Bairro Santo Antônio - Viçosa
 E-mail: eliasmediotte@gmail.com

Cód. Contrôl Nome/Raizão Social	CNPJ/CNPJ	Descrição do Logradouro Fia Número	Complemento	Observação
185 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO S	00.770.881/0001-20	SANTISSIMA TRINDADE	127	
1152 ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BARCO DO BRASIL	06.548.745/0001-04	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	0	
2083 ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	86.749.215/0001-25	SÍTIO SÃO FRANCISCO - SERRA	0	
3216 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO PAULI	21.274.030/0001-66	FREI VELOSO	811	
3407 ASSOCIAÇÃO BIBLICA E CULT. DE S. JOÃO DEL REI	24.732.877/0001-35	ALBERTO FADUCCI	61	
3494 ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL	26.118.646/0001-61			
3548 ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS PLÁSTICOS TIROD				
4429 ASSOCIAÇÃO CULTURAL INCONFIDENTES-ACL	09.637.460/0001-08	JOÃO DE SIQUEIRA AFONSO		
6306 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO S. DO CASCAUHO	20.313.995/0001-58	OLÍVIO DE ABREU	749	
6456 ASSOCIAÇÃO DOS MOR. DA VARZEA DE BAIXO ANJOVIM	05.500.258/0001-70	ITABIRITO	91	
6575 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA MOÇUCA	16.858.691/0001-07	CUSTÓDIO GOMES	30	
6700 ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS DE TIRADENTES-ASTATI	07.732.979/0001-95	ALAGOMAS	1000 SALA 1208	
6891 ASSOCIAÇÃO GRUPO PLENO	18.715.062/0001-06	GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO		
7021 ASSOCIAÇÃO COMU. DOS FEIRANTES DE TIRADENTES	17.051.214/0001-04	MINISTRO GABRIEL PASSOS	26 LOJ 6	
7202 ASSOCIAÇÃO BLOCO CAR. BUTECANDO NO ROSA	17.484.828/0001-65	DOS INCONFIDENTES	340	
7205 ASSOCIAÇÃO BLOCO CARNAVALESCO ORA PRO NOBIS	19.556.180/0001-56	GENERAL CAMARA	11	
7209 ASSOCIAÇÃO CULTURAL PONTO DE PARTIDA	17.485.931/0001-87	FRANCISCO PEREIRA DE MORAIS	272	
7218 ASSOCIAÇÃO BLOCO CARNAVALESCO SECOS & MOLHADOS	17.704.034/0001-60	MINISTRO GABRIEL PASSOS	30	
7241 ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DION - BRASIL	17.585.945/0001-60	JOÃO DE ROCHA	15	
7273 ASSOCIAÇÃO MUSEU DA LITURGIA	15.246.369/0001-56	COMANDANTE WILBUR	36	
7807 ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE ARTE E CULTURA	26.530.484/0001-74	SILVA JARDIM	0 ANTIGO MATADORO	
8081 ASSOCIAÇÃO FEIRA DE ARTESANATO TIRADENTES	23.776.946/0001-87	ANTÔNIO DA ENCARNAÇÃO	129	
8278 ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO FESTIVAL ARTES VER	23.368.128/0001-37	OPERAÇÃO MIGUEL JOSÉ DA	12	
8442 ASSOCIAÇÃO DOS ATLETAS DE TIRADENTES	17.216.095/0001-25	AMAZONAS	6070	
8506 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DO CAVALO	19.286.694/0001-01	ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO	70	
8906 ASSOCIAÇÃO FIBRA REAL - AFR	00.058.484/0001-20	DO MOINHO	11 CASA B	ASSOCIAÇÃO PRIVADA
9088 ASSOCIAÇÃO DOS RESTAURANTES DA BOA LEMBRANÇA	17.750.969/0001-81	RESENOS COSTA	28	
218 CONSELHO PARTICIPAR DE SANTO ANTONIO (S.S.V.P)		SÃO VICENTE DE PAULA	0	
1598 CONSELHO CENTRAL DA S.S.V.P				

ANEXO E.: Ato de Posse COMTUR – Biênio 2018/2019

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES**

ATO DE POSSE COMTUR – BIÊNIO 2018/2019

Aos quatro dias do mês de Setembro de 2018, às 14 horas, na sede da Associação Empresarial de Tiradentes, situada à Rua Henrique Diniz nº 165 A Centro, tomaram posse os seguintes membros do Conselho Municipal de Turismo de Tiradentes:

Presidente: Jeanderson Fernando Marostegan,

Vice presidente: Henrique Nascimento Rohrmann,

Secretária: Ana Carolina Ferreira Barbosa Nascimento Souza,

Gláucia Pereira Vitor titular

Regina Carvalho dos Santos suplente

Centro Cultural sesiminas Yves Alves

Jeanderson Fernando Marostegan

Jonathan Geraldo da Silva

Sociedade corpo de Bombeiros voluntários de Tiradentes

Fábio Giovane de Aquino

Maria Sônia Ursula Silva

Associação de moradores do bairro da torre

Camila ciccarone Tangerino

Maria Aparecida do Nascimento

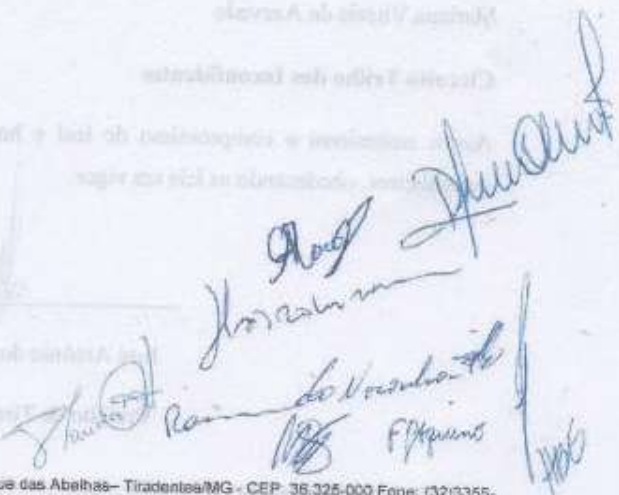
Iphan

Nilton Francisco Barbosa Júnior

Ivan Assis da Silveira Filho

Câmara municipal de Tiradentes

Henrique Nascimento rohrmann



CNPJ 18.597.579/0001-53 Rua: Bêlica, nº 90 – Parque das Abelhas– Tiradentes/MG - CEP: 38.325-000 Fone: (32)3355-1412E-mail: turismo@tiradentes.mg.gov.br Site: <http://www.tiradentes.mg.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES



Raimundo Noronha-filho

Secretaria municipal de Cultura e Turismo

Heloísa Edwards

Karine Adriane de Oliveira

COMDUR

Allanderson Ramon marostegan

Gustavo Adolfo heidenreich da Rocha

Secretaria de Meio ambiente

Ana Carolina Ferreira Barbosa Nascimento Souza

João Lombardi

ASSET

Antônio Proença

Rogério de Almeida

Instituto histórico e geográfico de Tiradentes

Marcos Vinícius Januário Titular

Mariana Vitória de Azevedo

Circuito Trilha dos Inconfidentes

Assim assumiram o compromisso de leal e honradamente, cumprirem seus mandatos de conselheiros, obedecendo as leis em vigor,

José Antônio do Nascimento

Prefeito de Tiradentes-MG

ANEXO F.: Nomeação dos Membros do COMDUR – Portaria nº 11 de 28 março de 2019



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 11 DE 28 DE MARÇO DE 2019.

"Nomeia membros do COMDUR – Conselho Municipal de Desenvolvimento urbano de Tiradentes e dá outras providências".

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os membros do COMDUR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Tiradentes:

Titular	Suplente	Associação
Fábio Giovanni de Aquino	Rodrigo Lara Fonseca	AMAT Tiradentes
Hélio Ferreira dos Santos	Leandro Portugal de Carvalho	ASSET Tiradentes
Rogério de Almeida	Isabel Cristina da Trindade Cruz	IHGT
Nilton Francisco Barbosa Junior	Ivan Assis da Silveira Filho	Câmara Tiradentes
Jonathan Geraldo da Silva	Jeanderson Fernando Marostegan	SCBVT – Bombeiros Voluntários
Camila Clocarone Tangerino	(sem indicação)	Iphan
Richard Marcel Amadi Junior	Almir Ernane da Fonseca	CODEMA Tiradentes
Elien Broemme Von Der Launitz	Rodrigo Mendonça de Almeida	Prefeitura de Tiradentes
Antônio José da Silva Proença	Ara Carolina Ferreira Barbosa	Sociedade Civil

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

CNPJ 18.557.579/0001-53
Rua do Belica, nº 90 – Parque das Abelhas– Tiradentes/MG - CEP: 36.325-000
Fone: (32)3355-1412E-mail: gabinete@tiradentes.mg.gov.br
Site: http://www.tiradentes.mg.gov.br



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Tiradentes, 18 de março de 2019.



José Antônio do Nascimento
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Tiradentes
Afixado no quadro de publicações
da Prefeitura no Período de

18/03/19 a 28/03/19



SERVIDOR

[illegible]

RELACAO 13/06/2018 - 13:38									
TITULANTES									
SISTEMA DE APERCUACOES									
RELACAO DE CONTRIBUINTES DO CAD. ENQUADRADO									
CDD. DESCRICAO DA CLASSIFICACAO									
019 - PESSOA									
CODIGO	NOME/RAZAO SOCIAL	ENDERECO FISCAL DO CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	INSC. ESTADUAL	TP STATUS	INICIO	TERMINO		
0000000000	ALCANTARA COOPERACAO SOCIAIS - ME	AV. GOVERNADOR JERONIMO, 27 VAREZA DE 22 N.E. 8476001-07			01 ISENTO TOTAL	29/08/18			
0000000000	CHARLINA PRODUCTIONS MARKING	RUA A. VAREZINHA, 1110000, 133 CURUMBA - FIMBUZIL - 76 N.E. 9046001-68			02 ATIVO	01/09/18	13/02/19		
0000000000	SIMONE APARECIDO CORREIA VAS - ME	RUA 21 DE ABRIL, 155 VAREZA DE 22 N.E. 8476001-07			01 ISENTO IMPOT	19/02/17			
0000000000	VIVA TITULANTES NOTARIAS LTDA - ME	RUA MADRUGADA SANTO ANTONIO, 184 CASCAVEL - 27.441-4326001-39			02 ATIVO	19/04/13			

PAG. DE ATIVIDADES: 1
 TOTAL DE CONTRIBUINTES: 35

ESCRITÓRIO DA CLASSIFICAÇÃO

SEGO	NOME/RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO FISCAL DO CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	IDUC. ESTADUAL	TP STATUS	INÍCIO
10001953	LEIA RODRIGUES PAZIERA	BR. RICOLANDI PAZIERA, 51 CALÇADO - VILA RAINHA	01.076.043/0001-53		PJ ATIVO	02/04/96
10004103	MILSON BARBOSA	RUA ROSAS, 50-A, -			PJ BAIXADO	12/24/97
10004333	MARIA ALEXANDRA BARBOSA	FRANCISCO PEREIRA DE MORAIS, 403, -	34.105.802/00103-		PJ ATIVO	12/24/97
10004334	POUSADA SÃO FRANCISCO LTDA	SÃO FRANCISCO DE PAULA, 164, -	02.242.073/0001-67		PJ INATIVO	24/05/94
10004336	AMIRANDA SOUZA FERREIRA	VER. ANTUNO VEREDELIA COIMBRA, 150, -	163.931.341-23		PJ BAIXADO	17/03/96
10004337	LTDA MARIA BALOMINI NOVA	DIREITA, 183, -			PJ ATIVO	17/03/96
10004338	POUSADA TIPIAVENTES MC LTDA	RUA SÃO FRANCISCO DE PAULA, 41 CENTRO - TIPIA	22.508.287/0001-44		PJ BAIXADO	22/01/96
10004341	LOIJE LAMAZZOTTO	SÃO FRANCISCO DE PAULA, 86, -	23.957.905/0001-50		PJ ATIVO	16/06/91
10004351	POUSADA DO LAMAZZOTTO	DIREITA, 187, -	64.411.019/0001-11		PJ ATIVO	01/06/90
10004361	ANA LUCIA LOURENÇO BARBOSA	PROFESSOR RITO, 359, -	101.114.276-25		PJ INATIVO	09/09/96
10004363	MARIA LUCIA DE MATOS SILVEIRA	JOAQUIM MARQUES, 190, -	71.274.469/0001-16		PJ INATIVO	29/07/94
10004370	POUSADA ESTACÃO DAS ÁGUAS LTDA	FREDERICO CASTILHO MARCO, 743, -	01.409.513/0001-00		PJ ATIVO	04/04/90
10004372	POUSADA FOUZO DE MINAS LTDA - MATRI	LAL ROSAS, 48 A -	71.313.027/0001-82		PJ BAIXADO	23/03/96
10004373	FOLHADIM LTDA	O. DELFIN RIBEIRO GUEDES, 13-A, -	32.015.250/0010-82		PJ INATIVO	08/10/91
10004374	JONAS ROSETO BARBOSA	FOCO SIMPLICIO, 477, -	25.811.209/0001-66		PJ ATIVO	17/08/96
10004377	LUIZ ANTONIO DA SILVA	RUA PAUL TOLEDO, 124 CENTRO - TIPIAVENTES MC	30.639.033/0001-20		PJ INATIVO	16/04/91
10004378	LUIZ ANTONIO DA SILVA	DO CHAPARIZ, 90, -	18.636.003/0002-09		PJ ATIVO	10/07/96
10004381	MILBERTO BARBOSA	DOS INCONTINENTES, 294 -	05.210.663/0001-21		PJ BAIXADO	19/06/96
10004384	KEIL C. FERREIRA & SILVA LTDA-ME	CASTELO BRANCO, 2915, 2915 -	26.362.582/0001-10		PJ ATIVO	23/01/96
10004422	ALEXANDRE PACHECO MARTINS	DOS INCONTINENTES, 419, -	23.470.316/0014-00		PJ ATIVO	03/04/96
10004426	ANA FERREIRA DA SILVA	DO CHAPARIZ, 90, -	20.925.070/0014-00		PJ INATIVO	01/08/96
10004466	POUSO DA ALPARGATA LTDA ME	RUA CRISTÓFOLO CORES, 286 CERVO - TIPIAVENTES	02.709.811/0001-91		PJ ATIVO	05/01/96
10004476	JOSE EDUARDO PINHEIRO	DA CAIXA D'ÁGUA, -			PJ ATIVO	27/03/96
10004497	JOSE WILSON DA SILVEIRA - ME	DOS INCONTINENTES, 297-A, -	38.156.036/0003-30		PJ ATIVO	27/04/94
10004502	HOTEL MONTAL TIPIAVENTES LTDA - ME	ESTR. CAVALARIA, CANGAÇA - TIPIAVENTES MC	03.065.528/0001-37		PJ ATIVO	29/04/96
10004514	LAL EMPREENDIMENTOS LTDA	PADROEIRO SANTO ANTONIO, 159, -	30.603.110/0010-32		PJ ATIVO	28/04/96
10004530	POUSADA DA SIKINI LTDA-ME	RUA ANTONIO TRINTEIRA DE CARVALHO, 113 CENTRO	71.314.215/0001-25		PJ INATIVO	27/03/96
10004548	LOURENÇO E BARBOSA LTDA	ALVARENGA PADROEIRO, 193, -	33.813.490/0001-49		PJ BAIXADO	19/10/96
10004570	POUSO DAS CERAIS LTDA	RUA DOS INCONTINENTES, 109 CENTRO - TIPIAVENTES	03.470.016/0001-79		PJ ATIVO	04/11/96
1004574	POUSADA VILLA ALEGRA LTDA -ME	FRANCISCO CASTILHO BARBOSA S/R, 300 -	03.489.357/0001-17		PJ ATIVO	04/05/96
1004580	POUSADA LNR EMPREEND, TURISTICOS LT	GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO, 400, -	03.402.080/0001-65		PJ ATIVO	21/06/96
1004586	FRANCISCA DE FATIMA MENZ HORGES	FRANCISCO PEREIRA DE MORAIS, 49, -	03.611.923/0001-41		PJ ATIVO	03/01/96
1004625	DON QUIXOTE POUSADA LTDA	GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO, 470 -	03.763.160/0001-80		PJ ATIVO	24/01/96
1004630	POUSADA FOUZO DE MINAS LTDA-FILIAL	PADROEIRO SANTO ANTONIO, 80 -	04.514.793/0001-60		PJ ATIVO	01/02/96
1004640	POUSADA QUINTA DO CONJUL LTDA	DO CHAPARIZ, 95 21, -	04.679.331/0001-50		PJ ATIVO	24/07/96
1004668	POUSADA QUANTO ENCONTRO LTDA	GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO, -	46.714.920/0010-6		PJ ATIVO	15/10/96
104705	NIIZA TRINDADE GONÇALVES	AV. GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO, 555 VAREZA D	04.820.537/0001-59		PJ BAIXADO	04/02/96
104709	VILLA POUSADA LTDA-ME	JOÃO BATISTA RAYOLLO, 370-A, -	21.142.452/0010-03		PJ ATIVO	18/01/96
104740	FOUZO DO CAVALHEIRO ADAMANTO LTDA	RUA BECQUINHO JOSE DOS SANTOS, 47 ALTO DA TO	05.063.101/0001-01		PJ INATIVO	19/01/96
104744	POUSADA BARBARA BELA LTDA	LAMONIERE, 55 019, -	34.920.960/0001-47		PJ ATIVO	13/09/96
104800	TIPIAVENTES PARLON DA ESTACÃO LTDA	DO CHAPARIZ, 170, -	05.318.866/0001-62		PJ INATIVO	27/02/96
104801	POUSADA CHAPARIZ DAS 4 ESTACÕES LTD	DOS INCONTINENTES, 120 -	05.273.789/0001-39		PJ INATIVO	06/05/96
104815	CORES & RESENDE LTDA -ME	PADROEIRO SANTO ANTONIO, 351, -	11.443.335/0001-84		PJ CANCELADO	12/05/96
104817	POUSADA SÃO JOSE DEL-REY LTDA					

ANEXO H.: Calendário Oficial de Tiradentes – Ano 2019*

CALENDÁRIO TIRADENTES 2019

Versão: 09/03/2019

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
T 1 CONFR. UNIVERSAL	S 1	S 1 Feriado RJ Aniversario (municipal)	S 1	Q 1 DIA TRABALHO	S 1
Q 2	S 2	S 2	T 2	Q 2	D 2
Q 3	D 3	D 3	Q 3	S 3 TremBier Festival	S 3
S 4	S 4	S 4	Q 4	S 4 TremBier Festival	T 4
S 5	T 5	T 5	S 5	D 5 TremBier Festival	Q 5
D 6	Q 6	Q 6 4ª FEIRA DE CINZAS	S 6 Depósito de Passos	S 6	Q 6
S 7	Q 7	Q 7	D 7 Procissão do encontro	T 7 festa de São Francisco	S 7 SANTÍSSIMA Trindade e jazz
T 8	S 8	S 8 Via Sacra Solene centro histórico	S 8	Q 8 festa de São Francisco	S 8 Santíssima Trindade e jazz
Q 9	S 9	S 9	T 9	Q 9 festa de São Francisco	D 9 Santíssima Trindade e jazz
Q 10	D 10	D 10	Q 10	S 10 festa de São Francisco	S 10 Santíssima Trindade
S 11	S 11	S 11	Q 11 Depósito de N. Sra. das Dores	S 11 festa de São Francisco	T 11 Santíssima Trindade
S 12	T 12	T 12	S 12 Procissão Nossa Senhora do Rosário	D 12 festa de São Francisco	Q 12 Santíssima Trindade
D 13	Q 13	Q 13	S 13 Ofício de Trevas	S 13	Q 13 Feriado - Santo Antônio
S 14	Q 14	Q 14	D 14 Procissão de Ramos	T 14	S 14 Santíssima Trindade
T 15	S 15	S 15 Via Sacra Solene centro histórico	S 15 Procissão de Jesus para o Calvário	Q 15	S 15 Santíssima Trindade
Q 16	S 16	S 16	T 16 Procissão da Prisão de Jesus	Q 16	D 16 Santíssima Trindade
Q 17	D 17	D 17	Q 17 Via Sacra ao Vivo	S 17	S 17 Santíssima Trindade
S 18	S 18	S 18	Q 18 Lava Pés na Matriz	S 18 7º Tiradentes em Cena	T 18
S 19 Aniver. Tiradentes	T 19	T 19	S 19 SEXTA PAIXÃO	D 19 Tiradentes em Cena	Q 19
D 20 Feriado RJ	Q 20	Q 20	S 20 Vigília Pascal na Matriz	S 20 Tiradentes em Cena	Q 20
S 21	Mostra Cines	Q 21	D 21 TIRADENTES / PASCOA	T 21 Tiradentes em Cena	S 21
T 22	Mostra Cines	S 22	S 22	Q 22 Tiradentes em Cena	S 22
Q 23	Mostra Cines	S 23	T 23 FERIADO RJ SÃO JORGE	Q 23 Tiradentes em Cena	D 23
Q 24	Mostra Cines	D 24	Q 24	S 24 Tiradentes em Cena	S 24
S 25 Feriado SP	Mostra Cines	S 25	Q 25	S 25 Tiradentes em Cena	T 25
S 26	Mostra Cines	T 26	S 26	D 26	Q 26 27ª Bike Fest
D 27	Q 27	Q 27 9ª Foto em Pauta	S 27	S 27	Q 27 27ª Bike Fest
S 28	Q 28	Q 28 Foto em Pauta	D 28	T 28	S 28 27ª Bike Fest
T 29		S 29 Foto em Pauta Via Sacra Solene	S 29	Q 29	S 29 27ª Bike Fest
Q 30		S 30 Foto em Pauta	T 30	Q 30	D 30 27ª Bike Fest
Q 31		D 31 Foto em Pauta	S 31	S 31	

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
S 1	Q 1 Festival Duo Jazz	D 1 Festival de Gastronomia	T 1 Festival de Cerâmica	S 1	D 1
T 2	S 2 Festival Duo Jazz	S 2	Q 2 Festival de Cerâmica	S 2	S 2
Q 3	S 3 Festival Duo Jazz	T 3	Q 3 Festival de Cerâmica	D 3	T 3
Q 4 Sagrado coração	D 4 Festival Duo Jazz	Q 4	S 4 Festival de Cerâmica	S 4	Q 4
S 5 Sagrado coração	S 5	Q 5	S 5 Festival de Cerâmica	T 5	Q 5
S 6 Sagrado coração	T 6	S 6	D 6 Festival de Cerâmica	Q 6	S 6
D 7 Sagrado coração	Q 7	S 7	S 7	Q 7 Fórum do amanhã	S 7
S 8	Q 8	D 8	T 8	S 8 Fórum do amanhã	D 8 Feriado BH Imac. Conceição
T 9	S 9	S 9	Q 9	S 9 Fórum do amanhã	S 9
Q 10	S 10	T 10	Q 10	D 10 Fórum do amanhã	T 10
Q 11	D 11	Q 11	S 11	S 11	Q 11
S 12	S 12	Q 12 Artes Vertentes	S 12 N. SRA APARECIDA	T 12	Q 12
S 13	T 13	S 13 Artes Vertentes	D 13	Q 13	S 13
D 14	Q 14	S 14 Artes Vertentes Exaltação da Santa Cruz	Q 14	S 14	Q 14
S 15	Q 15 Feriado BH/SJDR, Assunção	D 15 Artes Vertentes	T 15	S 15 PROCL. REPÚBLICA	S 15
T 16	S 16	S 16 Artes Vertentes	Q 16	S 16	S 16
Q 17	S 17	T 17 Artes Vertentes	Q 17 Semana Cultural de Tiradentes	D 17	T 17
Q 18	D 18	Q 18 Artes Vertentes	S 18 Semana Cultural de Tiradentes	S 18 Novembro Negro	Q 18
S 19 Encontro de bandas	S 19	Q 19 Artes Vertentes	S 19 Semana Cultural de Tiradentes	T 19 Novembro Negro	Q 19
S 20 Encontro de bandas	T 20	S 20 Artes Vertentes Sra. da Merced	D 20	Q 20 Novembro N. SP/RJ/Consc. Negro	S 20
D 21	Q 21	S 21 Artes Vertentes Sra. da Merced	S 21	Q 21 Novembro Negro	S 21
S 22	Q 22	D 22 Artes Vertentes Sra. da Merced	T 22	S 22 Novembro Negro	D 22
T 23	S 23 Festival de Gastronomia	S 23 5ª Semana N. Sra. das Dores	Q 23	S 23 Missa Inculturada	S 23
Q 24	S 24 Festival de Gastronomia	T 24 5ª Semana N. Sra. das Dores	Q 24	D 24	T 24 VÉSP NATAL
Q 25	D 25 Festival de Gastronomia	Q 25 5ª Semana de Turismo Tiradentes	S 25	S 25	Q 25 NATAL
S 26	S 26 Festival de Gastronomia	Q 26 5ª Semana de Turismo Tiradentes	S 26	T 26	Q 26
S 27	T 27 Festival de Gastronomia	S 27 5ª Semana de Turismo Tiradentes	D 27	Q 27	S 27
D 28	Q 28 Festival de Gastronomia	S 28	S 28	Q 28	S 28
S 29	Q 29 Festival de Gastronomia	D 29	T 29	S 29	D 29
T 30	S 30 Festival de Gastronomia	S 30 Festival de Cerâmica	Q 30	S 30	S 30
Q 31	S 31 Festival de Gastronomia		Q 31		T 31

Eventos Confirmados

Feriados

Ponto Facultativo

Evento particular em pousadas Associadas

Procissões às 19h

Eventos Religiosos

Feriados RJ/SP/BH

Eventos a confirmar

* Documento cedido pela ASSET – Tiradentes (MG).

ANEXO I.: Análise das Atas de Reuniões do COMTUR³⁹ (2016 – 2017 – 2018)

2016

ATA – JANEIRO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Natal - status dos trabalhos e valores envolvidos	Mônica Cardoso Gomes justificou que a impressão do material para divulgação não foi possível em função do tempo. Mônica informou ainda que a montagem do presépio foi realizada e que as despesas totais foram de R\$9.016,80. Ainda nesse interim, o Prefeito Ralph Justino foi notificado por um documento do IPHAN sendo anunciado sobre a impossibilidade de usar os recursos naturais do Lago das Forras para sustentar peças decorativas como pregos para sustentar os led's nas árvores.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Despoluição Visual do Centro Histórico	Ernane Fonseca informou não ter recebido o documento enviado pelo COMTUR à Secretaria do Meio Ambiente. Mônica Cardoso Gomes afirmou que foi entregue à Márcia. O prefeito Ralph Justino sugeriu uma ação imediata para orientação dos empresários e adequação à legislação. Ernane Fonseca afirmou ainda que a ação para orientar os empresários começaria após o carnaval.	1. Elaboração de um documento com os esclarecimentos e prazo legal para adequação dos empresários em até 40 dias referente à despoluição do Centro Histórico.	Sim.
Taxa de Turismo	Nesse tópico, os membros do COMTUR discutem sobre a reunião realizada entre Hêlvio Santos e os associados da ASSET Sr. Alan Morethson do Departamento de Tributação e Mônica Cardoso Gomes, Secretária de Turismo. O teor da reunião era discutir aspectos de cobrança, exceções (recusa de pagamento pelos hóspedes), repasse, acompanhamento da utilização dos valores arrecadados e fiscalização dos estabelecimentos pela Prefeitura.	1. Construção de uma cartilha para melhor facilitar o entendimento e divulgação desses mecanismos aos empresários por parte de Mônica Cardoso Gomes - Secretária de Turismo - juntamente com o Departamento de Tributação. 2. O prefeito Ralph Justino informou em reunião do COMTUR que a contratação do fiscal tributário teria sido aprovada pela Câmara Municipal e sua efetivação dar-se-á a partir do concurso. O fiscal deveria estar atuando a partir do mês de Maio/2016. Item considerado como concluído pelos presentes na reunião.	Sim.
Obras de Recuperação do Calçamento do Centro Histórico	Anúnciação por parte do prefeito Ralph Justino da criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento urbano, tendo sobre seus objetivos acompanhar o processo de calçamento do município, sendo que nessa primeira reunião do Conselho o tema calçamento foi tratado, além de outros aspectos de interesse para a população e para o COMTUR.	1. Realização de uma reunião com participação, além da Prefeitura, do IPHANMG, IPHAN-Tiradentes e Suprema, empresa responsável pela obra de calçamento. O teor da reunião versaria discutir pautas como cronograma, qualidade de execução da obra e discussão sobre o projeto em voga. Em decisão, concluiu-se que o novo cronograma deveria ser entregue o mais rápido possível às entidades solicitantes em tal reunião do COMTUR: (ASSET, IHGT e Centro Histórico Yves Alves), além da disponibilização do cronograma para a sociedade civil. 2. O Prefeito Ralph Justino informou que nenhuma outra obra seria aberta até depois do carnaval. 3. Inserção do tópico “desaparecimento de pedras”, solicitada por Hêlvio Santos, como pauta a ser discutida na reunião mencionada acima. Responsabilidade de fiscalização do desaparecimento das pedras por parte do Conselho Municipal de desenvolvimento Urbano, estando vetada de comprar novas pedras para preencher os espaços em que estariam descalçados. 4. Algumas resoluções se deram a partir de demandas que seriam discutidas nas reuniões próximas, a conclusão de que outras obras não seriam realizadas até o carnaval em detrimento do projeto de calçamento e formulação do cronograma e distribuição do mesmo s entidades presentes em reunião do COMTUR.	Sim.
Coleta e Tratamento do Lixo	Discussões acerca da multa da Polícia Ambiental no valor de R\$40.000,00 em função das condições do Aterro Controlado, sendo este valor passível de recurso. Solicitação de mudança, por Hêlvio Santos, na destinação dos contêineres que garantem o ICMS ecológico que anteriormente teria sido citado como Volta Redonda quando, na verdade, seria Barra Mansa.	1. A Prefeitura solicitou a compra de um trator de esteira que seria o mais adequado para solucionar de forma definitiva a situação. 2. O prefeito solicitou que a ASSET retome a Comissão para Tratamento e Coleta do Lixo com a prefeitura, visando analisar novos cenários e soluções para o problema. 3. Hêlvio Santos informou que consultaria a Diretoria e a Comissão de Tratamento e Coleta de Lixo e se a resposta fosse positiva proporá	Sim.

³⁹ As atas referentes ao ano de 2019 não foram analisadas, pois não se obteve acesso a elas. Apesar das solicitações feitas ao COMTUR, os documentos não foram encaminhados até a conclusão do presente estudo.

		uma reunião para que novos alinhamentos fossem feitos. 4. A prefeitura do município encaminhou um trator ao local em período permanente até que fosse efetuada a chegada do trator de esteira solicitado para compra.	
Mostra de Cinema	O assunto dessa pauta foi a concessão de um alvará de funcionamento por parte da ASSET para Food Truck's durante a Mostra de Cinema. Mônica Cardoso Gomes informou que a proposta teria sido uma parceria entre alguns empresários da cidade para oferecerem lanches de baixo custo à população, cabendo à prefeitura conceder alvará específico ao proprietário do local e fiscalizar se estão cumprindo as exigências legais.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Demonstrativos de contas do FUMTUR	Foi proposto a apresentação da receita do FUMTUR nas reuniões. Mônica Cardoso tentaria colocar em ação a proposta que parece ter sido benquista.	1. Hêlvio Santos recomendou que a partir das próximas reuniões fosse criada a rotina de apresentar o fluxo de caixa do FUMTUR. 2. Mônica Cardoso Gomes verificará quais meios e estratégias usará para que a solicitação de Hêlvio fosse implementada a partir da próxima reunião.	Sim.

ATA – FEVEREIRO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Despoluição Visual do Centro Histórico	O conteúdo inicial da ata foi a justificativa da ausência de Ernane Fonseca em função de sua atuação na solução de um tema crítico à Secretaria do Meio Ambiente. A posteriori, houve o anúncio por parte de Alberto Lopes que Simone Toledo O. Rodrigues não fazia mais parte do Instituto Estrada Real e que essa representação estaria em aberto entre os membros do COMTUR.	1. Com relação a pauta “Despoluição Visual do Centro Histórico”, ficou definido que a Secretaria de Meio Ambiente ficaria responsável por verificar a formulação do documento que seria elaborado e enviado aos empresários contendo prazo legal de adequação e penalização caso a houvesse descumprimento da Lei.	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Taxa de Turismo	Nessa pauta Mônica Cardoso Gomes informou que a elaboração do plano entre a Tributação e Financeiro ainda estaria pendente, impossibilitando que o COMTUR tenha acesso a um relatório consistente. Foi mencionado na ata a falta de controle indicando valor, período e número de diárias geradoras da arrecadação mensal. A Secretaria de Cultura e Turismo estaria empenhada em gerar boletos automáticos de arrecadação, com data limite adequadas e o relatório mensal. O valor apresentado pela Contabilidade no mês de Janeiro de 2016 foi de R\$1.064,00, sendo 60% deste recurso destinado ao FUMTUR. Porém, foi mencionado na ata a descridito de que esse seja o valor da arrecadação total já que ainda não havia uma data limite para o pagamento do boleto	1. Ficou a cargo da Secretaria de Cultura e Turismo levar à próxima reunião a atualização do status desse tema. 2. Ficou a cargo da Secretaria de Cultura e Turismo apresentar na próxima reunião a relação das arrecadações	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Obras de Recuperação do Calçamento do Centro Histórico	Nesse tópico, é relatado na ata a falta dos repasses da reunião que aconteceria no mês de janeiro entre a Prefeitura, IPHAN e Suprema	1. Encaminhamento de um ofício por parte do COMTUR solicitando a atualização das informações, além de destacar nesse mesmo ofício o desaparecimento de pedras durante o processo de obras	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Coleta e Tratamento do Lixo	Com relação à multa aplicada pela Polícia Ambiental no valor de R\$40.000,00 houve interposição do recurso, ou seja, entrada de recurso para a diminuição ou revisão do valor aplicado. Hêlvio Santos informou que a Comissão ASSET para Coleta e Tratamento do Lixo teria sido reativada, conforme solicitado pela Prefeitura e aplicação de multa em caso de descumprimento da Lei 12.305/2010 por parte dos empresários, sendo essa ação coordenada pela Prefeitura com data para início para o mês de Março 2016.	1. Aguardo do posicionamento da Prefeitura com relação a interposição do recurso. 2. Realização de uma Audiência Pública no dia 22 de Fevereiro de 2016 por parte da Prefeitura em que foi lançado a ação de participação voluntária para o pagamento de cota para o empresário tiradentino.	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Restauração do Largo das Forras	Mônica Cardoso Gomes informou nessa pauta que contactou o IPHAN Tiradentes para atualizar-se em relação à restauração, sendo que a autorização do início das obras dependeria de uma parecer do IPHAN-MG e do IPHAN Tiradentes que, segundo o que consta na ata, estaria pronto no decorrer da semana em que se deu essa reunião.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Bike Fest 2016	Nessa pauta, Hêlvio Santos pediu que fosse revista a possibilidade de parte do evento ser realizado no Santíssimo Resort e sugeriu que a Prefeitura do município retomasse o tema para que deliberasse/criasse um espaço permanente para a realização do evento em voga e de outros grandes eventos, para, também, garantir a receita para a Administração Municipal	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Estatuto do COMTUR	Nessa pauta, Hêlvio Santos informou que a oficialização dos documentos ainda estaria pendente e que enviaria, de imediato, o Regimento Interno do COMTUR a todos os membros do Conselho. Foi pautado também, por parte de Mônica Cardoso Gomes, o envio de um ofício à Câmara Municipal para que houvesse a representação de um titular e um suplente no COMTUR já que no ano anterior (2015) não houve participação da Câmara em nenhuma das reuniões realizadas pelo COMTUR	1. Envio do Regimento Interno aos membros do COMTUR. 2. Envio de um ofício à Câmara Municipal solicitando a representação/indicação de um titular e um suplente nas reuniões do Conselho Municipal de Turismo	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Workshop de Eventos	Mônica Cardoso informou que estaria aguardando o profissional da tributação por parte da Prefeitura do município para que, a posteriori, fosse marcada a data do evento.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois

			não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Demonstrativos de contas do FUMTUR	Como solicitado por Hêlvio Santos na ata anterior, foi feito a partir dessa reunião os demonstrativos dos fundos do FUMTUR. Mônica Cardoso apresentou o extrato no valor de R\$50.617,92, sendo que ainda ao mês de relatoria dessa ata (Fevereiro) seria repassado o valor de R\$3.000,00 ao FUMTUR referente ao ICMS turístico, além de 60% da Taxa de Turismo que até o momento e relatoria era o valor de R\$638,40. Ainda nesse interim, Mônica informou que o débito apresentado no mês de fevereiro no valor de R\$2.000,00 se referia ao pagamento de serviços relativos à criação “do arte” para o Guia Turístico, campanha de sensibilização para a Taxa de Turismo e de restrição ao tráfego de veículos no Centro Histórico que teriam sido aprovados e ratificados em reunião anterior. Além disso, Mônica informou que seria debitado o valor de R\$500,00 referente ao pagamento de serviços e limpeza do Largo das Forras no Carnaval. Consensualmente os membros do Conselho entendem que a aplicação desse tipo de recurso seria uma modalidade viável de aplicação do valor arrecadado pela Taxa de Turismo	Os participantes presentes na reunião do mês de Fevereiro chegaram ao consenso de que essa é uma modalidade de aplicação do valor arrecadado pela Taxa de Turismo.	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Cursos PRONATEC	Mônica Cardoso informou que o Governo Federal estaria realizando um levantamento de demanda para cursos em 2016 e que as inscrições no município de Tiradentes já teriam sido encerradas. De acordo com Mônica, 200 pré-inscrições foram feitas nos cursos divulgados pela Secretaria de Cultura e Turismo do município de Tiradentes. Mônica Cardoso comunicou a realização do Curso de Condutor de Trilhas e Roteiros, ministrado no Elvas, Restaurante João Mineiro, entre os dias 01 e 04 do mês seguinte (Março).	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Plano Geral de utilização do FUMTUR	Nessa pauta foi apresentado por Mônica Cardoso o Plano Geral de utilização dos recursos do FUMTUR.	1) Promoção do Destino - a) será trabalhado em parceria com a ASSET um programa de promoção do destino “Tiradentes”, onde os recursos do fundo poderão ser aplicados, custeando total ou parcialmente, de acordo com a importância do trabalho para a divulgação da cidade; b) participação em feiras e eventos de promoção e comercialização de produtos. 2) Serviços Públicos de Informação e Apoio ao Turista - a) impressão do Guia Turístico; b) incentivo de R\$1.000,00 para promoção de roteiros turísticos de base comunitária (Caixa d'Água e Elvas); c) Sinalização Turística urbana e rural; custos de manutenção de limpeza do banheiros públicos durante eventos promovidos ou em parceria com a Prefeitura; d) projetos de reforma e aquisição de equipamentos de apoio ao turista. Encaminhamentos Gerais: 1) Ficou decidido que a Secretaria de Cultura e Turismo poderá negociar espaço na 20ª Feira da AVIRRP - Associação das Agências de Viagem de Ribeirão Preto e Região no mês de agosto, já que a feira ofereceria, por meio de sua visibilidade, possibilidades de promoção institucional e oportunidade de negócios para os empresários locais. 2) Ficou decidido que a Secretaria de Cultura e Turismo, em parceria com a ASSET e o Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes, iriam estabelecer critérios para participação de meios de hospedagem e agência de receptivo com ajuda de custo do fundo. Essa ação seria trabalhada com três pousadas e duas agências de receptivo no município. 3) Em relação ao Guia Turístico ficou decidido que, para agilizar o processo de impressão do material, a Secretaria de Cultura e Turismo poderia estabelecer convênio ou outras parcerias com o Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes. 4) Ficou decidido que para o ano de 2016 poderia ser proposto e executado, caso fosse aprovado pelo Conselho, um projeto de reforma nos banheiros públicos do Largo das Forras com recursos do fundo.	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016.
Inventário de Oferta Turística	Mônica Cardoso informou que o levantamento dos inventários seria iniciado por Hotéis & Pousadas, Bares & Restaurantes e Lojas, com solicitação de apoio à ASSET para resposta de seus associados.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não pode-se afirmar ou negar que essa pauta foi discutida na próxima reunião do COMTUR pois não teve-se acesso a ata do mês de Março e Abril 2016

Não se teve acesso à ata do mês de março/2016 e abril/2016.

ATA – MAIO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Despoluição Visual do Centro Histórico	Nessa pauta, Ernane Fonseca informou que foi passado à Secretaria de Cultura e Turismo o documento usado em 2013 para realizar a ação da despoluição visual do Centro Histórico. Mônica Cardoso informou que ainda na semana que foi realizada a reunião da presente ata reescreveria o documento e enviaria para assinaturas da Prefeitura, IHAN, Secretaria do Meio Ambiente, Câmara Municipal e também ela própria Secretaria de Cultura e Turismo.	1. O documento estaria pronto e assinado até o fim do mês presente (Maio/2016) e entregue formalmente aos empresários envolvidos para começar a respeitar a legislação a partir de da primeira semana de Julho/2016. A fiscalização estaria a cargo da Secretaria de Meio Ambiente, em nome da Prefeitura	Sim.
Taxa de Turismo	Nessa pauta Mônica Cardoso Gomes informou que, segundo Alan, do departamento de Tributação, o sistema ainda não teria sido ajustado, tanto em relação ao relatório de confirmação de pagamento e repasse para o FUMTUR, quanto em relação à geração de boleto automático de cobrança para as pousadas. Mônica informou que a sistema de Tributação teria o objetivo apenas de mostrar o valor arrecadado, estando o repasse a cargo do Departamento Financeiro através de uma transferência da conta geral da prefeitura para a conta do FUMTUR, equivalente a 60% do total arrecadado pela Taxa. Os valores estariam disponíveis no site da transparência, mas sem segurança exata do período em que a receita teria sido arrecadada. O prefeito Ralph Justino sugeriu que fosse aberta uma conta específica para recebimento da Taxa de Turismo. Porém, refletiu que sob a Lei vigente não seria possível. No entanto, Ralph Justino se comprometeu a falar com Alan Morethson, do Departamento de Tributação, para que o processo de emissão do relatório e geração do boleto seja regularizado de imediato. Mônica informou os valores obtidos até o momento para a arrecadação bruta da Taxa de Turismo, sendo R\$1.012,00 no mês de Fevereiro e R\$172,00 referente ao mês de Março	1. Hêlvio Ferreira dos Santos propôs que a implementação da geração de um boleto automático fosse realizada, haja vista a possibilidade de não estimulação do pagamento da Taxa de Turismo por parte dos empresários caso os mesmos tivessem autonomia para calcularem os valores a serem pagos, gerar o relatório de ocupação e se dirigir voluntariamente ao Departamento de Tributação.	Sim.
Obras de Recuperação do Calçamento do Centro Histórico	O Prefeito Ralph Justino informou em reunião que as obras estariam avançando, mas que a preocupação seria que não haveria mais trechos liberados pelo IPHAN para que a obras prosseguissem. Relatam nessa ata a execução da obra no beco junto à Igreja São João Evangelista, como cortesia, e que esta obra deveria ser concluída até a reinauguração da igreja que estaria marcada para o dia 4 de Junho do ano de relatoria dessa ata. Rogério Almeida observou que em reunião que teria acontecido semanas antes na Prefeitura antes da relatoria desta ata foi recomendado que as pedras fossem substituídas durante a execução da obra. Em contrapartida a essa afirmação de Rogério, o Prefeito Ralph Justino informou que a substituição que acontecera na Rua Direta, em frente à Pousada Três Portas, teria se dado em função do acordo que foi feito com o IPHAN tendo em vista a possibilidade da reutilização das pedras retiradas. Contrário a essa decisão, Rogério se posicionou desfavorável a essa ação em função do número de substituições percebidas. Alba afirmou que não poderia se posicionar contrária ao projeto, tendo em vista que este mesmo projeto não previa substituição de pedras em nenhum trecho. Nesse ínterim, o Prefeito Ralph Justino informou que contataria a empresa Suprema, responsável pela execução das obras, para que fosse adotado o plano inicialmente discutido, ou seja, a quebra das pedras com grande profundidade para que fosse possível multiplicar sua utilização.	1)Alba Bispo informou que : a) o projeto de drenagem da Rua do Chafariz e Rua da Câmara estariam no IPHAN BH sob fase inicial de análise e aprovação; b) o trecho da Rua Santíssima Trindade teria o projeto apresentado pela Prefeitura ao IPHAN para análise; c) A Rua Silvio Vasconcelos ainda estaria com a apresentação do projeto pendente; d) a proposta de substituição dos paralelepípedos da Av. Ministro Gabriel Passos estaria em análise do IPHAN Tiradentes para, a posteriori, ser enviada ao IPHAN BH até o dia do mês em que se trata essa ata; e) a Rua José Luiz de Paiva estaria com o projeto em fase de análise pelo IPHAN BH e portanto estariam apenas aguardando o parecer. 2) Alba recomendou que, como sugerido por Rogério Almeida, fossem colocados dois frades de concreto para impedir definitivamente o acesso de veículos ao beco. 3) Ralph Justino, Prefeito do município, informou que seria realizada uma reunião com os empresários do Largo das Forras e redondezas para que esses espaços fossem incluídos no projeto de restrição do acesso de veículos ao Centro Histórico. Hêlvio Santos solicitou a participação da ASSET e COMDUR nessa reunião. Hêlvio Santos sugeriu que fosse agendada uma reunião específica a partir do COMDUR para que esse tema tivesse continuidade num fórum mais adequado.	Sim.
Coleta e Tratamento do Lixo	O Prefeito Ralph Justino disse que não houve evolução no tema. Cartas de esclarecimento e envolvimento foram enviadas aos empresários mas não obtiveram sensibilização, sendo que alguns poucos empresários adquiriram as lixeiras e que isso não teria sido o suficiente para mudança no cenário. Ralph Justino informou que, como dito em reuniões anteriores, o trator de esteira estava atuando no Aterro Controlado mas que não via nisso uma alternativa eficiente para a coleta e que isso só poderia ser possível por meio da terceirização que naquele momento era impossível à Prefeitura, tendo em vista seu fluxo financeiro, e que seria necessário um apoio dos empresários locais. por fim, Ralph Justino disse que não via como pensar em novos esforços para evoluir com o tema.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Restauração do Largo das Forras	Alba Bispo informou que o processo estaria parado na coordenação técnica do IPHAN BH. Nessa ata, informam que haveria pendências que deveriam serem solucionadas pelo empresários responsável pela definição e execução do projeto, Nilson Barbosa, para a construção do Resort, junto ao escritório Burle Marx, para que tivessem encaminhamentos de o que de fato poderia ser feito na execução do projeto.	1. Hêlvio Santos propôs que o COMTUR pressionasse o responsável pelo parecer final para agilizar o processo já que essa pauta estaria sendo traga recorrentemente ao COMTUR sem que houvesse soluções. Foi acordado entre os participantes na presente reunião que fosse enviada uma carta ao empresário solicitando um solução definitiva	Sim.

		em até 30 dias, sob pena de ser colocada sob denúncia no Ministério Público pelo COMTUR em busca de soluções. 2. Mônica Cardoso, Rogério Almeida e Alba Bispo ficariam responsáveis por discutir e elaborar a carta com conteúdo de solicitação.	
Estatuto do COMTUR	Nessa pauta, Hêlvio Santos informou que passaria acompanhar a ausência dos conselheiros na reunião, fazendo valer afastamento e nomeação de novos representantes quando for atingido os números de 3 reuniões seguidas ou 6 alternadas de ausência. Encaminhamento	1. Mônica levaria para o decreto a relação dos participantes, incluindo Sidney Gonçalves, do Elvas, como titular da Associação de Moradores, e Heloisa Edwards, de Águas Santas, como suplente. Tal decisão foi unânime entre os presentes.	Sim.
Workshop de Eventos	Mônica Cardoso teria contatado a Secretaria de Estado de Turismo - Setur para apoiar institucional e financeiramente para a realização do workshop. Após troca e e-mails com a Diretoria de Políticas do Turismo, foi confirmado total apoio institucional e possibilidade de apoio financeiro desde que o evento ocorresse após o período eleitoral.	1. Mônica daria prosseguimento à formação da equipe que conduziria o workshop e o levantamento do orçamento para essa contratação para, <i>a posteriori</i> , essas informações serem repassadas ao Setur.	Sim.
Demonstrativos de contas do FUMTUR	Mônica Cardoso teria apresentado a receita do FUMTUR no valor de R\$61.354,90, informando que ainda seria debitado R\$17.100,00 relativo ao pagamento de confecção e instalação de placas nas rodovias que dão acesso ao município de Tiradentes, conforme acordado em reuniões anteriores para o projeto desenvolvimento pelo Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes. Mônica teria apresentado também a nota fiscal relativa à impressão de 5.000 Guias Turísticos, no valor de R\$2.650,00, também aprovado e ratificado em reuniões anteriores. Informou ainda que quanto ao lançamento do Guia de Cachoeiras da Estrada Real foi pago um coquetel no valor de R\$250,00, despesa essa que teria sido aprovada pelos presentes por considerarem que essa ação estaria alinhada ao incentivo e destinação que cabe ao FUMTUR.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Avaliação do TremBier	Alba Bispo comentou que não houve problemas, do ponto de vista do IPHAN, da utilização do espaço ocupado pelo evento. Em contrapartida, Ernane Fonseca disse ter achado que as barracas não tinham aspectos adequados para a praça. Mônica Cardoso leu um e-mail enviado pelo morador Sérgio Montouri, do Parque das Abelhas, sinalizando a altura do volume do som das bandas como excessivo, recomendando atenção dos organizadores. Luiz César Costa, responsável pelo TremBier, estava presente na reunião e ficou a par de todas essas observações. Ainda sobre essa pauta, o próprio Luiz César apresentou o projeto do evento “Quatro Estações Blues” com data prevista de 09 a 12 de Junho e que substituiria o “Vinho & Jazz” que não aconteceria no ano de 2016. O evento foi previsto para ser realizado na Rua Direta, entre a Igreja do Rosário e a Pousada Três Portas, mantendo a possibilidade de circulação de veículos pela Rua da Cadeia e pela lateral da Igreja do Rosário. Os restaurantes localizados nesses espaços poderiam colocar até 4 mesas na rua e o palco seria montado de forma que não obstruísse a passagem de pedestres ou prejudicar estabelecimento localizados no trecho da Rua Direta. Rogério Almeida se posicionou contra a decisão do fechamento da rua para o evento, tendo em vista a possibilidade de fechamento de um logradouro público e o ato se repetir em eventos outros. Ainda nesse interim, Hêlvio Santos ressaltou a importância do cuidado adequado com o volume do som para não atrapalhar empresários e moradores da região pelo fato de não ser um espaço usualmente ocupado por eventos musicais (os eventos musicais sempre acontecem no Largo das Forras e Rodoviária)	1. Flávia Frota observou que os organizadores ficassem atentos e dispusessem de recursos técnicos, como decibelímetro, para garantir volumes adequados de som. 2. Alba informou que está sendo estabelecido um limite de área ocupada pelos eventos nos espaços públicos como forma de resguardar o patrimônio e condições visuais para a cidade sendo implementado para todos os eventos a partir de 2017. 3. Foi votado e concluído que o evento “Quatro Estações Blues” fosse realizado no ano de 2016 em substituição ao “Vinho & Jazz”, estando seu organizador, Luiz César Costa, responsável por retornar a outras reuniões do COMTUR para avaliação da primeira edição em 2016 e possibilidade de acontecer novamente em anos futuros.	Sim.
Evento Artes de Tradições	Mônica Cardoso informou que esse evento que teria sua data prevista e aprovada para 2016 não aconteceu. A nova data sugerida e aprovada por unanimidade foi para que o evento acontecesse no segundo final de semana de Julho/2017	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Famtours em Tiradentes	Mônica Cardoso Gomes informou que o Santíssimo Resort teria oferecido um jantar de cortesia ao primeiro grupo do Famtour que visitaria Tiradentes no dia 12 do mesmo mês em que essa ata foi relatada. Possibilidade de cortesias para o grupo que chegaria a Tiradentes uma semana depois da estada do primeiro grupo no município estaria sendo analisadas	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.

ATA – JUNHO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Despoluição Visual do Centro Histórico	Nessa pauta, Mônica Cardoso Gomes informou que o documento a ser entregue aos empresários foi redigido e estaria em processo de coleta de assinaturas do IPHAN e Secretaria do Meio Ambiente e que estaria pronto para ser entregue aos empresários pela Secretaria do Meio Ambiente a partir do dia 15 do mês de relatoria da presente ata.	1. Envio do documento para os empresários a partir do dia 15 de Junho.	Sim.
Taxa de Turismo	Nessa pauta Mônica Cardoso Gomes informou que, mais uma vez foi enviado um e-mail para Alan Morethson, do departamento de Tributação, solicitando posicionamento ao tema, uma vez que não houve evolução em relação às situações discutidas em	1. Ficou aprovado, previamente, o valor de R\$1.050,00 a partir dos recursos do FUMTUR para a impressão do material	Sim.

	reuniões anteriores. O processo de geração de boleto automático ainda não estaria pronto para pagamento pelas pousadas, nem emissão de relatório detalhado sobre os valores arrecadados pela taxa de Turismo e repasse para o FUMTUR. Hêlvio Santos propôs que Alan fosse convidado para a próxima reunião e ficou responsável por fazer esse convite.		
Obras de Recuperação do Calçamento do Centro Histórico	Rogério Almeida informou que os frades, bem como o calçamento solicitados para o beco junto à Igreja São João Evangelista, antes de sua reinauguração, não teriam sido realizadas até o momento em que essa ata teria sido relatada. Manifestou novamente sua discordância em relação ao método utilizado pela empresa Suprema, responsável pela execução do projeto, que estava tendo apoio da Prefeitura. Hêlvio Santos, apoiado pelos demais membros, registrou que o planejamento inadequado do cronograma das obras vem provocando enormes transtornos como o que teria ocorrido no Corpus Christi por falta de sinalização e orientação por agentes aos motoristas. Outro ponto discutido ainda sobre essa pauta foi em relação à qualidade do serviço realizado, haja vista o comprometimento do calçamento e depósitos de estrago de pneus em função da movimentação das pedras durante o trajeto no trecho que já foi executado na Rua Direta. Com relação à “Restrição de acesso de veículos ao Largo das Forras” nos finais de semana e feriado, Mônica Cardoso disse que o Prefeito Ralph Justino teria realizado uma reunião com os empresários do local e que a restrição iniciaria-se a partir do dia 8 de Agosto/2016. Para isso, seria confeccionado material de divulgação e que a solicitação de inclusão das pousadas que se localizavam nessa área de restrição foi feita à Prefeitura. Hêlvio Santos comentou, em reunião, que não acharia que essa decisão deveria incluir não apenas as pousadas, uma vez que todos os estabelecimentos comerciais se encontravam na mesma situação. Mônica Cardoso verificaria o orçamento da confecção do material de divulgação, considerando o pagamento adiantado, o que foi, inclusive, aprovado por unanimidade. Com relação à restrição do acesso de veículos ao Centro Histórico, Rogério Almeida registrou que considera inadequado, sugerindo mais uma vez que fosse avaliado pela Prefeitura a substituição pela proibição de estacionamento, mas permitindo sim o acesso de veículos ao Centro Histórico nos finais de semana e feriado.	1. Os conselheiros sugeriram que mesmo que essa pauta seja acompanhada pelo COMTUR, tenha ações mais fortes realizadas pelo COMDUR que, segundo entendimento dos mesmos, teria instrumentação mais adequada para a cobrança de resultados e responsabilidades. 2. Os conselheiros acordaram com a decisão de Hêlvio Soares quanto à inclusão dos estabelecimentos no material no registro de área de restrição. Nesse interim, a decisão dos conselheiros foi negar a inclusão solicitada apenas de pousadas nesse material e que houvesse a realização de um aprofundamento para verificar como considerar os estabelecimentos comerciais de forma justa e que de fato apoiasse e esclarecesse ao turista para ter acesso.	Sim.
Coleta e Tratamento do Lixo	Hêlvio Soares propôs que o que caberia ao COMTUR seria, quanto essa pauta, promover a retomada da iniciativa de ações para Educação Ambiental focando no acondicionamento adequado em lixeiras para coleta. Heloisa Edwards sugeriu que fosse revista pela Prefeitura o valor anual para essa rubrica incluída no IPTU. Além disso, foi registrado por Heloisa sua surpresa quanto à redução de valor observada em 2016.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Restauração do Largo das Forras	Aqui, Mônica Cardoso informou que Alba Bispo teria se disponibilizado a redigir a carta ao empresário Nilson Barbosa, responsável pela execução da obra, mas que alguns dias depois informou, por e-mail, que não seria mais necessário já que teria recebido documentação referente ao projeto, ainda que estivesse com pendências sinalizadas pelo IPHAN.	1. Mônica Cardoso ficou responsável por obter esse documento no IPHAN e apresentá-lo na próxima reunião do COMTUR para que fosse anexado à ata	Sim.
Estatuto do COMTUR	Nessa pauta, Hêlvio Santos informou que o representante da Câmara Municipal excedeu o limite de ausências previstas e que a entidade deveria indicar outro representante para a cadeira.	1. Seria redigido um ofício do COMTUR endereçado à Câmara com o teor da decisão de indicação de outro representante para ocupar a cadeira.	Não.
Workshop de Eventos	Mônica Cardoso informou que o planejamento estaria em andamento e que deveria sugerir uma data para sua realização na próxima reunião do COMTUR, adiantando que deveria ser realizado em novembro/2016.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Demonstrativos de contas do FUMTUR	Mônica Cardoso teria apresentado a receita do FUMTUR no valor de R\$64.903,13, lembrando que ainda seria debitado R\$17.100,00 relativo ao pagamento de confecção e instalação de placas nas rodovias que dão acesso ao município de Tiradentes, conforme acordado em reuniões anteriores para o projeto desenvolvimento pelo Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes. Mônica observou que considerando o extrato anterior de R\$61.354,90, foi adicionado R\$2.936,18 do ICMS Turístico e R\$1.974,00 da Taxa de Turismo, havendo uma diferença de R\$1.361,95 menor para o saldo atual daquele mês e que seria feito uma averiguação e esclarecida na próxima reunião.	1. Mônica estaria responsável por averiguar a diferença de R\$1.361,95 na receita	Sim.
Famtoours em Tiradentes	Mônica Cardoso Gomes informou que para a organização da vinda do próximo grupo à Tiradentes estaria dependente de um transporte para 12 pessoas entre Tiradentes e Rio de Janeiro. Nesse interim, realizou consulta a empresas de Tiradentes e região, sendo o melhor preço oferecido pela Uai Sô, de Tiradentes, no valor de R\$1.050,00. Esse valor foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes para utilização da verba do FUMTUR. Hêlvio Santos sugeriu, para a efetividade da vinda dos Famtoours à Tiradentes e o consequente crescimento do volume de negócios para a cidade, que Mônica conversasse	1. Testar o entendimento dos empresários e a viabilidade para seus negócios.	Sim.

	com a ASSET (Clarissa) e verificasse a possibilidade de apresentar esse projeto em reunião setorial de Hotéis e Pousadas.		
Cursos de Capacitação profissional e empresarial	Mônica apresentou uma relação de cursos oferecidos pelo SENAC para verificar a viabilidade da utilização do FUMTUR no fomento e capacitação para os empresários e seus colaboradores. Hêlvio Santos, em contrapartida, observou que no momento de crise econômica em que o país se encontrava e o elevado valor dos cursos seria mais viável analisar as possibilidades oferecidas por Consultoria Individual, como proposto pelo Sebrae, por exemplo, que teria custo baixo ao empresário, nenhum custo adicional para a ASSET ou Prefeitura e que ofereceria resultados mais imediatos para o negócio.	1. A decisão de escolha pela Consultoria individual do Sebrae foi aceita em unanimidade pelos conselheiros.	Não.
Centro de Informação ao Turista	Flávia Frota informou a todos na presente reunião que o novo gerente regional do Sesi tem interesse em movimentar as atividades do CCYA. Dentro dessas ações, estaria levar o Centro de Informações ao Turista da cidade para a sala anteriormente ocupada pela Estrada Real CCYA, operado por funcionários do Sesi. Mônica Cardoso concordou em aceitar a oferta. No entanto, pontuou que, com este movimento, se perderia o ponto estratégico no Largo das Forras. Além disso, pontuou também que a Prefeitura não poderia deixar de ter a obrigação de receber e orientar o turista. Rogério Almeida pontuou que o espaço ocupado no Largo das Forras para o Centro de Informações ao Turista fosse utilizado como meio público e não com fins comerciais. Nesse interim, Rogério sugeriu que a Biblioteca Municipal da cidade voltasse a ocupar este espaço já que teria sido seu antigo local de ocupação. Essa decisão foi unânime por todos os conselheiros presentes. Mônica Cardoso, por fim, informou que o seu até então supervisor, Denilson, seria transferido da Secretaria de Cultura e Turismo para o Departamento de Tributação, o que acarretaria o fechamento do Centro de Informações ao Turista na parte da manhã até que fosse concretizada a responsabilidade do Centro para o CCYA.	1. Foi proposto que, para não ficar apenas a cargo do CCYA a função de orientar o turista, fosse feito um convênio entre a Prefeitura e o CCYA, esclarecendo as obrigações de ambas as partes.	Sim.

ATA – JULHO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Despoluição Visual do Centro Histórico	Nessapauta, Mônica Cardoso Gomes informou que o documento a ser entregue aos empresários estaria em processo de dependência pelo IPHAN já que Alba Bispo teria se desligado da entidade e estaria aguardada a nomeação de um novo substituto. Informou ainda que iria à Belo Horizonte no dia 22 do mês de relatoria dessa ata e que tentaria obter a assinatura do superior ao escritório de Tiradentes.	1. Caso a Mônica Cardoso não conseguisse colher a assinatura do superior em Belo Horizonte, foi consenso dos presentes na reunião esperar a próxima reunião do COMTUR que provavelmente já teria a nomeação do novo representante do IPHAN. 2. Caso até a próxima reunião do COMTUR essa decisão se mantivesse vaga, a decisão de Rogério Almeida seria acatada, ou seja, realizar o envio de uma carta ao Ministério Público, sendo a responsabilidade de fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente	Sim.
Taxa de Turismo	Nessa pauta Mônica Cardoso Gomes informou que a confecção do material de divulgação ainda estava em processo de andamento. Em relação ao boleto automático, houve sinalização do Departamento de Tributação de que estava resolvido e que passaria a ser emitido conforme as solicitações. Ainda assim, não haveria data para sua implementação. No entanto, Mônica Cardoso ficou responsável por verificar com Alan Morethson a possibilidade de fazer uma reunião similar à que aconteceu com a ASSET em que seu teor seria a divulgação do passo a passo dessa implementação aos empresários. Hêlvio Soares informou que o convite a Alan Morethson foi feito via e-mail e WhatsApp para o comparecimento na presente reunião mas não obteve retorno do empresário. Quanto ao posicionamento do Prefeito Ralph Justino, Hêlvio informou que a posição dele (do Prefeito) foi a mesma dita por Mônica, ou seja, de realizar uma reunião para que o processo de divulgação fosse realizado passo a passo	1. Mônica Cardoso ficou responsável por verificar com Alan Morethson a possibilidade de fazer uma reunião similar à que aconteceu com a ASSET em que seu teor seria a divulgação do passo a passo dessa implementação aos empresários	Sim.
Obras de Recuperação do Calçamento do Centro Histórico	Muitas discussões foram feitas sobre o assunto. Mas, segundo o que consta na ata, a síntese foi de que não havia um plano de execução de obras alinhado com um plano viário para a cidade, sinalização e orientação por agentes adequados. Mônica informou que há um plano de sinalização para pedestres sendo desenvolvido para o Centro Histórico. Não obstante, o entendimento dos presentes na reunião foi de que isso não atenderia minimamente o que a cidade precisaria. Rogério Almeida questionou em reunião se a fiscalização da obra estava sendo pela Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal e foi respondido pelo vereador João Marcos que não, pois, apesar de terem sido encaminhados vários ofícios à Prefeitura, até aquele momento a Câmara não teria tido acesso ao cronograma físico financeiro da obra. Disse ainda que foi feita uma representação junto ao Ministério Público e que estaria aguardando a resposta (com expectativa entre 1 e 2 anos).	1. Foi consenso dos conselheiros presentes de que esse tema deveria sair do acompanhamento do COMTUR e que seria tratado apenas assuntos pontuais, sempre que necessário	Não.

Restrição de acesso de veículos ao Largo das Forras	Aqui, Mônica Cardoso informou que a gráfica estaria realizando a adequação da arte final do material de divulgação e que, se de todo fosse possível, buscaria apoio junto à Gina Mesquita. Hêlvio informou que o Prefeito Ralph Justino o contactou para que fosse reavaliada a inclusão apenas de pousadas.	1. A proposta do prefeito Ralph Justino foi colocada em discussão e o consenso de todos foi de que dovesse sim seguir a sugestão apresentada por Mônica de incluir apenas os tipos de estabelecimentos existentes na região (hospedagem, restaurantes e lojas), sem a indicação explícita de quais estabelecimentos ou quaisquer que fossem os segmentos.	Sim.
Restauração do Largo das Forras	Mônica Cardoso apresentou o documento redigido por Alba Bispo e despachado em 31/05 ao Sr. Nilson Barbosa, anexado à ata.	1. Os presentes na reunião aguardariam a nomeação do novo responsável pelo IPHAN para o escritório Tiradentes. Caso isso não ocorresse até a próxima reunião do COMTUR, o próprio Conselho daria andamento ao processo diretamente com o empresário.	Sim.
Workshop de Eventos	Mônica Cardoso informou que a data para a ocorrência do workshop foi pré-agendada para 23 a 25 de novembro de 2016.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Demonstrativos de contas do FUMTUR	Mônica Cardoso teria apresentado a receita do FUMTUR no valor de R\$71.144,98, lembrando que ainda seria debitado R\$17.100,00 relativo ao pagamento de confecção e instalação de placas nas rodovias que dão acesso ao município de Tiradentes, conforme acordado em reuniões anteriores para o projeto desenvolvimento pelo Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes. Mônica observou que o último valor de depósito informado era relativo ao resíduo de ICMS ainda não recebido. No final de Junho/2016 foi realizado um depósito de R\$3.000,00 relativos ao ICMS turístico do período. Não teria ficado claro na reunião o processo de Taxa de Turismo, que seria inclusive revisto. Mônica confirmou que, ao se reunir com Eduarda, do departamento Financeiro da Prefeitura, foi realizado a transferência de para o Fundo No valor de R\$2.576,88, referente ao 60% do valor arrecadado até a presente relatoria dessa ata, comprovado por meio de extrato que foi apresentado	1. Na próxima reunião, Mônica ficou responsável por trazer esclarecimentos sobre todo o processo.	Sim.
Famtours em Tiradentes	Hêlvio Santos informou que a recente visita que teria acontecido, ocorreu de forma contrária às expectativas esperadas, sem o reconhecimento das cortesias, atenção dos empresários que as ofereceram e sem clareza do objetivo da vinda do grupo. Sugeriu, portanto, que fosse feito um posicionamento formal da ASSET de não mais trabalhar na recepção dos Famtours, a menos que ela mesmo, a ASSET, definia, previamente com o grupo, objetivos e operacionalização da visita. Marcos Vinicius sinalizou que não teria sido necessária a utilização da verba autorizada na última reunião no valor de R\$1.050,00	1. Testar o entendimento dos empresários e a viabilidade para seus negócios. 2. Marcos Vinicius Januário concordou com a decisão de Hêlvio Santos e solicitou que fosse enviado um ofício da ASSET ao Circuito Trilha dos Inconfidentes com comentários e posicionamentos da ASSET para que possa ter subsídios de orientar situações futuras.	Não.
Centro de Informação ao Turista	Mônica Cardoso confirmou a saída de Denilson da Secretaria e esclareceu que conseguiu reorganizar recursos para que não houvesse horários de fechamento. Em relação à ocupação do espaço a ser disponibilizado no Largo das Forras, Mônica informou que o Prefeito Ralph Justino pretende cedê-lo para que seja realizado um centro de artesanato de alto nível e que virá ao COMTUR para os devidos esclarecimentos	1. Os conselheiros presentes se posicionaram da mesma forma que na reunião anterior, recomendando de forma definitiva para que o espaço público seja garantido para o uso público e não comercial. Ficou decidido ainda, que a transferência do Centro de Informações ao Turista para o CCYA ocorra, redigido por um documento (Convênio ou Acordo de Cooperação) claro e que garanta direitos e deveres de ambas as partes, e que seja mantida a Secretaria de Cultura e Turismo no prédio do Largo das Forras, ocupando, inclusive, a sala de baixo, servindo de apoio tanto para o turista como para a comunidade.	Sim.
Manutenção dos banheiros públicos do Largo das Forras	Mônica Cardoso informou que foram gastos durante o evento Bikefest R\$600,00 para os ajustes, manutenção e limpeza, incluindo nesse valor material. Esse valor teria sido aprovado por unanimidade para ser pago pelo FUMTUR conforme decisão já aprovada de forma genérica para os eventos que ocuparem o espaço do largo das Forras.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
BikeFest	Informações sobre o Bikefest foram apresentadas na reunião.	1. Hêlvio Santos informou que iria disponibilizar, anexado à presente ata, o resultado da pesquisa realizada pela ASSET para o Bikefest que teria aceitado a mudança de local para o Santíssimo Resort, trazendo destaque e crítica ao poder público (trânsito). 2. Foi aprovado por unanimidade em reunião o valor de \$1.050,00 a ser debitado do FUMTUR para impressão de material de orientação para o fechamento de Centro Histórico	Não.
Cicerones (guias) da Maria Fumaça agindo como cambistas	Hêlvio Santos informou sobre essa pauta ter recebido uma denúncia informal alertando sobre essa situação (na ata não esclarece qual situação é essa. Cambistas?). Discutindo o tema e não chegando a nenhuma conclusão ficou estabelecido entre os membros do COMTUR que deveria acontecer uma conversa com a VLI para buscar formas de coibir esse tipo de atuação, limitando, por exemplo, o número de ingressos por pessoa como acontece em grandes shows	1. Marcus Vinicius Januário ficou responsável por realizar essa primeira conversa com a VLI.	Sim.

ATA – JULHO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Extraordinária 1			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Execução da obra de despoluição do Ribeiro Santo Antônio da COPASA	A relatoria dessa inicia-se constando que a reunião começou com a fala do Presidente do COMTUR, Sr. Marcus, que teria dado a palavra ao Sr. Prefeito. O Prefeito Ralph Justino teria dito que estaria tentando minimizar os efeitos da obra ser realizada pela empresa COPASA, passando a palavra a Sra. Tessa, representante da COPASA. Sra. Tessa teria dito que o Rio das Mortes é a única saída que em que o esgoto da cidade de Tiradentes desembocava, tendo, portanto, a COPASA, a obrigação de realizar o saneamento do esgoto do município. A mesma informou que não haveria como realizar a obra de saneamento caso a Ponte da entrada Tiradentes não fosse fechada, pois não haveria como ocorrer passagem de pedestres e veículos durante o período da obra. A Sra. Thais, representante da empresa que iria realizar a obra, Infracom, disse em reunião que a obra era de grande risco, tendo em vista as estruturas do imóveis localizados na região, uma vez que teriam que ser utilizados equipamentos pesados que gerassem segurança à população e aos funcionários da Infracom. Nesse interim, Sra. Marisol teria pedido a palavra e disse que a ASSET teria prazer de representar os empresários em Tiradentes e que, contrário ao que teria dito o Prefeito, o maior público de Tiradentes ocorreria no mês de Agosto, tendo as pousadas vendido quase todas as suas reservas e que isso geraria prejuízos grandes. A palavra foi passada ao Sr. Ronaldo que teria dito que seria impossível que a obra não ocorresse. O Sr. Felipe, proprietário do Posto de Gasolina, teria dito que toda obra de saneamento básico era bem-vinda. Porém, ressaltou que com a obra a cidade ficaria sem combustível, haja vista a impossibilidade dos caminhões circularem pela cidade. A palavra foi dada ao Sr. Mozart, que seria engenheiro, que disse que lidava com obras em aeroportos e que os aeroportos realizava obras durante a madrugada, ou seja, isso indica que não precisaria necessariamente para o trânsito pelo dia, tendo em vista da possibilidade de realizar as obras em outros períodos. Disse ainda que a solução proposta pela COPASA interessaria apenas a ela e não à população, pedindo, portanto, para que o Prefeito Ralph Justino avaliasse tal situação pautada. A palavra foi dada ao Sr. Josenildo e o mesmo informou que a os empresários lutavam para trazer os eventos para a cidade e que a obra traria problemas quanto às condições econômicas. Sra. Tessa teria informado que a obra estaria interrompida até ordem da Diretoria da mesma.	1) Dr. Marcus Rozzetto propôs que fosse esperado o período de 24h para que a COPASA se manifestasse a respeito da paralisação da obra, o que teria sido acordado por todos os presentes na reunião. 2) Sr. Ronaldo, representante da COPASA, teria se comprometido a encaminhar uma solicitação aos seus superiores.	Não.

ATA – JULHO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Extraordinária 2			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Impacto da atividade turística no entorno da Estação Ferroviária e necessidade de organizar a atuação dos prestadores de serviço turístico	A relatoria dessa inicia-se constando a justificativa dada à ausência de Hélio Soares, Secretário Executivo do COMTUR, que não teria comparecido por motivos de viagem. Mônica Cardos o informou que Bruno Abner Lagôa, gerente da Gestão Integrada de Turismo, da VLI, teria entrado em contato para solicitar apoio em relação à interferência de terceiros, prestadores de serviços turísticos, no entorno da Estação ferroviária. De acordo com o repasse de Bruno à Mônica, a VLI tem recebido várias reclamações de turistas, passageiros da Maria Fumaça, relacionados à forma indevida com que os serviços de passeio turístico no desembarque da Maria Fumaça estariam sendo ofertados. Ainda nesse interim, o prefeito Ralph Justino informou que no início de sua gestão teria se reunido com os prestadores de serviços na tentativa de organizar a situação no entorno da Estação e que da forma como agiam teriam funcionado por um bom tempo. Não finalizando a discussão sobre a condição dos serviços prestados no entorno da Estação, consta na ata que foi discutido a venda de ingressos sem controle para os passageiros da Maria Fumaça, facilitando a atuação de cambistas também no entorno da Estação. Marcus ressaltou que esse também era um problema que deveria ser revisto e tratado com o setor responsável da VLI. Flávia Frota questionou a ausência de um representante da VLI na presente reunião. Sobre esse questionamento, Mônica informou que o fazer o convite de comparecimento à presente reunião, Bruno teria justificado que não teria autonomia sobre o assunto em questão e que, por isso, não poderia comparecer sem a presença do responsável pelo setor.	1. Ficou decidido entre os presentes que para evitar os transtornos no entorno da Estação seria necessário a presença de um fiscal. O Prefeito Ralph Justino solicitou que Mônica articulasse com a Associação de Produtores de Tiradentes, entidade que estaria responsável pela Feira de Produtores da Praça da Estação, para que o fiscal Geraldo Bosco de Rezende, que à época controlava o trânsito de veículos no entorno da praça, fiscalizasse também a atuação dos prestadores de serviço turístico. 2. O Prefeito Ralph Justino sugeriu que fosse acrescido R\$30,00 (trinta reais) por dia ao pagamento que a Associação de Produtores de Tiradentes destinava a este fiscal com recursos do Estacionamento Municipal da Estação, para que Geraldo Bosco pudesse cumprir também com essa função. Solicitou ainda que, Mônica se reunisse com os prestadores de serviços turísticos para iniciar um cadastramento e organização deste setor do município. Mônica ficou responsável por entrar em contato com Lúcia, representante da Associação de Produtores de Tiradentes para agendar uma reunião com Geraldo para o dia 20 do mês de relatoria dessa ata. Entretanto, Dalton sugeriu que a reunião fosse marcada para o dia 26 do mês de relatoria dessa ata, às 18h30.	Não.

		já que teria se disponibilizado a participar e estar presente na reunião, sendo este a melhor data e horário que lhe atenderia.	
--	--	---	--

Não se teve acesso à ata do mês de agosto/2016.

ATA – SETEMBRO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Despoluição Visual do Centro Histórico	Nessa pauta, Mônica Cardoso Gomes informou que o Ministério Público se posicionou para não emitir qualquer documento por entender que o essa função seria do Poder Executivo, cabendo ao Ministério Público apenas fiscalização. O documento original estaria com todas as assinaturas e pronto para ser entregue aos estabelecimentos comerciais. Sobre essa função, Ernane Fonseca ponderou que até o momento é desfavorável para dar início da ação, pela confusão gerada pelo cenário político.	1. Ernane Fonseca solicitou que fosse enviado um ofício ao estabelecimento Lagos de Minas, em Santa Cruz de Minas, para que não colocasse banners ou cartazes divulgando seus eventos em locais públicos do município de Tiradentes. Mônica ficou responsável por preparar e enviar o ofício através da Secretaria de Turismo. 2. A ponderação de Ernane Fonseca foi colocada em votação e houve empate na decisão final pelo voto do presidente do Conselho, ficando decidido que a ação seria iniciada a partir do dia 3 de Outubro, após as eleições. Não	Sim.
Taxa de Turismo	Mônica Cardoso informou que não houve arrecadação entre os meses de maio e junho recorrente ao ano de 2016. A ação de incentivar a cobrança juntos aos hotéis e pousadas por meio da Secretaria de Turismo seria retomada.	1. A Secretaria de Turismo ficaria responsável por retomar a ação de incentivo à cobrança juntos aos hotéis e pousadas.	Sim.
Restrição de acesso de veículos ao Largo das Forras	Consta na presente ata que o tema foi trocado para “Estacionamento de Veículos”.	1. Teria sido consenso dos presentes prosseguir com a ação para que fossem mapeados os estacionamentos articulars já existentes, com quantidades de carros possíveis para serem estacionados – situação essa que foi tida como imediata -, adicionar outras possibilidades de criação de estacionamento público ou privado – situação de desenvolvimento de solução contínua – e levado à Prefeitura para que fossem estabelecidos os convênios de uso e divulgação.	Não.
Restauração do Largo das Forras	Luciana Bonuti informou que realizaria uma reunião com o arquiteto responsável pela obra no dia 14 do mês de relatoria dessa ata, buscando solucionar problemas de diversos projetos.	1. Caso o problema não fosse resolvido pelo IPHAN, seria exigido o cumprimento junto ao Departamento Jurídico do IPHAN para que fosse exigido o cumprimento da contrapartida em questão.	Sim.
Workshop de Eventos	Mônica Cardoso informou que seria viável conversar com um consultor independente, turismólogo, para avaliar o que poderia ser feito de forma rápida e focada. Consta na relatoria dessa ata que o nome de Isabel Marques como melhor alternativa para o desempenho desse trabalho inicial já que a mesma teria coordenado todo o trabalho do Plano Diretor e, por esse motivo, ela teria uma visão abrangente acerca dessa legislação.	Mônica Cardoso se comprometeu a realizar o contato novamente com Isabel tentando atender a possibilidade da realização do workshop ainda para o ano de 2016	Não.
Demonstrativos de contas do FUMTUR	Mônica Cardoso teria apresentado a receita do FUMTUR no valor de R\$78.241398, lembrando que ainda seria debitado R\$17.100,00 relativo ao pagamento de confecção e instalação de placas nas rodovias que dão acesso ao município de Tiradentes, conforme acordado em reuniões anteriores para o projeto desenvolvimento pelo Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Centro de Informação ao Turista	Mônica Cardoso confirmou que Dra. Elvira teria enviado com convênio para a Câmara Municipal, que teria deixado “em estudo”. Foram feitos os esclarecimentos necessários e no dia de relatoria dessa ata o convênio seria apresentado e votado na Câmara, com a presença de Mônica e Flávia.	1) Flávia Frota sugeriu que fosse marcada uma reunião com a Câmara responsável pelo estudo, que teria sido realizada em 12 de Setembro do mês de relatoria dessa ata. 2) Em relação ao convite para que o Prefeito Ralph Justino fosse à reunião do COMTUR para apresentar sua ideia de implementar o centro de artesanato de alto nível no local atual ao Centro de Atendimento ao Turista, foi marcado para a próxima reunião. 3) Mônica Cardoso Gomes informou que ficaria responsável por ministrar a Contextualização de Tiradentes no Cenário Nacional, com Marcus Januário abordando a Contextualização de Tiradentes no Cenário Regional e Hélios Santos estaria responsável por fazer o treinamento “on the job” para a Excelência no Atendimento. 4) Com relação à capacitação de 2 colaboradores que seriam contratados para a nova estrutura do Centro de Atendimento ao Turista, Mônica Cardoso esclareceu que Luiz Cruz faria o treinamento sobre os Atrativos Culturais e Naturais de Tiradentes. Este treinamento duraria 3 horas e o custo total seria de R\$360,00, aprovado em unanimidade.	Sim.

Cicerones (guias) da Maria Fumaça agindo como cambistas	Mônica Cardoso informou em reunião que o IF ministrava cursos de nível técnico, em Santos Dumont, para que fosse realizado em um dia inteiro por semana para que facilitasse o deslocamento e participação do grupo de Tiradentes a ser treinado. Para os charreteiros o curso estruturado seria o de condutor que ainda estava em estudo. Mônica informou também que foi feito um cadastro para o treinamento e, a posteriori, fazer a regularização das atividades. Informou ainda que teria sido feito um cadastro inicial de guias, cicerones, condutores de animais próximo a 15 inscrições. O cadastro continuaria para que todos os que atuavam. Com relação aos pré requisitos para a realização do treinamento, Dalton Cipriani alertou que o curso de Santos Dumont exigia que os inscritos tivessem nível médio de escolaridade, sendo, portanto, necessário dois tipos de treinamento: um formal e outro de participação	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Eventos musicais	Nessa pauta, foi realizada a apresentação da empresa Clima, que trazia experiências desde 2011 em São Tomé das Letras, Poços de Caldas e região. A proposta seria realizar um festival nos dias 21 e 22 de Abril de 2017 em local que ainda seria definido pelos artistas Nando Reis e Zé Ramalho, sendo o evento composto por camarote, pista e backstage. Os organizadores informaram que pretendiam colocar uma praça de alimentação no local do evento, convidando, no entanto, os empresários de Tiradentes que quisessem participar e trabalhar no espaço poderia entrar com parcerias. Ernane Fonseca informou aos organizadores do evento que no município os eventos ocorriam sempre com possibilidade de associar a venda de ingressos por doação de 1kg de alimento não perecível que seria doado à entidades beneficentes da cidade	1. Hêlvio Soares informou que levaria essa pauta à diretoria da ASSET para que, a posteriori, pudesse se manifestar de forma mais adequada quanto ao assunto, considerando datas, formato, artistas e impacto para os empresários.	Sim.
Semana do Turismo em Tiradentes	Mônica Cardoso informou que para o ano de relatoria dessa ata, 2016, a Semana de Turismo em Tiradentes aconteceria no mês de Outubro e que estaria elaborando a programação, buscando parceiros e participantes.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
ABAV	Marcus Januário informou que o evento iniciaria no dia 27 do mês de relatoria dessa ata, no Expo Center Norte, em São Paulo, e que a Secretaria de Turismo disponibilizaria espaços para Gastronomia, Circuito Trilha dos Inconfidentes e Receptivos. Informou ainda que está abrindo a oportunidade para todos os associados da ASSET que quisessem disponibilizar cartões, folders e flyers de seus estabelecimentos para que	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

ATA – OUTUBRO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Festival Estrada Real de cervejas Artesanais – Não consta na ata o nome com essa referência de pauta	A reunião inicia discorrendo sobre ter recebido no COMTUR a presença das empresárias Ana Flávia Pereira e Karina Resende, de São João del Rei, que apresentaram o projeto Festival Estrada Real de Cervejas Artesanais. O projeto passaria por 4 cidades que hoje são polos turísticos: Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina e Parati, objetivando disseminar a indústria cervejeira artesanal. A estrutura prevista para o evento é de 25 estandes, sendo 20 para fornecedores de cerveja e 5 para gastronomia. Era de interesse das organizadoras do evento em questão que as estandes de gastronomia fossem ocupadas pelos empresários que possuem restaurantes no município. Além disso, estaria prevista contrapartidas para a cidade, sendo as principais: doação de parte da renda do evento para o APAE, Bombeiros voluntários, Abrigo e Banda Ramalho	1. As datas pretendidas para que o evento proposto pelas empresárias seriam 6, 7 e 9 de Janeiro de 2017, com os seguintes horários: 06, sexta-feira, das 18h00 às 23h00; no dia 07, sábado, das 11h00 às 23h00; e, no dia 8, domingo, de 10h00 às 17h00. Em termos de shows musicais, estaria previsto bandas de rock e blues, uma banda celta, uma banda “cover” dos Beatles e a Banda Ramalho. 2. Os conselheiros presentes na reunião ouviram e receberam a proposta das empresárias e iriam deliberar sobre a realização do evento na Reunião Extraordinária que aconteceria no dia 19 do mês do mês de relatoria dessa ata.	Sim.
Despoluição Visual do Centro Histórico	Monica Cardoso informou que Ernane Fonseca, até o presente momento de relatoria dessa ata, era o Secretário do meio Ambiente, estava se desligando da Prefeitura no decorrer do mês de Outubro e que não realizaria mais as ações associadas a esse tema.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Taxa de Turismo	Hêlvio Santos teria esclarecido que durante a reunião setorial de Hotéis e Pousadas na ASSET, os empresários se mostraram inseguros para estabelecer de forma mais intensa a cobrança da Taxa de Turismo, pois já colecionaram documentos de recusa de pagamento pelos hóspedes questionando onde será utilizado o montante arrecadado pela Taxa de Turismo.	1. Mônica Cardoso irá redigir um texto com os devidos esclarecimentos, texto esse que seria assinado pelos membros do COMTUR, e que seria entregue a Hêlvio Santos na próxima reunião setorial da ASSET	Sim.
Restauração do Largo das Forras	Luciana Bonuti informou que o projeto já corrigido teria entregue pelo empresário responsável e que estaria em fase final de avaliação pelo IPHAN para que as obras fossem realizadas.	1. O projeto estava em fase de avaliação elo IPHAN para que os trabalhos fossem iniciados.	Sim.
Demonstrativos de contas do FUMTUR	Mônica Cardoso apresentou e-mail enviado ao Departamento Financeiro da Prefeitura, solicitando o valor de saldo atualizado, mas que não teria sido respondido até o momento em que acontecia a reunião da presente ata relatada. O valor de R\$17.1000,00, relativos às placas de sinalização deveria ser pago para o Circuito Trilha dos Inconfidentes no mesmo dia da reunião em que relata essa ata.	1. Foi consenso dos conselheiros que até o encerramento do ano de 2016 deveria ser elaborado e aprovado um Plano de Ação do COMTUR para 2017, com o respectivo orçamento, considerando o saldo existente do FUMTUR.	Sim.
Centro de Informação ao Turista	Mônica Cardoso para que o convênio teria ficado em estudo na Câmara Municipal, para melhor avaliação, e que deveria ser votado na reunião da terça-feira próxima da data de relatoria dessa ata, que ocorreria na Águas Santas. Outro ponto que deveria ser discutido é que o Departamento Jurídico do Sesi fizeram algumas ressalvas no	1. O estudo do convênio deveria ser levado para a próxima reunião.	Sim.

	texto do convênio, que deveriam ser observados antes de sua aprovação por qualquer entidade.		
Eventos musicais	Consenso de que não seriam realizados eventos que captassem um grande número de espectadores no município de Tiradentes.	1. Segundo consta na ata os conselheiros consideraram, por unanimidade, que os eventos fechados, pagos e que trouxessem grande número de espectadores para locais públicos, não se encaixavam no perfil de Tiradentes e que não deveriam ser realizados no município.	Não.
Semana do Turismo em Tiradentes	Mônica Cardoso informou que a Semana do Turismo teria sido um sucesso, conforme amplamente teria sido divulgado nas redes sociais. Como já sinalizado em atas anteriores, houve um custo de R\$933,00 para o pagamento de cafés receptivos, com produtos obtidos dos produtores rurais, tendo sido pago a partir do FUMTUR, conforme acordado por unanimidade em reunião anterior.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Lixo Zero	Essa pauta foi trazida por Hêlvio Soares essa campanha que estava sendo desenvolvida a partir de um grupo de empresários voluntários da ASSET com a participação de Ralph Justino como cidadão e não como prefeito, e que segundo a intenções do mesmo, pretendia levar soluções para solucionar o problema do lixo que causava incômodos à cidade. Nessa fase, as frentes que estavam sendo trabalhadas eram Coleta e tratamento do Lixo Reciclável e Educação Ambiental. O lançamento da campanha começaria a partir de 21 do mês próximo da relatoria dessa ata (Novembro/2016), mesma semana que aconteceria o Fórum do Amanhã em Tiradentes, com realização do Dia do John. Nessa mesma data ocorreria um mutirão para a coleta de lixo na cidade, com intenção especial para a reciclagem. Nisso envolveria cidades escolas, associação de moradores e a ASSET, com o objetivo de conscientizar toda a população para o problema do lixo e engajamento do Lixo Zero. Maiores informações poderiam serem obtidas diretamente na ASSET.	1. Hêlvio Santos ficou responsável por levar essa ideia ao grupo Lixo Zero	Sim.
Sinalização Turística	Mônica Cardoso informou que teria revisto o projeto original com Marcus Januário, Rogério Almeida e Luciana Bonuti e concluíram que haveria necessidade de colocar uma sinalização direcional. Nessa etapa inicial da sinalização seria utilizado o padrão internacional, com ferro e vidro como materiais, localizados em pontos: Rua Direta, esquina com o acesso ao Largo do Sol; Rua Padre Toledo, esquina com a Rua da Câmara; e Rua do Chafariz, esquina com a Rua Direita. O pagamento dessa sinalização seria realizado com verba do TAC da VLI, não onerando o FUMTUR. A sinalização antiga seria retirada.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Restauração do Chafariz	Dalton teria pontuado que além da restauração não ter sido feita de forma adequada, o aqueduto teria ficado sem água. Luciana Bonuti informou que teria enviado um ofício do IPHAN para a Prefeitura a respeito do assunto	1. Foi de consenso dos conselheiros presentes que o COMTUR deveria enviar um ofício à Prefeitura solicitando um prazo para que os problemas fossem revistos.	Sim.
TremBier	Luiz Costa, idealizador do TremBier, teria apresentado em reunião o novo rótulo lançado da cerveja artesanal com a marca do evento e seu formato para 2017. Informou que não pretendia fazer o evento no Largo das Forras e que queria leva-lo para a Rodoviária. No entanto, para que isso acontecesse, foi relatado na presente ata que uma infraestrutura melhor seria exigida, respeitando as condições estabelecidas pelo IPHAN para aquele local	1. Como não foi possível encaixar o evento nos finais de semana no calendário de eventos, foi proposto que Luiz Costa conversasse com o idealizador do Vinho & Jazz para certificar se o evento aconteceria ou não. Caso não fosse ocorrer, como aconteceu no ano de relatoria dessa ata, o TremBier entraria na data do Vinho & Jazz. 2. Foi proposto que o calendário de eventos tivesse formalização dos idealizadores e organizadores para realização nas datas reservadas até o final do mês seguinte de relatoria dessa ata – Novembro/2016 –, sob pena de perderem a data agendada para seus eventos, podendo as datas serem substituídas por eventos outros	Sim.

ATA – NOVEMBRO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Regulamentação da Lei de Eventos	Foi de consenso de todos que este item deveria ser mantido em aberto para que fosse redigida a minuta do Decreto que regulamentaria a lei vigente, pelos membros já indicados do COMTUR, e apresentado para que o Prefeito eleito pudesse dar andamento junto à Câmara Municipal.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Despoluição Visual do Centro Histórico	Ficou decidido que essa pauta se manteria na ata até sua continuidade com a nova administração municipal	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Taxa de Turismo	Mônica Cardoso Gomes informou que teria redigido o texto proposto para a divulgação e que teria sido entregue à ASSET. Hêlvio Santos informou que o texto estava em processo de avaliação pela setorial de Hotéis e Pousadas da ASSET e que daria o parecer na próxima reunião do COMTUR.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Restauração do Largo das Forras	Luciana Bonuti teria informado que o projeto estava em fase final de aprovação pelo IPHAN BH.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.

Demonstrativos de contas do FUMTUR	Mônica Cardoso apresentou o saldo de R\$78.971,66, já descontados os R\$993,00 que haviam sido aprovados pelo COMTU para a Semana de Turismo. Permanecia até a presente reunião pendente o pagamento dos R\$17.000,00 ao Circuito trilha dos Inconfidentes relativo à confecção das placas de sinalização nas estradas de acesso ao município de Tiradentes. Mônica informou ainda ter sido notificada pela Prefeitura de ainda haveria dependências a serem pagas pelo FUMTUR. Marcus Januário chamou atenção para que estivessem todos atentos que se as prefeituras não tiverem dotação específica para o Turismo em 2017, não receberiam mais ICMS Turístico nem fariam parte do mapa de regionalização do Turismo de Minas Gerais	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Temas e discussões gerais	Na última reunião, Mônica teria apresentado um Plano de Ação para o COMTUR, considerando atividades de curto, médio e longo prazo já com Orçamento para o ano de 2017. Esse plano, em linhas gerais, teria sido aprovado em unanimidade pelos membros sendo mantido o modus operandi do COMTUR para a aprovação. O Plano de Ação completo seria entregue formalmente na próxima reunião ordinária do COMTUR. O Prefeito Ralph Justino teria autorizado um pequeno recurso diretamente da Prefeitura para que fosse realizado o mínimo de decoração na cidade. Mônica informou que teria comprado os materiais possíveis e que no momento estaria apenas aguardando a instalação pelos funcionários da Prefeitura. Quanto ao presépio, Mônica informou que o vereador Jango não teria adquirido a estrutura do presépio com informado anteriormente e, por isso, estaria tentando verificar parcerias para conseguir montar a estrutura. Como última alternativa, o presépio seria montado dentro do Centro de informação ao Turista, no Largo das Forras.	1) O Plano de Ação completo seria apresentado na próxima reunião por Mônica Cardoso. 2) Rogério Almeida propôs que para o próximo ano o COMTUR faça a sugestão a Pepe de Córdoba para que o presépio que naquele ano teria montado dentro do Museu da Liturgia fosse montado em local público e se transformasse no presépio oficial da cidade	
Estacionamento de Veículos	Essa pauta também seria mantida em aberta enquanto aguardavam a transição da administração na Prefeitura para que fosse retomada adequadamente	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Sinalização Turística	Mônica Cardoso informou que apresentou o projeto de sinalização para o Centro Histórico, que contaria com 3 placas para pedestres e 9 placas para veículos. O projeto já teria passado por análise do escritório do IPHAN em Tiradentes que enviou à Superintendência do IPHAN em BH solicitando aprovação.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Restauração do Chafariz	Mônica Cardoso informou que foi entregue ofício à Prefeitura e que o Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio também teria solicitado um ofício de esclarecimento por parte da Prefeitura. Até o momento de relatoria dessa ata, a resposta verbal do Prefeito Ralph Justino seria de que notificaria a empresa responsável – Suprema – sem ter esclarecido como faria exatamente.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
TremBier	Nessa pauta, foi discutido a solicitação de Luiz Cesar sobre a possibilidade de realização do evento em 2 finais de semana.	1. Após uma análise detalhada concluíram que seria vetada a possibilidade de realizar o evento nas férias de janeiro por ser um mês de grande movimento de turistas e já haver a Mostra de Cinema no mês proposto para realização do evento. Nesse interim, para o mês de maio de 2017 foi consenso de todos que o evento poderia acontecer em local privado sem a utilização dos espaços tradicionais, como Rodoviária e Largo das Forras, iniciando no final de semana que envolvia o feriado de 1º de Maio, desde que a estrutura do SENAC no Largo das Forras fosse montada somente a partir do dia 2 de Maio, segundo a recomendação da Lei de Eventos vigente.	Não.
Lixo Zero	Hélio Soares atualizou que o comitê de trabalho da ASSET permanecia firme nos trabalhos das duas frentes iniciadas: Coleta e Tratamento do Lixo Reciclável e Educação Ambiental. Informou que as ações estariam evoluindo e que naquele momento estariam em fase de criação da Cooperativa de materiais Recicláveis e a Associação Lixo Zero, que seria uma entidade autônoma e à parte da ASSET já que aquela não era a vocação da Associação Empresarial. As primeiras ações de Educação Ambiental junto às escolas aconteceriam no dia 21 do mês de relatoria dessa ata, atingindo 800 alunos de todas as escolas da cidade para o mutirão de coleta e realização de seleção do lixo reciclável. Maiores informações poderiam ser obtidas na ASSET.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

ATA – DEZEMBRO 2016 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Festival Estrada Real de cervejas Artesanais – Não consta na ata o nome com essa referência de pauta	Foi de consenso de todos os conselheiros que não deveria ser realizado ou incluído no calendário nenhum outro evento até que tivessem aprovado o decreto que regulamentaria a Lei de Eventos.	1. O decreto estaria em fase de elaboração pela Comissão instituída pelo COMTUR e seria apresentado ao prefeito eleito para aprovação da Câmara Municipal.	
Despoluição Visual do Centro Histórico	Ficou decidido que essa pauta se manteria na ata até sua continuidade com a nova administração municipal	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Taxa de Turismo	Mônica Cardoso Gomes informou que estaria redigindo um texto com os devidos esclarecimentos e que seria assinado por todos os	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.

	membros do COMTUR e que seria entregue a Hólvio no dia 25 próximo do dia de relatoria dessa ata..		
Restauração do Largo das Forras	Nessa reunião, não houve representação do IPHAN, fazendo com que as atualizações necessárias ficassem pendentes para a próxima reunião do COMTUR.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Demonstrativos de contas do FUMTUR	Mônica Cardoso apresentou o saldo de R\$79.127,76, cujo extrato teria sido fornecido pelo Departamento Financeiro da prefeitura no último dia 27 de Outubro. Informou ainda, que o último repasse de ICMS transferido pela Prefeitura ao Fundo Municipal de Turismo teria sido no último dia 31 de Agosto, referente ao ICMS turístico do mês de Julho e que não haveria mais repasse de ICMS para o FUMTUR em 2016. Segundo Mônica, a justificativa formal que tinha recebido em relação a isso seria de que o valor que não foi repassado seria utilizado no Reveillon de 2016/2017, dentre outras despesas da Prefeitura para não fechar o ano com saldo devedor. Mônica teria trazido a sugestão da prefeitura para que o FUMTUR colaborasse com a iluminação do largo das Forras para o Natal, a exemplo do que teria acontecido no ano anterior. Em contrapartida a essa ideia, Hólvio Santos ponderou que com a presente condições de cuidados e manutenção de toda a cidade, não caberia a destinação de verba para iluminação, uma vez que não teria o efeito desejado de abrilhantar os pontos de destaque da cidade. Mônica informou ainda que estaria tentando realizar parcerias para ajudar a Paróquia a realizar o Natal Barroco. Ainda nessa pauta, Mônica teria trazido a solicitação para utilização de recursos do FUMTUR para custear a premiação da 3ª Corrida e Caminhada Solidária, que aconteceria no dia 17 de Dezembro, no valor de R\$1.200,00.	1) Foi mantido pelos conselheiros presentes que na próxima reunião do COMTUR deveria ser apresentado e avaliado um Plano de Ação do COMTUR para 2017, elabora por Mônica, com os respectivos orçamentos, considerando o saldo existente no FUMTUR. 2) Foi consenso dos presentes que o FUMTUR não deveria arcar com esse valor. 3) Foi consenso dos presentes que quanto ao valor solicitado pela Equipe Tirarunners, não seria concedido já que aquela não era a finalidade do FUMTUR e que o assunto deveria ser levado pelos responsáveis pelo evento ao Conselho Municipal de Esportes para utilização de recursos do Fundo Municipal de Esportes. 4) Mônica Cardoso ficou responsável por conversar com o vereador Jango para que visse a possibilidade de reinstalar o presépio utilizado no ano passado, que teria sido adquirido pessoalmente pelo vereador, no Largo das Forras	Sim.
Centro de Informação ao Turista	Nessa pauta, Flávia Frota informou que a área jurídica do SESI entende que o Centro Cultural não devia ser o único centro de Atendimento ao Turista da cidade por não ser a vocação principal da entidade. O tema teria saído de pauta sem prazo previsto que voltasse à avaliação.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Estacionamento de Veículos	Essa pauta também seria mantida em aberta enquanto aguardavam a transição da administração na Prefeitura para que fosse retomada adequadamente.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Sinalização Turística	Nessa reunião consta na ata que esse tema teria ficado pendente de atualizações.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Restauração do Chafariz	Nessa reunião consta na ata que esse tema teria ficado pendente de atualizações.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

2017

ATA – JANEIRO 2017 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Regulamentação da Lei de Eventos	Rogério Almeida observou que deveria ser verificado com o Prefeito se havia interesse político para a publicação do Decreto de regulamentação da Lei de Eventos. Moisés adiantou que sim e que a redação do decreto devia prosseguir para que a minuta fosse apresentada ao prefeito. Luciana Bonuti informou sobre a importância de incluir no Decreto a ocupação do Largo das Forras por eventos que devesse ser limitado.	1. Foi consenso de todos os presentes na reunião que deveria ser realizada uma reunião extraordinária no dia 31 do mês de relatoria dessa ata às 14h00, na ASSET, para que pudesse ser feita a conclusão da redação da minuta desse Decreto.	Sim.
Despoluição Visual do Centro Histórico	Moisés de Oliveira informou que a própria Prefeitura seria poluidora visual do Centro Histórico e que a falta de fiscais era uma dificuldade a ser solucionada para que pudessem ter um trabalho estruturado e consistente em relação ao tema. Paralelamente a ideia de enviar uma carta a todos os empresários por parte da Secretaria de Turismo, os esforços da própria Secretaria de Turismo seguiriam para que pudessem ter fiscais formas associadas a estas e outras atividades que precisariam de permanente fiscalização.	1. Foi consenso dos presentes que devesse ser redigida uma carta pela Secretaria de Turismo para ser enviada a todos os empresários citando a Lei vigente e conscientizando da necessidade do cumprimento de suas funções.	Sim.
Taxa de Turismo	Hólvio Santos esclareceu que o texto escrito pela ASSET não mostra ao turista com clareza a aplicação dos recursos da Taxa de Turismo e que precisaria ser mais enfático e esclarecedor. afirmou também, que o sistema de cobrança da Taxa através de um campo específico de Nota Fiscal nunca tinha sido, de fato, implementado pelo Departamento de Tributação e que, por esse motivo, o processo de cobrança e repasse para o município se encontrava parado.	1. Moisés de Oliveira teria ficado responsável por analisar a situação e levar a posição formal da Secretaria de Turismo à reunião ordinária do COMTUR.	Sim.
Estacionamento de Veículos	Nessa pauta, Moisés disse que era primordial regulamentar, por meio de uma legislação específica, e padronizar os estacionamentos particulares, com horário de funcionamento, preço a ser cobrado etc. Rogério Almeida complementou solicitando que fosse feito um projeto que atendesse tanto aos anseios dos turistas quanto dos tiradentinos.	1. O assunto seria tratado na próxima reunião extraordinária do COMTUR.	Sim.
Restauração do Largo das Forras	Luciana Bonuti informou o projeto teria sido aprovado pelo IPHAN e que estaria sendo acertada a data mais conveniente para que fosse iniciada a execução com o empresário responsável pelo TAC, uma vez que o Largo das Forras ficaria fechado com tapumes por 3 meses. As obras começariam depois do carnaval.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.

Demonstrativos de contas do FUMTUR	Moisés Oliveira estaria estabelecendo um processo de acompanhamento em sua administração e a partir da próxima reunião extraordinária passaria apresentar os números/valores. Marcus Januário confirmou o pagamento de R\$17.100,00 ao Circuito Trilha dos Inconfidentes, relativos às placas de sinalização instaladas nas estradas de acesso à Tiradentes.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Assuntos Diversos	No que na ata está relatado como Assuntos Diversos consta que: a) Flávia Frota informou que teria recebido, no Centro Cultural Ives Alves, a solicitação de Luiz Cruz e Pepe de Córdoba, para que fosse realizada a exposição de presépios em Dezembro do ano de relatoria dessa ata; b) Marcus Januário teria reforçado a necessidade de se ter dotação específica do município para o Turismo de forma que não houvesse risco do recebimento do ICMS Turístico e outros repasses associados à atividade; c) Marcus Januário teria informado que o Prefeito de Tiradentes teria sido eleito vice-presidente do Circuito Trilha dos Inconfidentes, ficando a Prefeitura de Resende Costa. Informou ainda que em 2018 a Trilha trabalharia apoiando os municípios no ICMS Cultural, comentando que o valor que atualmente era recebido por Tiradentes é muito abaixo do seu potencial. Em outro tema Marcus Januário teria dito que seria realizado no Festival Gastronômico de Carrancas um piloto do projeto “Cozinha na Feira”, em que um chefe de cozinha seria convidado a comprar os insumos para cozinhar em uma feira local e preparar um prato para 200 pessoas no valor de R\$10,00. 50% do valor arrecadado seria revertido para a comunidade local. Esse projeto seria estendido a outros municípios da Trilha, incluindo Tiradentes. Finalizando sua fala, Marcus informou que a TV Record faria um programa com a figura representativa do município, que teria sido indicada pelos presentes Lucia Resende que recentemente teria recebido o título de melhor queijo artesanal do Campo das Vertentes; d) Heloisa Edwards questionou entre esses Assuntos Diversos a destinação das portas e janelas da estação Cesar de Pina que teriam sido retiradas; e) Flávia Frota levou o tema dos shows durante a madrugada que voltariam acontecer na Mostra de Cinema de 2017, contrariando o que havia sido recomendado pelo COMTUR para edição de 2016. Moisés de Oliveira teria informado que a decisão tomada no evento do ano anterior pela Secretaria de Turismo seria de preservar os moradores e turistas, evitando festas, shows e outros que tenham música em alto volume após às 01h00.	1. A SETUR-MG faria um acompanhamento muito próximo para a dotação proposta por Marcus Januário. 2. Moisés Oliveira informou que verificaria o processo de destinação das portas e janelas questionados por Heloisa Edwards. Moisés ficou responsável também por verificar a ação quanto ao horário de som e tomar as providências necessárias. 3. A determinação do horário de shows seria trabalhada em consenso entre Prefeitura, Política Militar, Ministério Público etc. Foi entendimento dos presentes que o alvará para a Mostra de Cinema deveria ser concedido sem observar a recomendação do COMTUR em relação aos shows.	Sim.

ATA – FEVEREIRO 2017 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Regulamentação da Lei de Eventos	Nessa pauta, Moisés Oliveira informou que a minuta do decreto elaborado na reunião extraordinária do dia 31 de janeiro do mês de relatoria dessa ata estaria em estudo na Prefeitura e que os conselheiros seriam atualizados sobre a evolução do tema na próxima reunião do COMTUR.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso a diversas atas em 2017.
Despoluição Visual do Centro Histórico	Moisés de Oliveira informou que a Secretaria de Turismo elaboraria uma carta para ser enviada a todos os empresários, citando a Lei vigente e conscientizando-os da necessidade de seus cumprimentos, conforme última reunião do Conselho. Os esforços da Secretaria de Turismo para que houvessem fiscais formais associados a esta e outras atividades que necessitava fiscalização.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Taxa de Turismo	Hélvio Santos reafirmou que o não havia um processo nem sistema adequado para que pudesse ser implementada a cobrança e recolhimento da Taxa de Turismo. Disse que o processo estava sendo analisado a alteração do sistema pela Taxa de Tributação e que esse procedimento poderia demorar até 90 dias após a data de relatoria dessa ata para que estivesse disponível.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Estacionamento de Veículos	Nessa pauta, Moisés Oliveira disse que teria uma empresa especializada fazendo uma avaliação para estruturar os bolsões de estacionamento da cidade, bem como a implementação do sistema “zona azul” nas ruas.	1. A Prefeitura ficou responsável por consultar a ASSET sobre a possibilidade de haver parcerias para implementar o sistema “zona azul” no tocante à seleção daqueles que fariam a aplicação da cobrança aos motoristas.	Sim.
Restauração do Largo das Forras	Moisés Oliveira confirmou que tudo estaria pronto para que as obras dessem início no dia 01 de Março do ano de relatoria dessa ata, ficando, portanto, o Largo das Forras fechado por 90 dias.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Demonstrativos de contas do FUMTUR	Moisés Oliveira informou que o saldo até o momento de relatoria dessa ata era de R\$55.018,98.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso a diversas atas em 2017.
Assuntos Diversos	Marcus Januário informou em reunião que a RBTV faria uma matéria logo após o Carnaval que abrangeria a cidade de Tiradentes e que estaria oferecendo possibilidades de os empresários inserirem propagandas de seus estabelecimentos na matéria. Hélvio Santos informou que fosse enviado um ofício formal à ASSET para a divulgação aos seus associados. Hélvio Santos formalizou, através de um ofício que já teria sido entregue ao Presidente do COMTUR, que o representante titular da	1. Hélvio Santos sugeriu que fossem encaminhados à Câmara Municipal e à Secretaria de Meio Ambiente um ofício solicitando as indicações de titular e suplente desses órgãos para representação no COMTUR e que o mais breve possível fosse realizada uma eleição para Diretoria já que aquela estariam já em fim de mandato.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso a diversas atas em 2017.

	ASSET no COMTUR seria João Lombardi, ficando Hólvio na posição de suplente.		
Mostra de Cinema/Shows na Madrugada	Foi consenso dos presentes que a Secretaria de Turismo juntamente com os órgãos da Prefeitura, emitisse e autorizasse um alvará para o evento, devendo observar todos os acordos definidos aos longos dos anos, envolvendo inclusive o Ministério Público, para que os organizadores cumprissem o que estaria sendo estabelecido, pretendo, inclusive, retomar o ponto de transferir a data de realização da Mostra para um período fora da alta temporada turística.	1. Os presentes tiveram uma opinião unânime de que assim que a administração municipal do período de relatoria dessa ata estivesse estruturada esse assunto poderia retornar com mais firmeza para discorrer a edição da Mostra de Cinema de 2018.	Sim.
Estação de Cesar de Pina	Heloísa Edwards retornou com essa pauta informando que as portas e janelas que teriam sido recolocadas não eram as mesmas que tinham sido retiradas e que estariam apresentando rachaduras.	1. Foi consenso dos presentes que a própria Heloísa, enquanto representante da Associação de Moradores, enviasse um ofício ao Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio solicitando as providências.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso a diversas atas em 2017.

ATA – MARÇO 2017 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Zona Azul – Estacionamento de Veículos	Moisés Oliveira informou que o projeto ainda não estava pronto para funcionar, uma vez que faltavam fiscais para que se torne possível a cobrança de tal taxa e aplicação de multas, faltando então viabilizar a contratação dos mesmos.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso a diversas atas em 2017.
Despoluição Visual do Centro Histórico	A Despoluição do Centro Histórico dependeria igualmente da contratação de fiscais, uma vez que tais ações dependeriam da fiscalização permanente.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso a diversas atas em 2017.
Fechamento do Centro Histórico	Foi visto que essa Lei Municipal ainda não funcionava e que a Prefeitura busca parcerias com estacionamentos que possam atender a demanda deslocando o fluxo para áreas nas proximidades do Centro Histórico. Esse aspecto deveria ser agilizado para evitar ocorrências de travamento do trânsito, principalmente em dias de grandes eventos.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Taxa de Turismo	Moisés Oliveira informou que o sistema deveria ser implantado até Junho/Julho do ano de relatoria dessa ata, tornando mais viável a cobrança da taxa.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso a diversas atas em 2017.
Restauração do Largo das Forras	As obras estariam dentro do prazo ou até mesmo adiante perante o cronograma estipulado. A execução seria acompanhada pelo COMTUR e principalmente pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Conselho de Políticas Culturais e Patrimônio	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Mostra de Cinema	Nessa pauta, está descrito na ata que os conselheiros entenderam que a mudança de data para o evento ficaria complicada, tendo em vista sua representação nacional, uma vez que o evento abre uma temporada de cinema no Brasil. Nesse interim, ficou decidido que teria um maior alinhamento junto ao Ministério Público para que fossem compridas as cláusulas acertadas e formalmente vigentes em relação ao assunto.	1. Moisés ficou responsável também por verificar a ação quanto ao horário de som e tomar as providências necessárias. 2. A determinação do horário de shows seria trabalhada em consenso entre Prefeitura, Política Militar, Ministério Público etc. Foi entendimento dos presentes que o alvará para a Mostra de Cinema deveria ser concedido sem observar a recomendação do COMTUR em relação aos shows.	Sim.
Geral – Composição do COMTUR	A Câmara fez a indicação de um titular e um suplente de seus representantes junto ao COMTUR que já teriam participado e contribuído para a presente reunião da ata relatada. Os nomes citados na ata como esses correspondentes são de Vereador Nilton Francisco Barbosa Junior e Vereador Jonas Willian Rosa.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso a diversas atas em 2017.
Evento “Invasão do Bem”	Teria sido elaborado o evento “Invasão do Bem”, contando nessa reunião com a presença dos organizadores Luís Paulo N. Moreira e Marcos Antônio da Silva Câmara. Os organizadores apresentaram suas ponderações e obtiveram maioria dos votos dos conselheiros presentes para que o evento fosse realizado no último fim de semana do mês de Abril, mesmo que houvesse o feriado de 01 de Maio. Tal autorização teria sido obtida em caráter excepcional e apenas para o ano de relatoria dessa ata, tendo em vista o foco do evento que seria ações beneficentes para o Lar dos Idosos e APAE, não tendo garantia de autorização para anos posteriores. Ainda nessa pauta, João Lombardi, Presidente da ASSET, se posicionou contra a realização do evento na data proposta justificando o ferimento da Lei de Eventos vigente. Marcus Januário, representante da Trilha dos Inconfidentes, se absteve da votação por considerar “voto vencido”.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.

ATA – ABRIL 2017 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Fiscais de Postura Trânsito / Fechamento do Centro Histórico	Moisés Oliveira informou sobre a contratação de dois fiscais uniformizados que acompanhariam o procedimento junto aos estabelecimentos notificados pela Lei da Despoluição Visual, assim como aconteceria com a questão do descarte do lixo e trânsito. Os fiscais e o novo sistema ligado ao trânsito estariam sobre fase de análise e mapeamento. Na ata foi relatado que haveria a possibilidade de realizar um estacionamento no Centro Histórico. Com relação ao treinamento e contratação de recursos, é relatado na ata que inicialmente foi pensado em realizar um apoio com a ASSET (Seleção e Contratação), mas, segundo o que consta na relatoria da ata, tudo indicava que o melhor caminho seria a terceirização, tendo em vista a maior facilidade de treinamento e adequação de postura. Foi visto que a melhor opção ainda seria o fechamento completo das ruas do Centro para que não houvessem más informações ao motoristas, bem como o travamento do trânsito.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Invasão do Bem	A ressalva do evento Invasão do Bem foi lembrada, onde o Presidente Sr. Marcus Januário teve seu voto como vencido pela maioria. Na relatoria dessa ata está descrito que caberia ressaltar que este voto somente teria peso caso houvesse desempate. Assim sendo, Marcus Januário não votou.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso a diversas atas em 2017.
Restauração do Largo das Forras	É relatado que ao que tudo indicava as obras seriam entregues antes do prazo estipulado no cronograma. A execução seria acompanhada pelo COMTUR e pelo Conselho de Políticas Culturais e Patrimônio.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Vinho e Jazz	A pauta teria sido traga por Nina Capel. A data inicialmente informada coincidia com a Festa da Santíssima Trindade (12, 13 e 14 de Junho). A data foi colocada em votação e ficou decidido que as datas aprovadas seriam de 02 a 04 de Junho.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Fórum do Amanhã	O evento que inicialmente estaria estipulado para acontecer coincidiria com o evento Carro de Bois e feriado de 12 de Outubro. Portanto, a nova data sugerida seria de 05 a 08 de Outubro.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Assuntos Diversos	É descrito na ata que Dalton Vale Ciprini passaria ocupar a cadeira do IHT, trocando, portanto, de lugar com Rogério Almeida. Outra análise e votação que ficou pendente para a próxima reunião do COMTUR seria a mudança de horário das reuniões mensais, com propostas de que acontecessem das 15h00 às 18h00.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

ATA – MAIO 2017 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Fiscais de Postura Trânsito / Fechamento do Centro Histórico	Moisés Oliveira que os fiscais continuavam trabalhando, mas que todo o sistema de trânsito, “Zona Azul”, estacionamentos etc., ainda demandavam tempo para que entrassem em funcionamento. É relatado que para o fechamento do Centro Histórico havia dependência da aquisição dos novos fiscais e da posse do novo Secretário de Trânsito para que, a posteriori, fossem tomadas.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso às atas de Junho e Dezembro de 2017.
Restauração do Largo das Forras	É relatado que o Conselho Municipal de Cultura não teria sido oficialmente informado sobre o início da restauração para que pudessem fazer o acompanhamento e fiscalização da obra, ao contrário do que teria sido registrado na ata anterior.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso às atas de Junho e Dezembro de 2017.
Vinho e Jazz	Foi decidido em votação que a data coincidiria com a realização de outro evento, que seria o final de semana mais importante da Festa da Santíssima Trindade. Portanto, as datas 12 a 14 de Junho não foram aprovadas. Foi sugerido uma nova data para análise. No entanto, em uma conversa rápida após a reunião, Marcus Januário, Presidente do COMTUR, e a organização do evento chegaram ao consenso de que as datas 02 a 04 de Junho seriam possíveis para a realização do evento, o que ficou já aprovado	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso às atas de Junho e Dezembro de 2017.
Fórum do Amanhã	A nova data sugerida para que esse evento acontecesse foi de 05 a 08 de Outubro.	1. O tema seria votado na próxima reunião do COMTUR.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso às atas de Junho e Dezembro de 2017.
Decreto da Lei de Eventos	Moisés Oliveira informou que o Decreto precisaria passar por algumas modificações. Para que essa modificações fosse feita seria necessário a criação de uma comissão de eventos com os setores envolvidos para que ficasse tudo muito bem definido. Rogério Almeida entregou ao secretário Moisés de Oliveira um relatório/calendário contendo todas as datas das festas religiosas do município de Tiradentes no decorrer do ano para que não tivessem, (no documento recebido, está faltando a continuação da reunião e os demais assuntos – caso houveram – discutidos na ata deste mês).	1. A minuta da criação de uma comissão deveria ser apresentada na próxima reunião do COMTUR.	Não se pode afirmar que este tema retorna em outras reuniões, pois não se teve acesso às atas de Junho e Dezembro de 2017.

Não se teve acesso às atas dos meses de junho/2017 – julho/2017 – agosto/2017 – setembro/2017 – outubro/2017 – novembro/2017 – dezembro/2017.

2018

Não se teve acesso às atas dos meses de janeiro/2018 – fevereiro/2018 – março/2018.

ATA – ABRIL 2018 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Lei de Eventos	Foi relatado na presente ata que foi pedido ao Presidente do COMTUR que agendasse uma reunião com os representantes do Ministério Público para tratar o tema. O assunto seria de extrema importância e que precisaria ficar claro o padrão para que os eventos acontecessem, o que vinha se arrastando, segundo consta na presente ata, por muito tempo.	1. O Presidente do COMTUR ficou responsável por agendar uma reunião com os representantes do Ministério Público para tratar a pauta.	Não.
Rota dos Helicópteros	Nessa pauta, consta na ata que foi criada uma rota a ser seguida pelos helicópteros que sobrevoam o município e ainda estaria sob análise para aprovação. É discurrido que o único helicóptero reconhecido e credenciado, segundo ofício enviado pela ANAC, estaria na pousada Pequena Tiradentes, sem que houvesse, portanto, nenhum outro.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Eventos	Sandro Peregrino expôs a ideia de uma seresta na Praça Largo das Forras. O evento homenagearia Chico Curio, onde um grupo de seresta composto por artistas de rua ficaria responsável pela condução do evento. O Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio também, segundo concepções dos presentes, poderia auxiliar no desenvolvimento do projeto. Outra proposta apresentada por Ana Carolina Barbosa seria a realização da Missa Eumênica voltada às tradições e costumes da negritude. A data almejada seria 20 de Novembro, com proposta de realização no Chafariz São José.	1. Ana Carolina Barbosa ficou responsável por detalhar melhor o projeto e trazê-lo em detalhes na próxima reunião do Conselho	Não.
Assuntos Diversos	Foi discutido que o grupo via WhatsApp, para maior participação e envolvimento dos representantes do COMTUR, seria mantido, sendo essa também uma ferramenta usada para marcação de reuniões, dentre outros assuntos abordados entre uma reunião e outra.	1. Foi elaborada uma moção, aprovada pelos membros do COMTUR, que seria anexada à presente ata e entregue ao Prefeito Zé Antônio.	Não.

ATA – MAIO 2018 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Membros do COMTUR	Moisés sugeriu que fossem colocadas mais outras instituições no COMTUR para aumentar a representatividade do Conselho como, a Feira de Artesanatos de Tiradentes (AFAT), os Charreteiros, a Polícia Militar. Também discutiu-se sobre a questão do quórum, pois dessa forma seriam necessários sete membros para se abrir uma reunião, o que dificulta pois está havendo pouca participação. Falou-se sobre os membros faltosos, que será cumprido o que consta no regulamento, ou seja, três faltas seguidas serão substituídos os membros.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião. Nada ficou decidido.	Não.
TremBier	Sônia questionou o motivo do TremBier ter acontecido no feriado. Moisés justificou que seria um problema de data, continuou dizendo que na lei de eventos o mais importante seria a questão do pagamento de um por cento sobre o valor de arrecadação, e que não é feita a cobrança pois nenhum evento diz o quanto arrecada. Afirmou que essa cobrança deveria ser feita na tributação da prefeitura, mas não é feita por não ter um valor de arrecadação de base.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Seminário de Eventos	Foi solicitado um seminário de eventos para um melhor debate, inclusive com a participação dos eventos. Moisés solicitou que usassem o dinheiro do fundo para fazer o seminário, mas não ficou decidido sobre isso no presente plenário.	1. Ficou acordado que o seminário ocorreria no dia 24.05.2018 das 14h às 18h.	Não.
Formação de Chapa / Eleição de Diretoria	Moisés indicou João para a Presidência. João disse que Hólvio, presidente da ASSET, não via problema com relação a ele ser presidente mesmo sendo suplente. Marcus afirma que ele não poderia, sendo suplente, só se fizesse a inversão. Moisés disse que o ofício da ASSET entregue ainda não tinha validade, assim era só refazer colocando novamente João como titular. Ficando formada a chapa com: Presidente, João Lombardi; Vice-presidente, Henrique Rohrmann; Secretária Executiva, Ana Carolina. Apesar de não ter tido votação propriamente dita.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Festival Artes e Tradições	Ana Carolina apresentou a questão da alteração do festival dos dias 7 a 9 de julho para 26/06 a 01/07, ficando todos de acordo com a alteração, apenas com a ressalva de que poderia ter problema com a desmontagem do BikeFest.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

ATA – JUNHO 2018 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Ofício da ASSET indicando titular e suplente para o COMTUR	O ofício apresentado na reunião anterior foi acatado e reconhecido, fato que não ocorreu na última reunião, segundo o que está relatado na presente ata. Hêlvio Santos, Presidente da ASSET, recebeu o ofício e informou que o mesmo deveria ter sido acatado na reunião anterior. Frisou também que não entendia porque houve uma sugestão de chapa para votação da diretoria considerando titular e suplente da ASSET ocupando posições distintas, uma vez que a entidade já possuía uma cadeira e isso não seria possível de acordo com o Regimento Interno. No entanto, Marcus Vinicius, Presidente do COMTUR, informou que essa indicação de titular e suplente não poderia ocorrer e, por isso haveria necessidade de uma nova votação de diretoria.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Nova eleição da Diretoria do COMTUR	Nessa pauta, Hêlvio Santos informou que a recomendação da ASSET, enquanto colegiado de diretoria, é que seu representante ocupe a posição de Secretário, como feito tradicionalmente há 4 anos.	1. Foi consenso dos presentes que a eleição da nova Diretoria ocorra na próxima reunião, estando as cadeiras do Conselho já estruturadas	Sim.
Reestruturação das cadeiras do Conselho	Foi consenso dos presentes que se fazia necessário a substituição da Estrada Real em função de sua ausência na cidade, e dos Respetivos Turísticos, por não ser considerada prioritária naquele momento Conselho e do Município. Portanto, para essas cadeiras, forma sugeridos os Bombeiros Voluntários e o COMDUR, permanecendo o COMTUR com 11 cadeiras. Outra sugestão, feita por Camila Tangerino, foi a de que o SENAC fizesse parte do Conselho. Entretanto, foi consenso manter por ora essa formação e trazer na próxima reunião debate sobre o SENAC e Secretaria Municipal de fazenda.	1. Ana Carolina Barbosa ficou responsável solicitar um ofício à indicação de titular e suplente para cada uma das entidades participantes, enviando posteriormente à Prefeitura, através da Secretaria de Turismo para que essa nova formação do COMTUR pudesse ser oficializada.	Sim.
Workshop sobre Eventos em Tiradentes	Ficou decidido que é de extrema importância que aconteça e, que para que acontecesse, a Secretaria de Turismo deveria apresentar uma proposta para sua realização. Nessa proposta seria incluso formato, programação, data, participantes e objetivo final para que pudesse ser votada pelo Conselho.	1. Henrique Rohman teria ficado responsável por trazer mais informações sobre a pauta na próxima reunião.	Sim.
Novo Secretário de Turismo	Teria sido consenso de todos os presentes que o COMTUR deveria enviar um ofício ao Prefeito recomendando que o novo Secretário de Turismo tivesse formação acadêmica e/ou experiência que lhe permitisse exercer tal função, buscando alavancar o turismo e receitas associadas para o Município.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

ATA – JULHO 2018 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Festival de Gastronomia	Nina Camel informou que ainda havia algumas pendências, como a localização da Praça das Vertentes, que está entre o Santíssimo Resort ou Estacionamento do Tizil e sobre como o festival pagaria o percentual que é previsto pela Lei de Eventos. Informou que em reunião com o secretário de transporte e trânsito o plano viário ficaria como no ano de 2017, mas que seria estabelecido horário de carga e descarga e o local, para que não houvesse o mesmo problema do ano anterior. A data que ficou definida para o Festival de Gastronomia foi de 24 de Agosto à 02 de Setembro. Rodrigo Mendonça afirmou que a Tributação não teria como mensurar o valor de receita para que fosse formada a base de cálculo e que por se tratar de um evento patrocinado pela Lei de incentivo fiscal inconstitucional fazer tal cobrança. Jeanderson sugeriu que fosse feita uma alteração na forma de calcular como, por exemplo, cálculo de por área de ocupação como no alvará de localização. Hêlvio Santos propôs que Rodrigo faça uma reunião para abordar como seria feita a cobrança desse repasse. Também como no ano anterior (2017) ficou decidido que a coleta de lixo recicláveis se mantivesse nos mesmos moldes	1. A possibilidade de alteração quanto ao cálculo da receita proposta por Jeanderson seria discutida no workshop da Lei de Eventos	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso à ata em sua plenitude final. Porém, até as pautas que tivemos contato esse tema não foi citado.
TremBier e Quatro Estações	Luiz César expôs os motivos por não ter apresentado ao Conselho os eventos anteriores. Teria dito, segundo o que consta nessa ata, que teria se reunido com os outros eventos para fazer a reforma dos banheiros da praça como forma de contrapartida do município. Henrique Rohmann disse que o projeto dos banheiros estaria aprovado há mais de um ano, mas como ele não foi enviado ao COMDUR foi solicitado que o envio fosse feito para que o parecer fosse enviado ao COMTUR.	1. O Conselho deliberou que o restante dos recursos fosse repassados para que a obra de sinalização dessem continuidade (não foi citado na ata se esse recurso seria repassado para algum Conselho ou responsável, COMDUR ou diretamente pelos responsáveis pela sinalização do Turismo Rural).	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso à ata em sua plenitude final. Porém, até as pautas que tivemos contato esse tema não foi citado.
Sinalização do Turismo Rural	Sidney Gonçalves informou que a deliberação do conselho para aquisição e placas de sinalização de turismo na área rural no valor de R\$1.000,00 teria sido repassado em valor menor, sendo utilizado sete mil e novecentos e quarenta reais, desta forma solicitou que o Conselho deliberasse sobre o restante para utilizar na aquisição de materiais para colocação das placas. Foi feita uma votação com os membros do Conselho em que a decisão foi unânime de conceder o recurso para aquisição das placas.	1. Ana Carolina Barbosa ficou responsável solicitar um ofício à indicação de titular e suplente para cada uma das entidades participantes, enviando posteriormente à Prefeitura, através da Secretaria de Turismo para que essa nova formação do COMTUR pudesse ser oficializada.	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso à ata em sua plenitude final. Porém, até as pautas que tivemos contato esse tema não foi citado.

Eleição da nova Diretoria do COMTUR	É relatado na presente ata que a eleição da nova Diretoria do COMTUR seria votada na próxima reunião.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Reestruturação das cadeiras dos Conselhos	O ofício e o e-mail foram enviados por Ana Carolina Barbosa de solicitação para as instituições informarem seus representantes titulares e suplentes. Também teria sido enviado à Prefeitura uma solicitação da alteração da Lei de formação das cadeiras do Conselho, mas que não teria sido enviado para a Câmara a alteração solicitada. O envio seria feito na próxima reunião, 07 Agosto.	1. O envio seria feito na próxima reunião, 07 de Agosto.	Sim.
Workshop sobre Eventos em Tiradentes	Teria ficado decidido que no dia 09 do mês de relatoria dessa ata teria uma reunião com os conselheiros que quisessem contribuir com a formação do projeto, juntamente com Henrique Rohrmann.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Helicópteros	Antônio Proença informou que estaria aguardando um posicionamento do Executivo quanto às rotas dos helicópteros no município.	1. Dessa forma, o conselheiro (Antônio Proença) decidiu enviar um ofício ao Prefeito solicitando informações.	Sim.
Chafariz	Ana Carolina Barbosa informou que o chafariz teria sido alvo de reclamações dos turistas. Informou ainda, que depois de algumas pesquisas viu que a responsabilidade sobre a água do chafariz é da Copasa.	1. O Conselho deliberou que seria necessário convidar a Copasa para a reunião e discutir as questões relativas aos Poços e Chafarizes existentes no município.	Sim.

ATA – AGOSTO 2018 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Estação Mountain Bike	Pedro Cattoni teria apresentado a proposta de desenvolver uma estação mountain bike que contaria com três fases: 1ª) Fase de autorização e validação da proposta; 2ª) Fase de planejamento de custo e captação de recursos no setor privado; 3ª) Fase de execução e implantação do projeto. Um comitê gestor deveria ser formado contando com pessoas do município e do COMTUR, para que o projeto fosse acompanhado por essas pessoas. Nesse interim, Pedro teria sugerido a participação de Clebino (Sabor Rural), Leandro Portugal (Divinas Gerais) e Idalmo Duarte (Arte do Bem Viver) para comporem o comitê. Uma votação foi feita e todos os presentes foram favoráveis à continuidade do projeto. Porém com as seguintes considerações: 1) Que fosse realizada a análise de impacto ambiental para o município; 2) Que fosse avaliado o aspecto de poluição visual que eventualmente poderia estar associada ao projeto. Também foi levantada a questão dos UTVs (veículos de lazer para a prática de off road), que vinham sendo pilotados por menores de idade e em alta velocidade nas estradas vicinais, com risco de provocação de sérios acidentes. Foi recomendado aos conselheiros presentes que fizessem uma ação junto à Administração Municipal no sentido de que fosse rapidamente estabelecidas regulamentações essa atividade, de maneira que os empresários responsáveis por essa atividade, bem como seus praticantes, pudessem ter clareza dos critérios da prática do esporte.	1. Pedro sugeriu que tornassem algumas áreas do parque como parque ambiental, com a consequente preservação quanto ao acesso de veículos e que as áreas permitidas tivessem regras claras e sinalização adequada. 2. Decidiram que a Estação Mountain Bike fosse realizada cumprindo as exigências expostas pelos conselheiros em reunião.	Sim.
Projeto McKinsey	Ricardo Viana, presidente da empresa mundial de consultoria McKinsey, informou que tal empresa faria uma reunião com seus consultores em Tiradentes (cerca de 400 consultores) e que empresa sempre buscava deixar um legado no município onde este encontro se realizava. Nesse sentido, os pilares considerados são Educação, Capacitação e Saúde. A forma de atingir esse objetivo, no entanto, seria através de Workshops e atividades semelhantes.	1. Ricardo Viana ficou responsável por enviar um e-mail com os tópicos sugeridos para esta ação, que seriam discutidos pelo COMTUR e demais entidade da cidade, além do suporte da ASSET.	Sim.
Copasa	O representante da empresa, Ronaldo Silva, foi questionado sobre o não cumprimento de parte do contrato, especificamente a revitalização do Bosque Mãe d'Água, Chafariz e demais chafarizes do município de acordo com a cláusula quinta, item 1. Na presente ata é relatado que seria de obrigação da Copasa letra "k e l" do contrato. Foi questionado ainda sobre o Ribeirão Santo Antônio que mesmo depois da reformada realizada, ainda continuava com saneamento inadequado, mau cheiro e diversas conexões expostas. Como resposta, o representante argumentou que até então não havia solicitado o cumprimento dessa cláusula do contrato e que teria dúvidas na forma de cumprir. Informou ainda, que o Poço dos Escravos precisaria ser perfurado para que soubessem se de fato havia água disponível; o Poço do Canjica seria o de melhor estrutura, bastando apenas limpeza e concerto da bomba; em relação ao Poço do Cascalho, seria um do lado do ouro, mas informou que não poderia dar certeza de que poderia ser realizada uma intervenção na área, sendo, portanto, necessário saber se é uma área pública ou não; já o Poço do Pacu não foi localizado devido a um muro. Rodrigo Almeida informou que o Sr. Evair já teria sido notificado a retirar o muro. O representante concluiu que a Copasa iria fazer todos os serviços, mas não foi dado um prazo para execução, já que o Sr. José Eli deveria ser consultado para que tivesse um prazo definitivo. Tal encaminhamento deveria ser entregue ao COMTUR, que deixou esse tema pendente em ata até sua conclusão. Ana Carolina informou que todos os poços e chafarizes precisariam ser iluminados.	1. Foi levantada a questão de que a manutenção da Copasa deveria ser periódica.	Sim.
Chafarizes	A Copasa fez uma análise da água do Chafariz São José e do Chafariz da Santíssima Trindade e informou que ambos estariam contaminados com coliformes fecais e <i>escherichia coli</i> , sendo,	1. Os conselheiros presentes recomendaram que a divulgação dos resultados de análises das águas dos chafarizes para a população, ficando	Não.

	portanto, a água imprópria para o consumo. Ronaldo informou que a cláusula de revitalização do chafariz e Bosque Mãe d'Água não foram cumpridas por não ter havido projeto aprovado no IPHAN. Em contrapartida, Rogério informou que à época teria havido um projeto pronto e aprovado pelo IPHAN.	o COMTUR com a missão de cobrar tal ação da Administração Municipal. 2. Sugeriram que os resultados da análise das águas se tornassem informações públicas e que a manutenção da Copasa deveria ser periódica.	
Sinalização do Turismo Rural	É relatado na presente ata que ainda estariam aguardando retorno (envio das planilhas de custo e fotografias pós-instalações)	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Eleição da nova Diretoria do COMTUR	É relatado na ata que ficou decidido que a votação ocorreria na próxima reunião do Conselho porque o executivo não cumpriu o prazo protocolado pela Câmara.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Reestruturação das cadeiras dos Conselho	É relatado na ata que todas as entidades já tinham enviado o ofício de resposta.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Workshop sobre Eventos em Tiradentes	Teria ficado formado uma comissão para montar o escopo do Workshop, sendo formado por Ana Carolina, Helvio Santos, Rodrigo Fonseca, Henrique Rohrmann, Mariana Cavalcante e auxiliado por Camila Tangerino e Jeanderson Marostegan. A data do evento seria do dia 24 a 27 de Setembro. O objetivo do evento seria conscientizar os promotores de eventos a como fazer um evento no município, a partir da cartilha desenvolvida por essa comissão, formada com base no decreto já existente.	1. A comissão formada montaria o escopo do Workshop e levaria na próxima reunião.	Sim.

ATA – SETEMBRO 2018 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Estação Mountain Bike	Foi informado que o COMTUR estaria aguardando a continuidade do projeto.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Projeto McKinsey	Ana Carolina informou quanto à continuidade da Ação Social que aconteceria no dia 22 do mês de relatoria da presente ata com atividades na escola Marília de Dirceu para as crianças; na escola Basílio da Gama para os adolescentes, empresários e moradores; e Sede do Aimorés para as secretarias municipais. Teriam sido convidadas a Secretaria de Turismo, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social, além de todos os Conselhos ligado à essas Secretarias.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Copasa	O ofício ainda estaria sendo preparado para enviar à Copasa. Antônio Proença expôs que foi até o local que estaria sendo feito o ETE e que estaria bem encaminhado e desenvolvido com qualidade.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Sinalização do Turismo Rural	É relatado na presente ata que ainda estariam aguardando retorno.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Eleição da nova Diretoria do COMTUR	É informado que a chapa formada para eleição foi: Jeanderson Marostegan – Presidente, Henrique Rohrmann – Vice-Presidente, Ana Carolina Barbosa – Secretária Executiva. Assim, foi feita a eleição nominal e os conselheiros votaram em unanimidade por esta chapa, sendo, portanto, essa a nova Diretoria do Conselho.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não. Assunto da pauta concluído.
Workshop sobre Eventos em Tiradentes	O workshop ficou temporariamente adiado, sendo mantido a realização da Semana de Turismo. A data de realização do evento seria entre os dias 24 a 27 de Outubro. O objetivo do evento seria a conscientização dos empresários, colaboradores e moradores sobre a importância do turismo como fonte de renda do município e sua sustentabilidade.	1. O Conselho deliberou favoravelmente R\$9.940,00 do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) para o pagamento de workshops e palestras que serão oferecidas pelo Senac.	Sim, para Semana de Turismo.
Rota Nhá Chica	Marcus Vinicius Januário afirmou que a rota seria importante para o município no sentido de conseguir fazer um levantamento de vários indicadores que o município não possuía ou ainda não possui. Alguns membros do Conselho, acreditavam ser importante a ASSET continuar o desenvolvimento a Rota, com base no Plano Diretor.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Festival de Gastronomia	O Conselho teria levantado a melhoria dos banheiros como ponto positivo, que passou a ligar um contêiner de banheiros ligados diretamente na rede de esgoto da Copasa, o que significaria que a partir da data de relatoria dessa ata seria recomendado que o Conselho Municipal de Turismo que...INCOMPLETA	Ata cedida pelo COMTUR está incompleta, não sendo possível concluir as deliberações relativas a esse tema.	Não.

ATA – OUTUBRO 2018 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Estação Mountain Bike	Foi informado que o COMTUR estaria aguardando a continuidade do projeto.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Projeto McKinsey	É relatado na presente que ata que foi apresentado os resultados das ações sendo: 36 adolescentes na palestra do Dia da Carreira; 105 crianças, sendo 40 das zonas rurais, participaram do Dia de Aula Diferente; 22 empresários na Consultoria Express; e participação de Secretarias e Conselhos em um workshop.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Copasa	O ofício ainda estaria sendo preparado para enviar à Copasa. Antônio Proença expôs que foi até o local que estaria sendo feito o ETE e que estaria bem encaminhado e desenvolvido com qualidade.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.

Sinalização do Turismo Rural	É relatado na presente ata que ainda estariam aguardando retorno.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Rede de Turismo	Marcus Januário teria sugerido que fosse enviada uma carta ao Governo de Minas discorrendo sobre interesse de investimento na região (Tiradentes, São João del Rei, Santa Cruz de Minas Lagoa Dourada, Coronel Xavier Chaves e Resende Costa).	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Semana de Turismo	Na presente reunião foi apresentado os resultados da Semana de Turismo e foi observado que mesmo diante da gama de temas teria havido pouca participação e que a maior parte dos participantes eram do setor hoteleiro. Foi informado que a Reunião da Lei de Eventos seria agendada ainda para o mês de relatoria dessa ata. A Semana de Turismo 2019 já estaria marcada. Porém, na ata não é discorrido em que data o evento seria realizado.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Rota Nhá Chica	Marcus Vinicius Januário pontuou que poderia ser solicitada à SEBRAE os indicadores e dados que ela iria coletar durante todo o desenvolvimento da rota.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Selo Tiradentes	Foi proposto pelos conselheiros a criação de um selo para o município para que dessa maneira pudessem classificar os estabelecimentos com diversos critérios. A saber: capacitação dos funcionários; empresa regularizada e legalizada, que atende as questões ambientais, entre outros indicadores. É relatado na ata que todos acreditam ser essa uma das formas de melhorar a qualidade e profissionalização dos serviços oferecidos, além de ser uma boa estratégia para fortalecer o destino. Porém, não houve nenhum encaminhamento ou resolução se o selo seria de fato criado ou não.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Encontro Mineiro de Hotelaria	Teria sido apresentado aos conselheiros o evento que aconteceria no dia 07 de Dezembro no Santíssimo Resort, em que precisaria de cortesias de hospedagens e apoio institucional para divulgação. O evento seria gratuito, contendo palestras e workshops.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.

ATA – NOVEMBRO 2018 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Estação Mountain Bike	Foi informado que o COMTUR estaria aguardando a continuidade do projeto.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Copasa	O ofício ainda estaria sendo preparado para enviar à Copasa. Antônio Proença expôs que foi até o local que estaria sendo feito o ETE e que estaria bem encaminhado e desenvolvido com qualidade.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Sinalização do Turismo Rural	É relatado na presente ata que ainda estariam aguardando retorno.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Rede de Turismo	Marcus Januário teria sugerido que fosse enviada uma carta ao Governo de Minas discorrendo sobre interesse de investimento na região (Tiradentes, São João del Rei, Santa Cruz de Minas Lagoa Dourada, Coronel Xavier Chaves e Resende Costa).	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Feira de Artesanato / Táxis / Charretes	Na presente reunião foi discutido sobre como deveria ficar a situação da Feira, pois estaria localizada no Largo da Rodoviária e cogitou-se a ideia de mobilizar o evento em outro espaço, o Matadouro. Foi relatado também ainda sobre essa pauta que deveria tornar os táxis e as charretes transportes públicos.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Rota Nhá Chica	Foi relatado que ainda estariam esperando novas informações.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Selo Tiradentes	Foi relatado que estaria sendo estudado uma melhor forma de desenvolver o selo.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Encontro Mineiro de Hotelaria	É registrado na ata que aconteceria no dia 07 de Dezembro, como relatado na ata anterior. Com relação à concessão das cortesias não foi comentado.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Missa Incultrada	Teria sido solicitado ao Conselho apoio no pagamento de transporte. Todos os conselheiros foram favoráveis ao apoio de R\$600,00	1. O Conselho deliberou o valor de R\$600,00 para apoio no transporte da Missa Incultrada	Não.
Natal e Réveillon	Ficou decidido que não haveria fogos de artifícios durante as festividades. Outras questões seriam discutidas na próxima reunião.	1. O Conselho deliberou que não haveria fogos de artifício durante as festividades de Natal e Réveillon	Sim.

ATA – DEZEMBRO 2018 – COMTUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Estação Mountain Bike	Foi informado que o COMTUR estaria aguardando a continuidade do projeto.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso a nenhuma ata do ano de 2019.
Apresentação do Projeto sobre o Mapa do Município Atualizado com Zona Rural	Joyce Gonçalves apresentou o projeto sobre o mapa da cidade atualizado com zona rural que ela teria produzido e que gostaria de negociar o direito de uso por um ano.	1. Os conselheiros presentes propuseram que ela apresentasse uma proposta formal	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso a nenhuma ata do ano de 2019.

Planeta Tiradentes	O produtor Ítalo teria proposto fazer um evento de música com ações ecológica.	1. Os conselheiros presentes propuseram que ela apresentasse uma proposta formal.	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso a nenhuma ata do ano de 2019.
Revogação do Incis XV do 6º art., da Lei 2622/2011	Os conselheiros teriam explicado a necessidade de alterar a Lei nesse item descrito, para que a mesma não fosse revogada e que fosse alterada de forma a manter os direitos dos conselheiros. Teria sido sugerido, nesse interim, a forma de mensurar a contrapartida dos eventos para os Conselhos, não sendo mais calculado pelo percentual, passando, portanto, a ser cobrado através de uma fórmula que abrangesse três pilares básicos: ocupação de área pública, número de público e ação social.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso a nenhuma ata do ano de 2019.
Sinalização do Turismo Rural	É relatado na presente ata que ainda estariam aguardando retorno.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso a nenhuma ata do ano de 2019.
Mostra de Cinema	É relatado na presente ata que o evento precisaria ser revisto. O tamanho das estruturas foi uma das indicações dos conselheiros	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso a nenhuma ata do ano de 2019.
Rota Nhá Chica	Foi relatado que ainda estariam esperando novas informações.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso a nenhuma ata do ano de 2019.
Selo Tiradentes	Foi relatado que estaria sendo estudado uma melhor forma de desenvolver o selo.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso a nenhuma ata do ano de 2019.
Encontro Mineiro de Hotelaria	Ficou registrado que aconteceria no fim de semana próximo do dia de relatoria dessa ata.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar ou negar que a presente pauta retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não tivemos acesso a nenhuma ata do ano de 2019.
Natal e Réveillon	Os conselheiros deliberaram, a fim de fomentar o turismo de fim ano, favoravelmente em relação à contratação do serviço de sonorização e iluminação para as festividades do Réveillon o valor de R\$17.837,08.	1. Contratação de serviço de sonorização e iluminação no Réveillon.	Não.

Não foi possível analisar as Atas de Reuniões do COMTUR relativas ao ano de 2019, pois não se teve acesso aos documentos, pelo Conselho.

ANEXO J.: Análise das Atas de Reuniões do COMDUR⁴⁰ (2016 – 2017 – 2018 – 2019)

2016

ATA – FEVEREIRO 2016 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Regimento Interno Criação institucional do Fundo de Desenvolvimento Urbano	Antônio Proença, Presidente do Conselho, em função da pouca quantidade de membros, teria pedido para que fosse dada mais meia hora porque as presenças não conferiam legitimidade às decisões que fossem tomadas na reunião. Às 15h45m teria sido decidido pelos quatro membros presentes que se efetuasse uma reunião de discussão sem qualquer formalidade decisória dos assuntos mais urgentes, e que a reunião fosse considerada de Diretoria. O Presidente Antônio Proença deu início à discussão dando para com tema dois assuntos que considerava importantes e de urgente resolução: o Regimento Interno e a criação institucional do Fundo de Desenvolvimento Urbano. A discussão foi muito esclarecedora.	1. A diretoria ficou responsável por apresentar numa próxima reunião plenária do Conselho uma proposta de Regimento Interno para discussão e aprovação dos Conselheiros.	Como não houve quórum para que decisões fossem tomadas, a reunião transcorreu apenas de caráter informativo do que deliberativo. No entanto, ata e os assuntos abordados na reunião com os quatro membros foi registrada e formalizada.

ATA – MARÇO 2016 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Regimento Interno	A pauta iniciou-se pela leitura, por parte da Diretoria, do Regimento Interno e teve aprovação de todos os conselheiros, com ressalva de organizar e quantificar melhor o número de titulares.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não
Composição do COMDUR	Nessa pauta foi discutida a operacionalidade do COMDUR, membros a serem enviados a Prefeitura para composição do Decreto Lei. Por não estar ainda concluída a sua composição após a discussão, este assunto da pauta ficou para apresentação definitiva, discussão e aprovação na próxima reunião do Plenária do Conselho.	1. Os cronogramas das reuniões plenárias extraordinária do COMDUR e o da mesa diretora foram aprovados por unanimidade.	Não

ATA – ABRIL 2016 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Formalização dos Representantes Oficiais	A relatoria dessa ata inicia-se com a solicitação do presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (COMDUR) à Secretária que desse informações sobre os ofícios enviados às entidades que deveriam formalizar seus representantes oficiais ao plenário do Conselho, efetivos e suplentes. O Presidente Antônio Proença também teria dado informações sobre organização documental de como seria a normalização da correspondência oficial entre instituições governamentais, sociedade civil, conselhos e associações e documentação interna.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Espaço de Instalação para o COMDUR	Nessa pauta, houve discussão sobre o espaço que a Prefeitura deveria destinar para as instalações que satisfizessem as necessidades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – Plano Diretor Participativo de Tiradentes, Lei 2937 de 15 de abril de 2016. Referiu que as únicas instalações cedidas era uma zona de passagem de funcionários para a zona de café no edifício da Prefeitura, sem qualquer condição de reunir quer a Diretoria e ou o Conselho Municipal.	1. Os conselheiros teriam decidido que a Diretoria deveria solicitar uma reunião para que fossem discutidas as possibilidades de resolução para a instalação. Nesse interim, decidiram que na próxima reunião esse tema entraria em pauta. 2. Teria sido cobrado dos conselheiros também a decisão sobre a proposta da Diretoria mudar a abreviatura do Conselho para COMDUR, justificando ser mais significativa e entendível.	Sim.

ATA – MAIO 2016 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Formalização dos Representantes Oficiais	Antônio Proença passou as informações das ações desenvolvidas conforme aprovação no plenário de 29 de abril, considerando que até à data dos ofícios expedidos para os seguintes órgãos institucionais: Prefeitura, COPASA, Orquestra Ramalho, Assistência Social e Bombeiros Voluntários não tinha havido resposta. Essa demora para fazer o retorno estaria dificultando a composição e legalização do Conselho conforme determina a Lei 2937 de 2015.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sem acesso à Ata de Junho. Retorna na Ata de Julho
Espaço de Instalação para o COMDUR	O presidente teria feito considerações sobre a Inexistência de respostas da Prefeitura quanto às instalações do COMDUR. Os Conselheiros voltaram a manifestar o seu desagrado pelas condições em que se estava a fazer as reuniões plenárias. A proposta foi aceita sem votos contra, pelos conselheiros presentes.	1. Antônio Proença propôs que a ASSET fosse contatada e suas instalações fossem cedidas para a reunião plenária mensal do COMDUR, pedindo desde logo a intervenção do representante da ASSET a sua colaboração para a resolução do assunto.	Sem acesso à Ata de Junho. Assunto não retorna em outras Atas.

⁴⁰ As análises das Atas de Reuniões do COMDUR, feitas pelo presente trabalho, encerraram-se no mês de agosto/2019, data de término da Pesquisa de Campo no município em estudo.

		2. O envio do ofício formal seria feito à ASSET solicitando suas instalações para melhor funcionamento das reuniões.	
--	--	--	--

Não se teve acesso à ata do mês de junho/2016.

ATA – JULHO 2016 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Formalização dos Representantes Oficiais	Foi apresentada a proposta da Diretoria das entidades que iriam integrar oficialmente o Plenário dos Conselheiros, de acordo com a lei 2935 de 15 de abril 2015: - Legislativo, Câmara Municipal de Tiradentes, Executivo, Prefeitura Municipal de Tiradentes, IPHAN, Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IHGT, Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, Sociedade Civil e Área Urbano/Plano Diretor Participativo, Associação de Moradores de Águas Santas e César de Pina, Associação dos Corretores de Tiradentes, ASSET, Associação Empresarial de Tiradentes, CODEMA, Conselho Municipal Meio Ambiente de Tiradentes, Associação dos Bombeiros Voluntários de Tiradentes, Sindicatos De Professores da Rede Estadual. A proposta, segundo o que consta na ata, teria sido aceita pelos presentes.	1. Os presentes delegaram na Diretoria a apresentar na próxima Reunião Plenária uma lista com nomes – efetivos e suplentes – no total de vinte e dois membros que representariam formal e legalmente a instituição. O Presidente teria informado que a lista seria discutida, alterada ou não, e aprovada pelo Plenário. 2. Após a discussão da lista com os nomes dos efetivos e suplentes de cada instituição seria enviada por ofício à Prefeitura que daria corpo ao Decreto que legalizaria finalmente o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.	Não se pode afirmar. Sem acesso às atas de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro.
Intervenção na comunidade	A Diretoria está a preparar um documento organizacional para implementar uma estrutura ampla para a intervenção da comunidade, com o objetivo de discutir e tomar conhecimento, da Lei 2935 de 15 de abril 2016.	1. O documento viria a Plenário na próxima reunião.	Não se pode afirmar. Sem acesso às atas de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro..

Não se teve acesso à ata do mês de agosto/2016, setembro/2016, outubro/2016 e novembro/2016.

ATA – DEZEMBRO 2016 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Plano Diretor Participativo	Antes de adentrar no assunto sobre o Plano Diretor Participativo consta na ata as informações referentes à inexistência de reuniões. Consta que com o período eleitoral, a Diretoria explicou que não teriam feitas as reuniões de agosto, setembro, outubro e novembro. Em seguida Antônio Proença teria proposto aos presentes que após o período eleitoral, fosse feita uma análise do que se podia esperar no futuro quanto à implantação do Plano Diretor Participativo, sua aplicação e fiscalização.	1. A análise e discussão foram feitas tendo ficado como resumo que se esperava que a administração eleita olhasse a Lei 01 de 15 de abril 2015 como uma ferramenta de apoio e orientação à nova gestão municipal eleita.	Não.
Mudança do nº de Lei	Antônio Proença teria informado que durante uma Reunião Ordinária da Câmara Municipal foi esclarecido porque a Lei 2935 de abril 2015 passou a ter o número 01/2015 de 15 de abril 2015 por razões numérica e nomenclatura.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Envio de ofício solicitando reunião	Antônio Proença informou ainda que o Conselho enviou um pedido de reunião, esclarecimentos e informações sobre assuntos por ofício com o nº 19/16 de 24 de novembro 2016 com pauta composta por: Implantação do Plano Diretor Municipal e todas as suas Leis Complementares, Condições Logísticas humanas e materiais para essa implantação, Conselho Municipal da Cidade, Obras já protocoladas e/ou em execução após aprovação do Plano Diretor, Limpeza da cidade, Instalações Públicas para Polícia Militar, Polícia Civil, Assistência Social, Departamento de Gestão de Projetos e Obras. Por fim, teria informado que até a data da relatoria dessa ata não houveram respostas ou qualquer manifestação concreta de atendimento.	1. Resolução: Foi informado que a Diretoria, face da ausência de interesse da Prefeitura, irá resumir e dar notícia dessas e outras situações que se mostrassem pertinentes no seu Plano de Ação para 2017.	Sim.
Votação dos representantes das instituições	A Diretoria teria apresentado proposta de que os nomes dos representantes das instituições fossem votados na primeira Reunião Ordinária do Conselho, tendo em vista a mudança administrativa que seria feita	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

2017

ATA – JANEIRO 2017 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Legalização oficial do COMDUR	O Presidente Antônio Proença, segundo o que consta em ata, teria informado que a Diretoria estava exigindo à Administração a assinatura urgente do Decreto com a legalização oficial do COMDUR com todos os seus membros e órgãos.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Envio de ofício solicitando reunião	Antônio Proença informou sobre o ofício enviado ao Prefeito eleito/Comissão de transição com pedido de reunião e pauta ainda esclareceu que não tinha tido retorno.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Plano de Ação/2017	Em ata consta que foi apresentado o Plano de Ação para o ano 2017 que após discussão pelo Plenário, aprovado e enviado a todos os órgãos e instituições. Concluiu-se que por ser um documento de importância analisado nesta sessão e discutido e aprovado em próximo plenário, tendo em vista a mudança administrativa que seria feita.	1. Foi igualmente analisado a composição da Diretoria que recebeu aprovação dos presentes, mantendo aque vinha constituída na ata de 08 de janeiro de 2016: Presidente, Vice-Presidente e Secretária Executiva.	Sim.

Análise de conjuntura/Geral	Antônio Proença informou que a recomposição do Plenário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano que será proposto em próximo plenário. O Presidente solicitou aos presentes que fizessem uma análise do período eleitoral e consequente eleição municipal de outubro/2016. Vários presentes se manifestaram tendo concluído que foram feitas promessas pelos candidatos à Prefeitura, algumas sem consistência de serem cumpridas. Foi unânime a que se deveria, esperar, estar atento e agir dentro das regras institucionais.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
-----------------------------	---	---	------

ATA – FEVEREIRO 2017 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Legalização oficial do COMDUR	O Presidente Antônio Proença, segundo o que consta em ata, teria informado que a Diretoria estava exigindo à Administração a assinatura urgente do Decreto com a legalização oficial do COMDUR com todos os seus membros, (efetivos e suplentes) e órgãos que se designam: Legislativo, Executivo, IPHAN, Associações de Bairro, Sociedade Civil/Área Urbana, Plano Diretor, CODEMA, Assistência Social/CRAS, ASSET, IHGT, Corretores Imobiliários, Bombeiros Voluntários de Tiradentes.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Apresentação e ocupação de cargo de Vice-Presidente do CODMUR	Foi feita a apresentação do membro efetivo da ASSET Mozart Alemão que, se aceito pelo Plenário, iria substituir Luiz Claudio Mendes. Aprovado a preposição, Mozart Alemão assumiu o cargo de Vice-Presidente do COMDUR.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Plano de Ação/2017	O Plano de Ação 2017 que tinha sido discutido na reunião de 18 de janeiro foi aprovado, ficando a Diretoria responsabilizada de enviar a todos os órgãos institucionais municipais uma cópia acompanhada de ofício do COMDUR. O Presidente informou também que o COMDUR está dando assistência técnica administrativa às Secretarias que dela precisarem, conforme determina o Plano Diretor. Richard Junior sugeriu que o COMDUR desse apoio técnico à população mais carente. O Presidente informou que essa área social da comunidade já estava a ser assistida com suporte técnico, de acordo com as solicitações da Secretaria da Assistência Social (CRAS). Porém, não poderia fazer porque o FDU – Fundo de Desenvolvimento Urbano ainda não estava constituído. Era uma das prioridades a ser implementada no ano de 2017.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Geral	Foi informado que o COMDUR, Secretaria Municipal do Ambiente e CODEMA, estabeleceram uma parceria para agilizar a carga de processos e ações que foram herdadas da administração anterior. Para finalizar o Presidente falou da necessidade de se começar a fazer preparativos da Conferência Municipal da Cidade de Tiradentes, sendo de responsabilidade do COMDUR, com o apoio formal e institucional da Prefeitura.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

ATA – MARÇO 2017 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Legalização oficial do COMDUR	O Presidente, Antônio Proença, informou que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (COMDUR) teria sido legalizado pelo Decreto nº 003/2017 de 01 de março de 2017. A implementação estaria sendo feita com alguma dificuldade por falta de recursos que a Administração em exercício ainda não conseguia dispor.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Plano de Ação/2017	Consta na presente ata que depois de um convite feito à Diretoria, por parte do prefeito do município, para que ela participasse das reuniões semanais dos secretários foi apresentado em uma das reuniões o Plano de Ação do Conselho para o ano 2017 que já contemplava reuniões setoriais com todas as secretarias.	1. A Diretoria teria apresentado um calendário (que não ficou explícito na ata) que teria sido aceito pelo Plenário.	Sim.
Espaço de instalação para o Conselho	Foi informado novamente pelo Presidente do Conselho, Antônio Proença, que ainda não foi dado andamento efetivo às instalações do COMDUR. As reuniões disponibilizadas pela ASSET nem sempre estão disponíveis, em função do calendário anual elaborado e instituído pelo Plano de Ação de 2017.	1. O Plenário teria aprovado, por maioria, a exigência a fazer pela Diretoria à Prefeitura da urgência dessas instalações para dar consistência ao Plano de Ação 2017.	Sim. O conteúdo a que se referem sobre o Plano de Ação não fica evidente nas reuniões.
Geral	Tendo em vista o adiamento da hora, outros temas ficaram programados para retornarem na próxima plenária. A saber: a proposta da Diretoria para a discussão e aprovação de divisão das tarefas e conteúdo do Quadro 04 do Plano de Ação que responsabilizam o Plano de Ação para a implementação e aplicação do Plano Diretor Municipal Participativo – Lei 01/2015	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.

ATA – ABRIL 2017 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Legalização oficial do COMDUR	O Presidente, Antônio Proença, informou que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (COMDUR) teria sido legalizado pelo Decreto nº 003/2017 de 01 de março de 2017, após um ano e meio da aprovação do Plano Diretor Municipal Participativo em 15 de abril de 2015.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não pode-se afirmar que a pauta retorna ou não na próxima reunião de Maio ou se ela de fato ocorreu, uma vez que não teve-se acesso

Plano de Ação/2017	Antônio Proença informou que os Secretários iriam ter reuniões mensais para informação do Plano Diretor, divulgadas por via interna com cronograma da sua realização.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	ao documento. Contudo, no mês de Junho e Julho não foram realizadas as Reuniões Plenárias por não haver condições logísticas e mobiliário para que elas se realizassem.
Espaço de instalação para o Conselho	Foi informado novamente pelo Presidente do Conselho, Antônio Proença, que ainda não foi dado andamento efetivo às instalações do COMDUR. As reuniões disponibilizadas pela ASSET nem sempre estão disponíveis, em função do calendário anual elaborado e instituído pelo Plano de Ação de 2017. É relatado sobre a pauta, que a Prefeitura como ferramenta pública administrativa, deveria estar promovendo a estabilidade, segurança e qualidade de vida da comunidade do município de Tiradentes, como havia prometido durante a campanha. Prefeito José Antônio do Nascimento, eleito para o Quadriênio de 2019 a 2021. É reafirmado na ata que as instalações usufruídas são cedidas, em grande parte, pela ASSET – Associação Empresarial de Tiradentes.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Nesse sentido, a Diretoria decidiu não efetuar a convocação para cumprir calendário do Plano de Ação 2017, enquanto a Prefeitura não criasse essas condições de sua obrigação, de acordo com o Lei 01/2017 – Plano Diretor Municipal Participativo de Tiradentes.
Fundo de Desenvolvimento Urbano	Antônio Proença informou que o Fundo de Desenvolvimento Urbano deve ser legalizado com urgência para dar cobertura ao que dispõe a Lei 01/2015 de 14 de abril 2015 no seu Art.º 11	1. O representante do executivo Rodrigo de Almeida, assumiu o compromisso de solicitar via ofício à Secretaria da Administração o Projeto de criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano	
Protocolo institucional	Foi informado que a Diretoria do COMDUR estaria tentando normalizar o protocolo institucional com o IPHAN sobre entrada de projetos dos projetos.	1. A Diretoria do COMDUR estaria tentando normalizar o protocolo institucional com o IPHAN sobre entrada de projetos dos projetos.	
Plano de Ação 2017 – Sistema de Planejamento e Gestão e Conferência Municipal da Cidade	É relatado na ata que por ser matéria do desconhecimento absoluto da maioria dos presentes, verificou-se que seria necessário mais conhecimento para se dar continuidade a decisões que eram urgentes tomar.	1. A Diretoria ficou de estudar qual a forma que se empregaria para se chegar a um consenso e implementar ações que levassem a Prefeitura a tomar consciência e responsabilidade da existência da Lei Municipal 01/2015.	

Não se teve acesso à ata do mês de maio/2017. Não houve reuniões nos meses de junho/2017 e julho/2017.

ATA – AGOSTO 2017 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Renúncia do Conselheiro Mozart Mascarenhas	Depois de lida e aprovada a ata da reunião anterior, foi lida a carta de renúncia do Conselheiro Mozart Mascarenhas, representante da ASSET.	1. Diretoria vai solicitar por ofício o seu substituto	Não.
Plano Diretor	Antônio Proença teria justificado a não realização das reuniões institucionais no quadro do Plano de Ação para o ano 2017 - 21/06/17 e 19/07/17 - dando a informação que a situação das condições com que o Conselho vinha verificando era incompatível com um esforço verificado para o desenvolvimento implementação do Plano Diretor e a ajuda temporária que a Diretoria e o Conselho vinha desenvolvendo tentando ajudar nas precariedades que a Administração apresentava, em particular na Secretaria da Fazenda e Tributação – Protocolo de projetos e obras. O Presidente informou também que as reuniões nas instalações ASSET tinham acabado por não haver possibilidade de compatibilizar as datas. Nesse interim, foi realizada uma reunião do Conselho do Prefeito. É ressaltado na ata que essa reunião e instalações é fruto dessa promessa. Heloisa tomou a palavra e lamentou mais uma vez a omissão e demora da Prefeitura em criar por obrigação da lei 01/2015 Título VIII - Diretrizes para a Dimensão Institucional – Cap. II – Sistema de Planejamento e Gestão, Seção III – Do Fundo de Desenvolvimento Urbano, Artigo 110.	1. Após a reunião entre Antônio Proença e o Conselho do Prefeito houve a intenção de se demitir de Conselheiro. (porém, não cita qual conselheiro) A situação seria levada ao MPF.	Sim.
Espaço de instalação para o Conselho	Na data do Plano Diretor Municipal Participação (15 de abril de 2015, o Conselho deveria ter já instalações para que a Lei nº 01 /2015, fosse finalmente posta a serviço do Município, da Cidade e comunidade em geral. É relatado sobre a presente pauta, que a Prefeitura como ferramenta pública administrativa, deveria estar promovendo a estabilidade, segurança e qualidade de vida da comunidade do município de Tiradentes, como havia prometido durante a campanha do Prefeito José Antônio do Nascimento, eleito para o Quadriênio de 2019 a 2021.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Fundo de Desenvolvimento Urbano	Conselheiro João Marcos teria se disponibilizado para ajudar na agilização da criação Fundo.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Criação de uma instalação para armazenamento de caminhão	Nessa pauta, o Conselheiro Jonathan explicou que os Bombeiros Voluntários estavam pensando em fazer uma instalação na atual sede para recolher o novo caminhão doado à Prefeitura pelo BNDES, à época recolhido numa garagem a cerca de 2 kms da Sede, o que prejudica e poderá contribuir para não ser possível a um atendimento urgentes na cidade.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Conselheiro Rural	O Conselheiro Richard Junior teria manifestado a necessidade de o COMDUR ter um representante nas reuniões de um possível Conselho da área Rural. Antônio Proença informou que logo no início do ano 2017 o COMDUR, foi solicitado pelo Sidnei, Secretário da Área Rural para ajudar na criação do Conselho.	A Diretoria tornou possível essa ajuda elaborando um projeto de Estatuto para ser presente ao Prefeito e criado o Conselho.	Não

ATA – SETEMBRO 2017 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Plano Diretor	Antônio Proença informou que após ser levantada a situação pelo COMDUR na reunião mensal do Conselho do Prefeito, posta na última reunião Plenária do COMDUR face à precariedade dos integrantes da equipe administrativa, o Prefeito José Antônio decidiu fazer uma convocação de Secretário para que comparecessem em reuniões juntamente com o COMDUR – documento interno anexo a esta ata – para iniciar um programa já proposto por esta Diretoria e a dar resultados com a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria da Tributação, face ao desconhecimento da Lei 01/2015 – Plano Diretor Municipal e as Leis Complementares que se verifica na atual equipe Administrativa.	1. Os conselheiros presentes se mostraram satisfeitos pela proposta do Prefeito e, portanto, decidiram responsabilizar o Presidente Antônio Proença pela comparencia nas reuniões programadas no documento da Prefeitura em cima referido.	Não pode-se afirmar que o tema retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não teve-se acesso à ata do mês de Outubro/2017, pois o documento enviado com essa data, refere-se à reunião de Novembro/2017.
Espaço de instalação para o Conselho	Os conselheiros verificaram que as instalações prometidas pelo Prefeito em março continuavam no papel.	1. Ficou decidido enviar um novo ofício para questionar e obter informações quanto ao fato.	Sim.
Fundo de Desenvolvimento Urbano	É relatado na ata que a situação continuava sem qualquer posição do que estava sendo tratado.	1. Um novo ofício seria enviado à Prefeitura solicitando informações sobre a criação, posição e andamento do FDU.	Sim.
Criação de uma instalação para armazenamento de caminhão	O Plenário teria decidido que a Diretoria, na pessoa do Presidente e seu Vice, elaborasse e acompanhasse uma proposta para fazer um levantamento das atuais instalações e equipamentos dos Bombeiros Voluntários de Tiradentes.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

Não se teve acesso à ata do mês de outubro/2017, pois o documento enviado com essa data, refere-se à reunião de novembro/2017.

ATA – NOVEMBRO 2017 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Plano Diretor	A pedido do Presidente teria sido solicitado aos conselheiros autorização para a presença como convidado do Celso Bessa, elemento que irá constituir a Comissão de Comunicação e Transparência que tomará conta da criação do Sítio COMDUR/Plano Diretor. Os presentes teriam concordado.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não pode-se afirmar que o tema retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não teve-se acesso à ata do mês de Dezembro/2017, pois o documento enviado com essa data, refere-se à reunião de Janeiro/2018.
Reunião na Prefeitura com todos os Secretários	A Diretoria informou que as reuniões com os Secretários foi mais uma promessa que ficou no papel, igual à criação do FDU, da instalação e logística do COMDUR. Desde setembro o dia 21 de setembro foram feitas cinco convocações aos Sres. Secretários dos quais só compareceram três: Secretaria do Ambiente 21/09, Secretaria da Educação, 28/09, Secretaria de Administração e Governo, 05/10 (que não compareceu, nem justificou), Secretaria do Turismo, 12/10, Secretaria da Saúde, 19/10 e 26/10 que embora convocados, às vezes, não compareceram a nenhuma das convocações, nem justificaram. Antônio Proença teria sido o membro do Conselho destacado pela Diretoria para dar sequência a essas reuniões.	1. Antônio Proença teria decidido endereçar um ofício ao Prefeito, informando da situação, reforçando que os Secretários tinham esquecido que são funcionários públicos mesmo em tempo comissionado. Além disso, o plenário lamentou o fato e considerou que a Diretoria deveria investigar se a Prefeitura teria comunicado aos Secretários a realização das reuniões.	
Regimento Interno	A Diretoria teria informado que estava a rever o Regimento Interno aprovado em 01 de março 2016, prevendo alterações de ordem estrutural e texto.	1. Foi proposta a criação de comissões e grupos de trabalho para institucionalizar as diversas áreas no quadro da Lei 01/2015, Plano Diretor Municipal Participativo.	Não pode-se afirmar que o tema retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não teve-se acesso à ata do mês de Dezembro/2017, pois o documento enviado com essa data, refere-se à reunião de Janeiro/2018.
Criação de uma instalação para armazenamento de caminhão	O Plenário teria decidido que a Diretoria, na pessoa do Presidente e seu Vice, elaborasse e acompanhasse uma proposta para fazer um levantamento das atuais instalações e equipamentos dos Bombeiros Voluntários de Tiradentes.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	
Lei de Eventos	A Conselheira Heloisa e o Conselheiro Jonathan teria feito mais uma vez críticas à forma como a Lei de Eventos estava a ser revista, informando que não se tenha notícia do COMTUR, Conselho que estava a gerir e sua revisão e finalização da Proposta a ser apresentada pela Prefeitura. O Conselheiro fez referência que o Projeto dos 300 anos da Cidade de Tiradentes – Tricentenário da Cidade -, foi completamente ignorado pela Administração / Prefeitura. Consta na ata que o Plenário teria se envolvido na discussão perante o fato e manifestou por maioria o seu desagrado, lamentando o sucedido como a gestão pública trata as organizações da cidade.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não pode-se afirmar que o tema retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não teve-se acesso à ata do mês de Dezembro/2017, pois o documento enviado com essa data, refere-se à reunião de Janeiro/2018.
CODEMA e Animais	Foi ressaltado que teria ficado fora de pauta do Plenário do dia 25/10/2017, dois temas. A saber: animais soltos pelas ruas de Tiradentes. Os conselhos COMDUR de parceria com o CODEMA, estão empenhados juntamente com elementos agrupados no que futuramente será uma Comissão ou Associação para que o assunto ANIMAIS seja resolvido de forma institucional. Com relação à situação do lixo, o Conselheiro Richard Junior informou que de fato existem alguns problemas pontuais que estão a ser resolvidos com a empresa responsável pela coleta. É relatado que o CODEMA estaria fazendo esforço no sentido que tudo se resolva rapidamente.	1. Criação de uma Comissão para que o assunto ANIMAIS fosse resolvido. Ambos os Conselhos teriam se disponibilizado para ajudar no quadro da sua competência legal.	
Construção do Biodigestor	Richard Junior informou que o Biodigestor estaria em adiantado estado de construção e acompanhado também pelo COMDUR, que estava dando apoio técnico bastante útil à Secretaria do	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não pode-se afirmar que o tema retorna na próxima reunião/ata, uma vez que não teve-se acesso à ata do mês de Dezembro/2017, pois o documento enviado

	Ambiente/CODEMA, prevendo-se a sua inauguração em março de 2018.		com essa data, refere-se à reunião de Janeiro/2018.
Cooperativa Tiradentes Recicla	Foi informado que muitos problemas e exigências estavam surgindo que estariam, segundo ata, a ser equacionados pela Prefeitura, Secretaria do Ambiente, CODEMA e o COMDUR na interpretação da Lei 01/2015–Plano Diretor e as Leis Complementares.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	
COPASA	A Diretoria informou sobre a reunião da COPASA que mais uma vez não teria sido conclusiva, conforme anexado na ata.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	

Não se teve acesso à ata do mês de dezembro/2017, pois o documento enviado com essa data, refere-se à reunião de janeiro/2018.

2018

ATA – JANEIRO 2018 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Plano de Ação	Antônio Proença informou ao Plenário a nova metodologia para as reuniões internas e externas na Proposta de Alteração do Regimento Interno e Plano de Ação para 2018. Além disso, informou também sobre o posicionamento do Conselho quanto ao relacionamento com as instituições e órgãos Municipais, Estaduais, Federais, Religiosos e Mídia. Em seguida a Diretoria teria solicitado aos Conselheiros as alterações, inclusões ou críticas ao Regimento Interno do Conselho e Plano de Ação para 2018.	1. Ficou decidido que a Diretoria iria adequar as propostas e formatar os documentos em cima citados, dando como data para aprovação o próximo Plenário a realizar no dia 21/02/2018, ficando aprovado por unanimidade.	Sim
Plano Diretor Participativo	Teria sido posta em discussão a inclusão de outros Conselhos, já criados ou a criar, membros indicados formalmente pelo Plenário após proposta dos Conselheiros e ou Diretoria.	1. Após discussão, ficou decidido, por unanimidade, a necessidade de garantir nesses Conselhos, conforme expresso na Lei 0/2015, a presença fundamental do Plano Diretor Participativo.	Sim.
Geral	A discussão “Formas planejadas e coordenadas de pressionar a Administração/Prefeitura a implementar, coordenar, cumprir e fiscalizar o Plano Diretor Municipal Participativo”, ficou decidido incluir em pauta do próximo Plenário.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.

ATA – FEVEREIRO 2018 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Regimento Interno e Plano de Ação	Antônio Proença informou ao Plenário as alterações e inclusões para introduzir no R.I e Plano de Ação não foram entregues ou enviadas em tempo útil para que se formatasse o documento com vista à aprovação nesta data.	1. Ficou decidido que após a coleta feita agora, a discussão e aprovação será feita na data de 21/03/18.	Sim
Espaço de instalação para o Conselho	Antônio Proença deu informação que o COMDUR recebeu autorização formal para a utilizar a antessala do Arquivo Municipal nas instalações da Prefeitura – Rua Belica nº 90, no Parque das Abelhas, esperando agora a colocação das divisórias e mobiliário adequado à função institucional do COMDUR/Plano Diretor.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim
Fundo de Desenvolvimento Urbano	O FDU – Fundo de Desenvolvimento Urbano – foi criado pela prefeitura e só está dependente do CNPJ.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim
Geral	O assunto “Formas Planejadas e coordenadas de pressionar a Administração/Prefeitura a Implementar, Coordenar, Cumprir e Fiscalizar o Plano Diretor Municipal Participativo” foi dito pelo presidente do conselho que no Plano de Ação para 2018 estão expressas essas ações distribuídas pelo ano 2018. Foi conclusivo quanto a este assunto, uma vez que o ano 2017 foi dado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano a Prefeitura como meta para que o Plano Diretor fosse implantado, conforme promessa do Prefeito na sua campanha eleitoral. Considerou que na discussão do Plano de Ação para 2018 o assunto seria falado	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não

ATA – MARÇO 2018 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Plano Diretor	O Plano Diretor, Lei 01/2015 serviu de base a toda reunião, com destaque ao para o Título VIII – Diretrizes para a Dimensão Institucional, Capítulo I – Fortalecimento da Administração Municipal e o Capítulo II – Sistema Municipal de Planejamento e Gestão. Foi colocado todo o cuidado tendo em conta a leitura pelos diversos órgãos Municipais, Estaduais e Federais. Considerou ser uma crítica à administração porque após um ano de gestão nada foi feito a não ser intenções que não passaram disso. O presidente do Conselho lembrou que a provado o Plano de Ação a Prefeitura tem até junho de 2018 para mostrar que quer de fato a implementação do Plano Diretor Municipal Participativo de Tiradentes. Lembrou também que o documento custou ao erário público quinhentos e cinquenta mil reais, e deve ser tratado como uma ferramenta de gestão ao serviço do município.	1. Ficou decidido que após a coleta feita agora, a discussão e aprovação será feita na data de 21/03/18.	Sim

Regimento Interno e Plano de Ação	A Diretoria levou em conta adequações que se verificaram durante um ano da sua aplicação.	1. A Diretoria participou da votação das alterações propostas ao Regulamento Interno que foram aprovadas por unanimidade. 2. A votação teve o seguinte resultado - Regimento Interno aprovado por unanimidade e o Plano de Ação para 2018 teve o mesmo resultado, aprovação por unanimidade	Sim
-----------------------------------	---	--	-----

ATA – ABRIL 2018 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Possível parceria com UFSJ	O presidente Antônio Proença deu informação sobre possível parceria com a UFSJ para a cedência de Estagiários do Curso de Arquitetura, tendo como elemento de ligação a Arquiteta Uranista Tatiana Soledade.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Site Institucional do COMDUR	O conselheiro Celso Bessa falou sobre o Site do COMDUR em fase de formatação/ execução	1. Celso Bessa prometeu apresentar no próximo Plenário a sua versão final do site do COMDUR.	Sim (Reunião de Julho).
Regimento Interno e Plano de Ação	A Secretária Executiva Heloisa informou que o R.I. e Plano de Ação para 2018 foram entregues a todos os Conselheiros e Instituições de acordo com mandato do Plenário de 21/03/18.	1. A Diretoria apresentou uma proposta da criação das seguintes comissões a funcionar sob orientação e consulta da Diretoria e Plenário do COMDUR: Educação, Segurança e Proteção Civil, Obras e Desenvolvimento Urbano. Essa proposta foi votada e aprovada no mesmo dia, com sete votos a favor e uma abstenção.	Sim.
Plano Diretor	O Presidente enfatizou sobre o Plano Diretor Municipal Participativo com as Comissões agregadas ao Plano Diretor, e participação inclusiva da comunidade, que são órgãos de ajuda e sustentação da Lei 01/2015 e suas leis Complementares. Também falou que elas são agora parte integrante do Plano Diretor Municipal Participativo após as alterações e adequações ao Regimento Interno aprovado no Plenário de 21/03/18 e por isso, não devem permitir qualquer intenção de as partidarizar. Elas devem estar livres de amarras e ou compromissos escusos, para que possam apoiar o COMDUR em todos os assuntos pertinentes ao município e à cidade no quadro do Plano Diretor.	1. Será proposto para aprovação no Plenário normas de composição e funcionamento das comissões agregadas ao Plano Diretor.	Não se teve acesso à composição das comissões agraphas ao Plano Diretor
Geral	A conselheira Heloisa falou de forma informal sobre diversos assuntos que estão em discussão na cidade e devem ser do conhecimento dos senhores Conselheiros: Lixo e reciclagem, creches, animais soltos e transviados pelas ruas sem que se veja algum movimento da Prefeitura para resolução deste caso que influencia a saúde pública, foco de epidemias e doenças crônicas.	1. Este assunto por ser informal (fora de pauta), nada mais havendo a tratar, o Presidente Antônio Proença encerrou a reunião, sem condução aos temas abordados pela conselheira.	Não.

Não se teve acesso à ata do mês de maio/2018, pois o documento enviado com essa data, refere-se à reunião de setembro/2018.

ATA – JUNHO 2018 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Plano Diretor	O Presidente do Conselho, Antônio Proença, esclareceu que o principal motivo da Reunião era a deliberação do Conselho para uma solicitação recebida da Procuradoria Municipal, enviada através do Ofício 68/2018 de 21 de maio de 2018 para que fosse alterado o Plano Diretor, de maneira que o imóvel denominado Pasto da Lagoa, localizado ao final da Rua Vereador Inácio Veloso, passasse a ser incorporado no perímetro urbano do Distrito Sede do Município. Na ausência da Casa dos Conselhos e/ou Conferência Municipal da Cidade, conforme determina a Lei 01/2015 cabe ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano a responsabilidade de verificar, analisar e deliberar sobre o tema em questão. Presentes na reunião os responsáveis pelo empreendimento, foi exposto pela arquiteta Patrícia Cândido, da empresa Panoramia, foi divulgado que este imóvel rural irá dar lugar a um condomínio fechado, com 78 habitações, no regime de “time-sharing”, conforme foi informado à Diretoria do Conselho. Foram discutidas também recomendações para futuras solicitações que venham a ser pleiteadas pelos proprietários do imóvel, para que seja garantida a observação do Plano Diretor, mesmo estando o imóvel em área rural.	1. Foi consenso dos Conselheiros presentes, que não deverá ser alterado o perímetro urbano, Lei 3068/2016, que compõe as Leis Complementares do Plano Diretor Municipal Participativo, ficando assim mantido o Plano Diretor na sua íntegra. 2. O plenário delegou na Diretoria a elaboração das alterações discutidas e aprovadas que ficará anexo à ata. 3. A deliberação do Plenário será encaminhada à Procuradoria Municipal, em ofício, dando a resposta ao Ofício 68/2018, com conhecimento aos demais órgãos municipais.	Sim.

ATA – JULHO 2018 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Loteamentos / Projeto Panoramia	Iniciou-se a discussão sobre o processo/Projeto da Panoramia, e outros loteamentos que venham a ser solicitadas, suas consequências para o Município, concluindo o Plenário que a serem aprovados, seria desastroso nas condições atuais em que se encontra o município e a economia nacional.	1. Antônio Proença sugeriu aos conselheiros a necessidade de o COMDUR pedir ao Executivo um levantamento e cadastro das principais necessidades do município para que, das próximas intervenções feitas pela pressão imobiliária, o COMDUR poder apresentar	Sim.

	“Vender loteamentos a qualquer preço sem que o município tenha uma rede de infraestruturas sustentada – Rede Pluvial identificada em projeto, Rede viária urbana e rural, mobilidade urbana e intermunicipal, Rede de esgoto municipal com a ETE ainda em construção, que se prevê dois anos para que funcione de forma sustentável, <u>Rede elétrica e comunicações compatível com as solicitações e pressões imobiliárias cada vez maiores, Rede de água perfeitamente controlada e analisada, é de fato um suicídio municipal coletivo.</u> ”	propostas para negociação do Executivo / Empreendedores.	
Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU)	O Conselheiro João Marcos informou que o Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU – vai ser regularizado brevemente por lei municipal.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Site Institucional do COMDUR e grupo de WhatsApp	O Presidente da Comissão de Transparência e Informação apresentou o Site do Plano Diretor/COMDUR aos conselheiros e criou um grupo na rede social WhatsApp para comunicação rápida entre os integrantes do COMDUR.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

Não se teve acesso à ata do mês de agosto/2018.

ATA – SETEMBRO 2018 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Loteamentos / Projeto Panorama	O Presidente informou que o processo Panorama – Loteamento Ângela Gutierrez – voltou a estar em pauta, depois de notícias vindas a público no Jornal do Comércio e Estado de Minas, entrevistas dadas na TV por elementos ligados à empresa antes e durante o Festival de Gastronomia de Tiradentes. Alertou o Conselho para a necessidade de tomar posição face ao desenrolar do processo após aprovação pelo Plenário na Reunião de 18/06/2018 da recusa por descumprimento da lei 01/2015 Plano Diretor Municipal.	1. O Presidente Antônio Proença propôs que se solicitasse ao Executivo informação por ofício, quais os elementos gráficos e ou escritos que serviram para a passagem do Alvará para construção das obras do Loteamento relacionado à empresa Panorama.	Sim.
Espaço de instalação para o Conselho	A Secretária Heloisa informou que sobre as instalações do COMDUR a Prefeitura mantém silêncio absoluto assim como o representante do Executivo no Plenário. Foram pedidos esclarecimentos ao Secretário Tomas de Oliveira informou que estavam à espera das divisórias e sobre o mobiliário não soube responder. A mesa, cadeiras e estante em madeira que estão servindo para a reunião foram trazidas pela Secretária Heloisa.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Gestão de Projetos e Obras	Antônio Proença declarou que a Criação da Secretaria de Planejamento e, de acordo com a Lei 01/2015 - Título VIII – Diretrizes para a Dimensão Institucional, Capítulo I – Fortalecimento da Administração Municipal e o Capítulo II – Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, deverá ser criada com urgência. Referiu ainda que a responsável técnica hoje na Prefeitura entendeu bem a sua necessidade e urgência para que as extremidades urbanas do Centro Histórico não virem um amontoado de asa e casinhas sem acessos, esgotos, abastecimento de água e energia muito precário.	1. A Diretoria, em nome do Conselho, endereçou ao MPF e Prefeitura ofícios justificando a criação desse órgão administrativo (Secretaria de Planejamento).	Não.

ATA – OUTURO 2018 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Trabalho Administrativo Voluntário no COMDUR	Antônio Proença chamou a atenção para a precariedade de serviço administrativo do Conselho que é feito pelos membros da Diretoria.	1. Ficou decidido estruturar para 2019 um grupo de trabalho voluntário que dará apoio ao trabalho administrativo do Conselho quando necessário	Não.
Drenagem pluvial	Alguns Conselheiros voltaram a questionar a drenagem das águas pluviais que continuam a inundar ruas e casas no Bairro do Cuiabá. Desde março que são feitas reuniões (“acredita-se que seja com a prefeitura local”) e nada se vê que sossegue a comunidade moradora do Bairro Cuiabá.	1. Concluíram que existe sempre o mesmo argumento: não haver dinheiro, mas a vontade política de fazer também não. Portanto, não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Loteamentos / Projeto Panorama	Antônio Proença colocou a situação cada vez mais acentuada da pressão imobiliária sobre o território municipal, sem que exista vontade por parte do Executivo/Legislativo de controlar essa pressão. O Conselho tem a informação que o Executivo / Prefeitura não tem noção dos terrenos de sua propriedade.	1. Foi proposto e aprovado que a Diretoria preparasse uma Proposta de Lei para que o Executivo determine a não aprovação até à revisão do Plano Diretor Municipal Participativo que só poderá ser feita a partir de 2021. 2. Foi decidido que o Conselho solicitasse por escrito uma planilha das propriedades, localização, área e documentação dos mesmos, conforme determina o Título VIII – Das Diretrizes para a Dimensão Institucional, Seção II – Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – Art. 104 e incisos. 3. não tendo respostas face aos pedidos de esclarecimento ao Executivo/Prefeitura feitos nos ofícios nº 225/18 de 22 setembro 2018 e 228/18 de 23 outubro sobre as informações da passagem do Alvará para construção à empresa Panorama Desenvolvimento Urbano, decidiu a Diretoria como tinha sido aprovado no último Plenário dar conhecimento do fato a	Sim.

		Procuradoria Federal em São João del Rei, por ofício de 26 outubro 2018.	
Serra de São José	Foi ainda dada informação da abertura de 03 portões na Serra de São José.	1. O representante da Associação dos Bombeiros Voluntários de Tiradentes ficou de tirar fotos para apresentar em próximo Plenário.	Não.
Desmatamento / Condomínio Campana del Vento	Foi denunciado pelo representante de Águas Santas o desmatamento e abertura de área dentro do município pela empresa do Condomínio Campana del Vento. Também no Bairro da Mococa na Fazenda Inimá está em construção um loteamento ilegal.	1. Decidido que o representante do CODEMA levasse a situação ao Plenário do De Meio Ambiente.	Não.

Não se teve acesso à ata do mês de novembro/2018, pois o documento enviado com essa data, refere-se à reunião de dezembro/2018.

ATA – DEZEMBRO 2018 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Biodigestor	A Secretaria do Ambiente informou que o Biodigestor já em funcionamento e será inaugurado no dia 21/04/18 ('provavelmente referindo-se ao ano de 2019').	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Biblioteca Pública	A Diretoria solicitou da parte dos Conselheiros autorização para tratar do caso da Biblioteca Pública Municipal que está deixada ao abandono a qual foi concedida.	1. Os diretores do Conselho definiram colocar no assunto o Secretário da Cultura e Turismo. O representante no Conselho das Políticas Culturais e Patrimônio deverá levantar este caso no CMPCP.	Não.
Plano de Ação 2019	Antônio Proença usou da palavra para fazer referência ao Plano de Ação para 2019 que no entender da Diretoria atual ele deveria ser elaborado pela nova Diretoria saída da Eleição a ser realizada em janeiro e ser proposto para aprovação em Plenário até abril.	A diretoria trouxe para este Plenário propostas que farão parte integrante desta ata: 1-Proposta da substituição e ou renovação dos conselheiros uma vez que alguns deles faltam com bastante frequência aos Plenários. 2 – Conselheiros a serem propostos para a nova diretoria pela sua compreensão e conhecimento do Plano Diretor Municipal Participativo: Richard Maciel Junior, CODEMA, Rogério de Almeida, IHGT, Hêlvio Santos, ASSET. 3 - Proposta para a criação e implementação das Comissões: Administração, Saúde e Assistência Domiciliar, Educação - Sport e Lazer, - Gestão Obras e Planejamento Urbano, - Assistência Social, - Cultura e Patrimônio, - Turismo e Eventos, - Comunicação e Transparência, - Segurança e Proteção Civil, - Arquitetura e Urbanismo, - Associações Empresariais e Artesãos, - Revisão do Plano Diretor Municipal Participativo. Antônio Proença pediu ainda ao Plenário para estabelecer datas para apresentação de propostas para substituição de Conselheiros e nomes para integrar a nova Diretoria. 4 - Data do Plenário para Eleições. 5 - Ficou decidido que o Plenário do dia 30 de janeiro seria data limite para apresentação de mais propostas, discussão e aprovação delas. 6 - Decidido ainda que a data para a eleição dos novos Conselheiros e ou recondução de existentes, bem como da nova Diretoria será feita no Plenário de 20/02/19.	Sim.

2019

Não se teve acesso à ata do mês de janeiro/2019, pois o documento enviado com essa data, refere-se à reunião de fevereiro/2019.

ATA – FEVEREIRO 2019 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Eleição de Diretoria	Após constatar o quórum estabelecido no Estatuto vigente, o Presidente do COMDUR, Antônio Proença, declarou regularmente instalada a Assembleia Geral Ordinária e, dando atendimento à ordem do dia – Eleição da Nova Diretoria, esclareceu sobre as funções dos membros do Conselho, a importância da formação de uma diretoria homogênea, participativa e integrada. Colocada em votação, a chapa única foi eleita por unanimidade pelos conselheiros presentes.	1. Em ato contínuo, os membros desta diretoria foram empossados em suas respectivas funções, nas quais permanecerão até o dia 20/02/2022, data em que deverá haver nova Assembleia Geral Ordinária para eleição de nova diretoria.	Não.
Estado de conservação de imóveis públicos	Antônio Proença destacou a Escola Municipal Marília Dirceu, Edifício da Prefeitura no Largo das Forras e o Edifício da Câmara Municipal. 1. Referiu que da Escola Marília Dirceu chegaram informações ao Conselho que se encontra em péssimo estado para poder e manter o número de crianças em segurança. Têm sido registrados diversos curto-circuito por mau estado da instalação revista há cerca de dois anos, agora com fiação foras de caixas e dos suportes das lâmpadas, piso em péssimas condições com buracos que põem em risco a	1. Foi decidido que a nova Diretoria fizesse seguir ofício às entidades aqui referidas e responsáveis pelos Edifícios, solicitando informação institucional sobre os fatos conhecidos.	Sim.

	segurança das crianças que frequentam a escola. Existem elementos fotográficos que atestam os fatos. 2. Quanto ao Edifício da Prefeitura e Edifício da Câmara Municipal recebeu-se informação idêntica. Antônio Proença perante a situação informada solicitou ao Plenário orientação para se planejar uma ação que o COMDUR possa fazer.		
Loteamento Vista da Serra	Antônio Proença informou também sobre o Loteamento Vista da Serra que já teve uma intervenção e ação do COMDUR na elaboração em ofício com a posição manifestada e do conhecimento do MPF. Referiu ainda que se mantiverem a pretensão de levar por diante o que solicitaram, os documentos enviados pelo MPF em janeiro de 2019 são claros e avisam como recomendação o Prefeito e a Câmara Municipal.	1. O Plenário manteve a decisão de manter vigilância sobre estes casos e a atuação dos serviços municipais da Prefeitura.	Sim.

ATA – FEVEREIRO 2019 – COMDUR			
Síntese – Reunião Extraordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Estado de conservação de imóveis públicos	O Presidente do COMDUR, Richard Junior trouxe à discussão as condições de infraestrutura e instalações elétricas da Escola Municipal Marília de Dirceu, assunto já abordado anteriormente e que vem sendo discutido em diversas esferas da sociedade tiradentina, sem que se tenha ação ou solução efetiva. O recente curto circuito ocorrido naquela escola, que colocou em alerta a comunidade local para a falta de segurança a que alunos, professores e funcionários estão submetidos no dia a dia, pede ação imediata da Administração Municipal. Outro tema abordado trazido pelo vereador Juninho Barbosa, se refere às condições dos prédios da Câmara Municipal e do antigo prédio da Prefeitura no Largo das Forras. Em relação ao prédio da Câmara Municipal, em reunião com a Procuradora do Ministério Público Federal, Dra. Ludmila Junqueira Duarte Oliveira, foi sugerido que fosse assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), para recuperação / restauração daquele prédio. Helvio Santos, representando a ASSET, sugeriu que a Câmara Municipal faça um projeto em fases, de maneira que possa ser executado com os orçamentos anuais da Câmara, de acordo com as prioridades que sejam identificadas pelo projeto. Em relação ao antigo prédio da Prefeitura, no Largo das Forras, um conjunto de equipamentos de telecomunicações, instalados no forro do terceiro pavimento (sótão) e um possível aparelho de ar condicionado que funciona 24 horas por dia para climatizar tais equipamentos, podem estar gerando risco de incêndio.	1. Foi decidido que a nova Diretoria encaminhará um ofício à Secretaria Municipal de Educação, com cópias para a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal de Vereadores, Fundação de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) e Sociedade de Bombeiros Voluntários de Tiradentes (SBVT), solicitando vistoria para os aspectos de infraestrutura e instalações elétricas na Escola Marília de Dirceu, bem como providências imediatas para garantir a segurança e integridade daqueles que a frequentam. 2. O vereador Juninho Barbosa, atual presidente da Câmara, não aceitou a assinatura do TAC, mas se comprometeu a buscar a realização de obras de recuperação / restauração de forma adequada. 3. Foi consenso dos presentes, que mais uma vez o COMDUR deverá se manifestar junto à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal, através de ofícios específicos, recomendando vistoria, laudo e ações adequadas para garantir a integridade dos prédios da Câmara e do Largo das Forras e das pessoas que os frequentam.	Sim.
Plano Diretor	Antônio Proença recomendou que seja feito um ofício à Prefeitura Municipal e Secretarias exigindo a participação e apoio na ação do COMDUR na observância do Plano Diretor Municipal. Rogério Almeida, representando o IHGT, informou que foi deliberado na última reunião daquele Instituto que, caso a Administração Municipal não mantenha a postura de cumprimento e observância do Plano Diretor, o IHGT irá solicitar o ressarcimento ao BNDES dos valores pagos à Fundação João Pinheiro, entidade que desenvolveu e escreveu o Plano Diretor Participativo, uma vez que foi o contratante e patrocinador do Plano.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.

Não se teve acesso à ata do mês de março/2019.

ATA – ABRIL 2019 – COMDUR			
Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Nova Configuração de Titulares e Suplentes para as cadeiras do COMDUR	O Presidente Richard Junior comentou o novo formato de cadeiras, que manteve a relação próxima entre entidades representativas da cidade.	1. As indicações dos titulares e suplentes, foram devidamente homologadas pela Prefeitura Municipal através de decreto.	Não.
Comissões e Grupos de Trabalho	Passa ser implementado a partir desta reunião, que as Comissões ou Grupos de Trabalho passam a ser criados a partir da demanda real percebida pelo Conselho. Devem ter em seus participantes aqueles que de fato se identificam com o tema da Comissão / Grupo de Trabalho, e que possam atuar definindo objetivos, estabelecendo metas, cronograma e apresentando relatórios periódicos de evolução dos trabalhos. Fica, ainda, a critério dos membros eleitos para cada Comissão / Plano de Trabalho, convidar outros participantes / colaboradores que sejam necessários para o bom andamento dos trabalhos, não sendo necessariamente integrados à sua formação original.	1. Foram criadas as seguintes comissões: a) Comissão de Acompanhamento e Adequação do Plano Diretor – Presidente: Antonio Proença, Vice Presidente – Ellen von der Launitz, Relatora – Ana Carolina Barbosa; b) Comissão de Educação e Patrimônio Histórico – Presidente: Ana Carolina Barbosa, Vice Presidente – Ellen von der Launitz, Relator – Rogério Almeida; c) Comissão de Saúde – Presidente: Rodrigo Fonseca, Vice Presidente – Fábio Aquino, Relator – Jonathan Silva; d) Comissão Novo Código Tributário – Presidente: Nilton Barbosa Junior, Vice Presidente – Rodrigo Mendonça, Relator – Helvio Santos; e) Comissão Impacto de Retirada de Areia e Cascalho de Grande Porte – Presidente: Antônio Proença, Vice Presidente – Rogério Almeida, Relator – Richard Junior. 2. Todas as comissões criadas deverão apresentar na próxima reunião, por escrito, seus objetivos, metas a serem atingidas e	Sim.

		cronograma de trabalho para aprovação do plenário.	
Esclarecimento sobre ofícios já redigidos e entregues	O secretário Helvio Santos comentou sobre os diversos ofícios que já foram redigidos e entregues aos seus diferentes destinos, e que neste momento está sendo acompanhados pela Diretoria do COMDUR, que são: a) Ofício 258-2019 - Ass Escola Marília de Dirceu; b) Ofícios 259 a 267/2019 – Ass. Indicação de Titular e Suplente para as cadeiras do COMDUR; c) Ofício 268-2019 - Ass Antigo Predio Prefeitura LForras; d) Ofício 269-2019 - Ass Predio Câmara Municipal; e) Ofício 270-2019 - Ass Ribeiro Santo Antonio, para COPASA, solicitando reunião para esclarecimento do posicionamento da empresa em relação à situação atual do Ribeiro Santo Antônio e demais etapas de saneamento da cidade; f) Ofício 271-2019 - Ass Carnaval 2019, para Prefeitura solicitando posicionamento sobre ambulante no carnaval e queima de fogos de artifício pelos blocos; g) Ofício 272-2019 - Ass Escola Marília de Dirceu; h) Ofício 273-2019 - Ass Erosão Rodovia AMG0450.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Chuvvas e Lama	O Presidente Richard Junior esclareceu que a reunião que deveria acontecer entre a Câmara Municipal e Prefeitura, no dia 02.04, foi postergada e que acompanhará sua realização para que possa garantir, em nome do COMDUR, que ações de proteção às áreas de maior risco sejam, implementadas antes da próxima temporada de chuvas. Foi dado destaque para a situação do Cuiabá que agora passou a receber também as águas pluviais oriundas dos condomínios Terra dos Cuiabás e Alto dos Cuiabás.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim
Mineração em Tiradentes	A discussão teve como base o documento deliberado pelo conselho aos órgãos: iniciativa privada (mineradora) e ao CODEMA de São João del Rei.	1. Antônio Proença fez um relatório, que será transformado em ofício do COMDUR, endereçado à empresa que está solicitando a licença para retirada de areia e cascalho do Rio das Mortes, à Prefeitura Municipal de Tiradentes, à Prefeitura Municipal de São João del Rei e ao CODEMA de São João del Rei. Este documento, além de alertar sobre o a necessidade de se conhecer melhor do serviço que está sendo solicitado, mostrará também que é preciso que se desenvolva um estudo detalhado sobre todos tipos de impactos e a elaboração de um laudo técnico, a serem apresentados ao plenário do COMDUR oportunamente para deliberação. Para isso, foi constituída a Comissão citada acima	Sim.
Cemitério Municipal	Ellen von der Launitz informou que o estágio atual é de um pré-projeto, que deverá ser avaliado pelo COMDUR, e que será entregue aos próximos dias para a Comissão criada e citada acima no item 2a. Rodrigo Mendonça alertou que, na área onde está sendo considerado o Cemitério, há uma casa que está em processo de reintegração de posse e que, provavelmente, impedirá o desenvolvimento do projeto naquele local.	1. Foi consenso dos presentes, aguardar as manifestações da Comissão de Acompanhamento e Adequação do PD para que o projeto possa ser apreciado e votado pela plenária.	Sim.
Erosão AMG0450	Richard Junior informou que os ofícios foram entregues e protocolados na Prefeitura e no DER-MG. Serão acompanhados e será cobrada resposta.	1. Foi consenso dos presentes que este assunto também deverá ser encaminhado por ofício à COPASA ciência e avaliação. 2. Deverá ser encaminhado o mesmo tipo de ofício que trata da erosão da AMG0450, trazendo a situação de erosão na AMG0430, próximo a região da Candonga, para que a Prefeitura e o DER-MG se posicionem	Sim.
Parsons Moradas da Montanha – Estudo de Impacto na Vizinhança – Panoramia	Rodrigo Mendonça informou que o alvará de construção que havia sido concedido pela Prefeitura à Panoramia, empresa responsável pela construção do empreendimento, foi revogado.	1. O estudo citado neste item foi recebido formalmente pelo COMDUR e será analisado pela Comissão de Acompanhamento e Adequação do Plano Diretor, para apresentação e votação pela plenária.	Sim.
Matadouro Municipal	Este tema foi trazido por solicitação do Vice-Presidente Rogério Almeida, para informação do COMDUR sobre o status de possíveis projetos para o local.	1. Foi consenso dos presentes que qualquer projeto que venha a ser elaborado para aquele local deverá passar necessariamente pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio. 2. deverá ser solicitada uma reunião específica pela Comissão de Acompanhamento e Adequação do PD, envolvendo o IPHAN, Secretaria de Cultura e outros órgãos que venham a ser considerados relevantes para o tema, para que possa haver um debate e trazidos esclarecimentos ao COMDUR.	Sim.
Restrição de Veículos no Centro Histórico	Foi apresentado ao COMDUR, através de Ana Carolina Barbosa, o Resumo da Reunião ocorrida entre a Comissão de Restrição de Veículos no Centro Histórico e MPF, que passa ser parte integrante desta ata. A próxima reunião sobre o tema ocorrerá no dia 14/5 às 16h, no prédio da Antiga Prefeitura – Largo das Forras, e será acompanhada pelo Presidente do COMDUR.	1. Foi consenso dos presentes que o CMPCP e COMTUR participem desta reunião, para que possam apoiar a realização do Estudo de Impacto (“possivelmente referindo-se ao estudo de capacidade de carga”) necessário a qualquer ação que venha a ser desenvolvida no Centro Histórico	Sim.

ATA – MAIO 2019 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Comissões – Propostas de trabalho	Comissão de Educação e Patrimônio: através de Rogério Almeida, trouxe seu posicionamento em relação aos seguintes itens: a) Escola Municipal Marília de Dirceu: Camila Tangerino (IPHAN) informou que há projeto para a escola que este deve ser resgatado. Ellen von der Launitz, por mensagem, informou que já realizou vistoria no local e que entregará o relatório na próxima 3ª feira, 07/05; b) Ponte de Pedra ou Ponte das Forras; c) Matadouro Municipal: Em relação a este itens tivemos os seguintes comentários: Camila Tangerino observou que precisamos saber o status para o projeto que vinha sendo desenvolvido pela Tatiana Soledade. Comentou também que há conversas que já ocorreram com Quintino (Mostra de Cinema), com a oferta de ser o facilitador junto ao SENAC para apoiar a estruturação / adequação da Feira de Artesanato e sua provável transferência para o interior do matadouro. Rogério Almeida (IHGT) disse que há 9 anos o tema “roda, mas não anda”. Demonstrou sua insatisfação com a atenção que vem sendo dada pela Administração Municipal para este e outros conjuntos do patrimônio e frisou que há que se preservar o Patrimônio. Antônio Proença afirmou que o Prefeito tirou foco do projeto do Matadouro, no momento que não dedicou tempo da engenheira / arquiteta da prefeitura para isso. Também registrou sua posição mais radical em relação à ocupação da área da rodoviária, de maneira a garantir seu uso e integridade para todos os momentos, incluindo eventos, e também que os feirantes tenham um local de trabalho adequado, mas não “ajeitado”; d) Prédio da Prefeitura Municipal (Rua Resende Costa); e) Prédio da Câmara Municipal: Em relação a este tema, foram tecidos os seguintes comentários: Juninho Barbosa (Câmara Municipal) informou que, como já havia dito, a Câmara não tem disponibilidade de verbas para o restauro completo do prédio. Seu plano é realizar pequenas obras de recuperação de acordo com a necessidade e orçamento disponível. Disse ainda que sua expectativa é ter entre 100 e 120 mil reais para essa ação em 2019. Camila Tangerino (IPHAN) argumentou que o ideal é que se tenha um projeto de restauro completo, aprovado, e a partir dele que as obras sejam realizadas em etapas de acordo com o orçamento disponível.	1. Helvio Santos (ASSET), recomendou que, não só para o Matadouro, mas para todos os itens aqui abordados, o COMDUR deverá estruturar uma recomendação sólida que deve ser encaminhada a Prefeitura ou a quem de direito, e acompanhada até sua efetiva execução. 2. Helvio Santos (ASSET) sugeriu que seja estabelecido um elo forte entre a Câmara Municipal e a UFSJ, usando a expertise da universidade e seus alunos para suprir recursos técnicos e humanos (estagiários), que permitam prosseguir com o projeto e execução do restauro do prédio. Rogério Almeida pontuou que para que as ações tenham sucesso, é preciso fazer o projeto, aprovar, licitar e empenhar.	Sim.
Esclarecimento sobre ofícios já redigidos e entregues	O presidente Richard Junior posicionou a todos sobre o status dos ofícios citados na última reunião e que dependiam da ação de terceiros: a) Ofício 258-2019 - Ass Escola Marília de Dirceu - Para Secretaria Educação. Status: Não respondido; b) Ofício 268-2019 - Ass Antigo Predio Prefeitura LForras - Para Prefeitura. Status: Não respondido; c) Ofício 269-2019 - Ass Predio Câmara Municipal - Para Camara Municipal. Status: Respondido hoje através do ofício 084/2019 da Câmara Municipal e discutido no item anterior desta ata. d) Ofício 270-2019 - Ass Ribeiro Santo Antonio - Para COPASA. Status: Não respondido. e) Ofício 271-2019 - Ass Carnaval 2019 - Para Prefeitura. Status: Não respondido. f) Ofício 272-2019 - Ass Escola Marília de Dirceu - Para Ellen von der Launitz. Status: Vistoria realizada. g) Ofício 273-2019 - Ass Erosão Rodovia AMG0450 - Para Prefeitura. Status: Não respondido. h) Ofício 274-2019 - Ass Erosão Rodovia AMG0450 - Para DER-MG. Status: Não respondido.	a) A Secretária de Educação (Nanci) será convidada para a próxima reunião do Conselho. b) O Secretário de Administração (Tomás) será convidado para a próxima reunião do Conselho. c) Assunto tratado nesta ata. d) Será feita notificação ao Ministério Público. e) COMDUR irá elaborar minuta de lei para apresentar à Câmara Municipal como sugestão, dando ciência à Prefeitura. f) Relatório será entregue ao COMDUR na próxima 3ª feira, dia 08/05. g) Será feita notificação ao Ministério Público. h) Será feita notificação ao Ministério Público.	Sim.
Chuvvas e Lama	Richard Junior informou que a reunião com a Prefeitura sobre o tema aconteceu no dia 23/04. Foi enviada denúncia ao Ministério Público Estadual e está sendo aguardada posição daquele MP.	1. A Prefeitura irá acompanhar a obra da rua Alvarenga Peixoto (prazo de 45 dias) para solução das águas pluviais dos condomínios Terras dos Cuiabás e Alto dos Cuiabás, obra essa de responsabilidade dos proprietários dos condomínios (Sr. Ênio). 2. COMDUR manterá acompanhamento do assunto.	Sim.
Mineração em Tiradentes	Antônio Proença comentou o relatório redigido por ele a respeito da Solicitação de Licença para Retirada de Areia e Cascalho no Rio das Mortes.	1. O COMDUR preparará ofícios encaminhando imediatamente o relatório à Prefeitura Municipal de Tiradentes, à Prefeitura Municipal de São João del Rei, ao CODEMA de São João del Rei e à Secretaria de Meio Ambiente de Barroso. Este documento, além de alertar sobre o a necessidade de se conhecer melhor do serviço que está sendo solicitado, mostrará também que é preciso que se desenvolva um estudo detalhado sobre todos tipos de impactos e a elaboração de um laudo técnico, a serem apresentados ao plenário do COMDUR oportunamente para deliberação.	Sim.

Cemitério Municipal	Ellen von der Launitz, via mensagem de texto, informou que até o presente momento solicitou apenas o desmembramento do terreno, não havendo ainda projeto. Para este aspecto, o COMDUR segue aguardando projeto para avaliação, permanecendo ainda o alerta para a casa que está em processo de reintegração de posse e que, provavelmente, impedirá o desenvolvimento do projeto naquele local.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.
Restrição de Veículos no Centro Histórico	A próxima reunião sobre o tema foi antecipada para o dia 6/5 às 16h, no prédio da Antiga Prefeitura – Largo das Forras, e será acompanhada pelo Presidente do COMDUR	1. Rogério Almeida (IHGT) apresentará uma Proposta para Restrição de Veículos no Centro Histórico. Ficou mantida a recomendação do COMDUR para que o CMPCP e COMTUR participem desta reunião, para que possam apoiar a realização do Estudo de Impacto necessário a qualquer ação que venha a ser desenvolvida no Centro Histórico.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.
Loteamento Vista da Serra (Candonga / Inimá)	Richard Junior trouxe o tema, comentando sobre a necessidade de inclusão clara do estudo viário no Instrumento Particular de Termo de Acordo e Prestação de Contrapartidas do projeto. Camila Tangerino (IPHAN) informou que os responsáveis pelo projeto entregaram um documento assinado pela Prefeitura, mas que seu conteúdo é aquém do solicitado. Disse ainda que fica mantida a necessidade da aprovação do Conselho para este documento, e pede que haja celeridade nesta análise do documento, de forma a embasar o parecer	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Sim.
Ampliação do Santíssimo Resort	Antônio Proença (Sociedade Civil) comentou que os proprietários do Santíssimo Resort já sabem do posicionamento do COMDUR e que há que ter contrapartidas.	1. Helvio Santos (ASSET) sugeriu que, de qualquer forma, seja preparado um ofício do COMDUR ao proprietário do Santíssimo Resort, formalizando o posicionamento do COMDUR para o projeto. O conteúdo do ofício será preparado pelo próprio Antônio Proença.	Sim.
Habite-se para o empreendimento Plataforma do Sabor	Ellen von der Launitz, por mensagem de texto, trouxe este tema, alertando para que seja avaliada pelo conselho a condição de utilização da área de pilotis do empreendimento, que pelo projeto teria um pé direito de 1,50m e após sua execução passou a ter 2,70m sendo utilizado como um pavimento adicional.	1. Camila Tangerino (IPHAN), comentou da necessidade da construção ter sido realizada sobre pilotis por ser área alagada, e que fará uma visita ao local para entender melhor o que de fato aconteceu, trazendo o tema para o Conselho também emitir seu parecer.	Sim.
Retirada da lona de circo do Parque das Abelhas	O entendimento é de que esse alvará era temporário, mas a lona já se encontra no local há 2 anos. Além de não haver a prestação de serviço de fato à comunidade tiradentina, há a ocupação de espaço público sem licitação. A lona se encontra em péssimo estado de conservação e recentemente foram encontrados 27 focos de mosquitos de propagação da dengue no local.	1. Foi consenso dos presentes que o COMDUR deverá enviar um ofício à Prefeitura Municipal de Tiradentes, solicitando a retirada da lona do circo do terreno do Parque das Abelhas.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.
Loteamento Popular	O Conselho está acatando a denúncia apresentada por Maria de Lourdes Resende (Luluca) para a irregularidade do Loteamento Popular.	1. Será reunida toda a documentação já de posse do COMDUR e mais a que será apresentada por Maria de Lourdes, e será feita uma denúncia pelo Conselho ao IPHAN e ao MP	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.

ATA – JUNHO 2019 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Extração de Areia no Rio das Mortes	O presidente Richard Junior informou a todos que o COMDUR recebeu um documento da empresa solicitante deste serviço, redigido e assinado pela advogada representante da empresa, colocando aspectos jurídicos que justificariam a mudança do parecer do COMDUR, contrário à concessão da autorização para o referido serviço. Lembrou, entretanto, que é o Poder Executivo quem de fato toma as decisões que irão se basear, ou não, nas recomendações do Conselho, assumindo o ônus e bônus de suas decisões.	1. A recomendação do presidente do COMDUR, endossada por todos os presentes, é para que o Conselho busque apoio jurídico para responder à empresa, de forma clara, com embasamento técnico-jurídico e que mantenha a recomendação do COMDUR contrária à concessão do serviço. 2. Heloisa Edwards irá sugerir o nome de um advogado que irá apoiar o COMDUR nesta resposta	Sim.
Comissões – Propostas de trabalho	Comissão de Educação e Patrimônio: A partir do relatório técnico apresentado por Ellen von der Launitz, o presidente Richard Junior havia convocado para esta reunião os Secretários de Educação e de Administração do Município. Ambos não compareceram à reunião, por terem apresentado laudos a respeito dos temas de suas responsabilidades, conforme citado na ata da reunião anterior. Entretanto, esses laudos / relatórios não foram trazidos para apreciação pelo plenário, fato que provocou a solicitação do vice-presidente Rogério Almeida para a apresentação formal desses documentos ao Conselho, de forma que sejam avaliados em seu conteúdo e implementação de ações que de fato atendam às solicitações colocadas na reunião anterior. Especificamente em relação à Escola Marília de Dirceu, Rogério Almeida e Ana Carolina Barbosa puxaram comentários que foram apoiados por todos os presentes, afirmando que não há mais condições de uso do prédio pelos alunos, crianças, sem que seja considerado o risco que correm pelo estado de abandono do prédio. Rodrigo Mendonça lembrou que a arrecadação da Secretaria de Fazenda no último mês foi de R\$771.000,00, sendo 25% desse valor repassado à Educação. Rogério lembrou que a Secretaria de	1. Helvio Santos sugeriu que os laudos / relatórios em questão fossem enviados pelo presidente Richard Junior de imediato aos conselheiros e posteriormente apresentado em reunião ordinária para conhecimento de todos, além de serem anexados a esta ata.	Sim.

	Educação é a que mais recebe recursos no município e não pode se furtar a trabalhar em prol da adequação de espaços para seus alunos.		
Shows, música ao vivo e eventos no Centro Histórico	William Wiermann, um dos últimos moradores da região do Largo das Forras, veio manifestar sua solicitação para que haja bom senso no volume de shows, música ao vivo e eventos realizados no Centro Histórico, particularmente no Largo das Forras. Deixou claro que a reivindicação dos moradores do Centro Histórico não é para interromper essas atividades, mas sim que seu volume seja controlado, dentro de padrões aceitáveis para uma cidade como Tiradentes, e em horários razoáveis. Citou como eventos positivos, aqueles que são realizados pela Luth Produções (Luiz Cesar), principalmente no respeito em relação ao horário para encerrar os shows. E como negativos, os estabelecimentos Barouk e Panela de Minas, que trabalham com música ao vivo de 5ª a domingo, em alto volume e sem horário definido para encerramento. Também citou nesta mesma linha de desconforto a festa do Alto de São Francisco, tanto em volume de som como em horário de encerramento.	1. Rodrigo Mendonça sugeriu que fosse elaborada legislação específica, no que foi respondido por Rogério Almeida que esta lei já existe, sendo de autoria dele próprio, e que estabelece volume máximo em dB's e horário de encerramento das atividades. 2. Junior informou que irá também buscar o detalhamento já existente no Plano Diretor para que possa, juntamente com a lei municipal vigente, trabalhar junto à Prefeitura, COMTUR e ASSET com o objetivo de provocar uma reunião que possa estabelecer um consenso para o tema.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo
Mineração em Tiradentes – Mineradora Ômega	Considerando a explosão ocorrida em 20/05/2019 em Santa Cruz de Minas, que afetou Tiradentes e outras cidades vizinhas, não foi até o momento devidamente esclarecida, este assunto foi trazido à pauta do COMDUR. Fabio Andrade, da Polícia Ambiental, lembrou que o Exército é o responsável pela concessão e fiscalização do uso de explosivos. Que foi aberto um Boletim de Ocorrências junto à Polícia, mas não tem nenhuma informação em relação ao posicionamento do Exército. Ana Carolina Barbosa informou ainda que são realizadas explosões noturnas contínuas, de menor porte que aquela que gerou este tema.	1. O presidente Richard Junior informou que o IEF irá emitir uma nota oficial sobre o fato que, a princípio deverá ser esclarecedora, mas que não há prazo para a emissão deste documento. 2. O COMDUR deverá enviar um ofício ao Exército Brasileiro, solicitando informação sobre a explosão ocorrida, da concessão e fiscalização do uso de explosivos pelas empresas de extração de recursos minerais, e como os cidadãos de Tiradentes podem ficar tranquilos em relação a essas atividades que nos cercam.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo
Lixo e entulho na antiga estrada da Caixa D'Água	Helvio Santos trouxe a questão do despejo de entulho e lixo que se inicia ao final da descida do Alto da Torre e se prolonga pelos bolsões da antiga estrada da Caixa D'Água, gerando ambientes propícios à reprodução do mosquito da Dengue, sendo áreas muito próximas da cidade.	1. Foi consenso geral dos presentes que deve ser enviado um ofício pelo COMDUR à Secretaria de Obras para que seja feita uma limpeza naquela região, mas que também seja cobrada da população em geral um comportamento mais consciente para o cuidado com o meio ambiente. 2. Ana Carolina Barbosa, endossando esse ponto, se comprometeu a trabalhar na ASSET mais uma onda para conscientização dos estabelecimentos comerciais para o correto acondicionamento do lixo e respeito aos horários de coleta já divulgados pela Administração Municipal para os diversos bairros da cidade.	Sim.
Loteamento Vista da Serra	O parecer da comissão para este projeto foi positivo, seguindo a recomendação do IPHAN. Lembrou também que contrapartidas podem e devem sempre ser recomendadas pelo COMDUR ao Poder Executivo, buscando aquilo que mais atende às necessidades imediatas do município, sem que sejam impostas, uma vez que esta responsabilidade cabe à Administração Municipal.	1. Rogério Almeida sugeriu que as contrapartidas considerem, sempre que possível, o aspecto ambiental do município.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.
Chuvais e Lama	Ana Carolina trouxe o questionamento sobre o tema e Richard Junior respondeu que ainda não houve nenhuma ação concreta por parte do Executivo. A próxima reunião sobre o tema acontecerá na Prefeitura, próxima 3ª feira, às 10h.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.
Denúncia Heloisa Edwards – Fazenda Águas Santas	Heloisa Edwards, proprietária da Fazenda Águas Santas, trouxe uma situação que está ocorrendo em sua propriedade que envolve disputa de terras, fracionamento irregular do terreno e edificações igualmente irregulares.	1. Sendo este um processo extremamente complexo e que envolve questões jurídicas extensas, o posicionamento do COMDUR será de aguardar as informações que sejam de fato da sua competência, quando então trará o tema a plenário para avaliação e deliberação.	Sim.
Geral	Ficaram sem atualização os seguintes temas, que serão buscadas na próxima reunião: – Cemitério Municipal; – Restrição de Veículos no Centro Histórico; – Ampliação do Santíssimo; – Habite-se para o empreendimento Plataforma do Sabor; – Retirada da lona de circo do Parque das Abelhas.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Na reunião seguinte, apenas o item “Empreendimento Plataforma do Sabor” entrou na pauta.

ATA – JULHO 2019 – COMDUR
Síntese – Reunião Ordinária

Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Comissões e Grupos de Trabalho	Atualização das Comissões COMDUR: a) Comissão de Saúde – não apresentou os resultados sobre o tema Dengue até o momento; b) Comissão de Tributação – não apresentou o andamento do Novo Código Tributário até o momento; c) Comissão de Patrimônio – Está pendente o projeto para o Plano Emergencial de reforma da Escola Marília de Dirceu. Foi informado pelo Presidente Richard Junior, que o COMDUR poderá desenvolver este projeto e apresentar formalmente à Secretaria Municipal de Educação.	1. O Presidente do Conselho Richard Junior informou que irá enviar por WhatsApp para todos que estão no grupo do COMDUR, os documentos relativos a este tema, resposta ao ofício enviado anteriormente pelo COMDUR.	Somente a Comissão de Saúde e Tributária retornaram em pautas posteriores.
Extração de Areia no Rio das Mortes	O presidente Richard Junior informou que está buscando apoio da área jurídica da AMVER para embasar a resposta ao ofício que foi encaminhado pelos solicitantes de autorização para o serviço, e que esta resposta deverá estar pronta e entregue até a próxima reunião do COMDUR. Antônio Proença citou que o documento que foi	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.

	entregue pelos solicitantes do serviço é superficial e que não respeita a legislação municipal para o tema.		
Empreendimento Plataforma do Sabor	A respeito do parecer recebido da Engenheira Ellen von der Launitz, ainda não foi feita vistoria pelo IPHAN, o que deverá acontecer muito breve. Entretanto, segundo informação de Emrane Fonseca, a área de pilotis daquele estabelecimento não está sendo usada comercialmente, mas sim apenas para guarda e depósito de materiais. Citou que o ponto de atenção agora é a construção de uma cobertura precária de bambu para guarda de veículos 4x4 que estão comercializando passeios naquele local.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.
Pouso de Helicóptero na rua – Santíssimo	Foi visto e filmado o pouso de um helicóptero na rua, ao final da Santíssima Trindade, durante o Bike Fest, aparentemente para buscar um passageiro hospedado em uma pousada naquela área. O vídeo foi disponibilizado para o COMDUR, mas não se consegue ver o prefixo que permitiria a identificação.	1. O COMDUR deverá buscar a identificação de passageiro / aeronave, e realizar denúncia formal à ANAC	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.
Lixo e entulho na antiga estrada da Caixa D'Água	Conforme informação de Helvio Santos, a área onde estava sendo realizado descarte de lixo e entulho foi limpa.	1. Será mantida observação para que esta situação não se repita em momentos futuros.	Não (considera-se que o assunto foi resolvido).
Denúncia Heloisa Edwards – Fazenda Águas Santas	‘O COMDUR emitiu relatório a respeito da denúncia, no qual fica descrito que o problema trata-se de vias judiciais particulares e que não possui relação com o coletivo’. Após várias conversas a respeito, envolvendo a Sra. Heloisa Edwards e vários participantes da reunião, Antônio Proença perguntou se Heloisa Edwards entendia que o COMDUR havia cumprido o seu papel em relação a este assunto, para o que recebeu resposta positiva. Helvio Santos voltou a comentar que esta é uma questão de disputa de propriedade, que só poderá ser resolvida na esfera judicial entre as partes envolvidas.	1. Helvio sugeriu que Heloisa Edwards trabalhe com seu advogado nessa linha e que faça apresentação e protocolo junto à Prefeitura dos documentos que entende serem bastante e suficientes para que o processo tenha clareza de todos. Sugeriu, ainda, que estes documentos também sejam entregues ao COMDUR para guarda e acompanhamento, mas que neste momento não há mais o que o Conselho possa fazer para apoiá-la no assunto	Sim.
Cadeiras faltantes – Membros do Conselho ausentes	O presidente Richard Junior observou que os representantes da cadeira dos Bombeiros Voluntários não têm comparecido às reuniões do COMDUR, já tendo atingido o limite de faltas permitido pelo Regimento Interno.	1. Os membros dos Bombeiros Voluntários serão notificados através de ofício. Caso não compareçam a partir da próxima reunião, esta cadeira será destinada a outra entidade / instituição de Tiradentes, uma vez que este Conselho é sempre procurado para participação.	Não.
Lei específica para motorhomes e trailers	Nos últimos meses, tem sido crescente o número de trailers e motorhomes chegando a Tiradentes. Durante o Bike Fest foram contabilizados 10 desses veículos estacionados em diversos pontos da cidade, servindo de ponto de hospedagem para seus ocupantes, e por isso torna-se necessário criar uma legislação específica definindo local onde podem ficar, bem como as diversas formas de obterem recursos para consumo (água e luz) e descarte (esgoto).	1. Foi consenso dos presentes que a Câmara Municipal deverá trabalhar na elaboração dessa lei e que a Prefeitura deve buscar entendimento / acordo com o Camping de Tiradentes para que se tenha uma solução rápida e adequada para esta situação. 2. Também foi consenso que Henrique Rohman, Secretário de Turismo, deverá endossar este movimento em sua própria secretaria, e também junto ao COMTUR.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.
Coleta de Lixo	Ana Carolina informou que em reunião recente na ASSET o tema Coleta de Lixo foi retomado com os restaurantes associados, havendo situações particulares que estão sendo trabalhadas para o restaurante Atrás da Matriz e para os estabelecimentos da Rua Direita, pelas suas situações na rota de coleta. Rodrigo Fonseca observou que é preciso reformular o processo de coleta, citando Paulineia com seu acondicionamento subterrâneo e coleta realizada a partir da retirada dos contêineres pelos caminhões. Rogério Almeida observou que a Educação Ambiental nas escolas não pode ser deixada para trás e que sem isso não haverá forma de tornar a população engajada neste processo	1. Helvio Santos sugeriu que seja feita reunião específica e que seja seguido um passo a passo envolvendo IPHAN, Secretaria de Meio Ambiente, etc, para garantir o envolvimento e compromisso necessários, assim como por parte dos empresários, para que não se tenha mais um esforço que não resulte em uma ação concreta para solução do atual cenário de coleta.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.
Trânsito de carretas, caminhões e ônibus de grande porte	Foi consenso dos presentes que há uma necessidade urgente de estabelecer normas claras e muito bem divulgadas impedindo o acesso desses veículo pela Estrada Real, em face da impossibilidade de passagem e manobra dentro da cidade e a aceleração dos processos de criação dos bolsões de estacionamento que já vem sendo estudados pela comissão de restrição de veículos ao Centro Histórico.	1. Helvio Santos sugeriu que Rodrigo Fonseca e Ana Carolina, que já participam desta comissão, fomentem este tema para que as ações e soluções sejam desenvolvidas pelo grupo de trabalho.	Esse tema não retornou até a Reunião de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.

ATA – AGOSTO 2019 – COMDUR
Síntese – Reunião Extraordinária

Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Conselheiros e Comissões de Trabalho	O presidente Richard Junior comentou do seu descontentamento pela baixa participação e resultados de conselheiros e membros das comissões de trabalho para os temas de responsabilidade e alçada do COMDUR. Tem sido constante a participação de todos em reuniões, discussões fora das reuniões, lançamento de sugestão ou opinião, mas de fato o andamento estruturado de temas levantados tem sido observado apenas em pouquíssimas comissões e por poucos conselheiros. Foi citado o trabalho quase individual do Antônio Proença, por 3 anos, como presidente do Conselho, e feito o alerta que essa condição precisa mudar para uma participação de todos mais engajada, comprometida e principalmente estruturada, para que a força do Conselho seja mantida, reconhecida e respeitada pelos segmentos público e privado.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não.
Ampliação do Santíssimo Resort	O presidente Richard Junior reforçou, para conhecimento de todos, o posicionamento já tomado pelo COMDUR em relação a este assunto: o projeto foi aprovado em 03/05/2019; foi encaminhado relatório positivo em 18/07/2019 autorizando a continuidade para	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Esse tema não retornou até a Reunião Ordinária de Agosto/2019. Período final

	os trâmites do projeto junto à Prefeitura, estando esses documentos à disposição de quem desejar consultá-los.		de análise das atas pelo presente estudo.
Projeto de Ricardo José Bassi – Vila Di Vina – Demolição de quarto de despejo	O próprio Ricardo, presente à reunião, a convite do presidente Richard Junior, colocou seu questionamento, que se refere a uma determinação de demolição de um quarto de despejo em sua propriedade, baseada em normas federais para ventilação mínima em cômodos desta natureza. Segundo Ricardo, trata-se de um quarto de despejo, sem ocupação física de fato, de um projeto aprovado e construído antes da conclusão do Plano Diretor e aprovação das leis complementares. Expôs o seu trabalho de sustentabilidade, preservação e recuperação da área que ocupa em Cesar de Pina e região, afirmando seu compromisso para estar sempre alinhado com o que é de direito.	1. Ficou decidido que o COMDUR usará sua comissão de trabalho de adequação do Plano Diretor para fazer uma visita ao local e emitir laudo a respeito, que será apresentado oportunamente para apreciação do Conselho.	Esse tema não retornou até a Reunião de Ordinária de Agosto/2019. Período final de análise das atas pelo presente estudo.

ATA – AGOSTO 2019 – COMDUR Síntese – Reunião Ordinária			
Tema / Pauta	Discussões/Assuntos	Deliberações / Encaminhamentos / Resoluções	O Tema retorna em outras Reuniões?
Plano Diretor	Adequação do Plano Diretor - Antônio Proença informou que a Comissão já está trabalhando no cronograma para esta atividade. Serão criados grupos de trabalho para apoiar o desenvolvimento das atividades da Comissão. Avaliação e aprovação dos projetos - Antônio Proença pontuou que é importante que se tenha a visão que qualquer ação, realizada por qualquer órgão competente, que envolva a avaliação / aprovação de projetos deverá sempre ter como base de seu parecer o Plano Diretor e suas leis complementares. Cadeiras do COMDUR em outros Conselhos - Antonio Proença solicitou que seja divulgada uma tabela indicando quais são os membros do COMDUR que ocupam cadeiras em outros Conselhos Municipais – titular e suplente.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema tenha retornado, pois a análise das Atas de Reunião deste Conselho encerrou-se neste mês de Agosto/2019.
Resultados das Comissões	Comissão de Saúde – Relatório sobre a dengue entregue e feito registro de um bom trabalho coordenado por Rodrigo Fonseca; Novo Código Tributário – reunião inicial realizada, Ana Carolina Barbosa entregou a Rodrigo Mendonça suas observações para o texto original, e Rodrigo irá incluí-las em um texto revisado, com previsão de entrega até 30/08.	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema tenha retornado, pois a análise das Atas de Reunião deste Conselho encerrou-se neste mês de Agosto/2019.
Criação de nova Comissão	O presidente Richard Junior sugeriu que fosse criada nova Comissão no Conselho para Fiscalização de Irregularidades em relação ao Plano Diretor.	1. Os conselheiros deverão avaliar esta sugestão e trazer nomes para que esta Comissão seja criada na próxima Reunião Ordinária	Não se pode afirmar que este tema tenha retornado, pois a análise das Atas de Reunião deste Conselho encerrou-se neste mês de Agosto/2019.
Novos Loteamentos	Richard Junior alertou que muito breve haverá dois novos loteamentos para serem analisados pelo Conselho e demais órgãos / entidades ligadas ao tema. O primeiro, em frente à Pousada Candonga da Serra, que será em um modelo similar ao utilizado pelo programa Minha Casa Minha Vida. O segundo, na Fazenda Jacarandá, no terreno conhecido como da D. Dalma. O objetivo neste momento é apenas alertar o Conselho	Não houveram deliberações, encaminhamentos ou resoluções sobre a pauta da presente reunião.	Não se pode afirmar que este tema tenha retornado, pois a análise das Atas de Reunião deste Conselho encerrou-se neste mês de Agosto/2019.
Rede de Esgoto na Rua dos Inconfidentes	Ana Carolina Barbosa chamou a atenção de todos para o que está ocorrendo com a rede de esgotos na Rua dos Inconfidentes, na região próxima do Lar dos Idosos / Esquinão. Todo o material de esgoto está indo para a casa do Sr Eros Conceição e o mau cheiro já é constante junto ao Esquinão.	Foi consenso geral que o tema seja analisado pela Comissão de Saúde.	Não se pode afirmar que este tema tenha retornado, pois a análise das Atas de Reunião deste Conselho encerrou-se neste mês de Agosto/2019.

As análises das Atas de Reuniões do COMDUR, feitas pelo presente trabalho, encerraram-se no mês de agosto/2019, data de término da Pesquisa de Campo no município em estudo.